MEMÓRIAS DE DOR EM BUENOS AIRES

DE EX-CENTROS CLANDESTINOS A LUGARES DE MEMÓRIA E CONSCIÊNCIA

Rebeca Lopes Cabral

Orientação: Prof. L.D. Renato Cymbalista

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração:

História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

São Paulo, 2019

Exemplar revisado e alterado em relação à versão original, sob responsabilidade do autor e anuência do orientador. A versão original, em formato digital, ficara arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 06 de agosto de 2019.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço Técnico de Biblioteca Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Cabral, Rebeca

Memórias de dor em Buenos Aires: de ex-centros clandestinos a lugares de memória e consciência / Rebeca Cabral; orientador Renato Cymbalista. - São Paulo, 2019.

352p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. Memória Cultural. 2. Ditadura. 3. Argentina. 4. Espaço Urbano. I. Cymbalista, Renato, orient. II. Título.

CABRAL, Rebeca Lopes. Memórias de dor em Buenos Aires: de ex-centros clandestinos a lugares de memória e consciência. 352 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Para Beth, Léo e Cabral.

AGRADECIMENTOS

À minha família, sempre companheira.

Ao querido orientador Renato Cymbalista, e às queridas orientadoras do estágio de pesquisa no ICA-UBA Ana Guglielmucci e da iniciação científica, Marianna Boghosian.

A todos e todas que me concederam entrevistas e me abriram as portas dos lugares de memórias aqui estudados: Lili Ferro, Ricardo Maggio e toda a equipe do Ex-Orletti; Isabel Cerruti do Ex-Olimpo; Suzana Mitre, Silvina Durán e toda a equipe do Ex-Atlético; Osvaldo Lopz, Alba e Marta Carreras do Ex-Cevallos; Alejandra Naftal da Ex-ESMA.

A Ariel Gomplewicz, Oscar Flores e toda a equipe da Dirección Nacional de Sitios de Memoria. À Judith Said, Gonzalo Vazquéz, Gabriela Alegre, Cristina Aldine.

Às professoras queridas Nilce Aravecchia, Ana Castro, Flávia Brito.

Aos queridos amigos: Tarsila Iglecio, Ana Beatriz, Luiz Fernando, Bia Figueira, Stephanie Guerra, João Kuhn, Dodó, Manu Porto, Mife Basille, Clara Lemme, Isadora Machado, Barbara Rodrix, Marília Leite, Lidia S., Giulia Kignel, Ricardo Assumpção, Rodrigo, Marina Boccalato, Leandro, Manuel Ríos, Silvia Alegre, João Boroghan.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (nº do processo: 2016/22676-4) cujo o financiamento foi central para esta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação olha para as formas de representação da memória da última ditadura militar argentina (1976-1983). Toma-se como recorte os *Ex-Centros Clandestinos de Detención Tortura y Exterminio* (Ex-CCDTyE) de Buenos Aires, hoje lugares de memória e consciência, que compõem a *Red Federal de Sitios de Memoria* (REFESIM): a *Ex Escuela Mecánica de la Armada* (Ex ESMA), o *Ex Club Atlético*, o *Ex Olimpo*, o *Ex Virrey Cevallos* e o *Ex Automotores Orletti*. Busca-se analisar esses espaços, cenários da barbárie no passado, observando como cada um trabalha suas especificidades e se completa (ou não) com os demais, de forma a configurar (ou não) uma narrativa complexa e não redundante na cidade. O trabalho pensa os cinco sítios sob a perspectiva de rede, discutindo as possibilidades – estéticas, políticas e éticas – de representar as memórias da violência na contemporaneidade, a partir e através de lugares da cidade que foram *espacios concentracionarios* (COLOMBO, 2017) no passado e tornaram-se *sítios de memoria*. Para tanto, eles são analisados pelo conjunto de tensões que os construíram: entre grupos, agentes, grupos dentro de grupos e políticas de memória; e os signos (como aquilo que comunica), ferramentas e técnicas (arquitetônicas, arqueológicas, gráficas, propagandísticas, entre outras) escolhidos para representar tal memória de violência.

"Hurtful memories in Buenos Aires: from ex concentration camps to sites of memory"

This dissertation looks at the forms of representation of the memory of the last Argentine military dictatorship (1976-1983). It is taken as a focus of the investigation the former *Centros Clandestinos de Detención Tortura y Exterminio* (Ex-CCDTyE) of Buenos Aires, now sites of memory and conscience, which compose the *Red Federal de Sitios de Memoria*: the *Ex Escuela Mecánica de la Armada* (Ex ESMa), the *Ex Club Atlético*, the *Ex Olimpo*, the *Ex Virrey Cevallos* and the *Ex Automotores Orletti*. We pretend to analyze these places that were scenarios of violence in the past, and that today are part of a network, observing how each of them works its specificities and completes (or not) with the others, in order to configure (or not) a complex and non-redundant narrative in the city. This dissertation looks at these five sites from a network perspective, seeking to discuss the possibilities - aesthetic, political and ethical - of representing the memories of violence in the contemporary world, from and through places in the city that were concentration camps (COLOMBO, 2017) and became memory sites. For that, the *Ex CCDTyEs* are analyzed by the set of tensions that built them: between groups, agents, groups within groups and memory policies; and signs, tools and techniques (architectural, archaeological, graphic, propagandistic, etc.) chosen to represent the memory of the violence of the 1970s.

Figura 1. Sítio de Memória *Ex Escuela Mecánica de la Armada (Ex ESMA)*. Localizado no bairro de Nuñez, ao norte de Buenos Aires, se trata de um arquipélago de edifícios utilizados como escolas navais pelos militares. A partir de 1976, se tornou o maior centro clandestino argentino, por onde passaram cerca de 5.000 vítimas.

Figura 2. Sítio de Memória *Ex Club Atlético*. Localizado no bairro de San Telmo, ao sul da capital federal, atualmente se trata de um sítio arqueológico, pois foi destruído para a construção do viaduto 25 de Mayo. Os presos foram então levados para o centro clandestino Banco e, posteriormente, ao Olimpo.

Figura 3. Sítio de Memória Ex Olimpo, construído especialmente para abrigar os presos que estavam no Atlético. Se trata de uma ampla garagem, localizada no bairro de Floresta.

Figura 4. Sítio de Memoria Ex Virrey Cevallos. Um casarão, como tantos outros da região, localizado no bairro de Montserrat, ao sul da capital.

Figura 5. Sítio de Memória *Ex Automotores Orletti*, localizado no bairro de Floresta, perto do *Ex Olimpo*. Dentre seus antigos usos foi uma oficina mecânica. Depois de alugada pelos militares, se tornou um centro clandestino que abrigou especialmente presos pela operação Condor.

SUMÁRIO

19 INTRODUÇÃO

32 OS SÍTIOS DE MEMÓRIA EM CONTEXTO (CÁP. 1)

- 33 O Holocausto, memória e história
- 37 Apontamentos sobre memória, espaço, direitos humanos
- 43 “Lugares de memória”, “lugares de memória e consciência”, “sítios de memória” e “espaços de memória e promoção dos direitos humanos”
- 47 Os centros clandestinos e um genocídio reorganizador
- 52 O espaço público como ferramenta política: primeiras ações
- 62 Verdade e justiça: o reconhecimento dos *CCDTyEs*
- 70 A luta vai à cidade: os movimentos de meados dos anos 90
- 80 Os anos 2000 e o processo de estatização da memória
- 88 A modo de conclusão

90 OS SÍTIOS: CONSTELAÇÃO (CÁP. 2)

- 93 A “Ex ESMA” e o “Museo de Sitio” no “Casino de Oficiales”
- 125 O “Ex Club Atlético”
- 161 O “Ex Olimpo”
- 181 O “Ex Virrey Cevallos”
- 200 O “Ex Automotores Orletti”
- 214 A modo de conclusão

228 A RED FEDERAL DE SITIOS DE MEMORIA (REFESIM): DEBATES E INTERVENÇÕES (CÁP. 3)

- 229 A constituição histórica
- 241 As sinalizações: placas, cartazes, pilares
- 252 Mapas
- 259 A modo de conclusão

261 VISITAS GUIADAS, NARRAÇÕES E MODOS DE ESPACIALIZAR: OS SÍTIOS NA CONTEMPORANEIDADE (CÁP. 4)

- 262 O “Museo de Sitio ESMA”
- 282 O “Ex Club Atlético”
- 290 O “Ex Olimpo”
- 300 O “Ex Virrey Cevallos”
- 208 O “Ex Automotores Orletti”
- 317 A modo de conclusão

324 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA NARRATIVA COMPLEXA E NÃO REDUNDANTE NA CIDADE?

333	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
348	Entrevistas

INTRODUÇÃO

Nosso dia a dia é bombardeado por imagens, notícias de violências e mortes das mais atrozes. Volta e meia nos deparamos com episódios desse gênero na cidade e sistematicamente os acompanhamos pela TV, revistas ou jornais. As mortes causadas pelas violências policiais, as guerras e os conflitos nos dão a sensação de que o mundo está se enchendo de ausências, que se estendem a todo o território urbano (DIÉGUEZ, 2013). Compartilhando das inquietações de Ileana Diéguez (2013), venho me perguntando: como é possível conviver com isso? Se é necessário habitar para sobreviver, não temos escolha, a não ser buscar maneiras de lidar e transformar esse cotidiano.

Na Argentina, a luta pública contra o terrorismo de Estado por parte de familiares de desaparecidos, vizinhos e afetados diretos, associada a um conjunto de medidas governamentais inéditas, construiu uma memória comum sobre a violência política dos anos 70 (SILVESTRI, 2000). Como parte desse movimento, grupos da sociedade civil vêm reivindicando locais de tortura, memoriais e praças públicas como provas jurídicas, espaços de significados políticos e simbólicos dos mais de 30.000 desaparecidos da última ditadura militar (1976-1983). Em Buenos Aires, placas comemorativas, ocupações, monumentos e memoriais conformam uma *topografia*¹ composta por mais de 240 lugares de memória (MEMORIA ABIERTA, 2009) que, mais que nada, fazem parte de um acerto de contas público com uma história de graves violações de direitos humanos.

¹ A noção de *topografia de dor* é utilizada por Gabi Dolff-Bonekämper (2002) e refere-se à ramificação de percursos, lugares e espacialidades que as memórias traumáticas conformam nos espaços urbanos devido à sua íntima ligação topográfica. A metáfora topográfica começou a ser utilizada no campo da crítica cultural sob a fórmula do “giro topográfico” apontado pela filóloga alemã Sigrid Weigel em *Zur Raumbeschreibung in den Kultur- und Mediennwissenschaften* (2002) (*apud* Hufschmid, 2012). E foi parte, por sua vez, de um “giro espacial”: como veremos mais adiante, quando, na área das ciências humanas, distintos autores, opondo-se o entendimento do espaço como recipiente vazio, propõem uma abordagem deste como produto e produtor das relações sociais. Dessa forma, como bem assinala Hufschmid (2012, p. 11) falar de topografia implica em “*desplazar la mirada del espacio “en si” hacia sus modos de representación, las geografías y cartografías como intentos por (d)escribir el espacio, no como sustancia sino como efecto, no como esencia sino como relación*”. Para um mapeamento dos autores e reflexões que se inserem nesse “giro topográfico” ver Weigel (2009).

Nessa *topografia*, os antigos *Centros Clandestinos de Detención Tortura y Exterminio* (CCDTyEs), hoje *Sítios de Memória e Promoção dos Direitos Humanos*², são cruciais. Durante a ditadura, os militares implantaram mais de 700 centros clandestinos no país, principalmente nos grandes centros urbanos, para abrigar as torturas, interrogatórios e manter os presos políticos encarcerados. Alguns estavam disfarçados com um uso fantasia, outros funcionavam nos próprios edifícios militares, em paralelo às atividades normais. Eram uma realidade negada sabida, ao mesmo tempo velada e exposta. Apesar de “escondidos”, deles emanavam gritos, cheiros e ruídos que construíam uma atmosfera de terror na região onde estavam. Tratavam-se de tecnologias centrais do regime autoritário. Enquanto, em seus interiores, se garantia o sucesso das práticas repressivas; a presença deles na cidade garantia o poder dos militares frente à sociedade como um todo (CALVEIRO, 2004).

Em Buenos Aires, após um longo e disputado processo de luta, cinco desses CCDTyEs foram transformados em *sítios de memória*, constituindo o foco deste trabalho: a *Ex Escuela Mecánica de la Armada* (Ex ESMa); o *Ex Olimpo*; o *Ex Club Atlético*; o *Ex Virrey Cevallos* e o *Ex Centro de Automotores Orletti*. Desde 2007 eles compõem a *Red Federal de Sítios de Memoria* (REFESIM), atualmente uma coordenação dentro da *Dirección Nacional de Sítios de Memoria* (DNSM), por sua vez, um dos braços do *Archivo Nacional de la Memoria* (ANM). A *Red* foi criada como um organismo no âmbito do ANM, com o objetivo de articular a gestão de políticas públicas entre o Poder Executivo Nacional (PEN) e as áreas estatais de direitos humanos das províncias e municípios, desenvolvendo iniciativas de educação, investigação e sinalização dos *Ex CCDTyEs* e delegacias³ de todo o país.

Esta dissertação olha para esses cinco sítios sob a perspectiva de rede, buscando discutir as possibilidades – estéticas, políticas e éticas – de representar as memórias da violência na contemporaneidade, a partir e

² *Sítios de Memória e Promoção dos Direitos Humanos* trata-se, atualmente, da denominação oficial dos lugares.

³ Note-se que em grande parte das delegacias argentinas os militares também levavam a cabo práticas repressivas durante a última ditadura militar.

através de lugares que foram *espacios concentracionarios* (COLOMBO, 2017) no passado e tornaram-se *sítios de memória*⁴. Toma-se como pergunta central: como e em que medida esses sítios constroem (ou não) uma narrativa complexa e não redundante na cidade, onde os distintos projetos não se repitam e sejam complementares? Para tanto, os *Ex CCDTyEs* são analisados pelo conjunto de tensões que os construíram: entre grupos, agentes, grupos dentro de grupos; e os signos (como aquilo que comunica), ferramentas e técnicas (arquitetônicas, arqueológicas, gráficas, entre outras) escolhidos para representar a memória de violência.

Entendemos, portanto, que, tanto suas materialidades, quanto as relações sociais construídas a partir e através deles, são dinâmicas. Logo, é preciso ressaltar que este trabalho abrange um período histórico específico: começamos nossa análise a partir de meados dos anos 90, quando aconteceram os primeiros debates em direção à *refuncionalização*⁵ dos *Ex CCDTyEs* em *lugares de memória*; passamos pelo *kirchnerismo*⁶, quando o Estado Nacional implementou uma série de políticas públicas voltadas à promoção da memória, verdade e justiça, efetivando a *refuncionalização* desses locais; até 2019, ano da conclusão da pesquisa, no qual preponderou o *macrismo*⁷, cuja atenção voltada às políticas de direitos humanos é equívoca e questionável.

Olhar ao caso Argentino

O interesse em estudar a Argentina não veio de nenhum vínculo pessoal com a história da ditadura militar, mas por vislumbrar novas possibilidades de tratamento do espaço capazes de colaborar para a construção de cidades mais justas e com menos violências. Imbrica-se, esse

⁴ Essa noção será abordada no próximo capítulo.

⁵ Utilizamos o termo *refuncionalização* porque, como demonstraremos ao longo do trabalho, os ex-centros clandestinos passaram por diversas mudanças funcionais, formais e simbólicas, que tiveram por objetivo alterar a função dos lugares e mobilizá-los para novos fins.

⁶ O termo *kirchnerismo* se refere ao período que Néstor Kirchner e Cristina Kirchner atuaram como presidentes da Argentina. O mandato de Néstor Kirchner aconteceu entre 2003 e 2007 e o de Cristina Kirchner entre 2007 e 2015.

⁷ O termo *macrismo* refere-se ao governo do então presidente da Argentina Mauricio Macri que encontra-se no poder desde 2015, até, pelo menos, o ano de fim da presente dissertação (2019).

interesse, principalmente na minha trajetória acadêmica e inquietações que emergiram ainda na graduação.

Durante o curso de graduação em arquitetura e urbanismo na Escola da Cidade, desenvolvi a pesquisa de iniciação científica (IC) “Buenos Aires: memórias de dor na paisagem urbana”, que continuei no trabalho de conclusão⁸ (TC). Em ambos trabalhei com o *Parque de la Memoria* (PDM), um parque-monumento construído às margens do *Río del Plata* em homenagem às vítimas do terrorismo de Estado, ali jogadas vivas desde os *Vuelos de la Muerte*⁹ durante a última ditadura militar. A partir do arcabouço referencial e teórico adquirido na IC, no mestrado ampliei e redirecionei o recorte, voltando as atenções aos cinco *sítios de memória* de Buenos Aires, analisados, aqui, sob a perspectiva de rede mencionada.

Diferente do parque-monumento esses *sítios de memória* são memoriais construídos “no lugar” da história de que foram palco. Mantêm, em sua própria materialidade, rastros desse passado de violência. Se, por um lado, isso facilita a “re-apresentação” do espaço, porque lhes confere um ponto de partida; por outro, essa materialidade está sujeita à eternas reinterpretações, permitindo a construção de relatos amplos e heterogêneos (GUGLIELMUCCI, 2011). E, enquanto lugares onde muitos desaparecidos foram vistos pela última vez, as disputas ali presentes são acirradíssimas e vão além de posições ideológicas. Conectam-se ao modo como cada indivíduo expõe sua memória mais íntima e como desejaria transmiti-la

⁸ A pesquisa foi desenvolvida na Escola da Cidade, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) sob orientação da Prof. Dra. Marianna Boghosian, entre 2015-2016, com um período de estágio de pesquisa no exterior no *Instituto de Ciencias Antropológicas* da *Universidad de Buenos Aires* (ICA-UBA), com orientação da Prof^ª. Dr^ª. Ana Guglielmucci. Em finais de 2016 continuei a pesquisa no trabalho de conclusão da graduação. Este encontra-se disponível no *site* do Laboratório para Outros Urbanismos da FAU-USP, do qual faço parte: <<http://outrosurbanismos.fau.usp.br/memorias-de-dor-buenos-aires/>> Acessado em: 20 jan. 2019.

⁹ Os *Vuelos de la Muerte* foram uma prática de extermínio elaborada pelos militares argentinos, mas também uruguaios, para desaparecer com os corpos depois de terem torturado as pessoas nos centros clandestinos. Os militares subiam os detidos, vivos mas inconscientes, dentro de sacos com pedras ou tonéis com cimento, em aviões que saíam do aeroporto *Jorge Newberry*, a poucos quilômetros do PDM. Enquanto sobrevoavam jogavam os corpos ao *Mar del Plata* ou ao *Río del Plata*. Os corpos encontrados na costa foram enterrados em valas comuns. Embora não se possa precisar o número de mortos por meio desse método, segundo a declaração de Adolfo Scilingo, oficial da Marinha, que admitiu sua participação na prática em 1995, calcula-se, pelo menos, 5000 vítimas.

(DI CORI, 2005).

Desde os trabalhos da graduação, o olhar para a Argentina teve o objetivo maior de iluminar possibilidades críticas de trabalhos com as memórias sobre o tema no Brasil, principalmente desde o campo da arquitetura e do urbanismo. Podemos dizer que o país, apesar de suas dificuldades econômicas, possui “os mais intensos debates entre os países latino-americanos que foram atormentados pelas campanhas militares de repressão, tortura e assassinato nas décadas de Guerra Fria posteriores aos anos 60” (HUYSEN, 2014, p. 50)¹⁰. Os esforços de luta de grupos da sociedade civil, as iniciativas de investigação dos crimes, punição dos criminosos, as políticas públicas de memória, associadas ao desenvolvimento de um campo de estudos relacionado à memória social incisivo nesses trabalhos práticos, fizeram da Argentina uma referência mundial quando se fala de direitos humanos e políticas de transição.

Tanto na Argentina quanto no Brasil os processos desenvolvidos nos períodos de transição foram feitos de avanços e retrocessos. No entanto, no Brasil, tais ações ainda engatinham em comparação ao país vizinho. Fomos o último país latino-americano afetado pela ditadura a implantar alguma providência dessa natureza. Em 1995, foi criada a Comissão de Direitos Humanos (MEZAROBBA, 2003), na Câmara Federal, para analisar os casos de mortos e desaparecidos. Ela foi ampliada com a criação da Comissão de Anistia¹¹ em 2001, quando conseguimos reparar economicamente alguns

¹⁰ Não apenas Huyssen afirma isso, mas também outros autores como Deborah Neves (2014) e Glenda Mezarobba (2008).

¹¹ A Comissão de Anistia, criada pela lei 10.559 de 2002, que teve por objetivo reparar aqueles que foram impedidos de trabalhar por conta de perseguição política durante a ditadura, marcou a primeira medida de redução de danos às vítimas (MEZAROBBA, 2008). Por meio dela, alguns dos afetados foram recompensados financeiramente, de acordo com o tempo que foram impedidos de exercer seus trabalhos durante o governo militar. A indenização era definida de acordo com a projeção hipotética da carreira do afetado, caso não tivesse sido perseguido. Como aponta Mezarobba (2003) na prática, além disso ser mais efetivo em carreiras bem definidas (como no caso dos militares), a medida reforçou as diferenças de classe entre os indenizados, desestimulando o fortalecimento das vítimas como grupo. Além disso, os casos eram analisados individualmente pela Comissão da Anistia, o que também atrapalhou na formação de uma memória coletiva pública sobre o tema. Note-se, contudo que, apesar do problema persistir, a forma de análise mudou com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que divulgou relatórios que apontaram para o conjunto de crimes ocorridos. Mesmo assim tal divulgação parece não ter sido suficiente para impulsionar ações de justiça.

dos afetados, e aprofundadas com a Comissão da Verdade¹² (CNV) em 2011. Porém, com muitas lacunas¹³, o conjunto de medidas governamentais avançou pouco no âmbito da verdade e da memória, e ainda não se transformou em ações de justiça.

Por outro lado, com os lugares de memória andamos um pouco mais. Em São Paulo, por exemplo, embora só haja um memorial parecido¹⁴ com os *Ex CCTyEs*, o Memorial da Resistência¹⁵ – construído “no lugar” e onde se desenvolvem atividades culturais e pedagógicas voltadas à promoção dos direitos humanos – já existem dois planejados: o da Auditoria

¹² A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada em 2011. Dentre os objetivos da comissão estava, segundo a lei 12.528 de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, Art. 3º): “esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos [...] promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior”. A ideia central de uma comissão da verdade foi, portanto, abrir espaço para a construção de novas narrativas com foco nas vítimas. Desse modo as investigações se desenrolaram a partir dos depoimentos das vítimas, o que foi associado aos documentos disponíveis no Arquivo Nacional. Dela resultaram diversos relatórios que apontaram ao conjunto dos crimes ocorridos; bem como, a partir dessas investigações, foram elaboradas recomendações ao Estado brasileiro.

¹³ O problema central da questão no Brasil está, para Mezarobba (2008), na justiça reparatoria que concentrou os esforços durante muito tempo – até a formação da CNV em 2011 – na forma de justiça administrativa e compensação econômica. Até o momento em que foi escrita a tese de doutorado de Mezarobba, a legislação brasileira não mencionava a palavra vítima, torturados, ou graves violações de direitos humanos, de modo que o foco dos esforços governamentais pouco recaiu sobre as vítimas. Não havia assim um reconhecimento da culpa por parte do Estado pelas atrocidades do período ditatorial, e tampouco as vítimas eram reconhecidas como tais. A palavra vítima, graves violações de direitos humanos, e torturados apareceu anos depois, na Comissão Nacional da Verdade. Mezarobba (2008) aponta, entretanto, que na Argentina e no Chile, os esforços recaíram desde o início do período de transição sobre as vítimas. Na Argentina as vítimas são incluídas em uma ampla categorização que abrange exilados políticos, exonerados, excluídos da reforma agrária, crianças sequestradas e vítimas de tortura.

¹⁴ Note-se alguns outros memoriais em São Paulo: o monumento no Cemitério Dom Bosco (onde encontra-se uma vala clandestina onde eram jogados alguns dos corpos na ditadura), o monumento a Carlos Marighella, e, mais recentemente, o Monumento aos Mortos e Desaparecidos Políticos. Apesar do caráter particular das instituições que trabalham com graves violações de direitos humanos, considera-se um memorial que atua por chaves museológicas – tendo em vista a definição de museu na lei 11. 904 (BRASIL, 2009) – e as instituições, como o memorial da resistência, que “sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (Disponível em: < <http://www.museus.gov.br/os-museus/o-que-e-museu/> > Acesso em: 04 abr. 2017).

¹⁵ No Memorial da Resistência funcionou, entre 1940 e 1983 o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP). Lá, especialmente durante a ditadura brasileira (1964-1985), aconteceram práticas violentas de repressão, como nos centros clandestinos argentinos (Disponível em: < <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=4&c=83&s=0> Acesso em: 04 fev. 2019).

da Justiça Militar¹⁶ e outro nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Além disso, os relatórios da CNV apontaram a espaços de função semelhante aos *CCDTyEs* durante a ditadura brasileira que, uma vez encontrados, exigem pensar seus destinos.

Olhar os sítios argentinos sob a perspectiva de rede pode então cooperar para pensarmos o conjunto de projetos no Brasil, evitando a redundância entre esses elementos. Afinal, se há alguma vantagem em relação à incipiência do caso brasileiro, ela está na possibilidade de aprender com os erros e acertos dos países vizinhos que passaram por um processo semelhante. Só assim poderemos construir iniciativas ainda mais justas e efetivas no Brasil¹⁷. Contudo, devemos ressaltar que não nos propomos a uma análise comparatória.

Além disso, era necessário construir uma reflexão distinta daquelas traçadas sobre o tema na Argentina (caso contrário, bastaria traduzir alguns dos trabalhos lá produzidos). Desde meados da década de 90, foram desenvolvidos trabalhos inéditos sobre a memória da violência dos anos 70 que, concomitantemente aos crescentes movimentos sociais – a serem mapeados ao longo da dissertação – buscaram discutir possibilidades de encarar esse passado recente.

Tais trabalhos podem ser categorizados em algumas frentes centrais: (1) aqueles que pensam as disputas entre as diferentes memórias

¹⁶ O edifício da Auditoria da Justiça Militar localiza-se no bairro da Bela Vista, em São Paulo. Trata-se de um casarão comprado em 1938 pelo Exército brasileiro para abrigar a Auditoria da Justiça Militar, responsável pelos julgamentos dos inquéritos militares. Lá, a partir do golpe militar de 1964, os civis eram julgados por violar a “Lei de Segurança Nacional” e subversão da ordem. Dessa forma, é reconhecido como um símbolo de repressão do período ditatorial e de resistência, porque era também onde os acusados tentavam denunciar os crimes de lesa-humanidade. (Disponível em: < http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130834477730908594_FICHA_COMPLETA_AUDITORIA_MILITAR.pdf > Acessado em: 4 fev. 2019.)

¹⁷ Certamente todos os processos relativos à justiça de transição na América Latina foram construídos de avanços e retrocessos, memórias e esquecimentos. Assim, embora esta dissertação não seja uma análise comparativa entre o caso brasileiro e o argentino, devemos ressaltar que recusamos uma visão binária da Argentina como lugar de memória e do Brasil como lugar que decidiu “virar a página” (Resende; Tolentino, 2015).

do período (LORENZ; VEZZETTI; JELIN *apud* GUGLIELMUCCI, 2011); (2) os que abarcam os usos políticos da memória (SARLO; VEZZETTI *apud* GUGLIELMUCCI, 2011); os que abordam os centros clandestinos (3) enquanto espaço concentracionário (CALVEIRO, 1998; FEIERSTEIN, 2014) e (4) enquanto lugares de memória, analisando os processos sociais de construção de memória e elaboração de elementos comemorativos e perduráveis no espaço (GUGLIELMUCCI, 2011; JELIN, 2003; LORENZ, 2010; VEZZETTI, 2009; MESSINA, 2010; SCHINDEL, 2009; DURÁN, 2012; CATELA, 2014; FELD, 2017). Além desses, desde uma perspectiva mais contemporânea, ainda outros (5) enfatizaram as possibilidades de agência dos espaços de violência (COLOMBO; SCHINDEL, 2014), (6) embora poucos partam do campo da arquitetura e do urbanismo (GORELIK, 2009; SILVESTRI, 2000; MEMORIA ABIERTA, 2009).

Alguns dos cinco sítios, objetos de estudo da presente dissertação, tornaram-se estudos de caso de teses e dissertações. Ana Guglielmucci (2011), analisando o processo social de produção e implementação da categoria “memória de terrorismo do Estado” como objeto de política pública estatal, enfocou nos casos do *Parque de la Memoria*, da *Ex ESMA* e do *Ex Olimpo*. A dissertação de Deborah Neves (2014) analisou, sob uma perspectiva comparada, os processos de tombamento da *Ex ESMA* e do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) em São Paulo; a tese de doutorado de Luciana Messina (2010) enfocou na construção social da memória a partir do caso do *Ex Olimpo*. Em 2018, Belen Olmos realizou uma dissertação sobre o *Ex Virrey Cevallos*, problematizando os modos como a memória se configura no espaço. Por sua vez, algumas coletâneas trazem análises de caso sobre sítios de memória e marcações no espaço público, como o “*Memorias Urbanas en Diálogo: Berlin y Buenos Aires*” (BIRLE *et al.*, 2010) e “*Topografías Conflictivas: Memorias, Espacios y Ciudades en Disputa*” (HUFFSCHMID; DURÁN, 2012), onde constam artigos sobre o *Ex Club Atlético* (D’AGOSTINO, 2010), sobre a *Ex ESMA* (FELD, 2012; LORENZ, 2012) e sobre o *Ex Olimpo* (GUGLIELMUCCI, 2010).

Diferente dos trabalhos listados que tomam um, dois ou no máximo três casos específicos, pensamos os sítios de Buenos Aires em conjunto, buscando analisar como eles articulam uma narrativa complexa (ou não) a partir do espaço urbano. Embora na América Latina a ideia de rede já tenha sido pensada no âmbito das instituições argentinas, chilenas, colombianas e brasileiras, desconhecemos um trabalho desse tipo na literatura sobre o caso argentino¹⁸ e desde o campo da arquitetura e do urbanismo.

Abordagens teóricas-metodológicas

Como afirma Carlos Ginzburg (*apud* WEIZMAN, 2017), a arquitetura “não é um forte, mas um porto ou um aeroporto, um lugar que nos leva a outros destinos”. Não por acaso, investigar os sítios em conjunto exigiu construir uma rede de diálogos com pesquisadores, argentinos, brasileiros, de diferentes áreas e, principalmente, com os atores sociais que levam a cabo os lugares, os sujeitos históricos desta dissertação.

O método esteve dividido em duas frentes centrais: a primeira focada, especialmente, na configuração, análise e sistematização do *corpus* bibliográfico; e a segunda, nos trabalhos de campo em Buenos Aires, incluindo o período de Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE-FAPESP) no *Instituto de Ciencias Antropológicas da Universidad de Buenos Aires (ICA-UBA)* sob a orientação de Ana Guglielmucci pelo período de seis meses.

O *corpus* bibliográfico foi formado a partir da revisão, expansão e redirecionamento dos materiais da IC e TCC. Para esses trabalhos, havia tanto aprofundado na análise de autores como Andreas Huyssen, Georges Didi-Huberman e Aleida Assmann, que, por distintas perspectivas, atendem às relações entre *memórias traumáticas* e *memória cultural*¹⁹ (Assmann, 2016); quanto dos principais autores argentinos inseridos no campo da memória

¹⁸ Sobre o caso colombiano ver: GUGLIELMUCCI, Ana. Pensar y actuar en red: los lugares de memoria en Colombia. *Aletheia*, Buenos Aires, v. 8, n. 16, julho de 2018. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.8718/pr.8718.pdf> Acessado em: 20 jan. 2019.

¹⁹ Como desenvolveremos mais à frente, a ideia de *memória cultural* remete à memória encarnada nos livros, na música, nos filmes, mas também na arquitetura (ASSMANN, 2016).

social, como Elizabeth Jelin, Hugo Vezzetti, Emilio Crenzel, Ana Guglielmucci, entre outros. No entanto, como meio de atender o recorte específico do mestrado, além deles, tornou-se importante incluir ao *corpus* bibliográfico pensadores fundantes os quais problematizam a ideia de memória, principalmente Walter Benjamin e Maurice Halbwachs; analisar a produção acadêmica relacionada com os sítios de memória estudados, citada acima; e, também, olhar a uma literatura voltada à problematização do espaço e dos *espacios de violencia* (COLOMBO, 2017), onde inserem-se Henri Lefebvre, David Harvey, Eyal Weizman, Doris Massey, Gabriel Gatti, Oscar Oszlak²⁰.

Os trabalhos de campo, inseridos na segunda frente de trabalho, foram indispensáveis para o desenvolvimento da pesquisa. Contando com o financiamento da FAPESP, realizei o primeiro deles em 2017, o qual pôde ser desenvolvido em 2018, com o estágio de pesquisa no exterior, no *Instituto de Ciencias Antropológicas da Universidad de Buenos Aires* (ICA-UBA), por seis meses, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Guglielmucci.

Nesse momento me aproximei ainda mais das discussões intelectuais argentinas, nas quais a professora incide, o que andou concomitantemente às visitas às instituições, momentos em que registrava os lugares, coletava documentos institucionais, imagens de arquivos e conversava com as pessoas. Ao todo recolhi 30 depoimentos, de gestores, funcionários, membros de organizações de direitos humanos envolvidos nos sítios, na *Red Federal de Sítios*, no *Archivo Nacional de la Memoria*. Personagens esses que, por vezes, eram ao mesmo tempo familiares de vítimas ou vítimas diretas e funcionários.

Foi, assim, um trabalho de ida e volta: de sistematização das informações coletadas, de escrita (momento em que encontrava os buracos da investigação), de voltar aos lugares, olhar de novo para eles, realizar novas entrevistas, registros, apresentar o material produzido, reformular o texto. Isso permitiu vislumbrar a complexidade dos objetos de pesquisa. Apesar das evidentes diferenças em suas materialidades e funções enquanto centros

²⁰ Acessei essa bibliografia por meio da participação no seminário de doutorado *Espacios de Violencia* na *Facultad de Sociología* da *Universidad de Buenos Aires* (UBA), ministrado pela Prof^a. Dr^a Pamela Colombo.

clandestinos, percebi que as histórias e especificidades dos lugares iam muito além daquilo contado nas visitas guiadas. A construção dos sítios de memória e o modo como esta é representada nos espaços depende de determinantes mais amplos e específicos, como os diferentes contextos urbanos, os movimentos dos atores sociais e grupos de direitos humanos envolvidos, outros usos e ocupações dos edifícios.

Dessa forma, tornou-se necessário entender, cada um e o conjunto, pela perspectiva de *constelação*²¹ (BENJAMIN, 1985:1940) pontos onde distintas camadas históricas, com buracos e incongruências, se encontram. Sabendo que algumas dessas camadas se espacializam, outras não, e ainda há aquelas que desaparecem por completo com o passar do tempo (LEFEBVRE, 2013), analisá-los em rede requereu olhá-los como um conjunto múltiplo, internamente tenso e em constante movimento, entendendo que eles extrapolam seus limites físicos e se constroem em diálogo com outras geografias. Dessa forma, a abordagem dos espaços não poderia ser outra, se não que pensá-los como produto de inter-relações, esfera de possibilidades de existência, onde distintas trajetórias coexistem heterogeneamente e estão sempre em construção (MASSEY, 2005).

Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se o espaço é produto de inter-relações, então deve ser previsto sob a existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são constitutivos. [...] espaço nessa leitura é produto de entre-relações, relações necessariamente inseridas nas práticas materiais que tiveram que ser levadas a cabo, está sempre no processo de estar sendo construído. Nunca está terminado, nunca está fechado. Talvez pudéssemos imaginar os espaços como uma simultaneidade de histórias-por-entanto.²² (MASSEY, 2005, p. 9, traduzido pela autora).

²¹ Essa ideia será aprofundada na introdução do segundo capítulo. No entanto, destaco desde agora que alguns outros autores que usam a ideia de constelação nos auxiliaram a trabalhar com essa noção. Dentre eles Pamela Colombo (2017) e Gastón R. Gordillo (2014; 2018).

²² “Without space no multiplicity; without multiplicity no space. If space is indeed the product of interrelations, then it must be predicated upon the existence of plurality. Multiplicity and space are co-constitutive. [...] space on this reading is a product of relations-between, relations which are necessarily embedded material practices which had to be carried out, it is always in the process of being made. It’s never finished; never closed. Perhaps we could imagine space as a simultaneity of stories-so-far”.

Mapeando a dissertação

As próximas páginas estão organizadas em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro contextualizaremos os sítios como parte de um movimento maior. Seja circunscrevendo-os teoricamente e epistemologicamente, apontando a alguns dos debates centrais que dizem respeito às relações entre memória, espaço e os discursos de direitos humanos; seja localizando esses debates na Argentina, como meio de conceder ao leitor um panorama geral da luta política, onde a reivindicação no/pelo espaço público, foi central para a refuncionalização dos *Ex CCDTyEs* em lugares de memória.

O segundo capítulo abordará a construção de cada um dos sítios enquanto lugares de memória. Mapearemos as distintas camadas históricas que os compõem, buscando compreendê-los em sua complexidade. Pensando-os sob a perspectiva de *constelação*, apontaremos aos distintos processos de *memorialização* (SCHINDEL, 2014), *espacialização* (CERTEAU, 1990) e *ativação patrimonial*²³ (PRATTIS *apud* GUGLIELMUCCI, 2019), aos atores sociais específicos, e a outros determinantes que, como demonstraremos, os constituíram enquanto lugares de memória e construíram suas especificidades.

O terceiro capítulo aborda a *Red Federal de Sítios de Memoria* (atual *Dirección Nacional de Sítios de Memoria*), como parte central do processo de *estatização da memória*²⁴ (CATELA, 2014) desenrolado no *kirchnerismo*. Isto é, quando o Estado nacional passou a apresentar-se como interlocutor central às reivindicações dos organismos de direitos humanos, desenvolvendo uma série de programas públicos voltados à transmissão da memória sobre os crimes da ditadura militar. Para tanto, tomaremos como objeto de análise específico a política de sinalização de “lugares emblemáticos do terrorismo

²³ Essa sequência analítica é proposta por Guglielmucci (2019). As noções serão apresentadas na introdução do segundo capítulo.

²⁴ Movimento no qual, como aprofundaremos, o Estado passou a apresentar-se como um interlocutor central para as reivindicações dos organismos de direitos humanos. Isso significou a criação de uma série de programas públicos voltados à transmissão da memória, aos julgamentos dos culpados, e relativos à investigação sobre os paradeiros dos desaparecidos.

de Estado”, uma das principais e mais visíveis atividades da rede. Analisaremos, então, os elementos produzidos nesse âmbito – placas, cartazes, pilares e mapas – buscando discutir suas funções e discursos nesse movimento de *estatização da memória*.

No último abordamos os cinco *Ex CCDTyEs* na contemporaneidade, momento em que estão estruturados como equipamentos de formação. Para tanto, problematizaremos as visitas guiadas oferecidas pelas instituições, entendendo-as tanto como um modo de apresentar os sítios ao público, quanto de construir os lugares de memória e novos espaços a partir deles.

CÁP. 1. OS SÍTIOS DE MEMÓRIA EM CONTEXTO

A refuncionalização dos *Ex CCDTyEs* em *sítios de memória* deve ser entendida como parte de um movimento maior, no qual o passado adquiriu um papel central nos distintos âmbitos da vida. Isso esteve tanto vinculado a um novo modo de compreensão da memória e da história, quanto à emergência de movimentos sociais, que passaram a iluminar narrativas e grupos antes na penumbra.

Afinal, esses *sítios* são diferentes dos monumentos heróicos, esteticamente agradáveis, utilizados para legitimar os Estados Nação europeus no séc. XIX (SMITH, 2006). Eles foram construídos a partir dos rastros e restos de um passado tenebroso. Constituem-se como *patrimônios hostis* (CROCCIA *et al.*, 2008), caracterizando-se por nos interpelar com informações incômodas, situações controversas, por não construir um relato fechado e, sim, fazerem referências a conflitos.

Aqui circunscreveremos epistemologicamente e historicamente os *Ex CCDTyEs*, construindo bases que auxiliam na entender os modos como cada um e seu conjunto foram construídos. Para tanto, as próximas páginas deste capítulo estão organizadas em duas frentes: na primeira mapearemos alguns dos principais problemas teóricos relativos à memória, à história e à noção de espaço. Localizá-lo-emos no contexto da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, quando se anunciava a revisão da ideia de memória e das relações entre esta e a história. Depois, localizá-lo-emos em um segundo momento também central, os anos 80 e 90, quando os discursos de memória e direitos humanos se expandiram e quando, não à toa, se multiplicaram os memoriais e monumentos relacionados às *memórias traumáticas* em distintas partes do globo – inclusive na Argentina –, concomitantemente a um amadurecimento da literatura sobre o tema.

Na segunda frente olharemos para o cenário argentino, traçando um panorama geral dos três momentos históricos estruturantes desta dissertação: a redemocratização nos anos 80, a luta por memória dos anos 90 e as iniciativas estatais levadas a cabo principalmente a partir dos anos 2000, momento de *estatização da memória* (CATELA, 2014).

Portanto, tendo como objetivo contextualizar nossos objetos de estudo, analisá-lo-emos como parte de um cenário mais amplo, onde o espaço público, sua ocupação e sinalização, foi mobilizado como ferramenta política para construir uma memória pública sobre o terrorismo de Estado.

1.1. O Holocausto, memória e história

No primeiro momento, anunciava-se a possibilidade de entender o passado a *contrapelo* (BENJAMIN, 1985:1940). Isto é, construir a história desde o ponto de vista dos vencidos, em contraposição à história oficial do progresso, concebida desde as classes dominantes (BENJAMIN *apud* LÖWY, 2011).

O marco central desse movimento foi o Holocausto, cuja a história foi sustentada quase exclusivamente pelos depoimentos dos sobreviventes. A percepção de alguns teóricos acerca das dissonâncias, incertezas e desencontros dos depoimentos pessoais dessas pessoas; bem como o reconhecimento da convivência de distintas memórias coletivas – dos alemães, poloneses, judeus –, levou a uma crítica do modelo historiográfico do séc. XIX. Opondo-se a um tipo de construção da história linear, ascendente, objetiva, na qual a memória era apresentada como um “dom” dos Estados-Nação europeus, típica do séc. XIX, autores fundantes propuseram uma revisão desse modelo.

Dentre eles Walter Benjamin (1985:1940) e Maurice Halbwachs (1990:1950), sistematicamente retomados nos estudos da memória, em que esta pesquisa se insere. Em comum, eles alertavam sobre para a impossibilidade de fazer uma história imparcial e universal, como vinham construindo os historicistas, pois isso afogaria o próprio impulso “a-histórico” da produção da vida (SARLO, 2011, p. 11). Em contraponto, sugeriam um entendimento da memória como apresentação, construção do presente, reivindicando a preservação do caráter fragmentário, fugidio da recordação (SELIGMANN-SILVA, 2000).

Nas palavras de Benjamin (1985:1940, p. 224), “articular historicamente o passado não significa conhecer como “ele de fato foi”.

Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo”. O “perigo”, para ele, era entregar a existência da tradição aos que a recebem como um instrumento das classes dominantes. Em contrapartida, propunha o método do materialismo histórico – contra a história universal e monumental. O historiador devia olhar aos restos e rastros do passado, expressos em um “relampejar fugaz” no presente, a “verdadeira imagem histórica”.

Considerando a Alemanha no começo do século XX, para Benjamin isso era o meio de resistir ao fascismo (que se vivia naquele momento) decorrente da barbárie da modernidade, cujos traços tecnocráticos, de homogeneidade e esvaziamento, haviam aí aflorado. Desse modo, como destaca, o próprio ato de rememorar poderia ser perturbador se trouxesse uma face negada do passado, fazendo, assim, com que a memória deixasse de ser algo a se observar para ser mobilizada como experiência (*apud* COLOMBO, 2017).

Por sua vez, Maurice Halbwachs (1990:1950) aponta à ideia de *memória coletiva*. Não como total, única e imposta, mas como algo construído por pessoas que se locomovem em um determinado tempo e espaço, interagindo em um vai e vem com distintos grupos sociais. Em suas palavras: “A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou seja, se o quisermos, ao lado de uma história escrita há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo” (HALBWACHS, 1990:1950, p. 67).

As memórias coletivas seriam formadas por grupos compostos de indivíduos com aspectos comuns do pensamento, que se formariam por uma afinidade afetiva entre seus componentes. No interior deles, onde convivem memórias divergentes e consonantes, individuais e compartilhadas, a construção da memória coletiva aconteceria por um processo de seleção e negociação.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída

sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento passado para se obter uma lembrança. É necessário que essa lembrança opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto em nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 1990:1950, p. 34).

Esses “dados e noções comuns” levam a um outro aspecto importante para este trabalho: a relação intrínseca entre memória e espaço. Diz ele: “todas as ações de um grupo podem se traduzir em termos espaciais” (HALBWACHS, 1990:1950, p. 67). Para o autor, “não há memória coletiva que não se desenvolva em um quadro espacial [...] nossas impressões se sucedem umas às outras e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca”.

Halbwachs aponta, então, a referentes que operam como reguladores das memórias coletivas, “imagens oferecidas por objetos exteriores” (HALBWACHS, 1990: 1950, p. 67). Noções, datas, mas também monumentos, paisagens, arquiteturas e lugares que “receberam a marca de um grupo e vice-versa” (HALBWACHS, 1990: 1950, p. 133). O lugar atuaria como uma importante referência para a coesão dos grupos e seus laços. No entanto, não seria, para ele, determinante. Os laços se assegurariam especialmente pelas relações afetivas, que garantiriam a existência de um grupo e de suas memórias coletivas, apesar das transformações da cidade.

Quando um grupo humano vive muito tempo em um lugar adaptado a seus hábitos não somente seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão de imagens que lhes apresentam os objetos exteriores. Eliminaí agora, eliminaí parcialmente ou modificaí em sua direção, sua orientação, sua forma, seu aspecto, essas ruas, essas passagens, ou mudai somente o lugar que ocupam em relação ao outro. As pedras e os materiais não vos resistirão. Mas os grupos resistirão, e, deles, é com a própria resistência, senão das pedras, pelo menos de seus antigos arranjos no qual vos esbarreis. (HALBWACHS, 1990:1950, p. 137).

Embora a relação entre memória e espaço, para o autor, seja intrínseca, na medida em que aponta que “as pedras e os materiais não vos resistirão”, mas os grupos sim – isto é, que a coesão de um grupo seria garantida pelos laços afetivos – a problemática do espaço parece não ser explorada em sua complexidade. Isto, especialmente, no que diz respeito à capacidade de agência da materialidade nas dinâmicas grupais e na construção das memórias coletivas, o que acreditamos ser imprescindível para pensar nossos objetos de estudos.

Contudo, interessa aqui destacar que, tanto em Benjamin e Halbwachs, a problematização da memória, a ideia da memória coletiva como negociação e da história como fruto de dinâmicas interpessoais, fundamentou uma mudança fundamental nas formas de análise inseridas nas ciências humanas. Décadas depois, os intelectuais tenderão, cada vez mais, a compreender as dinâmicas sociais e espaciais por essa perspectiva, redirecionando os objetos de análise, as formas e as fontes.

Não é que estejamos livres do modelo historicista. Ele ainda guia, em grande medida, nossas escolhas, preferências estéticas e o modo como agimos (SMITH, 2005). Porém, é importante destacar que as mudanças no modo de pensar a memória, a história e o próprio espaço, abriram portas para a criação dos *sítios de memória*, desses *patrimônios hostis*, os quais remetem às narrativas de violência e, assim, controversas. Isto é, o modo como a história é construída determina diretamente as políticas de memória (SELIGMANN-SILVA, 2000). Ao nosso ver, os *Ex CCDTyEs* aqui estudados não poderiam ser compreendidos de outra forma, se não que entendendo que a memória ali encarnada é sempre conflitiva, acontece sempre no plural e de maneira dinâmica com o espaço.

1.2. Apontamentos sobre memória, espaço, direitos humanos

O segundo momento demarcado anteriormente remete especialmente à década de 80, quando o olhar para o passado adquiriu um papel central nos diversos âmbitos da vida. No rastro dos movimentos pela descolonização dos anos 60, os distintos grupos sociais buscaram, cada vez mais, iluminar histórias alternativas e revisionistas na procura por outras

tradições e pelas tradições do “outro” (HUYSEN, 2000, p. 10). Os discursos metanarrativos – interpretações de larga escala com aplicação universal (HARVEY, 1991, p. 15) – foram assim caindo por terra, e emergiram preocupações políticas e éticas, iluminando problemáticas antes na penumbra (CABRAL, 2016).

Mudaram os objetos da história, da academia e a circulação massiva, mesmo que nem sempre em sentidos idênticos [...]

No âmbito teórico, a partir dos anos 70, mas com maior força nos anos 80 e 90, como antes mencionado, as análises no campo das ciências humanas foram mudando seus focos: “a história social e cultural deslocou seus estudos às margens da sociedade moderna, modificando a noção de sujeito e a hierarquia dos feitos e destacando os pormenores da vida cotidiana.”²⁵ (SARLO, 2011, p. 12, traduzido por mim). Se, por um lado, isso provocou um *giro subjetivo* (SARLO, 2011) e um *giro mnemônico* (SELIGMANN-SILVA, 2000) desencadeou-se um novo tipo de abordagem do espaço, dando origem a um *giro espacial* (COLOMBO, 2017).

Emblemático nesse sentido, e importante para este trabalho, é a obra *A produção social do espaço* (2013:1974), de Henri Lefebvre. Como alguns outros autores contemporâneos a ele (Jane Jacobs, David Harvey e Richard Sennet), Lefebvre abordou a *problemática do espaço*, contrapondo-se às visões reducionistas, advindas da tradição euclidiana e expressas no pensamento cientificista preponderante na época. Isto é, ao entendimento do espaço como algo matemático, lógico, como recipiente vazio, que apenas depois seria ocupado pelas pessoas²⁶. Embora essa perspectiva estivesse anunciada em Halbwachs – na medida em que afirma que um lugar recebe a marca de um grupo e vice-versa – Lefebvre explorou as abstrações e representações espaciais, buscando compreendê-las em seu dinamismo, como algo em

²⁵ “Cambieron los objetos de la historia, de la academia y de la circulación masiva, aunque no siempre en sentidos idénticos. De un lado, la historia social y cultural desplazó sus estudios hasta los márgenes de la sociedades modernas”.

²⁶ Para uma contextualização sobre a obra de Lefebvre ver: LOREA, Ion. Henri Lefebvre y los espacios de lo posible. In: LEFEBVRE, Henri. *La producción social del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013, p. 9-29.

constante movimento e como produto e produtor das relações sociais, tal como nos propomos a analisar os *Ex CCTyEs* neste trabalho²⁷.

Voltaremos ao pensamento de Lefebvre no segundo capítulo. No entanto, como meio de situar nossa abordagem, é importante ressaltar que, embora Lefebvre não explore as relações entre memória e espaço, sua vincula-se à progressiva importância que as memórias traumáticas adquiriram nesse contexto. O novo enfoque das análises – que vão se direcionando aos pormenores da vida, às pessoas e às relações que elas estabelecem na sociedade, aos grupos excluídos e marginais – ressaltou a importância das *memórias subalternas* (POLLACK, 1989) ou *traumáticas* (HUYSEN, 2014), parte das culturas minoritárias e opostas às memórias nacionais (POLLAK, 1989).

Para Huyssen (1984), a ênfase nas *memórias traumáticas* decorreu ainda de um movimento mais amplo: uma tomada de consciência histórica frente aos eventos atrozes que caracterizaram o século XX²⁸. Especialmente a partir dos anos 80 ganharam força os debates sobre o Holocausto, desencadeados pelos eventos relacionados ao terceiro Reich na Alemanha, que também aconteciam em outros países²⁹. Em um cenário de

²⁷ Para análises críticas sobre a obra de Lefebvre ver: Harvey (1990; 1996); Soja (1989); Colombo (2017).

²⁸ Segundo Huyssen (2000), especialmente a partir dos anos 80, com o dito pós-modernismo, há um desvio do olhar e ao passado e histórias, antes na penumbra, foram assim iluminadas. Frente a autores como Fredric Jameson e Jean Baudrillard – que encaram a pós modernidade como “pastiche” ou paródia pálida” (JAMESON, 1985) – Huyssen indica a necessidade de perspectivas que apontem ao potencial crítico que, segundo ele, existe e localiza-se, justamente, no contraste entre o olhar para o passado e o privilégio dado ao futuro no projeto desenvolvimentista predominante no século XX.

²⁹ “A ascensão de Hitler ao poder em 1933 e a infame queima de livros, lembrada em 1983; a *Kristallnacht*, o *progrom* organizado em 1938 contra os judeus alemães, objeto de uma manifestação pública em 1988; a conferência de *Wannsee* de 1942, que iniciou a “Solução final”, lembrada em 1992 com a abertura do museu na vila de Wannsee, onde a conferência tinha sido realizada; a invasão da Normandia em 1944, lembrada com um *grande* espetáculo realizado pelos aliados, mas sem qualquer presença russa, em 1994; o fim da segunda guerra mundial em 1945, lembrada em 1985 com um emocionado discurso do presidente da Alemanha e, de novo, em 1995 com uma série de eventos internacionais na Europa e no Japão. Estes eventos, a maioria “efemérides alemãs”, às quais se pode acrescentar a querela dos historiadores em 1986, a queda do muro de Berlim em 1989 e a unificação nacional da Alemanha em 1990 – receberam intensa cobertura da mídia nacional, remexendo as codificações da história nacional posteriores à Segunda Guerra Mundial da história nacional na França, na Áustria, na Itália, no Japão, até nos Estados Unidos e, mais recentemente, na Suíça. O *Holocaust Memorial Museum* em Washington, planejado durante a década de 1980 e inaugurado em 1993, estimulou o debate sobre a americanização do Holocausto” (HUYSEN, 2000, p. 11).

vulnerabilidade – cultural, política e econômica no início da década de 80 – dos países afetados por catástrofes, a divulgação dos debates sobre o Holocausto, enquanto ferida maior do ocidente (VEZZETTI, 2005), despertou ações voltadas para os contextos locais (HUYSEN, 2000), que iluminaram histórias de violências antes na penumbra.

Em um contexto historicamente determinado por uma constelação de eventos traumáticos – o fim das ditaduras latino-americanas, a queda do muro de Berlim, o fim do Apartheid na África e os massacres na Bósnia e em Ruanda –, os discursos de memória expandiram paralelamente aos discursos de direitos humanos, mobilizados nos sítios aqui estudados. Em comum, ambos os discursos surgiram a partir do Holocausto, se interessam pela violação e proteção dos direitos básicos, buscam corrigir os erros do passado em direção a um futuro mais justo e surgiram de discursos jurídicos, morais e éticos sobre as violências (HUYSEN, 2014).

Contudo, embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos tenha sido proclamada pela Organização das Nações Unidas no pós-Segunda Guerra Mundial, em 1948, como um conjunto de normas internacionais inerentes a todos os homens (direito à vida, à liberdade, ao trabalho, à educação etc.), tardariam algumas décadas para adquirirem importância de fato. Em 1975, quando a União Soviética assinou a Ata Final de Helsínquia da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), o tratado de DDHH cooperou para o enfraquecimento do império soviético; na década de 80, foi uma referência normativa para os movimentos sociais inseridos nos países latino-americanos pós-ditadura. No entanto, foi principalmente a partir dos anos 90 que seus usos se expandiram e se deslocaram às práticas culturais (HUYSEN, 2014).

Com o fim da Guerra Fria, o capitalismo perdeu seu contraponto, o socialismo real. Com isso, as sociedades, que experimentavam acontecimentos políticos e sociais traumáticos ou os ecos deles, mudaram de foco: desde a construção de um futuro para a elaboração de um presente por meio do olhar ao passado³⁰.

³⁰ Huyssen (2014), citando Jean Cohen, sublinha três fases dos movimentos desses discursos, que nos ajudam a compreender o processo de transição e luta política que deram origem aos lugares de memória estudados. A primeira aconteceu no pós-Segunda Guerra

Os discursos de direitos humanos, enquanto um conjunto de normas voltadas ao futuro, emergiram, desse modo, como a última utopia possível (MOYN, 2010). Apesar dos usos políticos contraditórios³¹, passaram a operar como um “pano de fundo” abstrato, respaldando e propiciando a troca de referências entre distintas histórias de violência inseridas em distintas localidades. As premissas dos Estados-Nação foram, assim, desafiadas; bem como, embora a principal dificuldade de aplicação dos DDHH enquanto normas seja a soberania dos Estados nacionais, estas [as soberanias] foram redesenhadas. O Estado deixou de ser o único provedor de um senso de identidade nacional (LEVY, 2010). Histórias provindas de outros contextos e um sentimento *cosmopolita*, de cidadão do mundo com preocupações “globais”³² – acentuado pela intensificação da globalização, em meio ao surgimento das novas mídias e tecnologias –, passaram a pesar sobre os contextos locais.

Desse modo, enquanto Halbwachs na década de 1940³³ pensava nas dinâmicas das memórias coletivas em um contexto nacional fixo; desde uma perspectiva mais contemporânea, Daniel Levy (2010) sugere que há uma

Mundial, com o reconhecimento das atrocidades cometidas contra civis durante todo o período do nazismo na Alemanha e durante a guerra, que resultou na convenção sobre o genocídio e na Declaração Universal de 1948. Na segunda, a partir da década de 50, os direitos humanos desempenharam um importante papel nos projetos anticolonialistas; no enfraquecimento da União Soviética nos anos 70; e nas transições democráticas latino-americanas dos anos 80, tornando-se uma referência normativa para os movimentos sociais. Já a terceira fase foi completamente distinta das outras. Especialmente a partir dos anos 90 os discursos de violações a direitos humanos foram frequentemente mobilizados para impor sanções deliberantes e invasões militares, justificadas, normalmente, como meio de aplicar a legislação internacional de DDHH.

³¹ Conforme se desenrolou na terceira fase dos discursos de direitos humanos apontada por Cohen (*apud* HUYSEN, 2014), exposto na nota anterior.

³² Como um meio de ilustrar o termo “preocupações globais”, outros aspectos correspondentes seriam, por exemplo, a erradicação da fome no mundo ou a questão ecológica.

³³ Note-se que a obra “A memória de coletiva” de Halbwachs foi publicada postumamente pela primeira vez em 1950, mas foi escrita na década de 1940.

*cosmopolitização*³⁴ das memórias³⁵, focada na simultaneidade das perspectivas universais e particulares, que se refere às práticas transcendentais ao território do Estado-Nação e enquadramentos étnicos, comumente associados à ideia de memória coletiva.

A aceleração dos discursos de direitos humanos – construídos em contextos locais onde convivem distintas culturas, histórias traumáticas – leva ao desafio de pensar as dinâmicas de memórias desde uma perspectiva distinta. Se fazem presentes intensos movimentos de convivência, entrelaçamento e tensões entre as diferentes violências que convivem nas cidades *cosmopolitas* e se comunicam, também, transnacionalmente³⁶.

³⁴ A noção de *cosmopolitismo* remete à ideia de “cidadão do mundo”, um sentimento, de profunda igualdade da humanidade (BOSCO, 2017). Em sua acepção sociológica, que prevalece nos dias atuais, o cosmopolitismo pode ser entendido como uma ideia que se apoia em experiências concretas e distinta; mas também influencia enquanto sentimento de uma mesma condição, a condição humana, tornando-se um idioma comum entre as nações. No plano da cultura, fala-se de uma cidade cosmopolita, onde convivem pessoas de diferentes origens e uma variedade de culinárias, viagens, filmes e livros disponíveis; no plano político, está associado a grupos que não têm uma cidadania bem definida (por exemplo, judeus e ciganos), mas também à luta pelos direitos humanos e ao ativismo global, por exemplo, à erradicação da violência no mundo; e, no plano identitário, fala-se de um cidadão cosmopolita, que constroi sua identidade a partir de viagens, do conhecimento de vários idiomas, das informações e culturas de diversas partes do mundo que convivem na sua vivência em uma cidade cosmopolita (BOSCO, 2017, p. 15).

³⁵ Levy (2010) sugere o entendimento do *cosmopolitismo* como um “mínimo universal”, que envolve um conjunto de regras universais que devem ser cumpridas, um “senso comum” cosmopolita, a partir do qual se assume que a maior parte dos indivíduos concordam com tais. Dessa forma seria um equivalente aos direitos humanos.

³⁶ Michael Rothberg (2009) aponta que as novas dinâmicas entre memórias não são nem de longe pacíficas. A coexistência delas na esfera pública leva ao principal desafio de pensar a convivência entre grupos com histórias de vitimização. Uma posição bastante comum, dentro e fora da academia, entende a esfera pública, onde as memórias coletivas se articulam, como um recurso escasso, onde a convivência entre diferentes memórias levaria a uma competição de soma-zero, como se uma memória pudesse anular a outra, como se houvessem memórias ganhadoras e perdedoras. Por esta perspectiva alguém poderia dizer, por exemplo, que as representações do Holocausto nos Estados Unidos levariam à anulação da memória da escravidão e do colonialismo; ou que as representações sobre o Holocausto em Buenos Aires anulariam a memória da ditadura. Porém, como questiona Rothberg (2009, p. 2), “a memória realmente se desenrola como um mercado de imóveis? As reivindicações por memória devem sempre ser calculadas de acordo com sua relevância para a história nacional?” Contrapondo-se a tais discursos, o autor propõe a perspectiva adotada aqui: a de multidirecionalidade de memórias. Para ele, as memórias são um aspecto de negociação contínua, e sua articulação na esfera pública permite o cruzamento de referências, como algo produtivo e não privativo. Ou seja, embora as distintas memórias possuam pesos desiguais, a convivência entre elas propicia trocas de experiências. Esta perspectiva permite deslocar o sentido competitivo, por exemplo, da afirmação “as representações sobre o Holocausto nos Estados Unidos levariam à anulação da memória da escravidão e do colonialismo”. Nesta o Holocausto atua como plataforma para a afirmação de um argumento sobre o tema da escravidão e do colonialismo, ilustrando justamente a dinâmica produtiva e intercultural chamada de memórias multidirecionais (ROTHBERG, 2009).

Pelo prisma da *multidirecionalidade de memórias*, sugerida por Rothberg (2009), assumimos aqui as memórias como um aspecto de negociação contínua. A articulação das distintas memórias na esfera pública permite o cruzamento de referências, como algo produtivo e não privativo, embora, de fato, (como se dá de forma emblemática com a memória da ditadura na Argentina) possuam diferentes pesos na esfera pública.

Esses movimentos levaram, a partir da década de 90, à multiplicação exponencial de lugares e monumentos relacionados às memórias traumáticas. Como veremos, em meados dos anos 90, na Argentina se anunciavam os primeiros movimentos em direção à refuncionalização dos *Ex CCTyEs* e à construção do *Parque de la Memoria* (PDM).

Contudo, é em Berlim, pós-queda do muro, em meio à ascensão do capitalismo financeiro, que isso se expressa com mais força nesse momento. Ao mesmo tempo que os alemães buscavam uma expressão simbólica “para a autocompreensão política da relação com Auschwitz³⁷” (HABERMAS *apud* SARLO, 2009, traduzido por mim), a arquitetura e o urbanismo ganhavam um lugar de destaque, um tanto espetacular. Por meio de concursos ou encomendas, o Estado alemão contratou distintos arquitetos de renome para construir museus, monumentos e outros tipos de objetos arquitetônicos, que incluíram aqueles dedicados à temática do Holocausto.

Na literatura, em meio às crescentes formas de representação do Holocausto – não apenas na arquitetura, mas na música, no cinema e nas artes visuais, na Europa e nos Estados Unidos – os estudiosos da memória inauguraram um debate sobre a possibilidade ou não de representar esse trauma. Retomando a emblemática frase de Theodor Adorno (1962, p.14), na qual ele apontava a impossibilidade de escrever um poema depois de Auschwitz³⁸ – pensando no papel da cultura e do crítico cultural depois do

³⁷ “*buscan una expresión simbólica para la auto comprensión política de su relación histórica esencial con Auschwitz*”. Citado em: SARLO, Beatriz. El dilema del monumento. *La Nación*, Buenos Aires, 15 de agosto de 2009. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/1160972-el-dilema-del-monumento> >. Acesso em: 20 jan. 2019.

³⁸ “[...] crítica cultural se encuentra frente al último escalón de la dialéctica de cultura y barbarie: luego de lo que pasó en el campo de Auschwitz es cosa bárbara escribir un poema, y este hecho corroe incluso el conocimiento que dice por qué se ha hecho hoy imposible escribir poesía” (Adorno, 1962, p.14).

Holocausto –, criou-se um embate de opiniões (DIÉGUEZ, 2013, p. 52-55): de um lado haviam os iconoclastas, como Gérard Wajcman (2001), que defendem a impossibilidade de representar a catástrofe; de outro, Giorgio Agamben (2008), Georges Didi-Huberman (2014), entre tantos, que argumentavam acerca da necessidade de representar o trauma. Como o leitor deve imaginar, aqui tomamos como referência aqueles autores que, desse último lado, apontam possibilidades críticas de trabalhos com a memória: para citar alguns, Andreas Huyssen, Ana Guglielmucci, Estela Schiendel, Ileana Diéguez, Hugo Vezzetti e Elizabeth Jelin.

1.3. "Lugares de memória", "lugares de memória e consciência", "sítios de memória" e "espaços de memória e promoção dos direitos humanos"

Algumas noções complementares devem circunscritas para apontar às características e funções gerais desses lugares de memória traumática, como os *Ex CCDTyEs*: a de *lugares de memória*, *lugares de memória e consciência*, *sítios de memória* e *espaços de memória e promoção dos direitos humanos*.

A noção dos *lugares de memória* foi cunhada por Pierre Nora, nos três volumes da obra homônima (*Les Lieux de Mémoire*, 1984; 1987; 1992). Pensando na identidade francesa, especialmente republicana, para ele ameaçada no século XX, o autor considerou os lugares como palco e agentes de acontecimentos, capazes de favorecer reconexões com identidades e tradições históricas (*apud* CYMBALISTA, 2016). Ao acontecer ali, o fato histórico fica intimamente conectado ao local. As memórias, dessa maneira, possuem, para o autor, uma ligação inerentemente *topográfica*, histórica e espacial. Por sua vez, esses lugares marcados pela história são capazes de produzir novos vínculos e dinâmicas sociais (DOLFF-BONEKÄMPER, 2010). Nora aplicou essa ideia a todas as dimensões da vida material. Para este trabalho, interessam especificamente lugares que, como os *Ex CCDTyEs*, se configuram ou são acessíveis – ao menos visualmente – desde o espaço público³⁹.

³⁹ Note-se que, embora, como Halbwachs, Nora aponte ao caráter construtivo da memória (no caso de Halbwachs, a coesão dos grupos e das fronteiras sócio culturais; no de Nora, a história oficial francesa), para ele os indivíduos não precisariam se conhecer para

No começo dos anos 2000, Aleida Assmann (2016) foi uma das principais autoras que desenvolveu e problematizou a ideia de *lugares de memória*, cunhando a noção de *memória cultural*: a memória encarnada nos livros, na música, nos filmes e também nos lugares. Para Assmann (2016), o Holocausto demonstrou que, para que as memórias que apareciam nos testemunhos dos poucos sobreviventes se perpetuassem no tempo, era necessário traduzi-las em *memória cultural* (em livros, músicas, filmes, arquitetura). Para atravessar gerações a memória viva precisaria de um suporte midiático, protegido por portadores materiais, como monumentos, memoriais e museus.

A partir disso, a autora construiu outra distinção importante entre a *memória cumulativa* e a *memória funcional*. Enquanto a *cumulativa* trata-se de uma massa amorfa que acolhe o que se tornou obsoleto e perdeu a relação vital com o presente; a *funcional* refere-se aos sujeitos, grupos, processos de seletividade, vinculação, valores e encontra-se sempre orientada ao futuro. No plano coletivo, as *cumulativas* contêm o que se tornou inutilizável; e a *funcional*, uma memória que, ao ser apropriada por pessoas e grupos, é resultado de um processo de seleção, associação, constituição de um sentido e delineamento de molduras.

Em uma relação de interdependência, a memória cumulativa serviria como um pano de fundo para a memória funcional. No entanto, na *memória cultural*, esses dois tipos tornam-se indistinguíveis, pois não se pode conservar algo inútil para a identidade de um grupo e, portanto, decisivo para sua sobrevivência. Contudo, Assmann também alerta que o salto entre a memória individual e viva para a memória cultural pode ser problemático. Traz consigo o risco da deformação, da redução e da instrumentalização.

No âmbito dos movimentos mapeados na sessão anterior, a literatura do final do século XX começou a questionar a obra de Nora, principalmente por sua preocupação central recair sobre a extinção de um Estado Nacional francês, laico e republicano, que ele via ameaçado no final

compartilhar uma memória comum, pois a história pertenceria a todos que fazem parte de uma nação, o que aponta à uma perspectiva historicista.

do século XX, desconsiderando, assim, grupos historicamente marginalizados. Dessa maneira, autores como Dolores Hayden (*apud* CYMBALISTA, 2016) apontaram à necessidade de trazer a público esses diversos grupos e temas – tais como questões de gênero, etnia, raça etc. Para tanto, seria, segundo ela, indispensável a busca por uma nova perspectiva de tratamento da cidade que visasse a inclusão desses grupos na sociedade (CYMBALISTA, 2016).

No fim da década de 90, as noções teóricas expandiram-se para instituições que passaram a explorar as relações entre sítios específicos e grupos historicamente esquecidos. Reconheceu-se nesses espaços uma preciosa via de transmissão de conhecimentos, capaz de ampliar a consciência histórica e afirmar os direitos humanos (CYMBALISTA, 2016).

Em 1999, o seminário *Study and Conference Center* da *Rockefeller Foundation* em Bellagio, Itália, reuniu pesquisadores e gestores de instituições de sítios de memória dolorosas. Estavam presentes representantes do *Museu do Gulag em Perm*, Rússia; do *Tenement Museum no Lower East Side*, Nova Iorque; da ONG *Memoria Abierta*⁴⁰, Argentina; do *Memorial do campo de concentração de Terezin*, República Checa; e a *Casa de Escravos*, Senegal. Como descreve Abram (*apud* CYMBALISTA, 2016), o encontro pretendeu “perguntar não apenas ‘o que é a história’, mas também ‘o que a história pode fazer para fazer do mundo um lugar melhor’”.

A troca de experiências entre essas instituições, por meio das discussões, palestras e debates, permitiu a elaboração da noção de *sítios de consciência* – lugares de memória que buscam fomentar o diálogo em torno de temas contemporâneos (CYMBALISTA, 2016); bem como a sua disseminação através da configuração da rede global *International Coalition of Sites of Conscience*, hoje composta por mais de 200 integrantes. Através dela levantam-se “questões relacionadas à memória, à história, ao debate em torno de direitos (e sua violação) em sítios pertinentes a esses debates” (CYMBALISTA, 2016).

⁴⁰ Organização de direitos humanos que objetiva divulgar os registros da última ditadura militar e suas consequências. http://www.memoriaabierta.org.ar/quienes_somos.php > Acessado em 27 jul. 2017.

Embora os lugares de memória na Argentina coincidam com os propósitos expostos pelos gestores no seminário *Study and Conference Center da Rockefeller Foundation*, no caso argentino houve um outro giro importante em meados dos anos 2000: desde a noção de *museu de memória* – como veremos, ideia esta que se desenvolvia no caldo dos debates sobre a transformação de um dos edifícios da *Ex Escuela Mecánica de la Armada* em museu – para a de *lugares de memória* ou *sítios de memória*.

Em 2003, Aníbal Ibarra, chefe de governo de Buenos Aires, solicitou ajuda financeira e técnica ao alcaide de Berlim, Klaus Wowereit, para continuar as escavações do *Club Atlético*, um sítio de memória onde impulsionou-se uma escavação arqueológica. Apoiando-se em um convênio firmado entre as duas cidades, em 1994, e baseando-se na possibilidade de intercâmbio de experiências sobre a construção e gestão de lugares de memória em Berlim, o que recém começava em Buenos Aires, a efetivação do acordo aprofundou as relações entre os dois países (GUGLIELMUCCI, 2011).

Em 2005 em Berlim e em 2006 em Buenos Aires, foram levados a cabo os encontros, de mesmo título, “*Culturas Urbanas de la Memoria – Berlín e Buenos Aires*”, onde participaram gestores, especialistas, acadêmicos e atores da sociedade civil. A ideia era compartilhar as experiências de gestão e desenvolvimento de projetos de memória relacionados a ambos genocídios. Nesse momento, uma das principais tensões criadas pelos participantes de ambas as cidades relacionava-se à diferença entre lugares considerados por eles como “cenográficos” (o Monumento aos Judeus Assassinados, em Berlim, e o *Parque de la Memoria*, em Buenos Aires) e os sítios históricos “autênticos”, que, como os *Ex CCDTyEs*, são os memoriais “no lugar”⁴¹. Os ex-centros clandestinos, como memoriais “no lugar”, passaram então a ser reivindicados como lugares de memória “autêntica”, de modo que assim incorporou-se a ideia de “sítios de memória”, conceito que parece referenciar-se em “sítio arqueológico”, como lugar onde se encontram restos materiais do passado, para fazer referência a eles (GUGLIELMUCCI, 2011).

⁴¹ Essas questões serão retomadas ao longo da dissertação.

O termo *Espacios de memoria y promoción de los derechos humanos* se consolidaria anos depois, quando os *Ex CCDDyE* já se encontravam estatizados e institucionalizados, no âmbito da *Dirección Nacional de Sitios de Memoria (DNSM)*. Tratam-se, segundo a *DNSM*, de instituições que “levam adiante de modo permanente atividades educativas, culturais, artísticas e de investigação, destinadas à transmissão da memória e à promoção dos direitos humanos⁴²”. Enquanto a atual denominação oficial dos sítios, hoje lugares de memória, apresenta-os, assim, como parte de um espectro mais amplo de preocupações, voltadas à construção de um futuro melhor.

1.4. Os centros clandestinos e um genocídio reorganizador

Na Argentina, a última ditadura, cujas memórias encarnadas nos lugares são foco da dissertação, começou em 1976. Nesse ano, os militares derrubaram a então presidenta Maria Estela Martínez, viúva do presidente Juan Perón, com a justificativa de conter o crescimento da inflação e a influência socialista.

Embora a Argentina tenha sofrido seis golpes ao longo de sua história⁴³, dessa vez era diferente. Enquanto, por exemplo, em 1930, o exército interveio para assegurar os negócios da oligarquia ameaçados pela crise de 1929; em 1976, os militares levaram a cabo um projeto de “reorganização nacional”, impondo um projeto de país próprio (CALVEIRO, 2004). Diferente dos genocídios com *outsiders*, como o genocídio aos indígenas (genocídio colonial), o genocida com os colonos (genocídio pós-colonial) ou com grupos indesejados para a construção de um Estado-Nação (genocídio fundacional), o projeto de reorganização nacional implicou em um *genocídio reorganizador*, caracterizado pelo propósito e habilidade de alterar, pela morte e horror, as relações sociais dominantes na sociedade (FEIERSTEIN, 2014, p. 188). O massacre não se daria, então, apenas pelo ato de extermínio, mas em meio a

⁴² “Llevan adelante de modo permanente actividades educativas, culturales, artísticas y de investigación, destinadas a la trasmisión de la memoria y la promoción de los Derechos Humanos” (tradução minha). Disponível em: < <https://www.argentina.gob.ar/sitiosdememoria/espacios>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

⁴³ Esses golpes ocorreram em 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976.

um processo progressivo de estigmatização, hostilização e exclusão de grupos específicos.

Assim, portanto, se deu a época mais violenta da história do país, durante a qual foram vetadas qualquer tipo de participação popular; a representação política foi severamente limitada; e, especialmente militantes de esquerda ligados às organizações peronistas e sindicatos que se opunham a um modelo agroexportador e rentista, dominante há décadas na Argentina, foram perseguidos, torturados e desaparecidos. Empregou-se a técnica da desapareição forçada, que implicou na falta de informações que permitissem verificar a morte dos indivíduos, na ausência dos corpos e de uma sepultura para os chamados detidos-desaparecidos (COLOMBO, 2017). Os grupos de direitos humanos falam em 30.000 “desaparecidos”. No entanto, trata-se de um número incerto, pois a figura do desaparecido insere-se em um limbo, de suspensão do tempo e espaço de sua morte (COLOMBO, 2017). Nesse sentido, para levar a cabo os crimes, foi preciso isolar as vítimas da sociedade. E, na sociedade como um todo, anular as redes de solidariedade e os laços que uniam as pessoas introduzindo, no lugar, a desconfiança, a solidão e o isolamento.

A figura do desaparecido reverberou para as práticas espaciais dos que conviveram com essa indefinição, em grande medida, porque o processo de reorganização nacional passou diretamente pela transformação física da cidade e pelas relações que se estabelecem a partir e através dela. Expressou-se na vontade de criar cidades à imagem e semelhança da estrutura militar: organizadas, limpas, tecnológicas e com cidadãos disciplinados.

De modo mais evidente, no espaço público construíram-se “arquiteturas autoritárias”: praças que dificultavam a reunião, edifícios militares que propiciavam o uso individual e o controle; abusou-se do concreto armado, símbolo da modernidade, na construção de estádios, passeios públicos e viadutos, que impulsionavam a circulação rápida de automóveis individuais em detrimento da circulação de pedestres, que propicia o encontro e a ação coletiva; construíram-se monumentos; e se levaram a cabo programas de embelezamento e limpeza das fachadas (SCHINDEL, 2013).

De modo mais oculto, uma série de políticas públicas visavam expulsar os pobres da cidade, acando com as *Villas Misérias*, e devolvendo os

imigrantes, como os bolivianos, a seus países de origem, por meio de iniciativas de “repatriação”⁴⁴ (OSZLAK, 2017). Além disso, estava o constante patrulhamento das ruas e avenidas da cidade, os ruidosos barulhos dos escapamentos dos automóveis dos militares, *Ford Falcón*, que tornavam o controle onipresente na cidade e na vida dos cidadãos (SCHINDEL, 2013).

Como o espaço, a sociedade era vista como passível de remodelação, como se fora possível fazer uma *tabula rasa* das práticas sociais e conflitos para dar lugar a um projeto radical (SCHINDEL, 2013). Devia-se eliminar qualquer empecilho. Sejam espaciais, que propiciavam a criação de laços sociais; seja deslocando os pobres à periferia ou aniquilando os integrantes de grupos de esquerda. Para habitar a cidade era preciso merecê-la⁴⁵ (OSZLAK, 2017), e isso implicava em encaixar-se no modelo político, social, econômico e também urbano imaginado pelos militares. Dessa forma, as intervenções espaciais não devem ser compreendidas como efeitos colaterais do projeto de reorganização nacional, mas meios e expressões das transformações radicais que se deram na Argentina durante esse período (SCHINDEL, 2013).

Os centros clandestinos inseriam-se como tecnologias centrais desse genocídio reorganizador (FEIERSTEIN, 2014). Tendo como modelo os campos de concentração nazistas na Segunda Guerra Mundial, na Argentina eles surgiram ainda na democracia em 1975, quando o poder executivo ordenou, por meio do Decreto nº 261/75, que o exército argentino e as forças aéreas aniquilassem as “forças subversivas” atuantes na cidade de Tucumán – ação chamada de *Operativo Independencia*⁴⁶. No entanto, se antes

⁴⁴ Ver: “Repatriación” de inmigrantes bolivianos, 1978. In: *Archivo Histórico RTA S.E.* 1978. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iDJ0xcng6DM&t=81s> > Acessado em: 26 fev. 2019.

⁴⁵ Para uma análise profunda dos processos de formulação e implementação de políticas públicas nesse contexto autoritário, ver o livro “*Merecer la ciudad*” de Oscar Oszlak (2017). Nele o autor elegeu algumas políticas públicas que, ignorando a ideia de um *direito à cidade*, mudaram radicalmente a fisionomia de Buenos Aires e realocaram as habitações dos pobres das zonas centrais às áreas periféricas.

⁴⁶ O Decreto nº 261/75 deu início à ocupação militar ao sudoeste da província de Tucumán, com o intuito de realizar “todas as operações militares necessárias para neutralizar ou aniquilar o acionar de elementos subversivos que atuam na província de Tucumán” (DECRETO Nº 261/75 *apud* COLOMBO, 2017, p. 57, traduzido por mim). Em 1975 chegaram à zona cinco mil membros de diferentes forças, entre o exército, a *Gendarmería*, as polícias federal e provincial. O comandante da operação distribuiu o terreno a seis forças

da ditadura eram usados mais como uma das tecnologias da repressão, com o golpe de 1976, os campos de concentração e a técnica da desapareição passaram a ser executados diretamente pelas instituições militares, e o eixo de sua execução deslocou-se desde as prisões à desapareição forçada de pessoas (CALVEIRO, 2004).

Durante a ditadura foram construídos mais de 700 centros clandestinos por todo o país, que funcionavam em delegacias, edifícios militares ou propriedades particulares. Diferente dos campos de concentração nazistas, muitas vezes implantados fora das zonas urbanas, localizavam-se especialmente nas cidades e em bairros de classe operária, como meio de evitar a formação de grupos de resistência.

Em escala nacional, para levar a cabo a “missão do exército”, os militares subdividiram a Argentina em 5 zonas e 27 subzonas. Cada zona ficava sob o controle de uma força, o que levava a algumas poucas variações das suas formas de administração; bem como determinava quem tinha o controle sobre os destinos das vítimas, que podiam ser a liberdade (sempre vigiada), a transferência para outro centro, ou o *traslado*, por meio dos *Vuelos de la muerte*.

No interior, os sequestrados eram desumanizados (a primeira coisa que se fazia era desnudá-los e trocar seus nomes por números), disciplinados e torturados. Os entornos dos centros eram constantemente patrulhados, as portas estavam sempre fechadas, havia o controle dos vizinhos, os ruídos e os cheiros, que se deixavam escapar das torturas e por vezes invadiam o interior das casas próximas aos *CCDTyEs*.

Esses lugares eram, portanto, ao mesmo tempo discretos, ocultos e óbvios, uma realidade negada/sabida (CALVEIRO, 2004). Por sua proximidade física, por estarem “do outro lado da parede”, só podiam existir em meio de uma sociedade que, por sua impotência, escolhe não ver. Ao mesmo tempo se tornavam os motores dessa paralisação da sociedade. Esta funcionava como uma caixa de ressonância do poder concentracionário e

tarefas, três esquadrões de *Gendarmería* e implantou diversas bases militares, acampamentos e centros clandestinos, que permaneceram lá até 1983 (COLOMBO, 2017, p. 57).

desaparecedor, que permitia a difusão dos ecos desse poder, mas era, ao mesmo tempo, sua destinatária favorita (CALVEIRO, 2004).

Portanto, enquanto a morte aparecia de fato no interior dos centros clandestinos, seus efeitos reverberavam diretamente nos seus entornos e, logo, na escala do país. Eles podem ser entendidos como *espacios de excepción*, lugares onde as leis jurídicas estão suspensas e onde as pessoas são desprovidas de sua condição de cidadãos (SCHINDEL *apud* AGAMBEN, 2013). Na Argentina, ao serem multiplicados por mais de 750, formaram um *arquipélago de exceções*: “uma multiplicidade de zonas extraterritoriais discretas, a expressão espacial de uma série de ‘estados de emergência’ ou estados de exceção que são criados por uma lei [...] ou aparecem de *facto* em seu interior”⁴⁷ (SCHINDEL *apud* WEIZMAN, 2013, p. 4, traduzido por mim). Constituíram-se, dessa maneira, em uma rede própria, ao mesmo tempo onipresente e emaranhada ao resto da sociedade e às dinâmicas do governo ditatorial.

Figura 6. Mapas de centros clandestinos e outros lugares de reclusão ilegal.
Fonte: Dirección Nacional de Sitios de Memoria (DNSM), 2015.

⁴⁷ “Una multiplicidad de zonas extraterritoriales discretas, la expresión espacial de una serie de ‘estados de emergencia’ o estados de excepción que son creados a través de una ley [...] o aparecen de *facto* en su interior”.

1.5. O espaço público como ferramenta política: primeiras ações

Com a redemocratização, não à toa o espaço público, entendido como democrático e por ora restrito na ditadura, tornou-se palco e agente de reivindicações e debates. Como o governo ditatorial pretendeu destruir laços e provocou profundas rupturas na sociedade, a “recuperação”⁴⁸ dos *Ex CCDDyE*, deve ser compreendida em um cenário onde a marcação, a reorganização material e simbólica do espaço público atuou como um meio de fazer memória e fazer política (GUGLIELMUCCI, 2019).

As reclamações por justiça e verdade foram encaminhadas ainda durante a ditadura, a partir do surgimento tímido dos auto-nomeados grupos de direitos humanos (JELIN, 2017). Enquanto, no exterior, aconteciam uma série de denúncias por parte de exilados políticos às organizações de DDHH internacionais; a partir de 1977, as *Madres de Plaza de Mayo* passaram a ocupar a *Plaza de Mayo*, reivindicando notícias sobre o paradeiro de seus filhos.

Nesse primeiro momento – quando os militares negavam a existência de tais vítimas, lograram censurar as denúncias de exilados políticos desde o exterior, ignoraram os relatórios de organizações internacionais⁴⁹ e, com isso, as denúncias relativas aos centros clandestinos – o espaço público atuava, principalmente, como lugar de marchas e reivindicações voltadas ao esclarecimento do paradeiro dos desaparecidos.

⁴⁸ Seguindo a reflexão de Luciana Messina (2010), utilizamos aspas para o termo “recuperação” porque, ao nosso ver, o termo não dá conta da complexidade dos processos de refuncionalização dos ex centros clandestinos aqui trabalhados em lugares de memória. No entanto, é sistematicamente utilizado pelos atores sociais que participaram desses movimentos, marcando, mais que nada, uma posição subjetiva e expressando o modo como tais processos foram vividos por um setor específico da população. Tãmanha a aderência ao termo, que este foi incorporado a diversos programas estatais relacionados à promoção da memória sobre o terrorismo de Estado.

⁴⁹ Como o da *Amnesty International* em 1976 e o da *Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH)* da Organização de Estados Americanos (OEA) em 1979. A *Amnesty International* elaborou, a partir das diversas denúncias, uma lista de desaparecidos onde constavam 2.665 nomes e entregou à OEA. A *CIDH* recebeu 5.580 denúncias, o que levou a visita da comissão ao país entre 6 e 20 de setembro de 1979. Nesse período os membros entrevistaram algumas das principais autoridades nacionais, como o general Jorge Rafael Videla, integrantes da Junta Militar e ministros, bem como visitou alguns dos centros clandestinos. Na ocasião a *CIDH* elaborou um relatório e fez recomendações ao chefe de Estado Videla, no entanto essas ações não tiveram foram efetivos para acabar com a ditadura militar e incriminar os culpados.

No começo, esses movimentos eram levados prioritariamente pelas *Madres de Plaza de Mayo*, a princípio um grupo composto por quatorze donas de casa de diferentes classes sociais sem qualquer experiência política (AMIGO, 2009). Depois de uma reunião sem sucesso com Jorge Rafael Videla⁵⁰, elas escolheram a *Plaza de Mayo*, símbolo político, econômico e palco de protestos dos trabalhadores desde a presidência de Juan Perón, “para romper o muro de silêncio sobre as desapareções de seus filhos e recompor a territorialidade social⁵¹” (AMIGO, 2009, p. 204, traduzido por mim).

Lá foram duramente reprimidas e sequestradas (AMIGO, 2009, p. 204). Porém, principalmente depois da intensa cobertura da mídia internacional durante os jogos da copa do mundo de futebol em 1978, começaram a conquistar um lugar simbólico de resistência internacionalmente, o que lhes garantiu um pouco mais de segurança (HUYSEN, 2014). Isso cooperou, para que, com o começo da recomposição das forças populares, outras lutas se somassem a elas e, assim, a partir de 1981, consolidassem um lugar de resistência nas ruas (AMIGO, 2009, p. 204).

Nesse ano desenvolveram as emblemáticas *Marchas de la Resistencia*, na qual permaneciam marchando na praça por 24 horas ininterruptas, seguindo a marcação circular da *Plaza de Mayo*. A primeira edição, quando a ditadura ainda estava em pleno vapor, foi favorecida por desacordos dentro do governo que levaram o general Galtieri ao executivo, multiplicando os conflitos partidários (AMIGO, 2009, p. 205); mas já na segunda, em 1982, elas foram violentamente reprimidas.

⁵⁰ Ditador escolhido como chefe de Estado pelos militares, que permaneceu no comando do país entre 1976-1981.

⁵¹ “Para romper el muro el silencio sobre las desapariciones de sus hijos y recomponer la territorialidad social”.

Figura 7. Primeira ocupação das *Madres de Plaza de Mayo* em 30 de abril de 1977. Nesse momento o grupo era composto por 14 mulheres que, dado que estava proibida qualquer reunião com mais de três pessoas em via pública, começaram a dar voltas na *Plaza de Mayo*. Fonte: Annur Tv. Disponível em: < <https://www.annurtv.com/nota/36344-annurlife-a-40-anos-de-la-primera-marcha-de-madres-de-plaza-de-mayo.html> > Acessado em: 20 jan. 2019.

Figura 8. *Madres* na *Plaza de Mayo* durante a primeira *Marcha de la Resistencia* em 30 de abril de 1977. Fonte: Universal Medios. Disponível em: <http://www.universalmedios.com.ar/efemerides/dia-del-coraje-civil/> > Acessado em: 20 jan. 2019.

Figura 9. *Madres de Plaza de Mayo* sendo reprimidas pela polícia na segunda *Marcha de la Resistencia* em 1982. Fonte: Centro de la Imagen. Créditos: Daniel Garcia. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/orda/3548?lang=en>> Acessado em: 10 jan. 2019.

Dois dias depois da segunda edição da marcha, a Argentina iniciou a Guerra das Malvinas. Embora, com isso, o governo ditatorial, já enfraquecido, buscasse uma autolegitimação como meio de manter-se no poder – e a possibilidade de recuperar a ilha tenha sido comemorada por centenas de cidadãos também na *Plaza de Mayo* – o resultado foi desastroso. Em 74 dias, cerca de 649 pessoas, enviadas sem nenhuma experiência militar, e sistematicamente torturadas, morreram nos combates com a Inglaterra. Isso, associado à uma dívida externa exorbitante⁵² e às crescentes reivindicações e denúncias de grupos de direitos humanos, tornaram impossível a permanência dos militares no poder.

⁵² Para uma análise sobre as políticas econômicas empreendidas na ditadura militar, cujos efeitos são até hoje experimentados pelo país, ver Basualdo (2002).

Figura 10. Madres de Plaza de Mayo em 1982 com a placa "Las Malvinas son argentinas los desaparecidos también". Fonte: Archivo Centro de la Imagen. Créditos: Amado Casabelle. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/orda/3548?lang=en>> Acessado em: 10 jan. 2019.

Nesse contexto anuncio-se o calendário eleitoral, impulsionando uma intensa atividade entre os partidos políticos, que alternavam entre as acusações ao radicalismo militar e as promessas de democratização de Raúl Alfonsín (AMIGO, 2009, p. 206). Pouco antes de saírem do governo, os militares redigiram o *Documento final da Junta Militar na Guerra contra a subversão*, justificando a repressão (a princípio negada) como um meio de acabar com a subversão das guerrilhas de esquerda; bem como aprovaram uma lei de auto-anistia a seu favor (Lei nº 22.924), com base em tal justificativa.

Contudo, chegava ao auge as reivindicações das *Madres de Plaza de Mayo*. Colocando cartazes e distribuindo folhetos pela cidade, elas convocaram a terceira das marchas, para o dia 21 de setembro de 1983.

Ao tomarem conhecimento da convocação da *III Marcha de la Resistencia*, os artistas Rodolfo Aguerreberry, Julio Flores e Guillermo Kexel vislumbraram a possibilidade e, dada a visibilidade que adquiriam as *Madres*, a necessidade de realizar, nesse marco, uma intervenção que vinham elaborando: o *Siluetazo*. A ideia era representar a partir do símbolo da silhueta, ao mesmo tempo, cada um dos desaparecidos e o conjunto deles,

suas ausências e presenças, em uma ação coletiva no espaço público (na *Plaza de Mayo*), que cooperasse para a reconstituição do corpo social estremecido pela ditadura.

As primeiras ideias que originaram o *Siluetazo* surgiram pouco antes do fim da ditadura, em 1982. Inicialmente, a proposta fora destinada a um edital do *Salón de Objectos y Experiencias* da *Fundación Esso*, uma instituição particular, para qual os artistas propuseram a apropriação do espaço por meio do dimensionamento físico dos corpos desaparecidos durante a ditadura militar. Em função da Guerra das Malvinas, o evento nunca se concretizou.

Na mesma época Flores, Aguerreberry e Kexel, conheceram duas intervenções que aconteceram poucos anos antes no exterior: a proposta do polonês Jerzy Skapski sobre as vítimas de Auschwitz, em 1978; e a intervenção de artistas latino-americanos exilados na Europa reunidos na *AIDA* (*Asociación Internacional de Defensa de los Artistas Víctimas de la Desaparición en el Mundo*), fundada em París, em 1979.

A obra de Skapski foi divulgada em 1978 na revista *El Correo de la UNESCO*. Na edição foi apresentado um cartaz com vinte e quatro fileiras de pequenas silhuetas que representavam mulheres, homens e crianças mortos no Holocausto, acompanhado do seguinte texto:

Cada día en Auschwitz morriam 2.370 pessoas, justamente o número de figuras reproduzidas aqui. O campo de concentração de Auschwitz funcionou durante 1688 dias, e esse é o número de exemplares impressos desse cartaz – no total morreram no campo aproximadamente quatro milhões de seres humanos⁵³. (*apud* LONGONI; BRUZZONE, 2009, p. 27, traduzido pela autora).

Por sua vez, a *AIDA* realizou uma marcha em Paris, na qual os manifestantes carregavam estandartes e bandeiras com a imagem dos bustos dos desaparecidos. Ademais, somou-se como referência um exercício que Aguerreberry e Flores realizavam em aula para crianças de 6 a 9 anos. Em duplas, os meninos e meninas deveriam representar seu corpo a partir dos movimentos de suas silhuetas, comandados pelo companheiro de trabalho.

⁵³ “Cada día en Auschwitz morían 2.370 personas, justo el número de figuras que aquí se reproducen. El campo de concentración de Auschwitz funcionó durante 1688 días, y ese es exactamente el número de ejemplares que se han impreso de este cartel. En total perecieron en el campo unos cuatro millones de seres humanos” (*apud* LONGONI; BRUZZONE, 2009, p. 27).

Figura 11. Cartaz elaborado pelo artista Jerzy Scapski, publicado na revista *El Correo Eletronico de la UNESCO* em outubro de 1978. Fonte: arquivo pessoal de Roberto Amigo. Disponível em: < <http://www.archivosenuso.org/viewer/535> > Acessado em: 20 jan. 2019.

A partir desses trabalhos, Aguerreberry, Flores y Kexel decidiram que, para proporcionar a dimensão física da ausência dos 30.000 corpos, era necessário que o signo principal fosse a imagem das silhuetas, a qual devia estar em tamanho real. E sabendo que as *Madres* haviam sido expulsas da *Plaza de Mayo* na primeira e na segunda marcha o *Siluetazo*, a princípio pensado como uma intervenção artística, devia ser transformado em uma ferramenta de luta. Para isso, a atividade devia ser socializada por meio do compartilhamento da execução,

e deviam estar claros o caráter de protesto e que se falava dos desaparecidos (FLORES, 2016).

Ocupar a praça, desenhar as silhuetas sobre papéis que deveriam ter o tamanho suficiente para acomodar um corpo e, por fim, colar nos muros dos edifícios ao redor. Na ocasião da terceira *Marcha de la Resistencia* mulheres, homens e crianças aderiram à prática de desenhar os corpos uns dos outros. Em poucas horas haviam centenas de pessoas na *Plaza de Mayo* que queriam representar seus familiares, amigos e conhecidos e, já na primeira hora, a ação passou a acontecer espontaneamente.

A ação, constituída de três momentos chaves e interdependentes – ocupar, desenhar e colar – construiu-se simultaneamente com um ato político e estético, no qual o objetivo político não poderia ser alcançado sem a prática estética (AMIGO, 2009, p. 212). Como meio de reconstruir os elos perdidos durante a ditadura através da ocupação do espaço público restrito, o desenho só aconteceria se houvesse uma cooperação mútua entre aquele que desenha e do que se deixar desenhar (LIPRANDI, 2009). O ato de ‘colocar o corpo’, portanto, aparecia não apenas direcionado à reconstrução do corpo de um indivíduo desaparecido, mas também à reconstrução do corpo social, naquele momento rompido (LIPRANDI, 2009, p. 38).

As Madres de Plaza de Mayo, no dia do estudante [de 1983] decidiram ocupar a praça por 24 horas. [...] Essa ocupação teve um caráter especial, não era só política, era, também, estética: o *Siluetazo*. [...] A consciência do genocídio a partir do impacto da imagem e da transformação do espaço urbano. Os edifícios que definem ideologicamente a praça são ocupados por silhuetas de *detenidos-desaparecidos*. O pedestre ocasional percorre um espaço que não é o cotidiano, é o espaço da vitória – mesmo que efêmera –, da rebelião frente ao poder⁵⁴. (BUNTINX *apud* AMIGO, 2009, p. 258, traduzido por mim).

⁵⁴ “Las Madres de Plaza de Mayo, en el día del estudiante [de 1983] deciden la toma de la plaza por 24 horas. [...] Esta toma tiene un carácter especial, no es sólo política, es, también, estética: el *Siluetazo*. [...] La conciencia del genocidio a partir del impacto de la imagen y de la transformación del espacio urbano. Los edificios que definen ideológicamente a la plaza son ocupados por las siluetas de *detenidos-desaparecidos*. El transeúnte ocasional recorre un espacio que no es el cotidiano, es el espacio de la victoria – aunque efímera – de la rebelión ante el poder.”

Figura 12. *Siluetazo* (1983). Créditos: Guillermo Kexel. Disponível em: <<https://rivkahetherington.files.wordpress.com/2011/08/>imagen-siluetazo-1.jpg>> Acessado em: 3 maio 2016.

Figura 13. Mulher sendo contornada durante o *Siluetazo* em 1983. Créditos: Eduardo Gil.

Fonte:
<https://jaquealarte.files.wordpress.com/2013/06/eduardo_gil_siluetazo_1.jpg>
Acessado em: 15 maio 2016.

Com o decorrer das marchas das *Madres*, que sempre vestem um pano branco na cabeça⁵⁵, começaram a surgir desenhos desses *pañuelos* no chão que, desde então, são repintados por mãos anônimas. Posteriormente, tanto os *pañuelos* como as silhuetas foram gradualmente sendo incorporados nas marchas e reivindicações relacionadas aos sítios de memória e pintados nos muros e no interior desses lugares.

Desse modo, essas primeiras ações de ocupação e marcação do espaço público foram se consolidando de tal modo que seus signos passaram a ser parte de uma gramática comum, que referencia a luta relacionada a ditadura. Note-se que, tamanha a importância que adquiriram, enquanto símbolo da luta, em 2005, a área onde os *pañuelos* encontram-se pintados foi declarada, por meio da Lei CABA n° 1.653, sítio histórico⁵⁶ da cidade. O *Siluetazo*, por sua vez, além de ter impulsionado a incorporação da silhueta como parte de tal gramática, cruzou continentes e adquiriu diversas versões, não só na Argentina como em outros países do mundo e sobre outras histórias de violência⁵⁷.

⁵⁵ As *Madres* começaram a usar o *Pañuelo* em 1977, quando recém se formavam como grupo, no marco da *Peregrinacion a Lujan*, que parte da paróquia de *San Caetano*, em *Liniers*, e vai até a *Basílica de la Virgen*. Tratava-se de uma das poucas circunstâncias na ditadura em que se concentravam milhares de pessoas. Assim, julgaram importante ir para se apresentar aos sacerdotes e bispos presentes na missa. Nessa ocasião, para tornarem-se visíveis na multidão e se reconhecerem, decidiram usar uma fronha bordada com o nome dos filhos.

⁵⁶ “La Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires declara “Sitio Histórico” al área que rodea a la Pirámide de Mayo, espacio en el cual se encuentran pintados los pañuelos que identifican a las Madres de Plaza de Mayo, de acuerdo a lo dispuesto en el art. 4°, inc. a), de la Ley N° 1.227 (B.O. N° 1850)”. (BUENOS AIRES, Lei CABA 1.653 de 3/05/2005, Art.1). Disponível em: < <http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley1653.html> >. Acesso em: 20 jan. 2019.

⁵⁷ Por exemplo, o *Siluetazo* por *Ayotzinapa* que aconteceu no *Museu de Arte Contemporânea de Barcelona* (MACBA) em 2014 em homenagem aos 43 estudantes desaparecidos e 9 mortos da *Escuela Normal Rural de Ayotzinapa*, atacados pela polícia estatal e municipal de Iguala, no México, em 2014. Disponível em: < <https://www.macba.cat/es/pei-siluetazo-ayotzinapa> > Acessado em: 20 jan. 2019.

Figura 14. *Pañuelos pintados no chão da Plaza de Mayo, 2017.* Fonte: El País. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2017/03/17/argentina/1489769711_624725.html > Acessado em: 17 jan. 2019.

1.6. Verdade e justiça: o reconhecimento dos CCDTyEs

No contexto das ações descritas na sessão anterior, Alfonsín iniciou o processo de transição argentino com “a tarefa sem precedentes de assegurar a legitimidade e o futuro das políticas emergentes, buscando maneiras de comemorar e avaliar os erros do passado” (HUYSEN, 2014, pp. 16-17). Mesmo com a situação delicada do país, o clima era de grande efervescência e esperança, com um governo que buscava reforçar as vantagens da democracia e reavivar o orgulho nacional (HUYSEN, 2014). Alfonsín apostou em uma política cultural que retomou para o uso público lugares icônicos da cidade, como a *Casa Rosada*, o *Congreso* e a *Avenida de Mayo*. Lá passaram a acontecer shows e eventos ao ar livre, comemorando a mudança política e oferecendo aos habitantes de Buenos Aires uma nova vivência da cidade.

Desde sua campanha eleitoral, o presidente também prometia revogar a lei de auto-anistia aprovada pelos militares. No entanto, ressaltava que para julgar as violações de direitos humanos era preciso distinguir categorias entre os culpados: “os que criaram a repressão e emitiram as ordens correspondentes; aqueles que atuaram além das ordens, movidos por

crueldade, perversidade e cobiça e aqueles que as seguiram estritamente⁵⁸” (CRENZEL *apud* ALFONSÍN, 2013, p. 4, traduzido por mim).

Assim, poucos dias depois de assumir, revogou tal lei; bem como declarou, por meio dos Decretos Nacionais n° 157/83 e n° 158/83, a perseguição às três primeiras *Juntas Militares* e a sete líderes das guerrilhas de esquerda. Esta última ação deu origem ao que ficou conhecido popularmente como “teoria dos dois demônios” porque atribuía a violência a dois grupos específicos da sociedade e justificava (pois não compreendia a ilegalidade da repressão estatal), o terrorismo de Estado como uma reação às ações dos grupos guerrilheiros de esquerda (CRENZEL, 2013), equiparando os crimes de tais grupos.

Além disso, Alfonsín também propôs o julgamento dos militares em cortes de primeira instância, com a possibilidade de eles recorrerem ao júri popular e sob o princípio de obediência para todos, com exceção dos militares de alto cargo. Porém, os organismos de DDHH enfatizavam a necessidade do julgamento frente a uma bi-câmara e argumentavam que uma corte militar não iria levar a sentenças adequadas (CRENZEL, 2013).

Ainda em 1983 foi então criada a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) para “averiguar o destino dos desaparecidos” e “receber as denúncias e provas, remetendo-as diretamente à justiça” (CRENZEL, 2013, p. 13). Composta por personalidades da sociedade civil, representantes de organizações de DDHH, integrantes da câmara dos deputados e personagens notáveis – jornalistas, intelectuais, advogados e membros da Igreja⁵⁹ – teve como tarefa receber as denúncias e as provas dos crimes cometidos na ditadura, encaminhá-las à justiça, investigar o paradeiro dos desaparecidos, denunciar toda a tentativa de

⁵⁸ “Los que plantearon la represión y emitieron las órdenes correspondientes; quienes acusaron más allá de las ordenes, movidos por crueldad, perversión, o codicia, y quienes las cumplieron estrictamente”.

⁵⁹ Os componentes da CONADEP eram: Ernesto Sábato, escritor; Ricardo Colombres, jurista; René Favalaro, cardiólogo; Hilario Fernández Long, engenheiro e educador; Carlos T. Gattinoni, Bispo da Igreja Evangélica Metodista Argentina; Horacio H. Huarte, deputado nacional; Gregorio Klimovsky, matemático e epistemólogo; Santiago M. López, deputado nacional; Marshall Meyer, rabino e ativista dos direitos humanos; Jaime de Nevares, bispo católico; Hugo D. Piucill, deputado nacional; Eduardo Rabossi, filósofo; Magdalena Ruiz Guiñazú, jornalista.

destruir provas e emitir um relatório final (CRENZEL, 2008, p.18). Sejam as provas relativas aos crimes cometidos pelos militares, de desaparecimento forçada e sequestros de crianças; sejam relativas às ações dos grupos guerrilheiros de esquerda.

A princípio, a comissão foi rechaçada pela maioria dos organismos de DDHH, sob o principal argumento de que o parlamento era o lugar “natural” para as investigações e só uma comissão composta por duas câmaras garantiria sua efetividade (CRENZEL, 2014). Porém, surpreendentemente, as atividades da *CONADEP* logo extrapolaram as metas previstas. Em poucos meses a comissão recebeu cerca de 5580 denúncias, majoritariamente de familiares de desaparecidos de Buenos Aires, recolhidas e concedidas, em grande parte, por organizações de DDHH nacionais e internacionais.

No entanto, os desafios não eram pouco e demandaram modos particulares de abordagem. Um dos primeiros relacionava-se à origem dos testemunhos, pois, nos primeiros meses, apenas 70 eram de sobreviventes, o que limitava a identificação dos cativos e dos militares que ali atuaram. Frente a isso, foram criadas delegações em distintos lugares, como *Córdoba*, *Bahía Blanca* e *Mar del Plata*; bem como equipes de rua, que incitavam vizinhos e companheiros a declarar, caso houvessem sido testemunhos.

Desse modo o acervo testemunhal foi aprimorado, mudaram suas características e a qualidade das informações existentes (CRENZEL, 2013). Chegou-se a 1500 depoimentos de sobreviventes (CRENZEL, 2013), o que levou, dentre outras coisas, ao aprofundamento do conhecimento sobre os centros clandestinos. As informações sobre os lugares já conhecidos, por onde passaram uma maior quantidade de desaparecidos (*ESMA*, *Club Atlético*, na capital; *Vesubio* e *Campo de Mayo*, localizados na província de Buenos Aires; e *La Perla*, em *Córdoba*) foram ampliadas; a eles somadas centenas de delegacias e dependências militares; apresentaram-se ao *CONADEP* oficiais, suboficiais, policiais, responsáveis pelos centros e os crimes lá cometidos; e, reconhecendo a importância dos vizinhos, a comissão começou a recolher depoimentos dessas testemunhas indiretas, que conviviam cotidianamente com a presença de *CCDTyE* em seus bairros (CRENZEL, 2013).

A partir de então, as informações foram classificadas por centro clandestino, incluindo nessa categoria toda a dependência que funcionou como cativo, mesmo que por algumas horas. Isso levou a considerar que todas as dependências policiais ou militares que, por sua própria condição, podiam haver sido usadas para fins de repressão. E, assim, mediante aos diversos lugares que foram sendo localizados, vislumbrou-se o alcance do plano em âmbito nacional e o caráter sistemático da desapareição.

Mais que isso, a comissão passou a “inverter a raiz do caráter do espaço estratégico da desapareição. O lugar que se constituíram os centros clandestinos se transformou no eixo para reconstruir a materialidade das desapareições”⁶⁰ (CRENZEL, 2013, p. 17, traduzido por mim). Mesmo frente a distintas dificuldades – por exemplo, entrar onde funcionavam as forças policiais – logrou-se mobilizar os depoimentos para reconstruir a materialidade dos centros clandestinos, colocando-os no centro desse trabalho.

Isso se deu a partir das inspeções nesses lugares junto a testemunhos, fotógrafos, arquitetos, meio pelo qual se pôde comprovar os usos desses espaços para fins repressivos, registrando-os para serem usados como prova jurídica dos crimes ocorridos.

No entanto, dado que os setores concentracionários estavam, em grande parte, desmanchados ou modificados, a comissão adotou uma abordagem particular para reconhecê-los: em vez da busca por rastros, as inspeções se davam pela chave das interpretações dos signos materiais, a partir dos depoimentos e testemunhos que acompanhavam as visitas. Enquanto um fotógrafo registrava os espaços, um arquiteto desenhava *in situ* esboços em planta baixa que reconstituíam a organização concentracionária a partir do que contavam as vítimas que acompanhavam as inspeções. Os resultados incluíram registros fotográficos e desenhos, foram compilados em *dossiers* e associados aos testemunhos e documentos recolhidos (CRENZEL, 2013).

⁶⁰ “La Comisión invirtió de raíz el carácter del espacio estratégico de desaparición. El no lugar que constituyeron los centros clandestinos se transformo en el eje para reconstruir la materialidad de las desapariciones”.

Figura 15. Sobrevivente sendo levado vendado por membro da comissão – como ficavam quando encarcerados – para reconhecer o ex-centro clandestino *Ingenio Lules* em 1984. Fonte: Archivo Nacional de la Memoria. Créditos: Enrique Shore. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/orda/3548?lang=en> > Acessado em: 10 jan. 2019.

Figura 16. Reconhecimento do *Ex Olimpo* durante a inspeção da CONADEP em 1984. Fonte: Arquivo CONADEP.

O trabalho desenvolvido pelo *CONADEP* deu origem ao relatório *Nunca Más*. Um ano depois, em uma noite de 1984, 70.000 pessoas se reuniram na *Plaza de Mayo* para comemorar a entrega do relatório ao então presidente Alfonsín (CRENZEL, 2008, p.19). O livro tornou-se um *best-seller*, foi traduzido para o português e para o inglês e tornou-se referência para outras comissões da verdade (como a brasileira). Assim, se, a princípio, o *CONADEP* fora rejeitado por quase todas as organizações de direitos humanos,), acabou sendo amplamente aceito, em grande medida pela ênfase no discurso das vítimas e por incluir representantes de grupos de DDHH como atores centrais no trabalho desenvolvido (CRENZEL, 2013).

Em 1985, o *Nunca Más* tornou-se base para o *Juicio a las Juntas Militares*, criado pelo Decreto n° 158/83⁶¹. Por meio dele, o poder executivo ordenou o julgamento de nove militares que comandaram o golpe e estiveram no comando do país entre 1976 e 1982⁶², dos quais cinco foram condenados⁶³.

Dessa forma, enquanto o *CONADEP* permitiu a construção de uma verdade pública em relação aos crimes de terrorismo de Estado dos anos 70'; o *Juicio a las Juntas* anunciava o tempo da justiça e demonstrava a capacidade do Estado democrático de se impor acima das forças armadas. Os julgamentos concederam uma certa dramaticidade aos registros do *CONADEP*: colocaram o poder judicial no centro da cena institucional, transformaram as vítimas em testemunhos, os repressores em acusados e os atores públicos que assistiam aos julgamentos em observadores. O pêndulo das narrativas deslocava-se, então, desde o pessoal, historicamente contextualizado (chave pela qual trabalhavam as *Madres* inicialmente) às demandas universais por direitos humanos (JELIN, 2017).

Pouco a pouco, a teoria dos dois demônios, amplamente aceita ainda no governo Alfonsín, foi sendo substituída pelo consenso de que o

⁶¹ Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/document/nacional/decr158.htm> >
Acessado em: 17 jan. 2019.

⁶² Jorge Rafael Videla, Orlando Ramón Agosti, Emilio Eduardo Massera, Roberto Eduardo Viola, Omar Graffigna, Armando Lambruschini, Leopoldo Fortunato Galtieri, Basilio Lami Dozo e Jorge Anaya.

⁶³ Videla, Massera, Viola, Lambruschini.

Estado cometera graves violações aos direitos humanos (HUYSEN, 2014). Os jornais e revistas que haviam encoberto e apoiado a intervenção militar passaram a publicar os relatos de horror quase diariamente. Desse modo, as ações de verdade e justiça foram provocando uma mudança no discurso público: desde a guerra anti-subversiva, até a de que os militares haviam cometido graves violações aos direitos humanos.

Por outro lado, ainda no governo Alfonsín, em 1986 e 1987, respectivamente, foram aprovadas as Leis *Punto Final* (nº 23.492) e *Obediencia Debida* (nº 23.521). A primeira paralisou as investigações e anistiou os militares; e a segunda lei determinou que os crimes cometidos não eram puníveis, alegando que muitos dos militares foram coagidos a cometer os crimes por seus superiores.

Enquanto uma das respostas da sociedade, muitos organismos de direitos humanos passaram a pressionar o poder judicial. Logo nos primeiros meses de 1987, com a anúncio da primeira lei, foram empreendidos uma quantidade inesperada de processos em todo o país (JELIN, 2017); bem como novas reivindicações tomaram as ruas de Buenos Aires em favor da revogação das leis de impunidade.

A situação foi agravada com a entrada de Carlos Menem no poder executivo. Em 1989, sob o argumento da reconciliação e de união nacional, o então presidente assinou quatro decretos que perdoavam os responsáveis pelos crimes da ditadura militar – dentre eles, aqueles que não foram beneficiados pelas Leis *Obediencia Debida* e *Punto Final*; os responsáveis políticos e criminais pela Guerra das Malvinas⁶⁴; os *carapintadas*, que realizaram um levante em favor de uma maior impunidade no governo Alfonsín; e alguns líderes das organizações armadas de esquerda, condenados no governo Alfonsín. Em 1990, Menem outorgou ainda mais seis decretos que perdoavam comandantes das juntas militares condenados pelo *Juicio a las Juntas* em 1985: Jorge Rafael Videla, Emilio Massera, Orlando Ramón Agosti, Roberto Viola e Armando Lambruschini⁶⁵.

⁶⁴ São eles: tenente general Leopoldo Fortunato Galtieri, almirante Jorge Isaac Anaya e o brigadeiro general Basilio Arturo Ignacio Lami Dozo.

⁶⁵ D’ALESIO, Rosa. Los indultos que decretó Menem. *La Izquierda Diario*. 29 dez. 2015. Disponível em: < <http://www.laizquierdadiario.com/Los-indultos-que-decreto-Menem> > Acessado em: 10 jan. 2019.

A entrada de Menem configurou os chamados “anos do esquecimento” (1989-1995), por meio de uma política que pretendeu acelerar o processo de amnésia sob o pretexto de reconciliação (SCHIENDEL, 2009). Com a queda do muro de Berlim, quando o neoliberalismo alcançava seu auge, os governos latino-americanos voltavam suas preocupações para tarefas direcionadas à eficiência econômica em chave global. Diferente do que acontecia na Alemanha, os esforços não estavam centrados em incorporar o passado recente em uma perspectiva histórica, mas em apresentar institucionalmente essa conjuntura (JELIN, 2017).

Na Argentina, o foco estava principalmente no controle da crise hiperinflacionária de 1989, decorrente da pressão dos credores estrangeiros pelo pagamento da dívida externa acumulada na ditadura (BASUALDO, 2002). Na tentativa de resolver esses problemas, Menem inaugurou uma onda de privatização das empresas públicas, que afetou diretamente o acesso dos setores pobres da sociedade a serviços básicos como saúde, educação e moradia.

Frente à situação, como veremos ao longo do próximo capítulo, na década de 90 conformam-se agrupações de vizinhos que reivindicavam melhores condições de vida, direcionando-se, portanto, a suprir as carências sociais agravadas a partir de então. Criam-se, assim, o que Merklen (*apud* OLMOS, 2018) chama de *estruturas de vizinhança*: redes de cooperação com formas próprias de ações coletivas, que partiam do bairro como centro organizacional. Muitos desses grupos passaram a trabalhar com a memória da ditadura, até então, diferida, apontando a uma conexão entre seus desejos de melhores condições de vida e a luta dos militantes de esquerda dos anos 70 por uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, em decorrência da vigência das leis de impunidade, dos indultos, da crescente desigualdade social e do abandono, por parte do Estado, da construção constitucional da verdade e da justiça, a democracia passou a ser questionada enquanto meio político privilegiado de proteção aos direitos humanos (OLMOS, 2018) e as tarefas de investigação e

compilação de arquivos retornaram aos grupos de DDHH e vizinhos (JELIN, 2017). Porém, além disso, as medidas políticas e econômicas abriram espaço para uma expansão na territorialidade da luta: desde a *Plaza de Mayo*, no centro da cidade, aos interiores dos bairros.

1.7. A luta vai à cidade: os movimentos de meados dos anos 90

O ano de 1996 tornou-se crucial para a luta pela memória da ditadura e pelo fim das leis de impunidade aprovadas no governo Alfonsín. Tratou-se de um momento em as reivindicações voltaram-se à cidade, nutrindo-se por alguns fatores centrais (FELD, 2012): a confissão do oficial da marinha Adolfo Scilingo⁶⁶ sobre os *Vuelos de la Muerte* e a autocrítica do chefe do exército major Martín Balza, sobre o acionar das forças armadas⁶⁷; as comemorações do vigésimo centenário do golpe e o fortalecimento da marcha do 24 de março (aniversário do golpe) na *Plaza de Mayo*; a formação da agrupação *Hijos contra la Impunidad, Justicia y contra el Olvido y el Silencio* (H.I.J.O.S) e, com eles, os *escraches*⁶⁸ aos repressores; bem como os debates sobre a construção dos primeiros lugares de memória, a *Ex Escuela Mecánica de la Armada* (Ex ESMA) e o *Parque de la Memoria* (PDM).

Com relação aos lugares de memória, as tensões relacionavam-se, principalmente, ao *Parque de la Memoria* (PDM), um parque-monumento em homenagem às vítimas do terrorismo de Estado; e a *Ex ESMA*, ex *CCDTyE* de maior peso simbólico composto por um complexo de edifícios dispostos em 17 hectares, por onde passaram 5000 pessoas e que, até então, funcionava como escola naval.

⁶⁶ Adolfo Scilingo foi capitão de corveta da marinha durante a ditadura militar e serviu como capitão-tenente na *Escuela Mecánica de la Armada*. Ele foi o único torturador argentino que se dirigiu espontaneamente à justiça, denunciou os crimes cometidos pela armada e admitiu sua participação na prática, explicada em nota de rodapé na introdução, dos *Vuelos de la Muerte*. A confissão sobre tal prática, em que explica como funcionavam os *Vuelos*, foi realizada em uma entrevista a Horacio Verbitsky, publicada na revista *Tiempo* em 3 de abril de 1995. Disponível em: < <http://www.amnistiacatalunya.org/edu/2/extra/destilingo.html> > Acessado em: 18 abr. 2019.

⁶⁷ Martín Balza foi chefe do Estado Maior do Exército argentino entre 1991 e 1999. Em 1995 fez uma declaração pública, por meio do programa de televisão argentino *Tiempo Nuevo*, na qual realizou a primeira autocrítica do Exército sobre as graves violações aos direitos humanos cometidas durante a ditadura militar (1976-1983).

⁶⁸ Como iremos retomar mais a frente, o *Escrache* nasceu com a agrupação de DDHH argentina *Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio* (H.I.J.O.S) e consiste em uma prática na qual os manifestantes se dirigem às casas ou locais de trabalho de quem se quer denunciar e realizam um protesto no local.

Figura 17. Vista area da Ex ESMA desde a parte frontal do espaço, voltada à Avenida del Libertador em Nuñez, bairro nobre da capital federal, s/d. Fonte: < <https://mapio.net/pic/p-18816218/> > Acessado em: 20 jan. 2019.

Como retomaremos no próximo capítulo, em 1998 Menem decretou a demolição dos edifícios da *Ex ESMA* e a transferência das escolas para o *Puerto de Belgrano*. Em seu lugar, propôs a construção de um parque público, com um monumento símbolo da vontade de reconciliação do povo argentino.

Porém, dado que os ativistas de DDHH nunca demonstraram a vontade de conciliar com os militares, além de que dessa maneira seriam apagadas provas essenciais dos crimes ali cometidos, a ideia gerou uma ampla frente de resistência. Também como iremos aprofundar no próximo capítulo, posteriormente tais movimentos de protesto tornaram possível a revogação do decreto e abriram portas para as primeiras discussões sobre um museu da memória no local, hoje lá implantado.

Contudo, dado que nessa época a *Ex ESMA* encontrava-se sob jurisdição do poder executivo que, sob o comando de Menem, dava pouca atenção ao tema dos direitos humanos, bem como estava ocupada pelos militares, tornava-se difícil levar a cabo ações legais para sua transformação em lugar de memória. Dessa maneira, as primeiras iniciativas efetivadas

nesse sentido aconteceram no âmbito de Buenos Aires e estiveram centradas na construção do *Parque de la Memoria* (PDM). Assim explica Gabriela Alegre, membra da organização *Buena Memoria*⁶⁹, ex-coordenadora da *Comisión Pro Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado* (CPM) e quem viria a ser, nos anos 2000, secretária de direitos humanos da cidade.

Tudo que havia sido campo de concentração não pertencia à cidade, e sim ao governo nacional. Então não podíamos fazer nada. O parque foi a primeira coisa que se pôde fazer porque era um parque [...] para mim é o primeiro antecedente institucional que demonstra a vontade de fazer algo com o que era centro clandestino. (Gabriela Alegre, em entrevista concedida à autora, 2017).

Em Buenos Aires, ainda em 1998, grupos de DDHH, especialmente o *Buena Memoria*, do qual fazia parte Alegre, junto a deputados de Buenos Aires, lograram aprovar o projeto do *Parque de la Memoria* (PDM) por meio da Lei nº 46/98⁷⁰ da *Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*. Esta previu a construção de um parque público às margens do *Río del Plata*, onde eram jogados os corpos desde os *Vuelos de la Muerte*, composto por um monumento com os nomes dos desaparecidos, que constavam na CONADEP e um conjunto poliescultural. Para tanto, deveriam ser, e assim se deu, lançados concursos, coordenados pela então criada *Comisión Pro Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado* (CPM), composta por deputados, funcionários do governo da cidade, um representante da *Universidad de Buenos Aires* (a qual o terreno pertencia) e representantes de organismos de DDHH.

No entanto, se, por um lado, a possibilidade de construir o parque advinha abertura ao tema no âmbito da cidade e era facilitado por não exigir

⁶⁹ A agrupação conformou-se em meados dos anos 90 e esteve composta por membros como Alejandra Naftal (atual diretora do *Museo de Sitio ESM4*), Marcelo Brodsky e Gabriela Alegre, que estudaram juntos no *Colegio Nacional de Buenos Aires* e na *Escuela Superior de Comercio Carlos Pellegrini* e começaram elaborando práticas artísticas que representavam seus companheiros desaparecidos. Eles se identificam como parte de uma geração afetada pela ditadura, distinguindo-se assim de outras organizações de DDHH compostas por afetados diretos e/ou familiares. Sobre a história da *Buena Memoria*, ver Guglielmucci (2011, pp. 55-63).

⁷⁰ Disponível em: < <http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley46.html> >. Acessado em: 20 jan. 2019.

processos de desapropriação de edifícios militares ou particulares; por outro, tornava-se possível por dialogar com as propostas urbanísticas em curso em Buenos Aires: ao mesmo tempo que aconteciam operações de “recuperação” (no jargão marqueteiro) das diversas zonas costeiras da cidade – como a operação *Baricentro* e a *Puerto Madero* – a prefeitura demonstrava interesse nas *costaneras* Norte e Sul, margeantes ao *Río del Plata*, onde hoje encontra-se o *PDM*. Fernando de la Rúa, então prefeito de Buenos Aires, acusava Carlos Menem de ter privatizado o espaço público costeiro, quando esteve no comando da cidade, o que teria causado uma profunda “deterioração” da região. Em contrapartida, desde sua campanha eleitoral focou seu discurso em devolver o rio à cidade e aos moradores através da apropriação dos espaços verdes que, segundo ele, estavam indevidamente privatizados por gestões anteriores homenageando, assim, “os vizinhos com novas opções de ocupação”⁷¹ (VECCHIOLE, 2014, p. 35, traduzido pela autora).

Porém, a construção do parque não era bem-vinda por todos os grupos de direitos humanos. Dentre eles parte dos *H.I.J.O.S.* e das *Madres*, cuja figura central era Hebe de Bonafini, líder das *Madres de Plaza de Mayo*⁷² (AMPM). Com as leis de impunidade ainda em vigor – *Punto Final* e *Obediencia Debida* – Bonafini expôs em uma carta pública seu repúdio à ideia. Segundo ela (*apud* VALDEZ *apud* VEZZETTI, 2009, p. 280, traduzido pela autora), o *PDM* seria construído pelos “mesmos que perdoaram os assassinos e que, em muitos casos, se alinharam com eles”. Ademais, associados à Bonafini, outros personagens ainda argumentavam que a *Ex Esma* devia ser transformada em um museu do terror; ou que a proximidade do parque com a *Ex Esma* prejudicaria a visibilidade do local.

⁷¹ “Con el objetivo de brindar a los vecinos de la ciudad nuevas opciones de esparcimiento”.

⁷² Note-se que em 1986 as Madres de Plaza de Mayo se dividiram entre os grupos *Asociación Madres de Plaza de Mayo* (AMPM), que tem como líder Hebe de Bonafini e *Madres de Plaza de Mayo – Línea fundadora* (MPMLF), um grupo menor. A cisão aconteceu quando as *Madres* foram chamadas para dar depoimentos ao *CONADEP* e começaram a divergir sobre testemunhar ou não, sobre a exumação dos corpos e sobre a aceitação ou não da recompensa monetária oferecida pelo governo Alfonsín. As *Madres* que não concordavam em conceder depoimentos à comissão, que não aceitavam o título de morte de seus entes (reivindicando-os como desaparecidos) e não queriam receber a indenização, acusando o outro grupo de apoiar Alfonsín, deram origem ao *MPMLF*.

Mesmo assim, em 1998 a CPM lançou um concurso arquitetônico junto à *Facultad de Diseño, Arquitectura e Urbanismo* da *Universidad de Buenos Aires* (FADU-UBA) para o desenho do parque; bem como, em 1999, um outro para a construção do conjunto poliescultural.

Em uma tarde de 2001, debaixo de uma chuva torrencial, enquanto parte dos grupos de DDHH comemoravam a colocação da primeira pedra que marcava a abertura de suas portas ao público, outros componentes de associações – como dos *H.I.J.O.S*, *Madres* e *Correpi*⁷³ – protestavam a poucos quilômetros dali (VEZZETTI, 2009). Contudo, apesar das discordâncias, deve-se ter em vista que pela primeira vez na Argentina e na América Latina foram mobilizados grandes recursos monetários estatais para a construção de um lugar de memória; lançado um concurso arquitetônico e outro artístico; armado um processo que contou com a intensa participação de grupos de direitos humanos; e a universidade fora incluída nos debates sobre a memória do terrorismo de Estado.

Figura 18. Vista aérea do *Parque de la Memoria*. Ao centro o *Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado*, s/d. Fonte: < <https://www.buenosairesfreewalks.com/buenosairestips/parque-de-la-memoria/> > Acessado em: 30 fev. 2019.

Em contraste com a monumentalidade da *ESMA* e do *PDM* e concomitantemente a esses debates de maior destaque na esfera pública, foram sendo construídas uma série de *micromemórias* (SCHINDEL, 2009) –

⁷³ Corrente contra a Repressão Policial e Institucional.

intervenções de pequena escala, mas de grande significado – que expandiram a topografia de dor de Buenos Aires.

Importantes nesse sentido foram os *escraches*, criados pelos *Hijos contra la Impunidad, Justicia y contra el Olvido y el Silencio (H.I.J.O.S)*, um grupo formado em 1995 por jovens militantes com o objetivo lutar pelo “*Juicio y Castigo*” dos militares e reconstituir a identidade de seus familiares⁷⁴. Com o objetivo de denunciar a impunidade institucional e promover a condenação social, esses *escraches* interrompiam com marchas e atos o lugar onde os torturadores moravam ou trabalhavam.

Um dos momentos centrais dessas ações aconteceu a partir de 1998, o trabalho voltou-se ainda mais ao território. Nesse momento, os *H.I.J.O.S* passaram a elaborar as *Mesas de Escrache Popular*, uma mesa no bairro, na qual participavam grupos de arte, sindicatos, partidos políticos de esquerda, entre outros atores. A ideia era desenvolver a construção territorial específica de cada região, estremecida pela ditadura e pela presença de *Ex CCDDyEs*, atraindo, assim, a população dos bairros para a luta política⁷⁵ (GAC, 2009). Associado a isso, de modo mais visível, evocavam as figuras dos desaparecidos trocando os nomes das ruas e praças, implantando placas comemorativas em colégios e universidades, entre outras intervenções que, marcando o espaço urbano, visibilizavam essa história e homenageavam os afetados (OLMOS *apud* CATELA, 2018).

No âmbito das *Mesas de Escrache Popular*, formou-se o *Grupo de Arte Callerero (GAC)*. O *GAC*, que em 1998 vinha trabalhando com murais, somou-se à prática dos *escraches*, atraídos pela capacidade da ação que, desde o festivo, o comemorativo e o performático “*pensaba colectivamente otros modos de construir justicia frente a la impunidad con la que contaban los Genocidas*” (GAC,

⁷⁴ Disponível em: < <http://www.hijos-capital.org.ar/2017/08/10/hijos-capital/>> Acessado em: 20 jan. 2019.

⁷⁵ A história dos *escraches* pode ser compreendida em três momentos centrais: um primeiro entre 1996-1998, em que os *escraches* estiveram voltados a ditadores de maior destaque na mídia – como Videla, Massera, Artiz e Martínez de Hoz – em grande medida por uma necessidade da agrupação de que suas ações ganhassem espaço na mídia; um segundo entre 1998-2003, especificamente a partir do *escrache* a Magnacco, trata-se de um momento em que os esforços voltam-se ao território e constitui-se a “*mesa ao escrache*”, quando também passam a *escrachar* figuras menos conhecidas; e um terceiro, a partir de 2003, quando se iniciam os *escraches* aos cúmplices da ditadura, que continuam em atividade, como é o caso de Hector Vital, médico apropriador de crianças nascidas em cativeiro.

2009, p. 79). Especialmente a partir da criação da *Mesa de Escrache Popular*, os participantes foram se envolvendo nas reuniões e práticas desenvolvidas pelos *H.I.J.O.S.*, o que significou, para eles, a possibilidade de sociabilização de uma preocupação a princípio dos familiares (GAC, 2009).

A participação do GAC tornou-se importante na medida em que o grupo ampliou as práticas dos *escraches*, sinalizando também os *Ex CCDTyEs*. Enquanto os *H.I.J.O.S* haviam incorporado como sua marca central uma placa de trânsito modificada com um chapéu militar e a frase “*Juicio e Castigo*”; o GAC propôs também subverter os códigos viários, mantendo as cores e ícones, mas mudando totalmente seu sentido. Esses elementos eram implantados nos postes da cidade, apontando à distância dos centros clandestinos a partir de um determinado ponto. Emaranhados na cidade, marcavam simultaneamente um trajeto e um intervalo de tempo, sob a ideia não só de visibilizá-los, mas de *escrachar* os ditadores a partir do trabalho dos espaços físicos (GAC, 2009).

Figura 19. *Escrache ao Ex CCDTyE Pozo de Banfield na província de Buenos Aires em 22 de março de 1998. Fonte: GAC (2009).*

Figura 20. *Escrache* móvel, que passava pelas casas de vários genocidas em 11 de dezembro de 1999. Fonte: GAC (2009).

Figura 21. Intervenção elaborada pelo GAC na região de San Telmo, onde fica o Ex Club Atlético, apontando à existência do local, s/d. Fonte: GAC (2009).

Esse movimento de marcação territorial, no qual os *esrachés* eram centrais, se fortaleceu com a crise de 2001. Tratou-se de um contexto político que impulsionou os movimentos sociais. Na esteira das medidas políticas neoliberais menemistas que, marcadas pela privatização de serviços e descentralização de algumas funções estatais, acentuaram a desigualdade social – pois os setores pobres deixavam de ter acesso a serviços antes públicos –, formaram-se assembleias de bairro com o intuito de suprir necessidades básicas (saúde, educação, saneamento, etc.) e fortalecer a sociedade civil.

Criou-se uma terceira esfera *pública não estatal* que, inserida entre o mercado e o Estado, funcionou como mediadora na organização da vida e acenou “com a possibilidade da construção de mecanismos públicos (e plurais) de regulação das relações sociais, pautados pelo reconhecimento dos direitos e mediados pelas categorias universais da igualdade e da justiça” (TELLES, 1994, p. 8). Funcionando em lugares abertos, em muitos casos reapropriando-se de terrenos privatizados, as assembleias de bairro permitiram recuperar a ideia do *público* como algo excedente à esfera estatal⁷⁶ (OUVIÑA, 2003). Desde a perspectiva de grande parte dos personagens inseridos nas assembleias, o Estado aparecia então, não apenas como interlocutor, mas como um ator político antagônico (OUVIÑA, 2003).

Figura 22. Protesto das assembleias de bairro em 2001 em Buenos Aires, onde aparece a frase emblemática desses protestos “Que se vayan todos!!”. Fonte: < <http://revistabordes.com.ar/una-historia-que-aun-no-es-historia/> > Acessado em: 20 jan. 2019.

⁷⁶ Sobre as *assembleas barriales*, ver Ouviaña (2011).

Dado que muitos dos agentes das assembleias tinham um histórico de militância, alguns desses grupos, especialmente aqueles inseridos em bairros onde funcionaram os centros clandestinos, a princípio voltados a temas básicos, foram gradualmente incorporando em suas preocupações ao tema da memória da ditadura. Eles desenvolveram investigações, marchas e sinalizações que marcavam os arredores, muros e grades dos *Ex CCDTyEs*. Como veremos no próximo capítulo, os *Vecinos de San Telmo* organizaram marchas na frente do *Ex Atlético*; organizações de Floresta e Flores realizaram marchas e atos em frente ao *Ex Olimpo* e ao *Ex Orletti*; e formou-se o *Vecinos de San Cristóbal*, incidente no *Ex Virrey Cevallos*. Essas ações se consolidaram principalmente em 2005, com o trigésimo aniversário do golpe quando a coordenação *Bairros x Memoria y Justicia* convidou outras organizações de bairro para participar da elaboração das *Baldozas por la Memoria*: pedras instaladas nas calçadas onde os desaparecidos haviam morado ou trabalhado com informações básicas sobre eles e suas desapareições.

Figura 23. *Baldozas por la Memoria* implantadas no bairro de San Telmo (2013). Créditos: Leandro Monachesi. Fonte: < https://www.clarin.com/arq/urbano/Baldosas-memoria_0_HkGl8sD7x.html > Acessado em: 20 jun. 2019.

Assim, a luta dos movimentos de esquerda dos anos 70 e a figura do detido-desaparecido na forma de militante foram gradualmente sendo articuladas às problemáticas do presente (OLMOS, 2018). Se, por um lado, as reivindicações dos militantes dos anos 70 por uma sociedade mais justa eram associadas às das assembleias de bairro; por outro, a partir da crise de

2001, grupos de afetados pela repressão em plena democracia passaram a apropriar-se dos símbolos e estratégias dos antigos militantes, estabelecendo laços com esse passado e com as organizações de DDHH⁷⁷ (CATELA, 2014). Dessa forma, outros membros da sociedade, que não só afetados diretos e familiares, se incorporaram à luta, alterando a relação individual predominante entre as mães e seus filhos (OLMOS, 2018) e expandido a territorialidade das ações desde o centro da cidade, da *Plaza de Mayo*, ao interior dos bairros.

Tais movimentos serão mapeados com mais detalhes no próximo capítulo, onde apontaremos aos atores envolvidos em cada um dos processos de refuncionalização dos ex-centros clandestinos da capital em lugares de memória. No entanto, por agora vale ressaltar que enquanto a *Ex ESMa* ocupava um lugar central nos debates públicos, a refuncionalização dos ex-centros clandestinos menores era encaminhada por iniciativas levadas a cabo, especialmente, por grupos de vizinhos e na escala do bairro.

1.8. Os anos 2000 e a estatização da memória

Se, nos anos 90, o discurso do Estado tinha sido o da reconciliação; a partir dos anos 2000, no âmbito dos movimentos descritos, começaram a nascer projetos de memória que articulavam organismos de DDHH, vizinhos, o governo nacional e/ou os governos provinciais (CATELA, 2014).

Em Buenos Aires, essas iniciativas começaram quando Aníbal Ibarra assumiu como chefe de governo da cidade. Logo no começo de seu mandato, ele criou a *Dirección General de Derechos Humanos (DGDH)*, dependente da *Jefatura de Gabinete*. Esta ficou a cargo de Gabriela Alegre, também coordenadora da *Comisión pró Monumento* (responsável pelo PDM). O principal objetivo da *Dirección* foi a “promoção da memória”⁷⁸. A partir dela, o governo foi implementando diversos programas educativos e

⁷⁷ Por exemplo, outras *Madres* passaram a usar os famosos *pañuelos*; e marcas que apontavam para a morte de pessoas em plena democracia passaram a conviver com os desenhos dos *pañuelos* no chão *Plaza de Mayo* (CATELA, 2014).

⁷⁸ Nisso teve como função, por exemplo, aplicar a Lei nº 355 que declarava o 24 de março, aniversário do golpe de Estado, como dia da memória em homenagem aos desaparecidos, incluindo-o no calendário escolar.

culturais destinados a “construir a memória do terrorismo de Estado”, assumindo-a como um “direito”, um “dever cívico” e como um “legado intergeracional” (GUGLIELMUCCI, 2011, p. 164).

Como mencionado, nesse momento, no âmbito do governo de CABA se, por um lado, estava sendo discutida a possibilidade de construir um museu da memória na *Ex ESMA*; por outro, os organismos de DDHH, agrupações de vizinhos, familiares e sobreviventes reclamavam a refuncionalização de alguns dos *Ex CCTyEs* (especialmente o *Ex Olimpo* e o *Ex Atlético*) como museus ou sítios de memória.

Conforme aprofundaremos na sequência, a primeira iniciativa no sentido de refuncionalizar um centro clandestino se deu em relação ao *Ex Club Atlético*, destruído para a construção do viaduto *25 de Mayo* no final dos anos 70. Frente às extensas reclamações das organizações, em 2002, Aníbal Ibarra e o secretário de Obras e Serviços Públicos, Abel Fatale, impulsionaram uma escavação arqueológica no local, junto a um grupo de arqueólogos, antropólogos e arquitetos.

Dando um marco institucional ao trabalho em desenvolvimento, em 2003, o *Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires* (GCABA) elaborou o Decreto nº 219/03 que criou o “*Programa para la recuperación de la memoria del CCD Club Atlético*”⁷⁹. Nele estipulou-se a conformação de uma *Comisión de Trabajo y Consenso* (CTyC), para desenhar os aspectos gerais do programa, bem como uma *Unidad Ejecutora* (UE), para coordenar e avaliar a execução do projeto. Enquanto a CTyC ficou composta por organizações de DDHH, organizações de bairro, familiares, sobreviventes do *Ex CCTyE* e representantes da *Dirección General de Derechos Humanos* (DGDH); a UE ficou conformada por quatro representantes da CTyC e funcionários do GCABA (GUGLIELMUCCI, 2011).

Paralelamente, grupos de vizinhos, organizados em *comisiones barriales por la memoria*, concomitantemente ao desenvolvimento de suas próprias investigações e intervenções (como as *Baldozas por la Memoria*), solicitavam apoio infraestrutural da DGDH (por exemplo, panfletos e materiais

⁷⁹ Disponível em: http://www.ciudadyderechos.org.ar/derechosbasicos_a.php?id=7&id2=105&id3=292&idanexo=456. Acesso em: 20 de jan. de 2019.

divulgativos) para realizar atividades comemorativas pontuais (GUGLIELMUCCI, 2011).

Para responder às demandas, ativistas de DDHH, funcionários e legisladores do *GCABA* – especialmente Gabriela Alegre – começaram a trabalhar na criação de um instituto dedicado a promover a memória sobre o terrorismo de Estado. Como fruto disso, foi redigido o projeto de lei para criar o *Instituto Espacio para la Memoria (IEM)*. A Lei nº 961/02⁸⁰, a ele correspondente, foi aprovada em dezembro de 2003 e formou o *IEM* como um ente autônomo em suas decisões, e autárquico economicamente, composto por representantes de organismos de DDHH e agentes do *GCABA*. O objetivo central do instituto era “o resguardo e transmissão da memória dos anos 70 e início dos 80 até a recuperação do Estado de Direito⁸¹” (BUENOS AIRES, Art. 2, traduzido pela autora). Dentre suas principais funções estavam a promoção de projetos educativos, de debates públicos sobre a memória no âmbito de Buenos Aires, e a coordenação dos processos de institucionalização dos *Ex CCDDTjEs* da cidade (Art. 3). No ano seguinte, por meio do Decreto nº 835/03, o *IEM* foi realocado na mais alta hierarquia no tema dos direitos humanos no nível da cidade.

Os movimentos que aconteciam na capital foram visibilizados e ecoaram para outras regiões do país quando Néstor Kirchner assumiu a presidência do país em 2003. Com a tarefa de retomar a institucionalidade abalada pela crise de 2001 – cujo o principal mote era “que saiam todos!” – em seus discursos ele se posicionava como um chefe de Estado comprometido em reparar os erros do passado ditatorial e sistematicamente referia-se a seu pertencimento identitário aos grupos peronistas de esquerda (CATELA, 2014).

Néstor inaugurou um largo processo de *estatização da memória* (CATELA, 2014), continuado por sua sucessora Cristina Kirchner: o Estado passou a apresentar-se como um interlocutor central para as reivindicações dos organismos de direitos humanos. Isso significou a criação

⁸⁰ Disponível em: <
<http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley961.html>>. Acessado em: 20 jan. 2019.

⁸¹ “*el resguardo y transmisión de la memoria de los 70 e inicio de los 80 hasta la recuperación del Estado de Derecho*”.

de uma série de programas públicos voltados à transmissão da memória, aos julgamentos dos culpados, e relativos à investigação sobre os paradeiros dos desaparecidos. Em associação com organismos de DDHH, desenvolveram-se uma série de instituições de caráter misto, compostas por agentes estatais, membros dos grupos de DDHH, especialistas e intelectuais, que pretendiam responder institucionalmente às demandas e reconhecer os esforços dos organismos de DDHH, representando, principalmente, as vítimas do terrorismo de Estado.

Desse modo, enquanto os anos 80 foram caracterizados por iniciativas de investigação, da busca por “rastros de horror” (corpos desaparecidos e valas comuns), reivindicações por justiça e castigo aos culpados (CATELA, 2014); os anos 90 pela produção de *micromemórias* (SCHINDEL, 2006) ou “pequenos memoriais e marcas locais” (CATELA, 2014) na cidade, que representavam os desaparecidos, iluminavam os lugares de cativo e reivindicavam justiça aos culpados; com a entrada de Néstor Kirchner, começaram a ser criados “memoriais monumentais”: arquivos, centros culturais, memoriais e sítios de memória nos *Ex CCTyEs* (CATELA, 2014).

Como afirma Catela (2014, pp. 32-33), o processo de *estatização da memória*, ao assumir que as políticas relacionadas ao tema não devem focar na reconciliação, demonstrou uma clara ambição *fundacional*. Pela primeira vez, as memórias dos familiares, desaparecidos e companheiros, disputaram com o Estado a *memória dominante*. Embora, note-se, que as memórias oficiais não deixem de conviver com outras que possuem menos espaço na esfera pública (como a dos camponeses e trabalhadores) ou que são diferidas (por exemplo, das vítimas dos conflitos que envolveram as guerrilhas armadas), gradualmente as memórias da ditadura (ou uma face delas), por décadas subalternas, foram alcançando espaços de poder e sendo reposicionadas como memórias oficiais.

Nesse sentido, houveram pelo menos cinco ações que caracterizam esse processo de *estatização da memória* (CATELA, 2014): (1) a declaração de um feriado nacional no dia 24 de março; (2) a incorporação dessa data no calendário escolar e a construção de materiais pedagógicos para escolas primárias e secundárias dedicados à transmissão de conhecimento sobre a

ditadura militar; (3) a reescritura do prólogo do *Nunca Más*; (4) a transformação de Ex CCDTyE em lugares de memória; (5) e a criação do *Archivo Nacional de la Memoria* no âmbito da *Secretaria de Derechos Humanos de la Nación* (SDHN), que articulou e centralizou os documentos relacionados ao terrorismo de Estado de todo país.

Com relação à refuncionalização dos Ex CCDTyEs em lugares de memória, onde focamos nossa análise, os atores entrevistados marcam como ponto fundante a “entrega” da Ex ESMA às organizações de direitos humanos.

No dia 24 de março de 2004, em um grande evento público no local, Néstor Kirshner e Aníbal Ibarra assinaram um documento pelo qual a cidade cedeu gratuitamente o conjunto de edifícios da Ex ESMA para a construção de um “*Espacio por la Memoria y Promoción de los Derechos Humanos*”, pedindo perdão publicamente pelos crimes cometidos pelo Estado. Para realizar o processo de refuncionalização da Ex ESMA, criou-se na ocasião a comissão bipartida. Composta por membros do governo e organismos de direitos humanos, ela ficou encarregada de coordenar a desapropriação das escolas da marinha e refuncionalizar cada um dos edifícios.

Figura 24. Ato de “entrega” da Ex ESMA às organizações de DDHH no aniversário do golpe em 24 de março de 2004. Fonte: Museo de Sitio ESMA (2013).

O processo demorou três anos e implicou no esvaziamento de cada um dos edifícios e nas suas ocupações por organizações de DDHH⁸² e instituições estatais. No âmbito da cidade, por agora, vale ressaltar que, com exceção do *Ex Atlético*, cuja as escavações vinham sendo encaminhadas desde 2002, isso impulsionou a refuncionalização dos outros três *Ex CCTyEs* menores (*Ex Olimpo*, *Ex Orletti* e *Ex Virrey Cevallos*) em lugares de memória. Na escala do país, diversos organismos de DDHH e autoridades locais de outras províncias e municípios passaram a enxergar o Estado como um interlocutor e a solicitar auxílio à *Secretaria de Derechos Humanos de la Nación (SDHN)* para a construção de outros lugares de memória no país. Além disso, intensificou-se e tornou-se mais visível uma mudança no modo de apreciação de alguns dos cinco *Ex CCTyEs* por parte dos atores da sociedade civil envolvidos na luta. Eles deixaram de ser encarados como espaços de denúncia, de *esgrache*, e passaram a ser pensados como espaços de conquista, que deviam ser recuperados de um “outro”, para a construção da memória da sociedade argentina como um todo (GUGLIELMUCCI, 2019).

Na cidade, outro momento chave foi o incêndio da discoteca *República de Cromagón*, no dia 30 de dezembro de 2004, que levou à morte 194 pessoas. O evento implicou no impeachment de Ibarra em 2006, quem foi acusado como responsável pela tragédia, por permitir o funcionamento do lugar sem a infraestrutura necessária para ser uma discoteca⁸³.

Assumiu, então, o vice, Jorge Telerman. Com a mudança de governo na cidade, Gabriela Alegre foi afastada do cargo de subsecretária de DDHH de GCABA. No lugar dela assumiu María José Guembe, advogada do *Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)*. No entanto, distintos organismos de DDHH procuraram Telerman solicitando a permanência de Alegre no cargo, para dar continuidade aos programas destinados a preservar e

⁸² Voltaremos a isso no próximo capítulo, na sessão sobre a *Ex ESMA*.

⁸³ CARMO, Maria. Prefeito de Buenos Aires perde cargo por incêndio. *BBC*, Brasília, 8 de março de 2006. Disponível em: <
https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/03/060307_incendioimpeachmentprefeitomarcia.shtml> Acessado em: 20 jan. 2019.

promover a memória sobre o terrorismo de Estado (GUGLIELMUCCI, 2011). Atendendo aos pedidos, o então chefe de governo criou a *Unidad Ejecutora de Protectos sobre Sitios de Memoria* (UEPSM), dependente da *Jefatura do Gobierno*. A unidade ficou responsável pela implementação dos “programas de recuperação da memória histórica” do *Ex Atlético* e *Ex Olimpo*; bem como pela desapropriação dos edifícios do *Ex Cevallos* e *Ex Orletti*, até então ocupados por particulares (GUGLIELMUCCI, 2011). Gabriela Alegre tornou-se a coordenadora.

Por sua vez, seguindo a linha do *Proyecto de Recuperación do Ex CCDTyE Club Atlético*, foram criadas, em cada um dos sítios que vinham sendo expropriados, as *Mesas de Trabajo y Consenso* (MTyC), equivalentes à *Comisión de Trabajo y Consenso* (CTyC) do projeto do *Ex Atlético*. Estas foram previstas pelas distintas leis de patrimonialização e/ou desapropriação de cada um dos quatro sítios menores.

Integradas por representantes de distintos organismos de direitos humanos, agentes governamentais, grupos de vizinhos, afetados diretos e familiares, normalmente vinculados ao processo de reivindicação dos lugares, as *Mesas* ficaram encarregadas por decidir, por meio da modalidade do consenso, o que fazer em cada um dos sítios, no âmbito das atividades, reconfigurações espaciais e preservação. Ademais, através das leis de desapropriação e patrimonialização, também ficou expresso a ordem de “não inovar” em função do caráter de prova jurídica desses lugares.

Como meio de esclarecer ao leitor essas idas e vindas, retomemos de forma sucinta essas reconfigurações institucionais. Em um primeiro momento, portanto, a coordenação geral *Espacios para la Memoria Ex Club Atlético*, *Ex Olimpo* e *Ex ESMA* estiveram a cargo da subsecretaria de *Derechos Humanos do Gobierno de la Ciudad* (GCABA). Posteriormente, eles, e os outros recuperados na sequência, *Ex Automotores Orletti* e *Ex Virrey Cevallos*, passaram em um primeiro momento para a jurisdição da *Unidad Ejecutora sobre Proyectos de Sitios de Memoria* (UESPM). No entanto, logo após, ainda em 2006, Guembe realocou os programas que estavam sob

responsabilidade da UESPM ao *Instituto Espacio por la Memoria* (IEM), que passou para a coordenação geral dos sítios de CABA até 2014⁸⁴.

No ano seguinte, em decorrência dos pedidos de sinalização e/ou implantação de lugares de memória por parte de autoridades e organizações de DDHH, desenrolados a partir da refuncionalização da *Ex ESMA*, foi criada a *Red Federal de Sítios de Memória* (REFESIM). Esta foi efetivada pela Resolução nº 14/07 do *Ministerio de Justicia y Derechos Humanos* e criada dentro do *Archivo Nacional de la Memoria* (ANM), por sua vez, dentro da *Secretaria de Derechos Humanos de la Nación* (SDHN). A REFESIM foi a primeira iniciativa estatal de articular os sítios em rede desde o Poder Executivo (PE) como um ente desconcentrado, com funções de gestão, administração, salvaguarda, conservação, digitalização, informação, interpretação e investigação das informações do ANM ou que poderiam vir a formar parte do arquivo (Art. 2).

Conforme aprofundaremos no terceiro capítulo, de modo geral a atuação da rede se deu em três frentes centrais: a articulação dos arquivos, que as organizações de DDHH e os poderes locais e provinciais vinham formando de maneira independente; a elaboração de encontros nacionais e internacionais entre lugares de memória para fomentar a troca de experiências; e a sinalização de lugares utilizados para repressão em todo. Dado que os sítios de CABA estavam, todavia, sob responsabilidade do IEM nesse momento, em seus primeiros anos de existência a REFESIM atuava, principalmente, nas outras cidades e províncias.

Enquanto, desde 2008, o edifício que funcionara como centro da ação repressiva da *Ex ESMA*, o *Ex Casino de Oficiales*, havia sido declarado Monumento Histórico Nacional pelo Decreto nº 1333/2008, os outros sítios da capital foram assim declarados em 2014 pelo Decreto nº 1762/2014.

Nesse ano uma série de conflitos políticos levaram ao desmanche do IEM⁸⁵. Os cinco sítios de CABA passaram à nação e ficaram sob a

⁸⁴ Essas mudanças institucionais são exploradas por Ana Guglielmucci (2011) no terceiro capítulo de sua tese de doutorado.

⁸⁵ Esse processo será esclarecido no terceiro capítulo.

responsabilidade da *Dirección Nacional de Sitios de Memoria (DNSM)*. Criada também em 2014 na *Secretaría de Derechos Humanos da Nação (SDHN)* em função do desmanche do *IEM*, além da coordenação dos cinco sítios, ela tomou as responsabilidades da *REFESIM*, na medida em que esta tornou-se uma coordenação da *DNSM*. Em 2016, com Mauricio Macri enquanto chefe de Estado, embora a *DNSM* seja mantida, ela foi rebaixada novamente ao *ANM*, bem como os sítios de memória de *CABA*, com exceção da *Ex ESMA*.

1.9. A modo de conclusão

Conforme mapeamos, a transformação dos centros clandestinos em “Sítios de Memória e Promoção de Direitos Humanos” foi resultado de um longo processo de reivindicação e debates acirrados entre grupos, grupos dentro de grupos e o Estado. As primeiras reivindicações pelos sítios inserem-se em uma nova agenda de preocupações relacionadas aos direitos humanos, conformada no âmbito de movimentos mais amplos, em um contexto politicamente e historicamente determinado.

Na Argentina, essas preocupações emergiram ainda na ditadura e estiveram o tempo todo conectadas com a ocupação do espaço público; ganharam força com as primeiras iniciativas de justiça implantadas no governo Alfonsín; se expandiram em contraponto com a vigência das leis de impunidade e com as políticas neoliberais do menemismo; e adquiriram o respaldo do Estado com o kirchnerismo.

Desse modo, torna-se importante marcar os momentos centrais da luta por memória, que auxiliarão a compreender os processos de refuncionalização dos cinco lugares de memória tratados aqui, analisados no próximo capítulo; bem como a política de sinalização implementada pela *REFESIM*, analisada no terceiro capítulo.

O primeiro, que começou antes do fim da ditadura até finais dos anos 80, foi marcado pela reivindicação sobre os paradeiros dos desaparecidos, medidas de justiça e as reivindicações estiveram encabeçadas principalmente pelas *Madres de Plaza de Mayo*.

No segundo, a partir de 1996, a luta voltou-se à cidade. Aconteceram as primeiras iniciativas, desde a capital, de construção de lugares de memória (*PDM* e as primeiras discussões sobre a *Ex ESM4*). Isso caminhou concomitantemente à incorporação de novos grupos de DDHH (*H.I.J.O.S*, *GAC* e outros que se formavam na escala dos bairros), os quais começaram a marcar o território e a reivindicar os sítios como provas materiais dos testemunhos. Nesse momento, as reclamações voltavam-se, especialmente, ao fim das leis de impunidade, e os sítios eram vistos como espaços de *escrache* e denúncia. Esses movimentos aceleraram-se com a crise de 2001 e a criação das assembleias de bairro.

Por fim, nos anos 2000, desenrolou-se um largo processo de *estatização da memória*, marcado pela criação de políticas e instituições voltadas à transmissão da memória do passado recente, cenário em que se tornou possível a refuncionalização dos cinco *Ex CCDTyEs* da capital em lugares de memória e a construção da *REFESIM* e da *DNSM*. Também nesse momento foram criadas uma série de leis que garantiram a desapropriação dos cinco edifícios onde funcionaram os *Ex CCDTyEs*, a conservação dos locais tal qual encontrados, a criação de espaços de memória e a patrimonialização deles como lugares históricos nacionais (no caso do *Ex CCDTyEs Olimpo*, *Club Atlético*, *Automotores Orletti* e *Virrey Cevallos*) e monumento histórico nacional (no caso do *Casino de Oficiales*, que concentrou as práticas repressivas na *Ex ESM4*).

CÁP. 2. OS SÍTIOS: CONSTELAÇÃO

Os *Ex CCDTyEs*, hoje lugares de memória, partiram então de uma história comum: foram parte de um circuito repressivo do governo ditatorial e atuaram como espaços de encarceramento e repressão. Configuram-se, desse modo, como lugares onde ocorreram graves violações aos direitos humanos. Carregando em sua materialidade rastros desse passado difícil, tornaram-se *sítios de memória* por um processo constituído de três etapas centrais, interconectadas e, por vezes, concomitantes: a de *memorialização*, relativa aos esforços da sociedade de cristalizar modos de recordar e elaborar o passado (SCHINDEL, 2009); de *espacialização*, operações que, atribuídas a um objeto ou a seres humanos especificam os espaços (CERTEAU, 1990); e de *ativação patrimonial*, porque dentro de um conjunto de bens patrimonializáveis, foram “ativados”, escolhidos enquanto referentes e expostos de uma ou outra forma (PRATS *apud* GUGLIELMUCCI, 2019). Este processo de *ativação patrimonial* envolveu a participação de especialistas, funcionários, ativistas, que desenvolveram programas, políticas, medidas de gestão, preservação, interpretação e difusão dos sítios (GUGLIELMUCCI, 2019).

Tais movimentos implicaram em conotações distintas, que variam de acordo com os atores participantes em cada lugar, suas relações interpessoais e interinstitucionais. Assim, para além da legislação argentina que atualmente os classifica como “Sítios de memória do terrorismo de Estado” (Lei Nacional nº 26.671/2011), a pesquisa demonstrou que os cinco sítios apresentam especificidades, relativas a outras camadas históricas, aos discursos, mecanismos, dispositivos, atores e instituições, que atuaram em seus processos de transformação em patrimônios históricos ou bens culturais, definindo, também, suas espacialidades e o modo como eles são mobilizadas para a transmissão do conhecimento (GUGLIELMUCCI, 2019).

Nesse capítulo, portanto, partimos de uma questão central, que nos auxilia a responder o problema mais amplo desta dissertação (como os sítios constroem ou não uma narrativa complexa e não redundante na cidade):

quais histórias só podem ou poderiam ser contadas a partir dos sítios específicos? Atentando aos processos de *memorialização*, *especialização* e *ativação patrimonial*, sugeridos por Ana Guglielmucci (2019), buscaremos mapear as camadas históricas de cada um dos cinco lugares, apontando aos grupos, personagens, tensões e contextos sócio-urbanos que os constituem enquanto lugares de memória.

Para entender nossos objetos individualmente e, por sua vez, em conjunto – como nos propomos nessa dissertação – nos torna importante a teoria da produção social do espaço de Henri Lefebvre (2013:1974) e a abordagem benjaminiana (1986:1940) sobre os trabalhos de memória. Seguindo a proposta de Pamela Colombo (2017) essas noções, mobilizadas de forma completaria, nos ajudam a compreender os sítios em rede abarcando suas complexidades.

Pensando o espaço como produto e produtor das relações sociais que se estabelecem a partir e através dele, Lefebvre (2013:1974) elaborou três conceitos que, segundo ele, compõem a produção social do espaço: as *práticas espaciais*, as *representações do espaço* e o *espaço de representação*. A cada um destes corresponderia, respectivamente, três tipos de espaço: o *espaço percebido*, relativo à experiência material, às relações entre o tempo e os movimentos dinâmicos da cidade (fluxo de pessoas, mercadorias e dinheiro); o *espaço concebido*, relacionado às relações de produção de conhecimento, signos, códigos, ao espaço próprio dos cientistas, planejadores, tecnocratas e engenheiros; e o *espaço vivido*, que remete ao modo como os sujeitos vivem o espaço e que, portanto, cria espaços discordantes, variáveis, não necessariamente correspondentes às leis do espaço científico. Esses tipos distinguem-se entre si, mas são interdependentes.

Assim, opondo-se a um entendimento do espaço geométrico, euclidiano, predominante em finais dos anos 60, o autor sugere que este deve ser compreendido como algo em constante movimento e inacabado, constituído por relações e substâncias, das quais é também agente. Os espaços seriam formados por certas estabilizações, decorrentes dos processos dinâmicos que os constroem. Algumas das relações que os atravessam logram especializar-se, outras não. Porém, embora as

permanências pareçam por vezes consolidadas, estão sempre suscetíveis a mudanças, pois conectam-se de modo intrínseco às relações dinâmicas entre os atores sociais vivos que convivem aí (LEFEBVRE *apud* COLOMBO, 2017, pp. 34-37).

A problematização do espaço de Lefebvre auxilia a compreender os cinco *Ex CCTyEs* incorporando na análise os sentidos produzidos e atribuídos. Entendê-los não como lugares definidos, mas como elementos abertos à modificações, apreensões e construções, capazes de constituir outros espaços.

Contudo, o autor não se propõe a pensar as relações entre as memórias e os lugares, como pretendemos fazer a partir dos nossos objetos de estudo. Torna-se, então, importante a ideia de *constelação* cunhada por Walter Benjamin (1986:1940).

Para esse autor, a rememoração é capaz de criar um espaço entre/dentro da ausência de forma conjunta. De forma análoga ao espaço percebido de Lefebvre, os trabalhos de memória, os seus agenciamentos permitem criar imagens dialéticas, densas, sobredeterminadas e anacrônicas.

Benjamin, sob uma perspectiva semelhante ao modo como o autor francês problematiza o espaço, ressalta que a recordação não existe de maneira autônoma. O ato de recordar, sempre pressupõe um sujeito, sempre fala de alguém, e a experiência de quem recorda acontece em um espaço/tempo distinto de onde e quando o acontecimento se passou, tornando impossível alcançar o acontecimento em si.

Para ele, o historiador que opera com a memória deveria encontrar onde está esse trabalho e quais ações o constituem. Reconhecer historicamente o passado a partir da perspectiva da *constelação*, como nos propomos aqui, significa, portanto, olhar um ponto, um instante, onde diferentes momentos históricos – repletos de anacronias, incongruências e vazios – se entrecruzam e formam uma imagem distinta do passado.

Devemos avisar que as próximas páginas não atendem as expectativas de um leitor que pretender encontrar uma história linear, fechada e redonda. Isso porque, como a pesquisa mostrou, seria impossível pensar as histórias que constroem os lugares enquanto complementares, como se juntas formassem uma história “total”. Partindo da noção de

constelação, propomos analisar o entreamado de nós espaciais/temporais que se formam em cada um dos sítios. Temos assim, em perspectiva, notar as incongruências, buracos, sobreposições e disputas, referentes aos distintos trabalhos de memória constituintes desses objetos específicos; bem como os modos pelos quais, tais histórias, dialogam com a cidade. Acreditamos, desse modo, poder conceder um reconhecimento dos sítios para além do espaço físico, mas em um espectro histórico, social, espacial e político, mais amplo e complexo.

2.1. A "Ex ESMA" e o "Museo de Sitio" no "Casino de Oficiales"

A *Ex Escuela Mecánica de la Armada* (Ex ESMA) destaca-se na paisagem urbana por sua monumentalidade. Trata-se de um conjunto de 32 edifícios voltados à agitada *Av. Del Libertador*, no bairro nobre de *Nuñez*, ao norte da capital federal, que ocupam uma área de 17 hectares.

O terreno foi comprado pelo município de Buenos Aires em 1904 de Diego White, o antigo dono. Em 1924 foi cedido à marinha, pelo *Consejo Deliberante de la Municipalidad*, para sediar cursos profissionalizantes a jovens aspirantes a oficiais desta força. Na ordem constava o seguinte artigo, utilizado posteriormente para sua transformação em lugar de memória: "Se por qualquer causa se der outro destino ao terreno mencionado, diferente do determinado pela presente ordem, ele passará imediatamente ao município, com todas as construções efetuadas, sem direito a nenhuma indenização"⁸⁶ (BUENOS AIRES. BO n° 76, *CONSEJO DELIBERANTE DE LA CIUDAD* *apud* GUGLIELMUCCI, 2019).

No entanto, entre 24 de março de 1976 até aproximadamente 1984, o local abrigou o maior centro de detenção da América Latina. O CCDTyE esteve sob o comando do *Grupo de Tareas* (GT) 3.3.2, que o colocou à disposição de distintas forças com as quais o GT mantinha contato regular: comandos da aeronáutica, da *Prefectura Naval Argentina*, do *Servicio de Inteligencia Naval*, bem como outras forças policiais e militares que se encarregaram de levar os sequestrados ao local (GUGLIELMUCCI, 2019).

⁸⁶ "Si por cualquier causa se diera otro destino al terreno mencionado que el determinado por la presente ordenanza, pasará inmediatamente a la municipalidad, con todas las construcciones que se hubieran efectuado sin derecho a indemnización alguna"

Os detidos pertenciam, majoritariamente, à *Organización Revolucionaria Montoneros*, uma das principais organizações peronistas dos anos 60 e 70. Por lá passaram cerca de 5000 pessoas, das quais cerca de 500 sobreviveram.

A primeiras denúncias sobre seu funcionamento ilegal partiram de exilados políticos no exterior e foram direcionadas às organizações de direitos humanos internacionais. Em 1978, Horacio Domingo Maggio testemunhou frente à *Comisión Argentina de Derechos Humanos (CADHU)* em Madrid; e Jaime Dri, em uma conferência de imprensa na França. No ano seguinte, Solarz de Osatinsky, Ana María Martí e Alicia Milia de Pirles testemunharam publicamente na Assembleia Nacional da França. Este último, das três mulheres, teve especial importância. Publicado em espanhol, francês e amplamente divulgado concedeu, pela primeira vez, uma ideia da magnitude do massacre. Segundo elas, “por ali passaram desde 24 de março de 1976 até março de 1978, 4.726 pessoas. De todas elas só restaram uma centena⁸⁷” (*CADHU apud FELD*, 2012, p. 339, traduzido por mim).

Em decorrência das denúncias, nesse ano a *Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH)* visitou a Argentina e levou a cabo uma inspeção no local. No entanto, o grupo de tarefas que atuava na *Ex ESMA* logrou modificar o espaço e levar os detidos para uma ilha chamada *El Silencio*, em *Tigre*, a poucos quilômetros da capital.

Na redemocratização, devido às dimensões físicas do local e ao número de detidos que ali passaram até 1984, a *Ex ESMA* foi um dos primeiros centros clandestinos a serem reconhecidos pela *CONADEP*. Por meio do trabalho da *CONADEP* identificou-se que, embora toda a área tenha sido usada para fins repressivos, e alguns sobreviventes tivessem destacado que passaram por um edifício que funcionava como enfermaria, outro como gráfica, por uma oficina mecânica e por um pavilhão chamado *Coy*, o núcleo dessas atividades acontecia no *Casino de Oficiales*. Ali, além das práticas de detenção e tortura comum aos *CCDTyE*, nasceram bebês, que foram privados de suas identidades; foram elaboradas e administradas as

⁸⁷ “Por allí han pasado desde el 24 de marzo de 1976 hasta marzo de 1978, 4. 726 personas. De todas ellas solo hemos quedado un centenar”

práticas de repressão empregadas nos centros clandestinos de todo o país, como os *Vuelos de la Muerte*; e viviam alguns dos oficiais que atuavam no local.

Como antes mencionado, o debate sobre a transformação da *Ex ESMA* em um lugar de memória ocupou por muitos anos um papel de destaque na esfera pública. Em 1998, enquanto o prefeito de Buenos Aires Fernando de la Rúa levava a cabo o projeto de um parque-monumento em homenagem aos 30.000 desaparecidos, começou a correr o rumor de que Carlos Menem destruiria os edifícios que compõe o complexo.

Ao ouvir sobre a possibilidade, Laura Bonaparte e Graciela Lois, membras das *Madres de Plaza de Mayo – Línea fundadora*, começaram a consultar outras organizações de DDHH para tomar alguma providência contra tal projeto. Porém, a maioria subestimava que Menem, de fato, levaria adiante uma ação tão radical. Mesmo assim, Bonaparte e Lois começaram a preparar um recurso junto aos advogados Mario Ganora e Liliana Magrini⁸⁸.

Em 7 de janeiro de 1998, Menem realizou uma conferência de imprensa para informar que havia assinado o Decreto n° 8/98⁸⁹. No documento ficou determinada a demolição dos edifícios e a transferência das instalações da marinha para a base naval do *Puerto de Belgrano*. No lugar seria construído um parque público para receber os chefes de Estado de outros países, com um monumento símbolo da união nacional, decorrente de uma suposta vontade (porém sabe-se que nunca demonstrada) de “deixar para trás as antinomias do passado e assumir as lições da história recente,

⁸⁸ BARRIENTOS, Manuel. Veinte años de un amparo histórico. *El País*, 9 de jan. de 2018. Disponível em: < <https://www.pagina12.com.ar/87911-veinte-anos-de-un-amparo-historico> >. Acessado em: 20 jan. 2019.

⁸⁹ “[...] *dejar atrás las antinomias y asumir las lecciones de la historia reciente, expresando plenamente la voluntad de conciliación de los argentinos*”. Disponível em: < <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/45000-49999/48329/norma.htm> > Acessado em: 20 jan. 2019.

expressando plenamente a vontade de conciliação dos argentinos⁹⁰, (ARGENTINA, Decreto nº 8/1998, traduzido pela autora).

Segundo Menem, a decisão fazia parte de um projeto maior de reestruturação das Forças Armadas Argentinas. O presidente considerava os edifícios antiquados, desatualizados e de cara manutenção. Além disso, falava que o projeto do parque na *Ex ESMA* permitiria aos familiares homenagear os desaparecidos, pois, até então, o espaço estava ocupado pelos marinheiros⁹¹.

Assim, se, por um lado, parte das *Madres de Plaza de Mayo* e dos *H.I.J.O.S* questionavam e se opunham à construção do *Parque de la Memoria*, entendendo-o como um projeto contraditório à vigência das leis de impunidade; com relação à *Ex ESMA*, os grupos de direitos humanos formaram uma frente de resistência à destruição. A *Asemblea Permanente por los Derechos Humanos* (APDH) declarou que considerava a obra um golpe baixo e um ato insano. Hebe de Bonafini, das *Madres de Plaza de Mayo*, declarou que era um delírio de Menem. Nora Cortiñas, da *Madres de Plaza de Mayo – Línea fundadora*, achava que era uma falta de sensibilidade e uma provocação. *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas* consideravam o projeto uma “decisão horrorosa”⁹². Afinal, como antes mencionado, além da sociedade civil nunca ter demonstrado vontade de reconciliação com os militares, caso fossem cumpridos os planos de Menem, seriam apagadas provas essenciais dos crimes cometidos na ditadura militar.

Em 22 de janeiro, o juiz federal Osvaldo Guglielmino agregou uma medida cautelar e desenvolveu a causa chamada “*Palacio de Lois Graciela y otra, c/PEN s/amparo*”, pela qual solicitou uma medida cautelar e ordenou a suspensão do Decreto nº 8/98. Nela, as duas *Madres*, Graciela e Laura, com a adesão das outras integrantes do grupo, dos deputados Alfredo Bravo e Jorge Rivas, e dos defensores públicos Antonio Cartaña e Eugenio Semino,

⁹⁰ *Loc. cit.*

⁹¹ *Loc. cit.*

⁹² *Loc. cit.*

pediam não só a não demolição dos edifícios, mas que a *Ex ESMA* fosse declarada “patrimônio cultural” (NEVES, 2014).

Figura 25. Lois e Bonaparte na porta da *Ex ESMA* em uma coletiva de imprensa em 1998. Fonte: < <https://www.pagina12.com.ar/87911-veinte-anos-de-un-amparo-historico> > Acessado em: 20 jan. 2019.

Contudo, novos rumores surgiram. Os vizinhos de *Nuñez*, afirmavam ver movimentos de entrada e saída de caminhões pela noite, como se estivessem esvaziando o lugar. Ao serem questionados, os militares disseram que era um movimento normal, de substituição de computadores e móveis.

Bonaparte e Lois solicitaram uma inspeção ocular no lugar à *Camara do Contencioso Administrativo* e, com isso, conseguiram entrar na *ESMA* dia 11 de fevereiro de 1998. Elas afirmaram ter encontrado um cenário armado para mostrar que o local estava ocupado. E no *Casino de Oficiales*, na área chamada de “Capuz” (*Capucha*), onde ficavam presos os detidos na maior parte do tempo, se surpreenderam com as condições do lugar, onde haviam estruturas de cama apoiadas na parede, restos de vidros e pombas mortas⁹³.

Em julho do mesmo ano foi publicada uma propaganda no jornal *Perfil* que anunciava a construção de um empreendimento imobiliário nos arredores da *Ex ESMA*, divulgando-o como “O edifício mais libertador da cidade” com “espetacular vista ao rio e a um parque arborizado”. A imagem

⁹³ *Loc. cit.*

mostrava o futuro parque no terreno da *Ex ESMA*, com um lago e um espaço semelhante a um campo de golf.

Figura 26. Propaganda no jornal *Perfil* em 3 de janeiro de 1998. À direita o edifício anunciado, à esquerda a área da ESMA. Fonte: < <http://www.espaciomemoria.ar/historia> > Acessado em: 3 jan. 2019.

Em outubro do mesmo ano, o juiz Ernesto Marinelli, do *Contencioso Administrativo*, declarou anti-institucional a decisão do Poder Executivo de demolir a *ESMA*, reforçando a medida cautelar. Nesse momento, Marinelli destacava também o valor histórico do lugar como testemunho que fazia recordar os desaparecidos e que, segundo ele, “forma parte do nosso patrimônio cultural, e por tal motivo não pode ser destruído pelos governantes”⁹⁴.

Outra ação, ainda em 1998, foi empreendida por Fernando de la Rúa, prefeito da cidade. Ele argumentava que o terreno fora doado à Marinha pela prefeitura do município para fins educativos, o que há muito não acontecia, baseando-se, assim, no documento de cessão dos edifícios desde o *Consejo Deliberante de la Ciudad* à Marinha, citado no primeiro parágrafo desta sessão. O poder executivo chegou a recorrer, mas a câmara

⁹⁴ *Loc. cit*

confirmou a sentença, declarou a institucionalidade do decreto e indicou que fosse a *ESMA* fosse declarada “patrimônio cultural”.

Um ano depois, esses movimentos incentivaram deputados Alfredo Bravo e Jorge Rivas, junto a outros, a elaborarem um projeto de lei para declarar a *ESMA* como *Monumento Historico Nacional* (MHN) (Expediente 1010-D-1999) no âmbito da *Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*. Nele ficou indicado, também, a construção de um museu no local.

Em março de 1999, o projeto foi enviado à *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Historicos y Lugares Historicos* (CNMMyLH), que se demonstrou favorável à construção museu. Porém, propunha a patrimonialização da *Ex ESMA* não como *Monumento Nacional Historico* (MNH), mas como *Lugar Historico Nacional* (LHN). Enquanto a categoria de MNH referia-se a um imóvel de existência material, um elemento edificado; a LHN dizia respeito a uma área material. Desse modo, a CNMMyLH, compreendendo que toda a área da *ESMA* devia ser tombada, apontou à segunda categoria (NEVES, 2014, pp. 111-112).

Em 2000, a *Legislatura* da cidade propôs outro projeto de lei (Expediente 1192-D-2000) para revogar o termo de cessão de uso, sob o argumento de que o espaço havia sido usado não só para fins educativos. No entanto, Rúa, já presidente, queria instalar uma *Escuela de Guerra del Estado Mayor Conjunto*, sem qualquer elemento memorial (NEVES, 2014, p. 110). Se, com isso, por um lado, parecia pretender definir o processo de reintegração de posse movido na *Legislatura* da cidade (NEVES, 2014); por outro, parecia também querer agradar aos almirantes que se negavam em ceder o terreno “para que se propague a ideologia da guerrilha e os apresentem como monstros”⁹⁵ (IZUMI; RECÚPERO *apud* NEVES, 2014, p. 113, traduzido pela autora).

Em 2000, a *Legislatura* de CABA aprovou por unanimidade a Lei n° 392/2000, revogando a cessão dos edifícios da *Ex ESMA* e apontando à construção de um *Museo de la Memoria* no local. No entanto, até esse momento, os edifícios permaneciam sendo usados pelos marinhos, o que impedia a efetivação da lei.

⁹⁵ “Para que se propague la ideologia de la guerrilla y se los señale como monstruos.”

Desde o final dos anos 90, em meio às discussões impulsionadas pelo decreto de Menem, as organizações de DDHH vinham discutindo a possibilidade de criar um museu na *ESMA*. No entanto, é a partir desse momento, que a coalização de organismos de DDHH *Memoria Abierta*, posteriormente junto ao *IEM*, começou a promover uma série de encontros entre os organismos de DDHH, museólogos, jornalistas e acadêmicos, com o objetivo de definir a forma do museu de memória a ser instalado no local⁹⁶ (GUGLIELMUCCI, 2013; 2019).

Nesses encontros se anunciavam certos debates que, posteriormente, se tornariam pontos centrais de disputas. No *Primeras Jornadas de debates Interdisciplinario*, em 1999, grupos de DDHH demonstravam, por exemplo, uma preocupação sobre a banalização da memória por meio do potencial turístico de um museu. Outras figuras emblemáticas como Elizabeth Jelin problematizavam a memória tomada como um “objeto de museu”, argumentando que a noção de memória estava sendo apresentada como um “valor”, um “fim” em si mesmo, falando de, ao invés disso, encará-la como um “trabalho” e “construção social” (GUGLIELMUCCI, 2011). Porém, no último deles, os participantes, mais numerosos e variados, chegaram a certos acordos: o Estado devia ser responsável pelo museu, a iniciativa devia abranger um público maior que os afetados diretos (MEMORIA ABIERTA *apud* GUGLIELMUCCI, 2011); e o museu devia ocupar a *ESMA*, e não o *Ex Olimpo*, como se havia proposto anteriormente.

As disputas sobre o domínio e o destino da *ESMA* eram muitas e, como mostramos, se desenrolavam ao longo de anos. Enquanto um meio de resolvê-las, em 2004, o então presidente, Néstor Kirchner, e o chefe de governo da cidade, Aníbal Ibarra, assinaram o documento que, finalmente, previa o desalojamento das escolas marinhas, sua restituição pela cidade e a construção de um *Espacio para la Memoria y Promoción de los Derechos Humanos*. Como mencionado, isso se deu em meio a um grande ato público na *Ex*

⁹⁶ Ana Guglielmucci (2011) detalha esses debates em sua tese de doutorado.

ESMA, realizado no aniversário do golpe, em 24 de março de 2004. Nesse mesmo dia, Néstor baixou os quadros dos comandantes do exército das paredes do *Colégio Militar de la Nación* em *Palomares*, outro ato de grande importância simbólica.

Segundo o acordo ali assinado, as escolas militares deviam ser transferidas e os edifícios ocupados por organizações de DDHH. Para tanto, criou-se a comissão tripartida, a princípio composta por representantes da nação e da cidade, para coordenar a transferência junto ao *IEM*.

Também como pontuado no primeiro capítulo, os atores entrevistados para este trabalho apontam o ato como um momento crucial para o desencadeamento dos outros processos de transformação dos *Ex CCTyE* em lugares de memória, mencionando-o como o ato da “entrega” ou “recuperação” da *Ex ESMA* por parte das organizações de DDHH. E, além disso, as disputas que se desenrolaram a partir do projeto de Menem e culminaram no ato da “entrega” de Kirchner, levaram a uma mudança no modo como os *Ex CCTyE* eram apreciados pelos membros de organismos de DDHH. A partir de então, eles deixaram de ser vistos como lugares “escuros” “de morte” e passaram a ser compreendidos como “lugares próprios” e “lugares de vida” a serem recuperados de um “outro” – no caso da *Ex ESMA*, dos marinhos – para serem entregues à cidadania argentina como um todo e transformados em “lugares de vida” (GUGLIELMUCCI, 2019).

Por outro lado, também devemos ter em vista que, apesar da importância dos atos de Néstor, todavia pairava uma profunda desconfiança com relação à intervenção do Estado. Pode-se dizer que isso advinha, ainda, das políticas menemistas, quem não apenas levava a cabo ações controversas com relação aos direitos humanos, mas abalara a institucionalidade do governo como um todo. Lembremos ainda que, com a dissipação de um Estado de bem-estar social nos anos 90, este passa a ser pensado pelos personagens inseridos nas assembleias de bairro – dos quais muitos vinham de uma longa trajetória da militância e foram voltando a atenção para a luta por memória – como um ator antagônico.

Assim, desde quando se anunciou a transferência das escolas marinhas e a ocupação dos edifícios pelas organizações de DDHH, as organizações recusaram a possibilidade de conviver com os marinhos; porém, outro lado, também questionavam a possibilidade de dar um uso cotidiano ao espaço da *Ex ESMA*, argumentando sobre o risco de banalizar o local.

Gabriela Alegre, na época secretária de Direitos Humanos da cidade, detalha esse movimento:

A primeira coisa criada foi a comissão tripartida, onde estava a cidade e a nação. Se chamava tripartida, mas tinha duas partes, porque a terceira seria os organismos, mas ainda não se havia colocado em prática. Essa comissão era a raiz do que viria a ser o ente público para a promoção e defesa dos direitos humanos, onde as organizações de DDHH estão representadas.

Nesse momento nos juntamos, eu que era da cidade e outras pessoas, com o secretário de direitos humanos da nação, Eduardo Luis Duald, para mandar os militares embora.

Quer dizer, o primeiro trabalho foi convencer a eles, para esvaziar os 32 edifícios que compõem a ESMA. São 17 hectares e 32 edifícios, mas tudo isso tinha que ser esvaziado. Levou um ano e pouco de negociação com os militares, porque também tivemos que arranjar outro lugar para eles se instalarem.

Bom, foi um processo bastante impressionante porque, ademais, gerou várias discussões. Não foi tudo esvaziado em um só dia. As instituições tinham um cronograma para ir ocupando. Em um momento se discutiu se havia possibilidade das armadas coexistirem com as organizações de direitos humanos ou com os lugares de memória.

Houve um processo muito longo e o que se decide é que nesse ente público, estivesse a cidade representada pelo o *IEM*, que já existia, o governo nacional, representado pela Secretaria de Direitos Humanos da Nação, e que houvesse uma diretoria de organizações de DDHH. Hoje 11 ou 12 organismos fazem parte dessa diretoria.

Isso foi avançando... se começou a decidir o destino de cada um desses edifícios. Se tinha claro que o sítio de memória ia ser o *Ex Casino de Oficiales*, onde ficam os detidos desaparecidos na maior parte do tempo... porque alguns deles haviam também passado por outros lugares da *Ex ESMA*, mas não era o lugar onde estavam as celas. (ALEGRE, em entrevista concedida à autora, 2017, traduzido pela autora).

Ainda em 2004, a comissão tripartida armou um cronograma para desalojar os edifícios da *Ex ESMa* e instalar em cada um deles as sedes de distintos organismos de direitos humanos, entidades públicas estatais e organizações internacionais⁹⁷. Os primeiros foram os edifícios frontais do conjunto: *Casino de Oficiales*, *Quincho*, *Sanidad*, *Casa de Suboficiales I*, *Cuatro Coluñas*, *Guardia*, *Casa de Suboficiales II* e *Acceso* (NEVES, 2014).

Já que os organismos de DDHH se recusavam em conviver com os marinhos, os edifícios deviam primeiro ser esvaziados e depois ocupados pelas organizações. No entanto, antes da transferência completa dos oficiais, foram levadas a cabo obras de restauração no local, e os atores envolvidos nas organizações acabaram convivendo com os marinhos. Nesse momento, corolário da posição assumida pela maioria das organizações de DDHH, que recusavam a convivência, foi a construção de uma divisória de tapume que separava os espaços ainda ocupados pelos marinhos e aqueles utilizados pelas organizações.

O processo de transferência demorou três anos. Nele, além da comissão tripartida, o *IEM* adquiriu um papel central, pois nele estavam diversos funcionários da *Secretaria de Derechos Humanos da Nación (SDHN)*. No entanto, seja no interior do instituto; seja entre o *IEM*, os funcionários da *SDHN* e os membros de organismos de DDHH, geraram-se as tensões decorrentes da transferência e das distintas opiniões sobre o que e como fazer com o *Casino de Oficiales*.

As mais acirradas diziam respeito ao que se iria fazer e quem iria tomar as decisões acerca do *Casino de Oficiales*. O *Casino*, que concentrou as práticas repressivas e sua preservação, enquanto prova dos crimes que ali ocorreram e lugar onde muitos desaparecidos foram vistos pela última vez, adquiria, para as organizações de DDHH, um valor simbólico e legal maior que as demais instalações (GUGLIELMUCCI, 2019).

⁹⁷ O processo de desalojamento dos militares e refuncionalização dos edifícios que compõem o complexo da *Ex ESMa* merecem maior aprofundamento. Para tanto, seria de grande auxílio uma análise das atas das reuniões da comissão bipartida sobre o transferência. Elas encontram-se disponíveis no *Archivo Nacional de la memoria (ANM)*.

Em geral, a grande maioria dos ex-detidos tinham muita resistência em modificar alguma coisa do lugar que haviam estado [*Casino de Oficiales*]. Então apareciam opiniões que vinham desde “ponha uma bomba e destrua-o”, “deixe-o como está, porque assim se fez na Alemanha”, até “não se faça nada e não se intervenha de nenhuma maneira” (ALEGRE, em entrevista concedida à autora, 2017, traduzida pela autora).

Com relação à *ESMA* como um todo, essas tensões geraram uma setorização simbólica dos edifícios, entre o “lugar de vida” (a ser ocupado por outros usos) e o “lugar de morte” (*Casino de Oficiales*) (GUGLIELMUCCI, 2019). Em 2007, após três anos do início da transferência, o arquipélago foi desalojado totalmente. Então criou-se o ente interjudicial *Espacio para la Memoria y la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos*, integrado por representantes do Estado Nacional, da Cidade Autônoma de Buenos Aires e organismos de DDHH.

Embora algumas obras de manutenção dos edifícios já viessem sendo realizadas, apenas a partir disso aqueles edifícios localizados no setor “de vida” (GUGLIELMUCCI, 2019) foram ocupados pelas organizações de direitos humanos, que inauguraram suas sedes locais. As *Madres de Plaza de Mayo* fundaram o *Espacio Cultural Nuestros Hijos* (ECuNHI). A *Equipo Argentina de Antropología Forense* (EAAF) e o Ministério da Saúde criaram a *Iniciativa Latinoamericana para la Identificación de Personas Desaparecidas*. A *Familiares* inaugurou uma sala de exposições. *H.I.J.O.S. Capital*, a *Casa de militancia*. As *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora*, a *Casa Nuestros H.I.J.O.S de la Vida y la Esperanza*. A *Memoria Abierta* inaugurou sua sede no edifício da agrupação *Familiares*. Inaugurou-se o espaço *Patrick Rice*, destinado à reflexão de cultos religiosos. Outros tornaram-se sede de instituições estatais: do *Archivo Nacional para la Memoria* (ANM); do *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti* (CCMHC); do *Educar.ar SE* (Ministério da Educação), *Canal Encuentro* (Ministério da Cultura). Ainda alguns foram destinados às organizações internacionais: a UNESCO fundou o *Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Humanos* (C.I.P.D.H), e a *Instancia Intergovernmental do MERCOSUL* fundou o *Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos Mercosul* (I.P.D.D.H). Em 2014, foi inaugurado o *Museo*

Malvinas y Isla del Atlántico Sur, em 2015, o *Museo de Sitio ESMA* no *EX Casino de Oficiales* (GUGLIELMUCCI, 2019).

Figura 27. Mapa da ocupação dos edifícios da ESMA (2014). Fonte: < <http://www.laretaguardia.com.ar/2014/01/informe-especial-el-futuro-de-los.html> > Acessado em: 20 jan. 2019.

Figura 28. Foto do edifício principal, *Cuatro Columnas*, s/d. Fonte: < <https://turismo.buenosaires.gob.ar/es/otros-establecimientos/museo-de-la-memoria-ex-esma> >. Acessado em: 20 jan. 2019.

Já na primeira etapa, em 2004, na qual foram desocupados o *Cuatro Columnas* e o *Casino de Oficiales* – entregue vazio e sem as divisões da época da ditadura – muitas pessoas expressavam a necessidade de sinalizá-lo de algum modo.

Em um primeiro momento, ocorreu a ideia de deixá-lo vazio, pressupondo que o espaço pudesse falar por si mesmo representando, ao mesmo tempo, o vazio deixado pelos desaparecidos. Contudo, reconhecendo que o espaço por si pouco explicaria sobre sua história, a comissão tripartida optou por marcar o sítio provisoriamente.

Em 2005, ainda durante o processo de desocupação, Gabriela Alegre, na época subsecretaria de direitos humanos da cidade, convidou Alejandra Naftal – membra da organização *Buena Memoria*, museóloga, atual curadora e diretora do *Museo de Sitio ESMA* e ex-detida-desaparecida do lugar – para fazer uma primeira intervenção no *Casino de Oficiales* (NAFTAL, entrevista concedida à autora, 2018).

A primeira intervenção foi em 2005, se não me engano. Gabriela Alegre me convidou para fazer uma primeira investigação e assim fiz uma proposta de escrever uns textos. Eu sou museóloga, então tinha toda uma discussão: quais textos eram institucionais e quais eram baseados nos testemunhos. Fiz uma primeira proposta, muito parecida com a que está agora em termos conceituais. Tinha uma descrição muito sucinta e sem adjetivos do que era cada lugar, que funções cumpriam, e depois os testemunhos em primeira pessoa das experiências que cada um teve nesse lugar. Eram nada mais que uns pequenos cartazes com mapas. Depois começamos a fazer as visitas, que tinham que ser marcadas com antecedência e eram realizadas com guias. As visitas demoravam mais ou menos 3 horas. Um guia falava por 3 horas por fones de ouvidos, e você tinha que seguir o guia, não podia fazer seu próprio percurso. (NAFTAL, em entrevista concedida à autora, 2018, traduzida pela autora).

Ainda segundo Naftal (entrevista concedida à autora, 2018), em meio aos debates sobre como construir o museu e como representar os desaparecidos, buscou-se deixar de lado uma interpretação histórica e evitar uma posição frente aos debates que se sucediam – sobre, por exemplo, o sistema de recuperação de prisioneiros, sobre a militância política e a participação dos detidos-desaparecidos na luta armada. Para tanto, optou-se por mobilizar no espaço apenas os testemunhos homologados pela justiça, concedidos ao *CONADEP*, ao *Juicio a las Juntas* ou a *Megacausa ESMA*, a

partir dos quais também foram confeccionadas as plantas baixas que tratavam de localizar o visitante.

A intervenção constituía-se, portanto, de painéis de madeira, apoiados no chão, onde estavam expostos três tipos de documentos: plantas baixas, descrições dos locais e os testemunhos, deixando de lado qualquer representação dos desaparecidos, objetos encontrados no local ou imagens da época. Segundo Gabriela Alegre (em entrevista concedida à autora, 2017), tratava-se da única intervenção que os organismos de DDHH e o IEM “deixaram a SDH fazer”.

A única coisa que nos deixaram fazer foi colocar uns cartazes que contavam um pouco, através dos testemunhos dos sobreviventes, que diziam de forma muito no geral o que havia acontecido nos lugares do sítio de memória, no *Casino de Oficiales*. Bom, eu entendo que é muito subjetivo, porque foi o lugar onde mataram teus companheiros, onde quase te mataram, da onde você viu pessoas entrarem em aviões, as quais nunca voltavam, e nesse lugar as opiniões podem ser muito variadas. Até aí o consenso havia chegado, mas não se queria avançar, então Alejandra Naftal e outras pessoas começaram a avançar no desenho museográfico. (ALEGRE, em entrevista concedida à autora, 2017).

Em 2007 o *Casino* foi aberto pela primeira vez ao público. A intervenção que “deixaram fazer” buscava manter o vazio, indo em direção a uma das principais posições defendidas pelos organismos de DDHH.

Em 2008, depois da instalação do *Espacio para la Memoria y Defensa de los Derechos Humanos* nos edifícios da Ex ESMA, o *Casino de Oficiales* foi declarado Monumento Histórico Nacional por meio do Decreto n° 1333/2008, e o conjunto que envolve os demais edifícios declarado Sítio Histórico. Por meio disso ficou designado que o ente *Espacio para la Memoria* e a *Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMyLH) ficariam responsáveis pela decisão acerca das “modalidades de intervenção na área declarada lugar histórico nacional [...] devendo respeitar a configuração atual do prédio e de suas edificações.”⁹⁸ (ARGENTINA. Decreto n° 1333/2008, Art. 4, traduzido pela autora).

⁹⁸ “Modalidades de intervención en el área declarada lugar histórico nacional [...] debiendo respetarse la configuración actual del predio y sus edificaciones”.

Figura 29. Vista frontal do *Casino de Oficiais* em 2012, antes da inauguração do museu. Fonte: Arquivo institucional do *Museo de Sítio ESMA*.

Figura 30. Entrada do *Casino de Oficiais* em 2012. *Casino de Oficiais* em 2012, antes da inauguração do atual museu. Fonte: Arquivo institucional do *Museo de Sítio ESMA*.

Figura 31 e 32. Primeira intervenção no *Casino de Oficiais*, apenas com placas explicativas, plantas e depoimentos (entre 2007-2013). Respectivamente estações "Os Jorges" (*Los Jorges*) e "Capuz" (*Capucha*). Fonte: Arquivo institucional do Museo de Sítio ESMA.

No entanto, isso não significou o fim das disputas entre o *IEM*, a *SDHN* e os organismos de DDHH sobre o que fazer no *Casino*. Em 2012, apesar das controvérsias, o governo federal, a cargo de Cristina Kirchner, convocou uma reunião para encaminhar o projeto do museu no local. Na ocasião o governo enviou um museólogo, responsável pelo museu da *Casa Rosada*, para reunir-se com os membros do *Espacio por la memoria y Promoción de los Derechos Humanos* e decidir o que fazer no dito local. Nessa reunião participaram cerca de 45 pessoas, dentre elas sobreviventes, diretores do *Archivo Nacional por la Memoria* (ANM) e Alejandra Naftal. Contudo, segundo Naftal (em entrevista concedida à autora, 2018), o museólogo enviado, que trabalhava no museu da Casa Rosada e não possuía vinculação direta com a ditadura militar, demonstrou dificuldade em propor um projeto que atendesse às particularidades de um sítio de memória, o qual, à diferença de um museu tradicional, não parte de um acervo, mas toma o próprio edifício como canal para a transmissão de conhecimentos.

Vou começar por mim: em novembro de 2012 me chamaram da direção de organismos de DDHH. Me disseram que houve uma convocação desde a presidência da nação, que viria um museólogo desde a presidência, o diretor do museu de *Aduana*, o museu da casa do governo, para reunir-se com todos os atores envolvidos e fazer algo nesse lugar, porque havia uma necessidade de decidir o que fazer.

Então me perguntaram se eu, como sou museóloga – nesse momento estava trabalhando na secretaria de ambiente com temas de comunicação, mas tinha uma trajetória, havia trabalhado no *Memoria Abierta*, participei da elaboração do arquivo oral do *Memoria Abierta* – podia representar os organismos e escutar a proposta do museólogo. Como era profissional e conhecia o tema, claro que fui. Na reunião tinham 45 pessoas. Todos trabalhavam aqui: sobreviventes, diretores do arquivo, trabalhadores, trabalhadoras, e veio esse museólogo que é da velha guarda da museografia. Lembro que lhe haviam tirado um dente e tinha a cara inchada. Bom, quando começa a escutar tudo que era o local, disse: bom, eu não sei. Ele perguntava se tínhamos objetos, vitrines, nunca tinha estado aqui. Era uma pessoa que mandaram.

Quando o cara disse “bom, vocês têm que entrar em um acordo primeiro”, todos nós demos risada, e ele disse que não podia assumir o que fazer aqui, porque começa a escutar sobre o vazio, as paredes, o que

significava esse lugar, a história dos militantes, a resistência dos detidos...

Sáímos daí e Paulo Maroni e umas pessoas da diretoria me perguntaram: o que você recomenda? Eu disse: para mim tem duas opções: uma é armar uma equipe profissional, com um arquiteto, um museógrafo, um museólogo, um designer gráfico, um especialista em áudio visual, armar uma equipe e começar a armar algo, isto é, *fatto in casa*. E outra é tomar a decisão e contratar uma equipe profissional que possa fazer o museu de memória, o museu da Alpargata, o museu da bola, o museu do doce de leite. Porque também havia pressa e se queria inaugurar logo. (NAFTAL, entrevista concedida à autora, 2018).

Pouco tempo depois, Naftal, quem montara o primeiro projeto expográfico em 2005, foi convidada para armar uma equipe e dirigir a nova intervenção. Para tanto, primeiro convidou o arquiteto Hernán Bisman. Com ele construiu um primeiro projeto, de aproximadamente quatro laudas, com algumas diretrizes sobre o tema da mostra, o conceito ideológico e o conceito museográfico. Em linhas gerais, nele apontava-se a não intervenção no edifício, a não simulação de um campo de concentração, ao não embelezamento e à construção de um percurso baseado em um sistema de estações, guiadas pelos usos de cada ambiente enquanto centro clandestino (NAFTAL, entrevista concedida à autora, 2018).

Uma vez apresentado e aprovado pela *SDHN*, eles articularam uma equipe de trabalho para aprofundá-lo. Esta foi composta por Naftal e Bisman, enquanto curadores gerais, e dois curadores adjuntos. Como conta Naftal (em entrevista concedida à autora, 2018), assim realizaram uma proposta, com plantas, desenhos e modelos 3D.

O projeto foi, primeiro, apresentado para a diretoria da *ESMA*. Em 27 de abril de 2013 a diretoria convocou uma reunião com os seus membros para informar que se estava trabalhando em um *Museo de la Memoria* com respaldo do Poder Executivo (PE). Em um grande evento no Ministério da Justiça, a equipe responsável pelo novo museu apresentou um dossiê composto por desenhos, *renders* e informações sobre o projeto.

A apresentação de 2013 esteve dividida em quatro partes: a) Conceito ideológico; b) Conceito museográfico; c) Dispositivos museográficos; d) Sistema Museográfico.

Em “conceito ideológico” e em “conceito museográfico”, apresentaram-se as ideias centrais do projeto e as posições éticas e estéticas. Em “Dispositivos museográficos” e “Sistema Museográfico”, textos, croquis e fotos especificavam as intervenções espaciais, cada plataforma expositiva, assim como quando e qual tipo de material seria mobilizado em cada ambiente.

Em conceito ideológico e museográfico, listaram-se uma série de diretrizes: o museu devia ser uma “proposta aberta ao tempo”, permitindo a incorporação de novas salas; devia partir do máximo consenso dos distintos setores da sociedade envolvidos na construção; devia estar voltado para todo o tipo de público, politizado ou não, afetados ou não afetados, nativos ou estrangeiros; devia funcionar como um lugar de reparação e homenagem para os afetados; devia ser encarado como prova material e judicial, sendo preservado como “entregue” às organizações em 2004. Também não deveria utilizar-se de “golpes baixos”, isto é, imagens e cenas de grande impacto capazes de traumatizar o visitante, e sim apontar saídas emocionais, racionais e espaciais; não deveria simular um campo de concentração; e ocuparia a área total do *Casino de Oficiales*.

Existiam assim duas frentes conceituais centrais: uma primeira que apontava ao desejo de construir um espaço voltado para um grande público, “onde o cômodo se sinta incômodo e o incômodo se sinta cômodo” (NAFTAL, entrevista concedida à autora, 2018); e a segunda, a preservar o local como entregue em 2004, compreendendo o caráter comprobatório do edifício e o valor simbólico do vazio, que representaria o vazio deixado pelos desaparecidos.

As intervenções museológicas, por sua vez, foram organizadas em dois tipos: as “tradicionais” ou “historiográficas”, apoiadas em fotografias, gráficos, documentos que proporcionassem informações “racionais”, de cunho histórico e pedagógico; e as intervenções “contemporâneas” ou “vivências”, que apelariam às sensações, experiências, com o objetivo de

despertar curiosidade no visitando e trabalhar a carga simbólica dos espaços. Nestas últimas seriam mobilizados “dispositivos museográficos de última tecnologia”: *video mapping*, hologramas, iluminação, sons, temperaturas.

Figura 33. Intervenção do tipo “tradicional” que seria implantada em todos os ambientes do *Casino de Oficiales*. Tratam-se de painéis de vidro, onde estariam expostas as informações relacionadas à história do local – textos descritivos, documentos, depoimentos (2013). Segundo o projeto, tais informações serviriam como pontos de partida para as visitas guiadas; e os painéis de vidro operariam não só como suporte desses dispositivos, mas um meio de proteção do edifício. Fonte: Arquivo institucional do *Museo de Sitio Esma*.

De forma análoga à intervenção de 2005, o percurso estaria estruturado em 13 estações: *Hall de Acceso*, *Muestra histórica y Viencial de Habitabilidad*, *Midiateca*, *Muestras*, *Capucha*, *Pañol*, *Pecera*, *Escalera de los Jorges*, *Los Jorges*, *Dorado*, *Sótano*, *Cubo de Vidrio* e *Traslados*. Em todas as estações estariam implantadas as intervenções “tradicionais”, painéis de vidro, placas, com textos e documentos com informações sobre espaço. Os dispositivos museográficos “contemporâneos” estariam nos locais de “maior carga simbólica”, isto é, lugares de encarceramento e tortura.

Para compreender melhor os dispositivos museográficos contemporâneos, olhemos a alguns exemplos:

- Na estação “Depósito” (*Pañol*), onde se estocavam os bens roubados dos detidos, propunha-se uma projeção em *video mapping* dos objetos que ficavam entulhados ali, conformando um espaço cheio.

- Na estação “Aquário” (*Pecera*), onde os detidos eram submetidos a trabalho escravo, como análise da mídia estrangeira e da imagem da Argentina no exterior, seriam instalados cubos de vidros com imagens do que foi produzido no local.

- Em *Dorado*, onde funcionou a Central de Inteligência do *Grupo de Tareas*, desde onde se planejavam os sequestros, haviam duas opções. A primeira, intitulava-se “de quadros baixos” (*de cuadros bajos*). Esta aludia ao ato de Néstor Kirshner que, também do 24 de março de 2004, ordenou que se baixassem os quadros de Videla e Reynaldo Bignone em *Palomares*. Consistia em uma projeção no chão da sala das figuras dos repressores, mostrando o estado de seus processos, as imagens e as informações sobre os detidos-desaparecidos, e, por fim, as palavras “memória, verdade e justiça”. A segunda, chamada “Os donos da vida e da morte” (*Los dueños de la vida e de la muerte*), consistia na instalação de várias mesas de escritório no grande salão. Em cada uma, estaria uma tela tátil com as informações dos militares. Ao fundo, armários e arquivos onde o visitante poderia acessar as informações sobre os detidos-desaparecidos.

- No “Porão” (*Sótano*), onde aconteciam as torturas e desde onde os presos eram levados para os *Vuelos de la Muerte*, a ideia era instalar duas grandes pedras, no chão e no teto. Desde o teto cairia água. Na pedra do chão estariam reproduzidas as inscrições encontradas nas paredes do edifício. Entre esses dois elementos, na água, seriam projetadas as imagens produzidas por Victor Bastera, um ex-detido encarregado de fotografar os militares e outros companheiros, que logrou escapar com essas fotos.

- No exterior do *Casino de Oficiales*, de onde saíam os carros com os detidos para levá-los aos *Vuelos de la Muerte*, a proposta era instalar um cubo de vidro, que funcionaria como um mirante. Aludindo à sensação de estar encarcerado, a partir dele o visitante poderia olhar ao exterior, mas sem acessá-lo.

Figuras 34 e 35. *Pañol* (Depósito), onde ficavam os itens roubados dos presos pelos militares quando eram sequestrados. Ambiente antes da intervenção (entre 2007 e 2013) e desenho da intervenção proposta (2013), em que seriam projetadas imagens de objetos para conceder ao visitante a sensação de um lugar cheio. Fonte: Arquivo institucional do *Museo de Sitio ESMA*.

Figuras 36 e 37. Intervenção na estação "Aquário". Antes (entre 2007 e 2013) e imagem da proposta (2013). Fonte: Arquivo institucional do Museo de Sitio ESMA.

Figuras 38 e 39. Sequência da primeira opção de intervenção no salão *El Dorado* chamada "*De cuadros bajos*" remete ao ato de 24 de março de 2004, em que Néstor Kirchner ordenou que fossem baixados os quadros dos ditadores do *Colegio Militar de la Nación* (2013) em *Palomares*. Fonte: Arquivo institucional do *Museo de Sitio ESMA*.

Figura 39. Segunda proposta de intervenção no salão *El Dorado* intitulada "*Los dueños de la vida y de la muerte*" (2013). Fonte: Arquivo institucional da *Ex ESMA*

Figuras 40 e 41. Intervenção no porão. Antes (entre 2007-2013) e proposta (2013). Na imagem 31 note-se as fotos dos desaparecidos projetadas na água. Fonte: Arquivo institucional do *Museo de Sítio ESMA*.

Figuras 42 e 43. Intervenção na área externa "*Cubo de Vidrio*" (2013). Fonte: Arquivo institucional do *Museo de Sítio ESMA*.

Quando apresentado aos grupos de DDHH, o projeto gerou distintas tensões e oposições. Principalmente porque ousava com as intervenções contemporâneas, pensadas para estarem implantadas especialmente nos lugares considerados de maior carga simbólica.

As *Madres de Plaza de Mayo*, por exemplo, recusavam a ideia de que os ex-detidos-desaparecidos, muitos deles seus filhos, estivessem representados no local em que sofreram as violações, como se propunha no salão *Dorado*. Os *H.I.J.O.S.* enfatizavam a necessidade de mostrar a luta política. Muitos questionavam a própria ideia de construir um museu e recusavam a palavra “museu”, entendendo que isso apagaria o caráter “vivo” da memória. Outros atores, como o *GAC* e a *Asociación de Ex Detenidos-Desaparecidos (AEDD)*, achavam que as intervenções contemporâneas banalizariam o lugar, pois abusavam da “teatralidade”.

Dentro dos recintos existe um recurso que vai na direção do conceito de espetacularidade, que é o abuso do critério teatral. Coloquemos como exemplo a obra temporal que se desenvolverá no *El Dorado*, utilizando esse espaço como cenário de uma representação temporal, cuja a existência está dada pelo enclausuramento do espaço exterior, as aberturas. Com o fechamento temporal das janelas, e a proteção temporal luminosa, de textos e imagens, assim como a representação central de objetos no centro da sala. Em muitos museus temáticos se adequam salas para gerar esses tipos de simulacros temporais, que fazem uso de dispositivos teatrais, já que possuem um tempo estabelecido. Acreditamos que além de tudo que essa obra simboliza, a nível de propaganda política, o dispositivo é um recurso de museu de objetos ou feira temática. Em todos os recintos apresentados se encontram as problemáticas anteriormente descritas a nível de representação. Porém, um dos mais significativos é o porão⁹⁹.

⁹⁹ “Dentro de los recintos existe un recurso que va de la mano con el concepto de espectacularidad que es el abuso del criterio teatral. Pondremos como ejemplo la obra temporal que se desarrollará en el *Dorado* utilizando este espacio como escenario de una representación temporal, cuya existencia está dada por la clausura del espacio exterior, las aberturas. Con el cerramiento temporal de las ventanas, y la proyección temporal luminica, de textos e imágenes, así como la representación central de objetos en el centro de la sala. En muchos museos temáticos se condicionan salas para generar este tipo de simulacros temporales, que hacen uso de dispositivos teatrales, ya que tienen un tiempo establecido. Creemos que más allá de todo lo que esa obra simboliza, a nivel de la propaganda política, el dispositivo, es un recurso de museo de objetos o de feria temática. Encontramos que en todos los recintos presentados, se encuentran las problemáticas

O projeto consiste na instalação de dispositivos museográficos (computadores, painéis, instalações de luzes e sistemas com fonte de água, estrados de madeiras, entre outros) em quase todos os espaços desse imóvel; e se projetou os trabalhos de planejamento e desenho até novembro de 2013, e a inauguração até março de 2014. Seria uma espécie de corredor que percorre o *Casino*, com duas paredes de acrílico transparentes nos cantos, onde haveria imagens, sons, luzes para explicar o que acontecia aí dentro. Na nossa opinião isso irá tirar todo o sentido do que aconteceu ali, vai se transformar em um show midiático¹⁰⁰.

Desse modo, envidenciava-se que, entre os atores inseridos nos organismos de DDHH, vítimas e familiares, predominava a defesa do vazio, das ruínas, em contraposição às intervenções de cunho museológico (GUGLIELMUCCI, 2019).

Então o apresentamos com resistências de muitos setores, especialmente resistência de gente que já vinha trabalhando desde 2004 aqui. Todos os trabalhadores do *Archivo Nacional de la Memoria*, os guias... então se apresentou, se aceitou, e aí começou todo um problema. O ministério da justiça, a presidência aprovou o projeto. Eu sempre defendi que esse projeto tinha que alcançar o consenso. Então fizemos apresentações em *Madres*, em *Abuelas*, em *H.I.J.O.S.*, nos organismos, na *Defensoría*, com políticos, com deputados, com senadores, e o projeto foi mudando muitas vezes para chegar em um consenso. Por exemplo: uma das *Madres de Plaza de Mayo* disse que não permitiria que a foto de sua filha detida-desaparecida dentro desse lugar, onde a humilharam. Então as fotos que tínhamos aqui, estão fora, foi o acordo que fizemos. Mas a presidenta quando viu que não estavam aqui disse: “por que não estão as fotos que

anteriormente descriptas a nivel de la representación. Pero uno de los más significativos es el sótano”. Carta destinada aos membros do *Directorio de Organismos de Derechos Humanos/ Espacio memoria y Derechos Humanos (Ex Esma)*, assinada pelos membros do *Grupo de Arte Callejero (GAC)*, 2013, traduzida pela autora. Fonte: Arquivo pessoal de Cristina Aldine.

¹⁰⁰ “El proyecto consiste en la instalación de dispositivos museográficos (computadores, paneles, instalaciones de luces y sistemas con fuente de agua, tarismas de madera, entre otros) en casi la totalidad de los espacios del inmueble; y se planteó la proyección de trabajos de planificación y diseño hasta el mes de noviembre de 2013, y la inauguración del mismo en marzo de 2014. Sería una especie de pasillo que recorre el Casino, con dos paredes de acrílico transparente a los costados donde habría imágenes, sonido, luces, para explicar lo que pasaba ahí dentro. En nuestra opinión esto va a quitar todo el sentido a lo que ahí ocurrió, se va a ir transformando en un show midiático”. Declaração de Osvaldo Barros, integrante da *Asociación de Ex Detenidos Desaparecidos (AEDD)*. Disponível em: <<http://normamorandini.com.ar/?p=7818>>. Acessado em: 9 de jan. de 2019.

eu gostava aí?”. Porque não houve consenso sobre isso. Então a própria presidenta foi parte do consenso. E além disso tivemos muita dificuldade com as intervenções mais audaciosas. Sobretudo com os sobreviventes, que eram o núcleo mais difícil de persuadir e convencer. Muitos não participaram. Eles diziam que nesse lugar tinha que ficar tal como estava, não se devia fazer nada. (NAFTAL, entrevista concedida à autora, 2018).

Tais tensões vinham cada vez mais se mostrando um impicilho para a efetivação do museu. Principalmente porque, além dos sobreviventes, havia uma grande resistência por parte da direção do *IEM*, que defendia a mínima intervenção. Por outro lado, segundo Naftal (em entrevista concedida à autora, 2018) o poder executivo tinha pressa em inaugurá-lo, como meio de assegurar a construção do local antes da troca de governo.

Assim a discussão alcançou nível jurídico. A *SDHN* apresentou um recurso à *Camara Federal de Casación*, que emitiu uma permissão para modificar o local, abrindo portas para a construção do *Museo de Sitio ESMA* no *Casino de Oficiales*. Para acabar com as discussões entre o *IEM* e a *SDHN* sobre o museu e levar adiante as obras, como citamos no capítulo anterior e como abordaremos no próximo, o Poder Executivo e o governo de *CABA* (Lei nº 26.935) estabeleceram um convênio, pelo qual a *ESMA* e os outros quatro sítios de memória de *CABA* passaram à nação. Assim, o *IEM* foi dissolvido. As *Red Federal de Sítios de Memoria* se tornou uma coordenação dentro da então criada *Dirección Nacional de Sítios de Memoria* (*DNSM*), em um primeiro momento, dependente da *SDHN*.

O museu foi inaugurado em 2015. De maneira geral – aprofundaremos no terceiro capítulo, no decorrer da descrição da visita guiada oferecida pela instituição – as intervenções museológicas de caráter “contemporâneo” foram diminuídas em detrimento das de caráter “tradicional”.

No entanto, mesmo assim, as entrevistas realizadas para esta dissertação nos permitem traçar algumas linhas de disputa que ainda se fazem presentes: uma primeira é material, pois o museu recebe mais

recursos financeiros que os demais e assim possui uma infraestrutura mais ampla. A outra, todavia, relaciona-se com a ideia e a palavra “museu”, instituição, para muitos, entendida como um lugar onde ficam expostas “coisas velhas”. Outros, baseando-se no argumento que o local é prova material dos testemunhos, afirmaram que a intervenção dificulta o reconhecimento do local enquanto espaço concentracionário, por aqueles que estiveram presos ali. Por sua vez, há ainda os que argumentam que as intervenções hoje lá presentes “banalizam” o local.

Tamanha a efervescência desses debates, que muitos dos que estiveram envolvidos nessas tensões afirmaram nunca haverem visitado o museu e nem terem vontade de fazê-lo. Outros, apesar de não concordarem inteiramente com a intervenção museológica, reconhecem a importância de sua existência, entendendo-o como um objeto capaz de perdurar frente às mudanças de governo. Afinal, o museu já recebeu mais de 300.000 visitantes e, em 2017, foi lançado candidato à categoria de patrimônio da humanidade pela UNESCO inserindo-se, assim, como a principal referência entre os ex-centros clandestinos refuncionalizados.

2.2. O “Ex Club Atlético”

Figura 44 e 45. Entorno do *Ex Club Atlético*. Registro da autora. Novembro de 2019.

O *Club Atlético* encontra-se na agitada avenida *Paseo Colón*, uma das artérias de Buenos Aires, entre as avenidas *San Juan* e *Cochabamba*, no bairro histórico de *San Telmo*, ao sul da capital. Localiza-se a algumas quadras do recém restaurado *Puerto Madero* e a 1km da *Plaza de Mayo*. A zona caracteriza-se por seus antigos casarões construídos por famílias de imigrantes no séc. XVIII que, ao ascenderem socialmente, e em meio a uma epidemia de febre amarela no séc. XIX, migraram à zona norte da capital, dando espaço a cortiços, ocupados por setores pobres da população.

Enquanto lugar de memória, o *Ex Club Atlético* está dividido em três setores: onde era o centro clandestino encontra-se um sítio arqueológico, escavado em 10% de sua totalidade. Ele está embaixo do viaduto *25 de Mayo*, abaixo do nível da calçada e dividido por uma grade. Do lado oposto da avenida *Paseo Colón* há uma praça, chamada *30.000 Compañeros*, utilizada prioritariamente para as atividades pedagógicas do sítio de memória. A duas quadras dali, em um antigo edifício emprestado pela prefeitura, encontra-se um laboratório arqueológico, o setor administrativo do sítio de memória e uma sala de exibição, onde estão expostos objetos encontrados nas escavações. Diferente da *Ex ESMA*, o sítio arqueológico do *Club Atlético* pode passar despercebido na paisagem, porque está abaixo do nível da rua. E também, diferente da *Ex ESMA*, um arquipélago de edifícios, está extremamente emaranhado na trama normal da cidade.

Figura 46. Vista aérea do *Ex Club Atlético* enquanto sítio de memória. 1) Sítio arqueológico; 2) Praça *30.000 Compañeros*; 3) Edifício laboratório. Esquema elaborado pela autora, 2019.

Figura 47. Praça 30.000 Compañeros. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 48. Interior do edifício laboratório, térreo, s/d. Fonte: < <https://www.facebook.com/memoriaexatletico/photos/pb.1372566846091773.-2207520000.1556213643./2586979911317121/?type=3&theater> >. Acessado em: 15 jan. 2019.

Figura 49. Interior do edifício laboratório, piso superior. Registro da autora. Julho de 2018.

Figura 50. Sítio arqueológico. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 51. Sítio arqueológico, s/d. Fonte: Arquivo *Ex Club Atlético*.

Figura 52. Sítio arqueológico. Registro da autora. Agosto de 2018.

Figura 53. Calçada do sítio arqueológico. Registro da autora. Julho de 2018.

Figura 54. Vista desde o sítio arqueológico em direção à praça. Registro da autora. Julho de 2018.

Pela condição de sítio arqueológico e pela falta de documentação, as informações disponíveis sobre o edifício, que não existe mais, são incertas e estão sujeitas a mudanças com o andamento das escavações. No entanto, sabe-se que ele foi construído entre 1903 como atelier da oficina de cópias heliográficas *Ortega e Radaelli* e posteriormente foi ocupado pela *Compañía General de Fósforos*. Em 1932, a *Polícia Federal Argentina (PFA)* adquiriu-o para criar a sede do *Servicio de Aprovechamiento Talleres de la División Administrativa*. Entre 1932 e 1978, as dependências do prédio de três andares e um porão eram usadas como gráfica, atelier de costura para os uniformes militares, oficina mecânica, oficinas de marcenaria e eletricidade, entre outros usos voltados à manutenção da *PFA*. Como afirma Juan Batle (2014, 5'03), vizinho do *Atlético*, até 1977, “quando alguém caminhava casualmente encontrava caminhões que descarregavam produtos de papelaria, máquinas de escrever, um movimento normal¹⁰¹”.

Figura 55. Imagem do edifício da *Polícia Federal Argentina*, s/d. Fonte: Arquivo *Ex Club Atlético*.

¹⁰¹ BATLE, Juan. Entrevista concedida ao documentário *Espacios de Memoria – Club Atlético*. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=dXjz-ax_jfQ&t=642s > Acessado em: 20 jan. 2019.

Figura 56. Foto tirada por um vizinho, onde aparece o perfil do edifício, s/d. Fonte: Arquivo Ex Club Atlético.

A partir de 1977, a *Policia Federal Argentina (PFA)*, dependente do primeiro corpo do exército, ficou encarregada pela instalação e coordenação de um centro clandestino no local. Nos andares superiores os militares mantiveram as atividades administrativas. No subsolo instalaram o núcleo concentracionário do *CCDTyE*.

Como descreve o *Nunca Más* (2016:1984), os presos entravam pelo primeiro andar. Ali havia um salão azulejado, com portas de vidro, um escritório grande e outro pequeno, e acontecia a identificação e troca dos nomes dos detidos por um número. No subsolo, em um ambiente fechado, sem ventilação natural, ficavam os encarcerados. Havia duas celas individuais e dois setores de celas, que somavam 41, todas de 2x1,60m, e três salas de tortura, uma usada como enfermaria, outras como cozinha, lavanderia, banheiro, depósito e administração.

Figura 57. Planta que reconstitui o porão do edifício da PFA enquanto centro clandestino, s/d. A área sombreada corresponde à zona escavada. Fonte: *Dirección Nacional de Sitios de Memoria*.

O *Club Atlético* funcionou assim entre fevereiro e dezembro de 1977, período em que passaram por lá aproximadamente 1500 pessoas, das quais cerca de 150 sobreviveram. No final desse ano, o Governo da Cidade desapropriou e desmantelou o local para construir o viaduto *25 de Mayo*. Com a destruição do CCDTyE, os presos foram transferidos primeiro para o CCDTyE *Banco*¹⁰², na província de *La Matanza* (grande Buenos Aires). Em 1978, desde o *Banco*, foram transferidos ao *Olimpo*, construído no meio desse processo, especialmente para abrigar os presos do *Atlético*. Formou-se assim

¹⁰² O *Banco* localiza-se perto do cruzamento da *Autopista Riccheri* e do *Camino de Cintura*, em *La Matanza*.

um circuito repressivo, posteriormente denominado de *ABO* (*Atlético, Banco e Olimpo*).

Por sua vez, o viaduto era parte de um projeto urbano maior: a *Red de Autopistas Urbanas* (RAU), baseado no livro do advogado Guillermo Laura, *La ciudad arterial* (1970). Na obra, o autor defendia a construção de uma “metrópole que se estrutura ao longo das vias de transporte moderno, com amplos espaços livres, tanto na zona de vias de comunicação como nos lugares de implantação dos edifícios”¹⁰³ (LAURA *apud* TAVELLA, 2016, p.112, traduzido pela autora).

Em 1976, o brigadeiro Osvaldo Cacciatore assumiu como intendente de Buenos Aires e convocou Laura para ser secretário de obras públicas. Juntos eles começaram a colocar em prática a RAU. No entanto, embora estivesse prevista a implantação de nove viadutos na cidade, que somariam 117 km., apenas dois foram construídos: o viaduto *25 de Mayo* e o *Perito Moreno*. Também foram prolongadas a *Av. 9 de Julio* e realizaram-se as desapropriações necessárias para a construção do viaduto central, da *9 de Julio* e da *Av. Costera*¹⁰⁴ (TAVELLA, 2016).

¹⁰³ “Metrópoli que se estructura a lo largo de las vías de transporte moderno con amplios espacios libres, tanto en la zona de vías de comunicación como en los lugares de implantación de los edificios”.

¹⁰⁴ O prolongamento do viaduto *Teniente General Pablo Ricchieri*, os viadutos *Costera*, *Central*, *General Paz*, *Transversal*, *Perito Moreno*, *Accidental*. Além disso, o prolongamento das avenidas *9 de Julio*, *27 de Febrero* e *Perito Moreno*. As obras seriam construídas ao longo de 15 anos e finalizadas em 1992 (TAVELLA, 2016).

Se comienzan las fechas previstas para la iniciación de las obras de construcción de las autopistas proyectadas por la Comuna para integrar la red urbana. La que seguirá a la primera, que como se sabe será la Autopista Sur —a iniciarse el 1° de enero de 1978—, será la Autopista Central, que comenzará a construirse en 1980.

Con respecto a la primera de las citadas, ayer se expropiaron otras nueve viviendas situadas sobre el que será su recorrido, pudiéndose por ello el vóler recó de la tracción

Sancionó y promovió el intercedente municipal, Ing. Gálvez (E) Ovarillo Orochimor, una ordenación por la cual se subdividen las fincas y los terrenos baldíos de la jurisdicción de la finca de Anapimayo, Urb. La Paz en la Asistencia Central (A113) "se declara de utilidad pública con afectación definitiva en los términos del artículo 24 de la ley 25.000 al año 1980, el terreno comprendido entre la Avenida General Paz (A113) hasta la Avenida Estrella de Israel; al año 1980 al terreno situado hasta la Asistencia Sur (A11) y al año 1982 el terreno restante entre la Avenida 17 de Febrero".

En la *Anthopista Transversalis* (AULT), en los mismos términos que la anterior, se declara de utilidad pública pero con afectación a 1985, el tramo entre *Anthopista Peña Blanca* (AULT) hasta *Anthopista Central* (AULT) y a 1990 el que continúa hasta la *Anthopista Central* (AULT). En lo referente a la *Anthopista Guadalupe*, con afectación a 1985, el tramo entre General Paz hasta *Anthopista Transversalis* y a 1990, el sector que sigue hasta 27 de Febrero.

Finalmente, y después de idénticas iteraciones, con ejemplares en 1987, el frasco compartido entre General Fox y al Asobapista Per-

Estadísticamente, el número de llamadas que llega al número 30.42977, que "es uno de otros" es considerable a cualquier otro problema en el cual se

Comuna: a

El jefe de la Comisión de Circulación, resolvió en pos de la Secretaría de la Asamblea temporaria de la zona, el secretario general de la comisión (R) Miguel

proceder al momento en
períodos debidamente ju-
stificados, al Departamento
Ejecutivo, según facultade
para autorizar la compra
con anterioridad a las fechas
fijas en la misma".

Continúa
Continúa la campaña publicista del programa de desarrollo social de los sectores afectados por el traslado de la Asistencia Social. Alpre Toranzo, firmante responsable clasificó de "completa" la campaña de "publicitaria" del "valor real de las propiedades" conforme a los metodos fijados por el "Código de Comercio de la Nación". El valor de las propiedades a adquiridas que corresponde a tres parcelas, fue de \$-126,000.00. La Asistencia Social, a través de un comite de sus socios de guerra, la Municipalidad dio a conocer la distribución de las parcelas, que "se aprobaron con claridad" y la "brevidad" de los trabajos de "expropiación anterior y el actual" e "hacia un ejemplo" a "quien merezca" el "aprecio" de los "ciudadanos" de los países en "expropiación".

Según la ley anterior, el agua desaguada, "en el acto de la desaguación, se abateña 1049600 pesos por el valor fiscal, más un 30 por ciento. Según la ley actual en el acto de compra por el valor de 1049600 pesos, 10.775000 pesos". En este caso "con el régimen anterior, el propietario hubiera recibido aproximadamente un 30 por ciento del valor real y según en el momento de la desaguación".

Designación

En los grabados se puede ver el proyectado recorrido de la autopista Sur entre Pichincha y Luis Sáenz Peña, esta última calle y Piedras y, por última, entre Chacabuco y la avenida Ingeniero Huergo.

Sur: el último tramo

Como lo viene haciendo regularmente con los últimos tramos del trazado de la *Autopista Sur*, la Municipalidad de Lima se propone a renovar la pintura de burlado, advertidos en el último sector de la obra, que abarca desde *El Páramo* a *Inglaterra Boregas*, en un recorrido de 3 kilómetros. Las paradas son las siguientes:

[illegible][illegible]

Comuna: designación

El jefe de la Comuna portada, brigadier (R) Oivaldo Cavallero, presidió encabezando la atención del despacho de la Secretaría de Obras Públicas "mientras dure la ausencia temporal de su titular, doctor Guillermo Lora", el secretario general de la Municipalidad, teniente coronel (R) Miguel Herra. El decreto que así lo dispone, y que lleva el número 1.003, fue dado a conocer ayer pasado el mediodía, así explican las razones de la "ausencia temporal" del doctor Lora.

Figura 58. “Fijan fechas para hacer la autopista”. Na reportagem consta a lista de imóveis que seriam afetados para a construção do viaduto sul. Notícia publicada no jornal *Clarín*, Buenos Aires, 7 de abril de 1977, La Ciudad, p. 10. Fonte: Arquivo Ex Club Atlético.

O projeto tornava-se emblemático do caráter das intervenções urbanas ditatoriais. Seja pelo cunho “engenherista” (GORELIK, 2005) da mega obra, que visava também cooperar para a construção de uma imagem de cidade modernam digna de ser mostrada ao mundo no mundial de futebol de 1978; seja pelo caráter higienista (OSZLAK, 1984) que, por distintos mecanismos, expulsava os pobres e valorizava as regiões centrais.

A liberação de aluguéis, o novo Código de Edificação para a Capital Federal, a erradicação das vilas de emergência, as expropriações para a construção dos viadutos, a recuperação de espaços verdes (cinturão ecológico) e o deslocamento industrial, foram as principais medidas empreendidas pelo governo militar que, de um ou outro modo, tenderam a produzir um deslocamento espacial dos setores populares residentes na área metropolitana, em um sentido centrífugo a respeito das zonas urbanas mais privilegiadas:

encarecendo o valor dos aluguéis (regimes de locações urbanas); reduzindo a oferta de unidades de habitação e/ou aumentando seu preço (código de edificações, expropriações); expulsando os *villeros* (erradicação das vilas); ou transferindo a fonte de trabalho dos trabalhadores industriais (remanejamento industrial, cinturão ecológico)¹⁰⁵. (OSZLAK, 1984, p. 2, traduzido pela autora).

Para a construção do viaduto acima do *Ex Atlético*, previu-se a desapropriação de 2087 estabelecimentos, o que foi efetivado em poucos meses (TAVELLA, 2016). Assim, enquanto os presos políticos eram violentados e excluídos da cidade no interior dos centros clandestinos, os moradores de casas e cortiços que mostraram alguma resistência foram violentamente desapropriados de seus lares (TAVELLA, 2016). Assim, a própria geografia da região foi sendo alterada: criaram-se grandes vazios, zonas escuras e insalubres, como é a área do sítio arqueológico. Os escombros das casas foram levados para o atual *Puerto Madero*, para construir um centro cívico, que nunca foi levado a cabo. Os restos foram abandonados e com os anos se completaram com vegetações. No fim da década de 80, o local foi declarado área de reserva ecológica. Atualmente lá encontra-se um parque, importante ponto turístico da região, que, como veremos, especialmente desde a década de 90, vem passando por distintas obras urbanísticas que tendem a valorizá-la cada vez mais.

¹⁰⁵ “La liberación de los alquileres, el nuevo Código de Edificación para la Capital Federal, la erradicación de villas de emergencia, las expropiaciones por construcción de autopistas y recuperación de espacios verdes (cinturón ecológico) y la relocalización industrial, fueron las principales medidas dispuestas por el gobierno militar que, de uno u otro modo, tendieron a producir un desplazamiento espacial de los sectores populares residentes en el área metropolitana, en un sentido centrífugo respecto de las zonas urbanas más privilegiadas: encareciendo el valor de las locaciones (régimen de locaciones urbanas); reduciendo la oferta de unidades de vivienda y/o aumentando su precio (de código de edificación; expropiaciones); expulsando a villeros (erradicación de villas); o trasladando la fuente de trabajo de obreros industriales (relocalización industrial, cinturón ecológico”.

Figuras 59 e 60. Obras para a construção do viaduto 25 de Mayo. Na figura 43 nota-se o vazio deixado pela destruição do *Ex Atlético*. Na 44, o vazio deixado no entorno do local. Ambas são de finais de 1979. Fonte: Arquivo *Ex Club Atlético*.

O desmantelamento do edifício lançou um primeiro desafio: sua identificação, já que ele não existia mais. O primeiro a reconhecê-lo foi o sobrevivente Miguel D'Agostino em 1979. Enquanto detido, ele havia escutado um ônibus que passava com uma torcida de futebol e os militares comentando: “estando tão perto do estádio do *Boca Juniors*, é uma pena que a gente não pode ir à partida¹⁰⁶” (o *Ex CCDTyE* encontra-se a 1km do estádio do *Boca Juniors*). Assim, quando foi solto, começou a procurar o local na região do bairro de *La Boca* e *San Telmo*. Um dia, esperando um ônibus na *Av. Cochabamba*, olhou para a construção do viaduto e logrou identificar as celas e as salas de tortura abaixo do nível da rua.

Embora o depoimento de D' Agostino convergisse com o de Ana María Cariaga às organizações de direitos humanos internacionais durante seu exílio na Europa, a confirmação de que aquele era o lugar tornou-se possível por meio das investigações da *CONADEP*. Nesse momento, outros sobreviventes, mesmo sem saber onde era o lugar exato, concederam depoimentos afirmando que estiveram em um centro clandestino na *Av. Paseo Colón*. Como conta Delia Barrera, sobrevivente, e Carmem Lapagó (falecida), sobrevivente, familiar e ex-membra das *Madres de Plaza de Mayo*, foi por meio do *Centro de Estudios Legales y Sociales*¹⁰⁷ (*CELS*) que essas pessoas começaram a entrar em contato e reunir-se para buscar a localização exata do sítio.

Fui à *CONADEP*, declarei à *CONADEP* e em poucos meses me ligaram do *CELS* dizendo que haviam dois companheiros, que mais ou menos narravam o mesmo

¹⁰⁶ “estando tan cerca de la cancha de Boca, qué lástima que no podemos ir a ver el partido”. DUGUINI, Laura. *Las ruinas del terror*. Página/12, Buenos Aires, 21 de setembro de 105. Entrevista concedida à Veronica Engler. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-282100-2015-09-21.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.

¹⁰⁷ “El Centro de Estudios Legales y Sociales es un organismo de derechos humanos argentino creado en 1979, durante la última dictadura militar, que promueve la protección de los derechos y su ejercicio efectivo, la justicia y la inclusión social, a nivel nacional e internacional. En sus primeros años, el CELS llevó adelante la lucha por la verdad y la justicia de los crímenes cometidos por el terrorismo de Estado. A fines de los años ochenta, amplió su agenda a las violaciones de los derechos humanos ocurridas en democracia, a sus causas estructurales y su relación con la desigualdad social. Las acciones del CELS se dirigen a la consolidación del Estado democrático, la incidencia en políticas públicas, la ampliación del ejercicio efectivo de los derechos, el acompañamiento a las víctimas y la búsqueda de justicia”. Disponível em: < <https://www.cels.org.ar/web/presentacion/> > Acessado em: 20 jan. 2019.

que eu sobre o lugar... e bom... se eu podia me encontrar com eles [...] começamos a localizar o *Atlético*, todos diziam que era no *Bajo* e havíamos constatado que estava perto do parque *Lezama*¹⁰⁸ (Delia Barrera, sobrevivente, 2014, 8'05, traduzido pela autora).

Foi quando me juntei com outros detidos-desaparecidos e fomos localizando... quer dizer, nos reuníamos aqui em casa e fomos localizando... cada um colocava algo e fomos... porque como o demoliram, já era mais difícil localizar o lugar [...] e graças a essa conversa, a Miguel D'Agostino, que um dia estava esperando o ônibus, olhou e viu que estavam demolindo o lugar onde havíamos estado¹⁰⁹ (LAPACÓ, 2014, 10'46, traduzido pela autora).

A partir dos anos 90, sobreviventes e parentes de vítimas se juntaram às organizações de vizinhos dos bairros *San Telmo* e *La Boca* e passaram a reclamar por uma escavação arqueológica no local. Então começava a transformação de um *não-lugar* (AUGÉ, 2005), um baixio de viaduto, que assim é porque fora colocado em um plano recuado no projeto do viaduto, em um lugar. Como afirma Laura Duguine, arqueóloga e coordenadora do *Ex Club Atlético* lugar de memória:

Para que se pudesse iniciar o processo de recuperação do lugar, creio que o mais importante é que na década de noventa, com tanta impunidade a nível legal, a sociedade reafirmou sua demanda. Desde 1996 um grupo de pessoas, como se fossem loucos, como as *Madres* dando voltas na *Plaza de Mayo*, embaixo do viaduto, em um lugar que não era nada, com uma praça seca, um bar, insistem que aí havia algo que não se via a princípio. Por essa razão, isso coloca algo que parece meio louco, reclamar sobre um lugar que não se está vendo¹¹⁰.

¹⁰⁸ BARRERA, Delia. Entrevista concedida ao documentário *Espacios de Memoria – Club Atlético*, traduzido pela autora. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dXjz-ax_jfQ&t=642s>. Acesso em: 20 jan. 2019.

¹⁰⁹ Entrevista concedida ao documentário *Espacios de Memoria – Club Atlético*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dXjz-ax_jfQ&t=642s>. Acesso em: 20 jan. 2019.

¹¹⁰ “Para que pudiera ini proceso de recuperación del lugar, creo que lo más importante es que en la década del noventa, con tanta impunidad a nivel legal, la sociedad se reafirmó en su demanda, y desde 1996 un grupo de personas, como si fuesen unos locos, como las Madres dando vueltas en Plaza de Mayo, bajo la autopista, en un lugar que no era nada, con una plaza seca, con un bar, insisten en que ahí había algo que no se veía, en principio. Por eso esto plantea algo que parece medio loco, reclamar sobre un lugar que no se está viendo”. DUGUINI, Laura. Las ruinas del terror. Página/12, Buenos Aires, 21 de setembro de 2015. Entrevista concedida a Veronica Engler. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-282100-2015-09-21.html> > Acesso em: 20 jan. 2019.

Um dos grupos fundamentais no processo de *memorialização* do *Ex Atlético* foi o *Encuentro por la Memoria de Barracas, San Telmo y La Boca*. Como tantos outros, este formou-se como organização de bairro nos anos 90, focada em reivindicações elementares, em meio às consequências da política econômica menemista, que afetava os setores pobres da sociedade¹¹¹.

A luta relacionada à ditadura foi incorporada pelo grupo a partir das comemorações e protestos do 20º centenário do golpe em 1996. Nesse momento, como afirma Suzana Mitre, atualmente funcionária do *Ex Club Atlético* (em entrevista a Olmos, 2018, p. 43, traduzido pela autora), e que, a partir de 1996, formaria o *Encuentro por la Memoria*: “apresentamos essa necessidade de investigar sobre os detidos-desaparecidos do bairro porque, na verdade, as reivindicações dessa época tinham a ver com as lutas dos anos 70¹¹²”.

As primeiras iniciativas, ainda como contou Suzana Mitre¹¹³, tiveram, portanto, o objetivo de identificar os desaparecidos do bairro, o que andou lado a lado às primeiras espacializações e marcações em *San Telmo*.

O grupo começou fazendo uma lista dos desaparecidos que viviam na região a partir das informações do *Servicio Paz y Justicia (SERPAJ)* e logo elaboraram as *Marchas de Antorchas*. Nas marchas percorriam os lugares onde os desaparecidos trabalharam ou viveram, colando folhas de ofício nas portas, com as informações biográficas e sobre a desapareição de cada um. Ainda segundo Mitre¹¹⁴, frente à necessidade de elaborar elementos mais perduráveis, em 2005, esse movimento deu origem às *Baldozas por la Memoria*. Como mencionado anteriormente, tratam-se de pedras cravadas nas calçadas de onde viviam essas pessoas, com informações sobre suas vidas e dados sobre os desaparecimentos.

¹¹¹ Esse movimento foi trabalhado no primeiro capítulo.

¹¹² “*planteamos esta necesidad de investigar sobre los detenidos del barrio. Porque en realidad las reivindicaciones de esa época tenían que ver con las luchas de los 70*”.

¹¹³ Notas do trabalho em campo realizado em Buenos Aires entre maio e novembro de 2018.

¹¹⁴ Notas do trabalho em campo realizado em Buenos Aires entre maio e novembro de 2018.

As ações do *Encuentro por la Memoria* impulsionam as primeiras reivindicações e sinalizações no *Ex Club Atlético*, que reclamavam, especialmente, pelo fim das leis de impunidades, até então vigentes, e pelo início das escavações.

A partir de 1996, o grupo criou as *Jornadas por la Memoria*. Nessa série de encontros, que aconteceram entre 1996-2002, militantes – inseridos em organizações de bairro, como o *Encuentro por la Memoria*, familiares, sobreviventes e outros organismos de direitos humanos –, se juntavam embaixo do viaduto para elaborar intervenções e sinalizações.

Na primeira edição foram colocados faixas e cartazes, espalhados os nomes dos torturadores pelo espaço, bem como foi produzido um totem a partir do pilar do viaduto: uma árvore desenhada no pilar, com esculturas de papel machê que formavam corpos desfigurados, vendados, remetendo às agonias dos detidos-desaparecidos presos em um centro clandestino. Algumas horas depois do evento, as figuras de papel apareceram queimadas e os nomes dos torturadores cobertos.

Porém, isso impulsionou a multiplicação e aperfeiçoamento das edições do ato. Uma semana depois, como forma de resistência, as organizações realizaram a segunda *Jornada por la Memoria*, na qual refizeram o totem em madeira. Na sexta jornada, em 2000, ele foi refeito de novo, em metal. Aquilo que fora pensado para ser um evento único tornou-se seis e, neles, os elementos foram adquirindo um caráter mais perdurável.

As sinalizações também foram gradualmente multiplicadas: nos bancos da pequena praça ao lado do talude, os participantes desenharam símbolos, semelhantes ao dos *H.I.J.O.S* e do *GAC*, como uma placa de trânsito alterada com a frase “*No olvidar*”. Nos pilares foram desenhados os *pañuelos* das *Madres de Plaza de Mayo*. Implantou-se um painel com fotos dos desaparecidos. E o *GAC* também fez uma de suas intervenções nos arredores do sítio, indicando a distância de um determinado ponto até ali.

Na quarta jornada, em 1998, construiu-se uma grande silhueta no talude – símbolo que foi se consolidando a partir do *Siluetazo* –, originalmente de pedras. Por conta do episódio do totem, ela foi refeita em tijolos e, em 2000, foram colocadas placas cravadas na terra de seu entorno

com o nome dos desaparecidos que foram vistos pela última vez no *Atlético*. Ainda depois foi construída uma escada de madeira na lateral da silhueta para atender ao evento de comemoração do aniversário do golpe. Por ela algumas das *Madres de Plaza de Mayo* sobem e acendem velas que iluminam a silhueta. Assim homenageiam, ao mesmo tempo, todos os desaparecidos, representados pela grande silhueta, e cada um deles, representados pelas placas que, identificando-os, tiram eles do anonimato.

Todos os anos se acende neste sítio, que foi lugar de cativeiro clandestino, a grande silhueta, que homenageia a todos e a cada um dos detidos-desaparecidos que estiveram no *Club Atlético*. Como um rastro que inscreve suas presenças. O contorno iluminado por essas tochas acesas, nos delinea, nos desenha, multiplica os corpos forçadamente apagados da vida e da história. Centenas de nomes nos abraçam, rodeiam sua figura. E assim toma identidade em cada uma das identidades, das histórias de vida, das opções de luta e militância que escolheram os exponentes de uma jovem geração comprometida com a realidade de seu tempo¹¹⁵ (COMISIÓN DE TRABAJO Y CONSENSO EX CLUB ATLÉTICO, s/d).

¹¹⁵ "Todos los años se enciende en este sitio, que fue lugar de cautiverio clandestino, la grande silueta, que homenajea a todos y cada uno de los detidos desaparecidos que estuvieron en el "Club Atlético". Como buella que inscribe su presencia. El contorno iluminado por esas antorchas encendidas, nos delinea, nos dibuja, nos multiplica los cuerpos pretendidamente borrados de la vida y de la historia. Cientos de nombres nos abrazan, rodeando su figura. Y toma así su identidad en cada una de las identidades, de las historias de vida, de las opciones de lucha y militancia que eligieron los exponentes de una joven generación comprometida con la realidad de su tiempo. Miles de personas se han acercado alguna vez a participar de ese reconocimiento."

Figura 61 e 62. Primeira Jornada por la Memoria, 1996. Fonte: Arquivo Ex Club Atlético.

Figuras 63, 64 e 65. Montagem do totem no pilar do viaduto, onde ficava o edifício da *Policía Federal Argentina* em 1996. Fonte: Arquivo *Ex Club Atlético*.

Figura 66. Totem destruído depois da primeira jornada em 1996. Fonte: Arquivo *Ex Club Atlético*.

Figura 67. Primeira versão da silhueta, em pedra, construída em 1997 na segunda jornada. Fonte: Arquivo *Ex Club Atlético*.

Figura 68. Construção da segunda versão da silhueta, em madeira, na jornada de dezembro de 1998. Fonte: Arquivo *Ex Club Atlético*.

Figura 69. Silhueta na sexta jornada no ano 2000. Nesta versão foram acrescentadas as placas com os nomes dos desaparecidos que passaram pelo centro clandestino. Fonte: Arquivo *Ex Club Atlético*.

Figura 70. Versão do totem em metal, realizado na sexta jornada em 2000. Fonte: Arquivo *Ex Atlético*.

Figura 71. Placas elaboradas pelo Grupo de Arte Cellejero na quarta jornada em 1998.
Fonte: arquivo Ex Club Atlético.

Figura 72. Comemoração do aniversário do golpe, em 24 de março em 2017. Fonte: https://www.facebook.com/pg/memoriaexAtletico/photos/?tab=album&album_id=1421453194536471 > Acessado em: 12 fev. 2019.

Esses primeiros movimentos de *espacialização* e memorialização impulsionaram o início das escavações em 2002. Apesar de haver certa resistência com relação à intervenção do Estado por parte dos envolvidos na luta em torno do *Ex Club Atlético*, isso foi levado a cabo desde a Secretaria de Direitos Humanos do Governo da Cidade. Tratava-se da primeira iniciativa de “recuperar” um *Ex CCDTyE*, embora, todavia, não desde o governo nacional, e sim desde a cidade.

Assim conta Osvaldo Lopez, ex-detido-desaparecido e atual coordenador do *Ex CCDTyE Virrey Cevallos*. Nessa época ele vivia em *San Telmo* e militava na organização de bairro *Sur y Después*, uma das tantas agrupações formadas nos anos 90, voltadas a temas elementares, como saúde e inundações, que intensificara suas ações com a crise de 2001 (OLMOS, 2018):

Em 2002 se faz uma escavação, porque havia um familiar de um desaparecido que era deputado e depois terminou diretor de obras públicas. Então ele ofereceu as máquinas para fazer a escavação porque haviam testemunhos que apontavam que o centro estava no sótão. Quando essa pessoa chegou aí ofereceu as máquinas e começaram a dar as primeiras pauladas...na segunda delas se percebeu que haviam paredes. Se tapou de novo e se formou a comissão. Na comissão participavam a secretaria de direitos humanos e as organizações de bairro. Tinha todo um debate se o Estado devia participar ou não, porque até então estavam instalados as organizações de um lado e o Estado do outro. (LOPEZ, 2018, entrevista concedida à autora, traduzida por mim).

Após o evento em que se deram “as primeiras pauladas”, ainda em 2002, Marcelo Castillo, arquiteto do governo da cidade e docente na carreira de arquitetura e urbanismo na *Universidad de Buenos Aires (UBA)*, articulou um convênio com a *Faculdade de Filosofía y Letras da UBA*, onde insere-se a carreira de arqueologia.

Foi assim formada uma primeira equipe de arqueólogos, que ficaram responsáveis pelas escavações. Esta esteve sob o comando do especialista em arqueologia urbana Marcelo Weissel, também docente da *UBA*, e

composta por estudantes da graduação – dentre eles Silvina Durán, atual coordenadora do *Ex Atlético* junto à Laura Duguine. Como conta Duguine, logo no início dos trabalhos começaram a aparecer “uniformes, objetos como cassetetes, sapatos, tudo que tinha a ver com o abastecimento das forças e, por outro lado, um monte de objetos que começam a ser identificados pelos sobreviventes, que davam sustentação material às coisas que haviam falado perante o CONADEP ou ao CELS no começo da democracia”¹¹⁶.

No ano seguinte, o governo da cidade criou o *Programa de Recuperación de la Memoria del Centro Clandestino de Detención Club Atlético*, a partir do decreto CABA nº 219/ 2003¹¹⁷. Isso significou a gradual transformação do então sítio arqueológico em lugar de memória, garantindo, também, a continuidade dos trabalhos arqueológicos. Por meio de tal decreto foi formada a primeira *Comisión de Trabajo y Consenso*¹¹⁸ (CTyC) dos ex-centros clandestinos, composta por sobreviventes, familiares, organizações de DDHH de maior peso político, organizações de bairro e de áreas do governo da cidade.

Em 2005, os restos do edifício do *Club Atlético* foram declarados *sitio histórico* por meio da lei nº 1747/05¹¹⁹ da *Legislatura Autónoma de Buenos Aires*, pela qual reforçava-se a permissão de “realizar as intervenções que se relacionem com as atividades relacionadas à recuperação arqueológica,

¹¹⁶ “*empiezan a aparecer un montón de uniformes, de objetos como cachiporras, zapatos, todo lo que tenía que ver con el abastecimiento a las fuerzas y, por otro lado, un montón de objetos que empiezan a ser identificados por los sobrevivientes y que les daban sustento material a cosas que ya habían testimoniado ante Conadep o ante el CELS al comienzo de la democracia*”. DUGUINI, Laura. *Las ruinas del terror*. Página12, Buenos Aires, 21 de setembro de 2015. Entrevista concedida a Veronica Engler. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-282100-2015-09-21.html> > Acesso em 20 de jan. de 2019.

¹¹⁷ Disponível em: <
http://www.ciudadyderechos.org.ar/derechosbasicos_a.php?id=730&id2=731&id3=292&idanexo=456> Acesso em: 20 jan. 2019.

¹¹⁸ Composta por representantes dos grupos de direitos humanos (*Abuelas de Plaza de Mayo - Línea Fundadora*, H.I.J.O.S, *Familiares de Detenidos por Razones Políticas*, *Asociación de Ex Detidos Desaparecidos*, SERPAJ, APDH, CELS, *Fundación Memoria Histórica y Social*, M.E.D.H); representantes das organizações de ex detidos e familiares (*Familiares de Desaparecidos vistos en el ex Club Atlético*); organismos do bairro (*Asemblea de San Telmo*, *Finza Dorrego*, *Encuentro por la Memoria San Telmo*, CTA, UPBA); e áreas do governo da cidade (*Subsecretaría de Derechos Humanos*, *Secretaría de Infraestructura y Planeamiento*, *Director General de Casos Históricos*, *Autopistas Urbanas*, *Secretaría Anónima e Centro de Gestión y Participación N.1*).

¹¹⁹ Disponível em: <
<http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley1794.html> > Acesso em: 20 jan. 2019.

levantamento documental, testemunhal e conservação do sítio, devendo contar com aprovação prévia do poder executivo¹²⁰”.

No entanto, também como mencionado no primeiro capítulo, como os recursos para continuar as escavações já eram escassos, Aníbal Ibarra, então governador de CABA, solicitou ajuda técnica e financeira ao prefeito de Berlim, Klaus Wowereit. Apoiou-se em um convênio de irmandade, firmado em 1994¹²¹, e justificava o pedido pela possibilidade de intercâmbio de experiências com Berlim, onde os projetos sobre a memória do Holocausto estavam mais desenvolvidos (GUGLIELMUCCI, 2011).

Aceita por Wowereit, o convênio tornou possível continuar os trabalhos de escavação. Além disso, intensificou os diálogos entre os representantes de ambas as cidades e, posteriormente, exerceu influência sobre o conjunto dos lugares de memória que viriam a se formar em Buenos Aires. Lembremos que, os debates levantados em um dos encontros propiciados por esse acordo, o “*Culturas Urbanas de la Memoria – Berlín e Buenos Aires*”, realizado em 2005 em Berlim e em 2006 em Buenos Aires, levou a um giro da ideia de museu, presente principalmente nos debates sobre a *Ex ESMA*, para a de “sítio de memória”, “sítio histórico” ou “espaço pela memória” (GUGLIELMUCCI, 2011), que passaram a ser reivindicados como lugares de memória “autênticos”.

Como antes mencionado, o lugar de memória *Ex Club Atlético* encontra-se organizado em três setores: o sítio arqueológico, uma praça pública e um edifício laboratório, onde acontecem os trabalhos de conservação, classificação dos objetos encontrados, as atividades administrativas e onde há uma sala expositiva.

Essa configuração formou-se a partir da intervenção do IEM em 2006, que ficou responsável pela coordenação do *Ex Atlético*, bem como dos

¹²⁰ “realizar las intervenciones que se relacionen con las actividades tendientes a la recuperación arqueológica, relevamiento documental y testimonial y puesta en valor del sítio, debiendo contar con previa aprobación del Poder Ejecutivo”.

¹²¹ O convênio foi firmado em 1994 por Fernando de la Rúa, então chefe de governo de CABA e Diepge, prefeito de Berlim. Para mais informações ver o relatório do “*Proyecto “Sistematización y publicación on line de los convenios internacionales” en su aplicación en la Ciudad de Buenos Aires (1994-2013)*” (pp. 51-53). Disponível em: <http://www.cari.org.ar/pdf/provincias-convenios-caba.pdf> >. Acesso em: 20 jan. 2018.

demais *Ex CCTyEs* da capital federal. Por meio do instituto, criou-se, tendo como ponto de partida a área de arqueologia, os setores de educação, comunicação, conservação, manutenção (limpeza e reparos) e educação.

Perante um acordo entre o governo de Buenos Aires e o instituto, a prefeitura emprestou um antigo prédio do *Archivo de Tránsito* da cidade: um edifício de quatro andares, localizado a duas quadras do local, na esquina da *Av. San Juan* e da *Av. Ingeniero Huergo*, onde encontra-se o laboratório. Tratava-se de um antigo edifício repleto de livros e documentos. Segundo os trabalhadores do sítio, na época estava “meio abandonado” e os trabalhadores do arquivo “iam uma ou duas vezes por semana¹²²”.

Para poder trabalhar no local, os funcionários do *Ex Atlético* organizaram uma força tarefa. A ideia foi esvaziá-lo parcialmente para guardar os objetos encontrados na escavação. Começaram pelo segundo andar, levando todo o material do arquivo ao térreo.

Posteriormente, surgiu a ideia de expor esses objetos no térreo, para complementar as visitas ao sítio arqueológico. Assim, limparam o ambiente e solicitaram vitrines ao *IEM*. Diferente do *Museo de Sítio ESMA*, lhes foram enviadas pequenas vitrines do tipo *kioskos*, onde se vendem balas e chocolates, e não de museus. Ali expuseram cerca de 20 dos 20.000 objetos encontrados nas escavações, considerados os mais emblemáticos para contar a história do sítio.

Nesse momento, enquanto a área oposta do sítio arqueológico tratava-se de um baixio de viaduto, na área lateral encontrava-se uma quadra de futebol do *Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados (MIJD)* de Raúl Castells. A praça, no lado oposto, por sua vez, foi construída a posteriori do edifício do laboratório.

A partir de 2006, a *CTyC* do *Ex Atlético* começou a exigir a integração desses dois espaços ao lugar de memória. Após meses de negociação entre a comissão de trabalho e consenso e o governo da cidade de Buenos Aires, em 2007 lograram recuperar tanto a área localizada no lado oposto, quanto a lateral do sítio arqueológico, onde estão as quadras.

¹²² Notas do trabalho de campo realizado em Buenos Aires em 2018.

Para dar uma continuidade ao lugar de memória, nessa ocasião, o *IEM* junto a *CTyC* optaram pela construção da praça, projetada pelos arquitetos do *IEM*. Em 2010 foi inaugurada então uma praça seca, com um monumento em homenagem aos desaparecidos, batizada de *Plaza 30.000 Compañeros*, pensada tanto como continuação do sítio de memória, quanto uma homenagem aos desaparecidos que ali passaram.

Para a área da quadra, aproximadamente na mesma época, Marcelo Castillo desenhou um projeto de edifício, onde seria instalada uma nova sede do laboratório e espaços para os programas pedagógicos e outras atividades culturais. No entanto, o projeto acabou sendo arquivado.

Embora a construção da praça tenha sido o possível naquele momento, muitos expressavam a necessidade de construir um laboratório mais adequado para os trabalhos arqueológicos, que pudesse ser também um espaço de apoio pedagógico.

Para os funcionários entrevistados, a construção do edifício, ao lado do sítio, promoveria a maior integração entre a área arqueológica e a de apoio, facilitando o desenvolvimento das visitas guiadas. Segundo esses atores, uma das maiores dificuldades é o ambiente ruidoso, do movimento de caminhões e carros na avenida *Paseo Colón* e das obras do entorno, o que poderia ser atenuado com a construção de um espaço fechado¹²³ próximo dali.

Tais ruídos remetem a questões mais amplas, relativas à situação urbana do ex-centro clandestino. A região, por sua centralidade e valor histórico – expressa no *Puerto Madero* e no bairro de *San Telmo*, repleto de casarões coloniais com traços da arquitetura europeia do séc. XVIII –, desde a ditadura veio passando por diversas obras de melhoramento que, em certa medida, atuaram como um meio de lançar o bairro como um ponto turístico da cidade. Em 1978, enquanto os militares levavam a cabo obras “arrasa quarteirões”, como a do viaduto *25 de Mayo*, *San Telmo* foi declarado patrimônio histórico, abrindo portas para o “atual prestígio histórico da

¹²³ Notas do trabalho de campo realizado em Buenos Aires, 2018.

conservação histórica da cidade [...] até chegar ao papel espetacularizador e mercantil da memória urbana nos discursos urbanísticos recentes com a conversão dos centros históricos em peças “Marcas da Cidade”¹²⁴” (GORELIK, 2011, p. 183, traduzido por mim).

Algumas décadas depois, o desejo de construir o edifício laboratório, tornou-se palpável em meio a uma série de debates que, desde o governo militar, configuram o entorno do sítio como um espaço onde a disputa pelo território está extremamente presente.

Um desses girou em torno da construção do *Metrobus*, em 2013, empreendido pelo então prefeito Mauricio Macri, atual presidente da nação. O projeto previa uma estrutura de corredores de ônibus, para reduzir o tempo de viagem dos passageiros. Uma das linhas, o *Metrobus del Bajo*, ligaria os bairros de *Retiro* e *La Boca*, passando pela *Av. Paseo Colón*¹²⁵, onde encontra-se o sítio arqueológico. Porém, para sua execução previa-se o alargamento da avenida *Paseo Colón*, o que afetaria diversos imóveis da região, inclusive o *Ex Atlético*.

Logo após a apresentação pública do projeto, distintas associações dos bairros de *San Telmo* e *La Boca* se manifestaram a favor da conservação de alguns edifícios localizados na avenida: a sede do *Indec*, um centro cultural, uma borracharia, um prédio esportivo do *Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados (MIJD)* de Raúl Castells, um centro de atendimento a crianças e adolescentes, a *Escuela Taller del Casco Histórico*, o colégio *Isauro Arancibia* para crianças em situação de rua, um estacionamento do diário do *Ámbito Financiero*, o edifício *Marconetti* e, também, os restos do *Club Atlético*, já protegido pela Lei *CABA* n° 1794 que o declarou como sítio histórico.

Enquanto as preservações dos outros edifícios foram sendo gradualmente negociadas, com relação ao *Ex Atlético*, o advogado do *Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)* entrou com um recurso na justiça. Apoiou-se na Lei n° 1794 para impedir a alteração do sítio de memória,

¹²⁴ “Actual prestigio social de la conservación histórica en la ciudad [...] Hasta llegar al rol espectacularizador y mercantil de la memoria urbana en los discursos urbanísticos recientes con la conversión de los centros históricos en piezas “Marcas de la Ciudad”.

¹²⁵ Note-se que o projeto de alargamento da *Paseo Colón* foi projetado em 1946 e relançado durante a ditadura por Juan Carlos Onganía e Osvaldo Cacciatore, quem também projetou a *Red de Autopistas Urbanas*.

argumentando sobre seu valor testemunhal para os julgamentos em curso. O juiz aprovou o pedido. O governo federal interveio para que os trilhos do *Metrobus* não fossem construídos ali e o projeto da prefeitura incorporou um desvio na região¹²⁶. No entanto, também nessa ocasião, a prefeitura instalou um carro de apoio para as obras na praça *30.000 Compañeros*, que serviria como ponto de auxílio para a obra.

Em 2016, conflitos semelhantes ao caso do *Metrobus* voltaram a aparecer. Dessa vez, relacionados à mega obra do *Paseo del Bajo*, também chamada de *Autopista Riberiña*. A proposta consiste em criar uma via que conecta os viadutos *Illia* e *Buenos Aires-La Plata*. Para tanto, se desmontaria a rampa de conexão do viaduto *25 de Mayo* com a *Av. Huergo*, a qual, desde o fim das obras da *Red de Autopistas Urbanas*, na ditadura, encontrava-se abandonada.

O problema foi que, ao publicar a licitação internacional, a *AUSA*, *Autopistas Urbanas* – uma sociedade anônima cujo principal acionista é o Governo de Buenos Aires e fora a mesma responsável pela construção do viaduto *25 de Mayo* –, nem sequer mencionava a existência do sítio. Isso gerou um movimento por parte da comissão de trabalho e consenso do *Ex Atlético* para impedir alterações no local.

Quando soubemos do empalme do novo viaduto com a *25 de Mayo* acima do *Atlético*, dissemos: o que vai acontecer aqui? Se vão usar o *Atlético* como canteiro de obras, estamos no forno [...] pedimos uma entrevista com a *AUSA* e fizemos uma primeira, onde nos mostraram as plantas e vimos que iam deslocar uma grande coluna que caía dentro sítio, mas esta seguiria na zona de proteção patrimonial. E a obra é acima do *Atlético*, o que já é arriscado¹²⁷,

¹²⁶ RESENDE, Magalí Luciana. “Un sítio de memória en riesgo: AUSA proyecta una autopista encima y no lo menciona en el pliego”. *Nueva Ciudad*, Buenos Aires, 18 out. 2016. Disponível em: <https://www.nueva-ciudad.com.ar/notas/201610/29037-un-sitio-de-memoriainmemoria-en-riesgo-ausa-proyecta-una-autopista-encima-y-no-lo-menciona-en-el-pliego.html> > Acesso em: 20 jan. 2019.

¹²⁷ “Cuando nos enteramos del empalme de la nueva autopista con la 25 de mayo arriba del Atlético dijimos ‘¿qué va a pasar acá? Si van a usar el Atlético de obrador, estamos en el borno [...] Pedimos una entrevista con la AUSA y tuvimos la primera, donde nos mostraron los planos y vimos que corrieron una columna que antes caía dentro del sítio, pero sigue en la zona de protección patrimonial. Y la obra es arriba del Atlético, con lo cual el riesgo está.” BALACLAV, Claudio (membro da CTyC do Ex CCDTyE Club Atlético). *Nueva Ciudad*, Buenos Aires, 18 de outubro de 2016. Entrevista concedida à Luciana Magalí Resende, traduzida pela autora. Disponível em: <https://www.nueva->

Também se apoiando nas leis patrimoniais que protegem o local, a CTyC primeiro emitiu um comunicado no qual exigia que a AUSA elaborasse uma circular especificando que nenhuma obra, exceto para fins de sua conservação, poderia intervir no Ex *Club Atlético* (como previsto na Lei nº 1794). Nesse comunicado também solicitava a retirada do talude, que mantém o sítio enterrado em 90%, “já que a AUSA, na época da ditadura, demoliu o edifício sede do *Servicio de Aprovisionamiento y Talleres de la División Administrativa de la Policía Federal* e construiu o viaduto em cima, deixando o porão, onde funcionava o centro clandestino, embaixo da terra¹²⁸”.

O caso levou a meses de negociação. Inicialmente o governo propôs à CTyC um convênio com a *Defensoria del Pueblo* de Buenos Aires. Este protegeria o sítio, mas não incluiria a circular. A proposta foi prontamente negada e levou a *Defensoria* a aceitar a exigência. Paralelamente, a comissão foi buscando o apoio de organizações de bairro, organismos de DDHH – *Equipo Argentino de Trabajo e Investigación Psicosocial (EATIP)*, *Liberpueblo*, legisladores, *Defensoría del Pueblo* – e do juiz Rafecas, responsável pelos processos referentes aos crimes de lesa humanidade do circuito ABO, para lograr a emissão de tal documento.

Diversas instituições governamentais entraram, então, na negociação: o Juiz Rafecas emitiu uma notificação proibindo a modificação do sítio e a *Comisión Nacional de Monumentos, de Lugares y Bienes Históricos* pedia maiores esclarecimentos à AUSA. Finalmente, a *Dirección Nacional de Sitios de Memoria* logrou acordar a emissão da circular e o respeito das leis de

ciudad.com.ar/notas/201610/29037-un-sitio-de-memoria-en-riesgo-ausa-proyecta-una-autopista-encima-y-no-lo-menciona-en-el-pleigo.html > Acesso em: 20 jan. 2019.

¹²⁸ “Ya que AUSA, en épocas de la Dictadura, demolió el edificio que era la sede del Servicio de Aprovisionamiento y Talleres de la División Administrativa de la Policía Federal y construyó la autopista arriba, quedando bajo tierra el sótano donde funcionó dicho centro clandestino”. RESENDE, Magalí Luciana. Un sitio de memória en riesgo: AUSA proyecta una autopista encima y no lo menciona en el pliego. *Nueva Ciudad*, Buenos Aires, 18 de outubro de 2016. Trecho do documento, traduzido pela autora. Disponível em: <https://www.nueva-ciudad.com.ar/notas/201610/29037-un-sitio-de-memoria-en-riesgo-ausa-proyecta-una-autopista-encima-y-no-lo-menciona-en-el-pleigo.html> > Acesso em: 20 jan. 2019.

proteção. Argumentava-se que, caso contrário, estariam expostos ao “incumprimento dos deveres de funcionário público”¹²⁹.

Apesar do acordo, a *AUSA* tardava em emitir a circular. Em 26 de outubro de 2016, a *CTyC* declarou que, caso o documento não fosse emitido em 72hs, eles realizariam um *escrache* na porta da empresa no dia 1 de novembro, quando seria aberto o envelope da licitação (que coincide com o sequestro de Manuel Guerra, ex-detido do *Ex Atlético*).

A *AUSA* atendeu ao prazo. Porém realizou a abertura do envelope não na sua sede, onde normalmente acontece, mas em outra data e na *Jefatura del Gobierno*¹³⁰.

Depois de aproximadamente sete meses de negociação entre a *CTyC*, o Governo da Cidade, o poder executivo e a *AUSA*, acordou-se que a empresa financiaria a remoção do talude de 1000m³, construído por ela na ditadura, que cobre cerca de 90% do espaço arqueológico. Esta também financiará e gerenciará as obras do laboratório, a ser construído, na área das quadras de futebol da *Asociación de Jubilados y Desocupados*¹³¹.

Desde 2013, há uma instalação da prefeitura na Plaza 30.000 *Compañeros*, criada como base de apoio para as obras do *Metrobus*. Em 2018, o sítio exigiu e logrou ganhar 500m² a mais na construção do laboratório enquanto uma espécie de indenização.

No entanto, a partir de então surgiram outros debates, ainda presentes. Segundo os funcionários do sítio de memória¹³², embora a empresa, por alguma motivação desconhecida por eles, tenha acordado em construir o edifício e retirar o talude, queria fazer “ao seu modo”, desconsiderando a delicadeza do sítio arqueológico e as necessidades do edifício laboratório. A *CTyC* chegou a propor o antigo projeto desenhado pelo arquiteto Marcelo Castillo, mas ele foi recusado pela *AUSA*. A partir de então encaminhou-se um processo de negociação, no qual a *CTyC* teve

¹²⁹ “*incumplimiento de los deberes de funcionario público*”. “Un triunfo en el Atlético”. *Partido Comunista Revolucionário*, Buenos Aires, 16 de novembro de 2016. Disponível em: <http://pcr.org.ar/nota/un-triunfo-en-el-Atlético/> > Acesso em: 20 jan. 2019.

¹³⁰ “Un triunfo en el Atlético”. *Partido Comunista Revolucionário*, Buenos Aires, 16 de novembro de 2016. Disponível em: <http://pcr.org.ar/nota/un-triunfo-en-el-Atlético/> > Acesso em: 20 jan. 2019.

¹³¹ A autora não teve acesso ao projeto porque este é de uso restrito.

¹³² Notas do trabalho em campo realizado em Buenos Aires em 2018.

a oportunidade de apresentar diretrizes projetuais, em termos de tamanho e programa, as quais devem ser cumpridas no futuro projeto.

Com relação à retirada do talude, o caminho foi o mesmo. Após muitas negociações, a empresa foi levada à contratar uma equipe de acompanhamento de obras, composta por arquitetos e restauradores. Além disso, os funcionários do sítio desenvolveram um trabalho com os operadores das máquinas, para que compreendessem o local onde estão operando. Na própria obra, que começou em 2018, já se encontraram novos objetos que estão mudando o que se sabia do sítio. A grande silhueta foi realocada para a lateral do sítio e adquiriu uma nova versão, na qual se mimetiza, por meio de uma estrutura metálica, a inclinação do talude onde ela apoiava-se.

Figura 73. Entorno do *Ex Club Atlético*, vista desde a entrada para as quadras de futebol. Registro da autora. Agosto de 2018.

Figura 74. Entorno do *Ex Club Atlético*, vista desde as quadras de futebol. Registro da autora. Agosto 2018.

Figura 75. Maquete virtual da nova silhueta. Fonte: <
<https://www.facebook.com/memoriaexatletico/>>. Acessado em: 10 abr.
 2019.

Figura 76 e 77. Construção da estrutura de apoio para a silhueta. Fonte: < <https://www.facebook.com/memoriaexatletico/>>. Acessado em: 10 abr. 2019.

2.3. O "Ex Olimpo"

O *Ex Olimpo* encontra-se no bairro *Floresta*, na esquina das ruas *Latarra* e *Ramón L. Falcón*, em área equivalente a uma quadra e meia, com 10.000 m², cercada por altos muros. De um lado volta-se a uma agitada avenida, a *Ramón L. Falcón*. As outras ruas que o rodeiam são compostas por casas de classe média baixa, edifícios de moradia e alguns poucos comércios.

A entrada principal se dá por um portão de ferro, através do qual é possível enxergar as distintas instalações. Estas conformam três setores: à direita está um edifício de apoio pedagógico, com a administração do sítio, uma biblioteca e um salão de atividades; no centro há uma praça verde; e na extrema esquerda, dividido por um muro, o chamado *poço*¹³³, onde ficavam os detidos-desaparecidos. Sobre a área do *poço* e ao lado do edifício de apoio

¹³³ O *Poço* refere-se ao modo como os militares chamavam o lugar onde ficavam os detidos-desaparecidos.

pedagógico, duas amplas coberturas metálicas de galpão remetem aos usos anteriores do local.

Figura 78. Vista aérea do Ex Olimpo. 1) Pozo; 2) Edifício de apoio; 3) Parque. Esquema elaborado pela autora, 2019.

Figura 79. Maquete virtual área do Ex Olimpo, com destaque para a área do Pozo, s/d. Fonte: Arquivo Ex Olimpo.

Figura 80. Vista do *Ex Olimpo* desde a Av. Oliveira. Registro da autora. Agosto de 2018.

Figura 81. Instalações do *Ex Olimpo*. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 82. Exterior do *Pozo*. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 83. Interior do *Ex Olimpo*. Vista do exterior ao *Pozo*. Registro da autora. Agosto de 2018.

Figura 84. Vista desde o lado oposto à figura 64. Registro da autora. Agosto de 2018.

Figura 85. Vista desde a rua *Ramon Falcon*. Registro da autora. Agosto de 2018.

Figura 86. Vista desde a rua *Oliveira*. Registro da autora. Agosto de 2018.

Figura 87. Vista desde a rua *Fernandez Lacarra*. Registro da autora. Agosto de 2018.

O lugar foi construído em 1916, pela *Tramways Anglo* argentina, para ser um terminal de bondes. Na década de 60, virou o terminal de ônibus da linha 521, que conectava o bairro *Floresta* ao oeste e centro da capital federal.

Era então um espaço transitado pela população do bairro e importante para seu imaginário, sendo apreciado por muitos vizinhos como um lugar “bonito” e “romântico”¹³⁴. Esses usos anteriores, que permitiram sua incorporação ao folclore do bairro, e o fato de encontrar-se no coração de *Floresta*, constituem as principais particularidades do *Ex Olimpo*.

Em 1976, a *Policia Federal Argentina* (PFA) ocupou o edifício, alterando seu interior e exterior, e, com isso, as relações do lugar com a vizinhança. No interior, o *pozo*, uma grande garagem desse terminal, foi remodelado para receber os detidos do *Club Atlético*, que estavam provisoriamente detidos no *Banco*, na província de *La Matanza*. Em cerca de dois anos (1977-1979), enquanto estavam no *Banco*, instalou-se no *Pozo* um setor administrativo, salas de tortura, de isolamento, e um setor de celas.

¹³⁴ Para Roberto (2009, entrevista concedida a MTyC, p. 55), vizinho do *Ex Olimpo*, por exemplo, “era un lugar romántico, porque yo tomaba el tranvía, era hermoso, me había acostumbrado a viajar en tranvía”.

Elas podiam ser acessadas por um corredor, que conectava ao setor administrativo, ou por uma porta interna do galpão, vigiada por guardas 24 horas (NUNCA MÁS, 2016:1984). No centro, onde hoje encontra-se um pequeno parque, os detidos eram mantidos em cativeiro, antes de serem encaminhados aos *Vuelos de la Muerte*.

Figura 88. Na imagem ampliada, a área do *Pozo*. Na imagem menor, em verde, a área do *Pozo* e, em branco, as demais instalações. Ambas as imagens reconstituem o centro clandestino, s/d. Fonte: Arquivo *Ex Olimpo*.

Uma vez finalizadas as obras, em 1979, as vítimas foram levadas ao *Ex Olimpo* desde o *Banco*. O *Ex CCDTyE* se tornava então o último local do sistema *ABO*, o qual refere-se, como mencionamos, ao conjunto dos três centros clandestinos comandados pela *Policía Federal Argentina (PFA)*.

Os vizinhos relatam que, a partir de 1979, a fachada do local e as dinâmicas de seu entorno mudaram. Apareceram guaritas de vigilância, as janelas foram tapadas com concreto, os militares proibiram a circulação de pessoas em certas calçadas, bem como o uso das varandas e terraços dos edifícios do entorno (SCHINDEL, 2012). Além disso, apesar dos altos muros que o cercam, enquanto os sobreviventes contam que podiam ouvir os ruídos das atividades cotidianas das pessoas que ali passavam, alguns

vizinhos contaram que ouviam gritos e músicas¹³⁵, provenientes das tortura (CTyC Ex CCDTyE Olimpo, 2008).

Assim, o espaço – chamado pelos militares de “o lugar dos deuses”, referindo-se a si mesmos como “deuses” – funcionou entre agosto de 1978 e fim de janeiro de 1979, sendo gerido pelas forças do exército, da *Policía Federal Argentina* (PFA), da *Gendarmeria* e do *Servicio Penitenciario Federal*, sob o comando do 1º corpo do exército. Nesse período passaram cerca de 500 detidos, dos quais cerca de 100 sobreviveram. Em 1979 ele foi fechado e as instalações do *pozo* destruídas, para esconder as provas dos crimes da *Comissão Internacional de Derechos Humanos* (CIDH), que visitara o país neste ano, em decorrência das denúncias realizadas no exterior (conforme apontamos na sessão sobre a Ex ESM4).

Alguns dos presos foram *transladados*, isto é, assassinados por meio dos *Vuelos de la Muerte*. Alguns transferidos para outros CCDTyEs. Outros, soltos, sob liberdade condicional. Como os militares lograram destruir as instalações de encarceramento e tortura na área do *Pozo*, a CIDH não pôde comprovar sua existência¹³⁶.

A partir de então a área do *Olimpo* foi transformada em uma *Planta Verificadora de Automóviles* da PFA, um lugar onde todos da cidade iam revisar seus carros. O uso ilegal foi confirmado em 1983, quando a CONADEP visitou o local com os ex-detidos.

¹³⁵ Uma prática comum entre os militares era colocar uma música enquanto torturavam para encobrir os ruídos.

¹³⁶ No informe, a CIDH referia-se a ele como a “*dependencia policial localizada en una antigua Terminal de tranvías, sin identificación externa, en la avenida Olivera y calle Ramón Falcón, donde [la comisión] pudo ver muchos automóviles Ford Falcon con o sin identificación policial*”. (CIDH apud MESSINA, 2010, p.91).

Figuras 89 e 90. Exterior *Ex Olimpo* em 1984. Fonte: Arquivo pessoal de A. Barrete.

Figuras 91 e 92. Olimpo nos anos 90 como *Planta Verificadora de Automóviles*. Fonte: Arquivo Ex Olimpo.

A íntima relação do interior do *Ex Olimpo* com os vizinhos conformou as bases de seu processo de *memorialização*. Assim como o *Ex Atlético*, as primeiras reivindicações em torno da “recuperação” do *Ex CCDTyE* foram impulsionadas por organizações de bairro, vizinhos, sobreviventes e familiares. Esses atores, a partir de meados dos anos 90, passaram a realizar *escraches*, marchas, mobilizações e festivais em frente ao *Ex CCDTyE*, na época ainda ocupado pela *PFA*.

O primeiro desses atos aconteceu no dia 24 de março de 1994, aniversário do golpe de Estado. Nesse dia, cerca de 5 ou 6 pessoas se reuniram na frente do *Ex Olimpo* – dentre elas figuras notórias como Fernández Meijide, Alfredo Bravo, Aníbal Ibarra e León Ferrari – e começaram a reivindicar a saída da *PFA* do edifício.

Logo após o ato, como contou Fernando, um dos participantes (em entrevista concedida à MESSINA, 2010, p. 93), constituiu-se uma agrupação de vizinhos fundamental nesse processo: os *Vecinos Solidarios de Floresta*. Como os *Vecinos por la Memória de La Boca, San Telmo y Barracas*, que levava a cabo o processo do *Ex Club Atlético*, a agrupação surgia não apenas voltada ao caso do *Ex Olimpo*, se não que, também, opondo-se criticamente ao modelo neoliberal predominante nos anos 90.

Fizemos uma reunião em casa de... e foi uma discussão política, se discutiu o modelo neoliberal, se discutiu a necessidade de fazer algo, não sabíamos o que [...] e aí surgiu os *Vecinos Solidarios de Floresta* com o projeto de fazer algo no bairro e uma parte do projeto era desalojar polícia federal do edifício.¹³⁷ (Fernando, em entrevista concedida à MESSINA, 2010, p. 93, traduzido pela autora).

Ao longo de 94, essas reivindicações se multiplicaram; bem como incorporaram-se à luta organismos de DDHH, sobreviventes e familiares, organizações sociais, partidos políticos de esquerda e legisladores de *CABA*. Nesse contexto, em 1995, os *Vecinos Solidarios de Floresta* começaram a organizar a emblemática marcha *Olimpo-Orletti*. O ato, que acontece nos dias próximos à marcha oficial do 24 de março na *Plaza de Mayo*, ilumina tanto o *Ex Olimpo* quanto o *Ex Orletti*, localizado a algumas quadras dali. Na época, militantes de distintas organizações de esquerda¹³⁸, carregando a bandeira “Nem polícia, nem funcionários, *Olimpo* e *Orletti* para o povo!” (GUGLIELMUCCI, 2011) e fotos dos desaparecidos, se encontravam na esquina das ruas *San Nicolas* e *Rivadavia*, passavam pelo *Orletti* (1km do *Olimpo*), iam às ruas *Corro* e *Yerbal*, onde foram massacrados militantes, inclusive Victoria Walsh, filha de Rodolfo Walsh¹³⁹, acabavam no *Ex Olimpo*, esbrachando cada um desses pontos. Diferente da grande marcha do 24 de março, que acontece na *Plaza de Mayo*, focavam especialmente na comunidade de *Floresta*, com o objetivo de atrair os vizinhos à luta política¹⁴⁰.

¹³⁷ “Hicimos una reunión en la casa de...y fue una discusión política, se discutió el modelo neoliberal, se discutió la necesidad de hacer algo, no sabíamos qué [...] Y ahí surgió Vecinos Solidarios de Floresta con un proyecto de hacer algo en el barrio y una parte del proyecto era desalojar a la policía federal del prédio hacer algo en el barrio y una parte del proyecto era desalojar a la federal del edificio”.

¹³⁸ Participavam da marcha os partidos: *Partido Obrero* (PO), *Movimiento Socialista de los Trabajadores* (MST), *Partido Comunista* (PC), *Izquierda Unida* (IU), *Socialismo Libertario*, *Coordinadora Territorial del Oeste*, *Polo Obrero*, *Movimiento Territorial de Liberación* (MTL). As organizações de DDHH: *H.I.J.O.S.*, *Madres de Plaza de Mayo- Línea Fundadora*, *Abuelas de Plaza de Mayo*, *Comisión de Derechos Humanos de Uruguayos en Argentina*, *Comisión de Derechos Humanos*, *Presos Políticos y Desaparecidos de Chile*. As organizações de bairro: *Comisión por la Memoria, la Verdad y la Justicia de Liniers*, *Villa Luro y Mataderos*, *Asamblea de Parque Avellaneda*, *La Alameda*, “*Asamblea Popular 20 de diciembre – Parque Avellaneda*”, *Lacarra y Directorio*”. Também *Los descarrilados de Parque Avellaneda* e *Herederos de la locura*, de Bajo Flores (GUGLIELMUCCI, 2011).

¹³⁹ Desaparecido, jornalista, escritor e tradutor argentino, militava pelos *Montoneros* e pelas *Fuerzas Armadas Peronistas* (FPA).

¹⁴⁰ Para Isabel Cerutti (em entrevista concedida à autora, 2018) atual coordenadora do *Ex Olimpo*, a marcha *Olimpo-Orletti* distingue-se da marcha de 24 de março que acontece na *Plaza de Mayo*, na medida em que torna possível um momento de “união” das distintas

Também nesse ano, em 1995, os deputados Bravo e Alvaréz, junto às *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora*, elaboraram um projeto de lei e o apresentaram ao congresso nacional. A ideia era que o *Ex Olimpo* fosse cedido ao município, para viabilizar a implementação de um *Museo de la Memoria del Nunca Más* no local (GUGLIELMUCCI, 2011).

A proposta de implantar o museu no *Ex Olimpo* e não na *ESMA* era justificada pelas diferenças de proporção entre os dois locais e pelos distintos usos naquele momento: o *Olimpo* estava sendo usado como um grande depósito de automóveis. Os edifícios da *Ex ESMA* ainda como liceus navais (GUGLIELMUCCI, 2011).

Em 1996, o projeto chegou a ser aprovado pelo *Consejo Deliberante de la Ciudad* por meio da Resolução nº 50. 318/96. No entanto, Carlos Menem, presidente da nação na época, e o chefe da *PFA*, se opuseram em ceder as instalações do *Ex Olimpo* ao município.

Três anos depois, quando Menem propôs a destruição dos edifícios da *Ex ESMA*, as discussões sobre o projeto de lei do museu no *Ex Olimpo* foram retomadas (GUGLIELMUCCI, 2011, p. 64). Porém, nesse momento, o próprio relator, Eduardo Jozami, já defendia que o museu devia funcionar na *Ex ESMA* por seu valor simbólico (GUGLIELMUCCI, 2011).

Em 1998, a *Frente País Solidario (FrePaSo)* apresentou um outro projeto à cidade, para implantar uma placa em homenagem às vítimas do terrorismo de Estado e uma escultura que aludisse aos usos do edifício enquanto centro em um canteiro frontal do espaço (GUGLIELMUCCI, 2011; MESSINA, 2010). Assim como o museu, ele não foi levado adiante.

Com a crise de 2001, em meio a multiplicação das assembleias de bairro e o aumento da participação política da sociedade civil, as manifestações em torno do *Ex Olimpo* se multiplicaram. Nesse momento,

organizações de esquerda: “Quando começou a marcha do 24 de março ela estava dividida, entre os kirchneristas, composta por membros de organizações de direitos humanos que haviam se beneficiado do governo e pessoas mais de esquerda. Aqui isso não acontece. A marcha *Olimpo-Orletti* acontece uma semana antes do 24 de março. São dois meses para organizar a marcha. Vem gente do partido kirchnerista, trabalhista, peronistas, etc. Pessoas que estão no bairro, obviamente. E uma semana depois esses atores se dividem em uma marcha ou em outra”.

os *Vecinos por la Memoria* se dissolveram, mas os membros se incorporaram a outras organizações do bairro *Floresta*, ampliando também as atividades de investigação sobre os paradeiros dos desaparecidos e dos repressores.

Com relação à “recuperação” do *Ex Olimpo* passaram a participar: a *Gestión Asociada del Oeste* (GAO), que desde os anos 80 vinha trabalhando na gestão do *Parque Avellaneda*, localizado a algumas quadras dali¹⁴¹; organizações de maior peso político como os *H.I.J.O.S* e a *Asociación de Ex Detidos Desaparecidos*; bem como ex-detidos desaparecidos e familiares, que trabalhavam na reconstrução da biografia dos seus familiares e recolhiam informações sobre os repressores.

Em 2002 formou-se a organização *Vecinos por la Memoria del Parque Avellaneda-Floresta* e, com eles, nascia um novo objetivo: recuperar o *Olimpo* “para o povo”. Posteriormente, esses atores seriam incorporados ao programa institucional do *Ex CCDTyE* (MESSINA, 2010, pp. 95-96).

A partir de então, os crescentes movimentos reivindicativos impulsionam o processo de institucionalização estatal e desapropriação da *PFA*. Frente ao rumor de que o sítio seria vendido ao *Coto* (uma rede de supermercados) e transformado em um centro de transferências de caminhões, as organizações elaboram dois projetos de lei no âmbito de *CABA*.

O primeiro projeto, aprovado em 2003 (Lei *CABA* n. 1.197)¹⁴², propunha o tombamento do *Ex Olimpo*. Nele ressaltava-se não apenas sua história como ex-centro clandestino, mas seu valor para o imaginário do bairro e como símbolo do desenvolvimento do transporte urbano de Buenos Aires, enquanto estação de bondes. Em 2005, ainda logrou-se catalogá-lo sob a forma de *Protección Especial Edilicia* por meio da Lei *CABA* n° 1793¹⁴³. Evidenciava-se, assim, os múltiplos sentidos do edifício, onde “a

¹⁴¹ Como explica Luciana Messina (2010, p. 280) “Desde otra perspectiva y con prácticas políticas diferentes, los vecinos de la GAO se propusieron trabajar con una metodología participativa a fin de ir “formando redes”. Con este horizonte, impulsaron la realización de “talleres de planificación participativa” que, si bien no llegaron a consumarse, tenían por objetivo trabajar colectivamente qué hacer en relación al ex “Olimpo””. No entanto, o grupo foi sistematicamente questionado pelos vizinhos, pois, por trabalhar com o parque, eram associados com o governo.

¹⁴² Disponível em: <http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley1197.html>
> Acesso em 20 de jan. de 2019.

¹⁴³ Disponível em: <http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley1793.html>
> Acesso em 20 de jan. de 2019.

memória da repressão constitui somente a sobreposição de ‘uma nova camada de sentido’ a um lugar carregado de história ou se constitui uma memória que por seu peso próprio pode inviabilizar essa história prévia¹⁴⁴” (MESSINA, 2010, p. 68, traduzido pela autora).

No entanto, nesse momento, as propostas sobre o que fazer com os edifícios do *Olimpo* variavam. Alguns queriam um corredor verde que unisse o lugar ao *Parque Avellaneda* e ao *Sarmiento*; outros propunham um espaço de saúde, um centro de formação, uma escola secundária com formação em direitos humanos ou uma área memorial. De maneira geral, a ideia de um museu era recusada, pois era entendida por muitos atores como uma instituição “estática” (Carmen, em entrevista à MESSINA, 2010).

A partir de 2004, com a “entrega” da *Ex ESMa*, o caso adquiriu espaço na agenda do governo nacional. Em 16 de agosto, a *Secretaria de Derechos Humanos* e alguns sobreviventes propuseram armar um ato dentro no local, quando ainda estava ocupado pela *PFA*. Trata-se de um episódio que explicitou certas tensões, especialmente a recusa dos envolvidos nas reivindicações em conviver com a polícia, intensificando, desse modo, a desconfiança em relação ao Estado. Paralelamente, corriam rumores de que o governo havia aprovado a “recuperação” do *Ex Olimpo*, no entanto a *PFA* permaneceria ali¹⁴⁵.

Assim como na *Ex ESMa*, os *Vecinos por la Memoria* reivindicavam a desapropriação prévia do local, uma auditoria antes da polícia deixá-lo e, depois, o fechamento dele a qualquer atividade pública até que se verificasse o estado em que se encontrava. Tal ideia catalisou as tensões entre os grupos e o governo. Os *Vecinos* entendiam que isso abriria espaço para a permanência da *PFA*; por outro lado, o *GAO* entendia a proposta como um meio de tensionar a desapropriação. De todo modo, tornava evidente uma série de posições e intensificavam-se outras. Por exemplo, a desconfiança com relação à intervenção do Estado, o desejo de considerar toda a área

¹⁴⁴ “la “memoria de la represión” constituye solamente el agregado de “una nueva capa de sentido” a un lugar cargado de historia o si constituye una memoria que por su peso propio tiende a invisibilizar a esa historia previa”

¹⁴⁵ Esses debates foram aprofundados por Messina (2010).

enquanto *CCDTyE* e não apenas o *pozo* e a impossibilidade de conviver com a *PFA*.

Em finais de 2004, Aníbal Ibarra, chefe de governo de *CABA*, e Néstor Kirshner assinaram um acordo em que o Estado Nacional estabelecia a transferência da *PFA* para a construção de um sítio de memória. Com isso, o *Olimpo* passou ao governo da cidade e à responsabilidade do *Instituto Espacio para la Memoria (IEM)*. Nesse mesmo ano a *Secretaria de Derechos Humanos* do *Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (GCABA)* criou o projeto de recuperação do *Ex Olimpo* e a *Mesa de Trabajo y Consenso*, composta por representantes dos organismos que levaram a cabo o processo de luta e por uma equipe composta por gestores e técnicos de conservação.

Desta vez, diferente da *Ex ESMA*, não houve um ato público de “entrega”, pois os atores envolvidos, demonstravam desde o começo uma grande resistência em relação à intervenção estatal. Por causa disso, a população continuou procurando a *Planta Verificadora* da *PFA*, o que só mudou em 2008, quando a instituição realizou um mural nos muros do *Ex Olimpo* (GUGLIELMUCCI, 2011), construído por Pablo Lopez e um grupo de jovens muralistas.

Figura 93 e 94. Muro da rua *Oliveira*, que divide o setor do *pozo* com a rua. Na imagem 74 está o muro sem intervenções, entre 2005-2008. Na segunda, 75, está o mural realizado por Pablo Lopez e o grupo de jovens muralistas. Fonte: Arquivo *Ex Olimpo*.

Em 2006, quando os personagens envolvidos na luta pelo *Ex Olimpo* entraram no espaço, encontraram um edifício extremamente deteriorado: “a polícia havia deixado em estado de abandono e destruição, de modo que era impossível habitar o lugar para montar oficinas, escritórios e tudo que diz respeito ao desenvolvimento das áreas cotidianas” (MTyC, 2010, p. 63). Frente à situação, a equipe de gestão foi trabalhar desde um escritório da *Legislatura de la Ciudad de Buenos Aires*, na *Comisión Pro Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado*, responsável pelo *Parque de la Memoria*.

Enquanto isso, foram levadas a cabo as primeiras intervenções para conservar e proteger a área do *pozo*, que apresentava rachaduras, infiltrações e a presença de animais. Também foi sinalizado o exterior do edifício. Instalaram-se cartazes externos apresentando-o como “Centro Clandestino de Detenção”.

No entanto, tal sinalização gerou os primeiros debates acerca da denominação do local, quem o assinaria e sobre o conteúdo do texto. Para a MTyC, a denominação “centro de clandestino de detenção” não dava conta de explicar o funcionamento do dispositivo repressivo. No lugar, foi então proposto o título *Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio*, como encontram-se intitulados todos os sítios do país atualmente (MESSINA, 2010), assinado pela MTyC. Poucos dias depois, a assinatura MTyC apareceu rasurada e, abaixo dela, alguém escreveu *El Pueblo*.

Paralelamente, ainda outros debates giravam em torno de como transformar o espaço em um dispositivo memorial, quais espaços deviam ser usados para tal, e o que e como as histórias deviam ser contadas ali. Essas discussões, como aponta Luciana Messina (2012), geraram alguns “consensos”.

Um dos primeiros “consensos” foi que o sítio não devia ser transformado em museu. Segundo exposto pela MTyC, “a ideia de museu ia de contramão à ideia força dos atores políticos que conformam essa *Mesa*, que se baseia em compreender esse sítio não só no passado, mas no

presente¹⁴⁶” (*Mesa de Trabajo y Consenso*, 2010, p. 43, traduzido por mim), como se havia pensado em meados dos anos 90.

Além disso, embora as instalações do *Ex CCDTyE* estejam organizadas em setores, os quais adquirem distintos usos enquanto lugares de memória, decidiu-se por considerar a área inteira do local como centro clandestino, e não apenas o *pozo*, onde ficavam os presos na maior parte do tempo. Tal perspectiva ia de encontro com o consenso sobre a impossibilidade de compartilhar o espaço com as forças policiais (MESSINA, 2012). E, também, à necessidade de enfatizar o uso do lugar enquanto centro clandestino de detenção, o que impossibilitaria a convivência com outro tipo de dispositivo memorial que se dirigisse à história do lugar como estação de bondes, como propuseram alguns vizinhos.

Com respeito à conservação, tal qual se deu na *Ex ESMA*, no *Ex Atlético* e, posteriormente, nos outros centros clandestinos, optou-se por não reconstruir as celas do *pozo*, destruídas para encobrir as provas no marco da visita da *Comisión Interamericana de Derechos Humanos* em 1979. Tal posição se sobrepôs a de alguns membros da *MTyC* – como representantes dos *H.I.J.O.S* e do *ADDE* – que desejavam reconstruir as celas do *pozo*, “tal como eram”; ou dos que queriam destruir todo o espaço. Ao fim, a decisão foi mantê-lo “vazio”, como encontrado quando quando o espaço foi “recuperado”. O argumento central, como expressaram os *H.I.J.O.S* em relação a todos os *Ex CCDTyE*, era que, só assim, o espaço poderia “oferecer provas concretas para as causas judiciais abertas¹⁴⁷” (*H.I.J.O.S apud* GUGLIELMUCCI, 2011, p. 294, traduzido pela autora). Então, no *Pozo*, optou-se por exibir seu funcionamento enquanto centro clandestino e as alterações realizadas pela *PEA*, para encobrir os crimes, com o objetivo de evidenciar as provas materiais dos testemunhos (GUGLIELMUCCI, 2011, p. 296).

Outro ponto de debate relacionava-se à história do local como estação de bondes. Questionava-se se deixar ou não a cobertura metálica,

¹⁴⁶ “La idea de Museo iba de contramano a la idea-fuerza de los actores políticos que conforman esa Mesa, y que se base en comprender ese sitio no sólo en el pasado si no en el presente”.

¹⁴⁷ “Ofrecer pruebas concretas para las causas judiciales abierta”.

símbolo icônico da estação de bondes, mas de difícil reparo. Ela foi mantida, pois permitiria, na visão dos envolvidos, que os sobreviventes identificassem o *Ex Olimpo* desde a rua (GUGLIELMUCCI, 2011, p. 296). No entanto, embora alguns atores desejassem dedicar um setor do lugar de memória ao tema, a proposta não teve espaço.

Por último, estabeleceram-se os objetivos do projeto, cujo principal era transformá-lo desde um lugar de morte, a um “lugar de vida”. Contrapondo-se às estreitas relações propositalmente estabelecidas pelos militares entre o interior e o exterior do CCDTyE, no intuito de romper os laços sociais e amedrontar os vizinhos, o sítio devia ser aberto à comunidade, oferecendo atividades, oficinas e visitas.

Este lugar foi herança da sede da morte e da tortura dos que aqui estiveram. Porém, que isto não os convertam em heróis nem em modelos. Aproveitamos estas circunstâncias para estabelecer correntes frutíferas de comunicação com a tarefa de promover o reconhecimento e o exercício dos direitos elementares. Devemos investigar, promover, desenvolver, impulsionar ações, no sentido de aperfeiçoar o conhecimento dos direitos e obrigações como pessoas e cidadãos, procurando evitar que nossa ação favoreça introduzir entre nós competências entre linhas políticas¹⁴⁸ (MTyC, 2010, p. 40, traduzido pela autora).

Tais iniciativas objetivavam, em grande medida, mudar o imaginário de grande parte dos vizinhos, constituído em decorrência dos efeitos do centro na região durante a ditadura. Como demonstrou a pesquisa *Memorias de Vencidad*¹⁴⁹, entre os 66% que afirmaram ter lembranças pessoais sobre o funcionamento do centro clandestino, foi recorrente lembranças de sensações de medo, angústia, impotência, raiva e opressão. A investigação

¹⁴⁸ “Este lugar ha sido legado como nuestra sede por la muerte y la tortura de los que aquí estuvieron. Pero que esto no los conviertan en héroes ni en modelos. Aprovechamos estas circunstancias para establecer fecundas Corrientes de comunicación en la tarea de promover el reconocimiento y ejercicio de los derechos elementales. Debemos investigar, promover, desarrollar impulsar acciones que tiendan a perfeccionar el conocimiento de los derechos y obligaciones como personas y como ciudadanos, procurando evitar que nuestra acción favorezca introducir entre nosotros competencia entre líneas políticas.”

¹⁴⁹ Promovido pela instituição, a partir de 2008, o projeto teve por objetivo “la realización de un relevamiento audiovisual de las memorias de los vecinos del barrio de Floresta respecto a lo vivido en el entramado barrial durante la última dictadura militar y, en particular, en relación al ex CCDTyE “Olimpo” (BONFORTI et al., 2008, p. 1).

demonstrou que tais impressões permaneceram mesmo depois de sua transformação em lugar de memória. Quando se indagou, em 2008 (ano que foi realizada a pesquisa), sobre as sensações que o edifício causava, muitos apreciavam a área como um espaço cinza, escuro e sinistro. Sugeriam a construção de um centro cultural, brinquedos para crianças, escola, um memorial, uma praça aberta para dar “vida ao bairro”.

A reversão dessa imagem parece constituir uma das principais preocupações da instituição, que enfatiza a necessidade de revertê-lo desde um lugar de morte em um “lugar de vida”. Para tanto, o *Ex Olimpo* vem levando a cabo uma série de atividades, desenvolvidas nos setores não utilizados para a repressão.

Uma delas foram as oficinas profissionalizantes, que aconteciam embaixo das estruturas metálicas. Contudo, às 11 da manhã de um sábado de 2015, a estrutura metálica, símbolo do *Ex Olimpo*, desmoronou¹⁵⁰. A partir de então desenrolou-se um movimento para a construção de um parque no local, como pediam os vizinhos. Para tanto, a *Dirección Nacional de Sitios de Memoria (DNSM)* assinou um convênio com uma empresa privada, utilizando-se da mesma modalidade – de parceria público-privado – empreendida para as escavações no *Ex Atlético*.

¹⁵⁰ YANG, Elizabeth. Derrumbre en el Centro Clandestino Ex Olimpo. *La Izquierda Diario*, Buenos Aires, 2015. Disponível em: < <http://www.laizquierdadiario.com/Derrumbe-en-el-Ex-Centro-Clandestino-Olimpo-Donde-esta-Martin-Fresneda> >. Acessado em: 20 fev. 2019.

Figura 95. Estrutura desmoronada em 2015. Fonte: <http://www.laizquierdadiario.com/Derrumbe-en-el-Ex-Centro-Clandestino-Olimpo-Donde-esta-Martin-Fresneda> > Acesso em: 20 de fev. 2019.

2.4. O "Ex Virrey Cevallos"

O *Ex Virrey Cevallos* localiza-se na rua homônima, nº 628/630, entre as ruas Chile e México, no bairro *Montserrat*, ao sul da capital. Encontra-se em um lote de 8,66x20m, em uma casa de três ambientes integrados, típica do séc. XIX, com traços da neoclássica francesa. Semelhante a tantas outras da região, ela é comprida e estreita, possui varandas, portas e janelas altas de madeira maciça. Existem três acessos, a princípio as entradas para três casas autônomas, duas portas e um largo portão de ferro que dá direto para a rua. Diferente de todos os *Ex CCDTyEs* aqui trabalhados, o casarão divide paredes com outras residências e, por meio de um amplo portão de ferro, sempre mantido aberto pela instituição, possui acesso direto a rua.

Figura 96 e 97. Virrey Cevallos, foto desde a R. Virrey Cevallos. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 98. Interior da casona em 2016. Fonte: <https://tn.com.ar/sociedad/el-horror-en-pleno-montserrat-asi-funcionaba-el-centro-clandestino-de-detencion-virrey-cevallos_661066> Acessado em: 25 jan. 2019.

O CCDTyE funcionou entre 1976 e 1977 sob o comando da *Regional Inteligencia de Buenos Aires (RIBA)*, dependente da *2ª Jefatura de Inteligencia de la Fuerza Aerea Argentina*, com intervenção dos *Grupos de Tarea del Ejercito* e da *Policia Federal Argentina (PFA)*. No térreo havia uma garagem onde ingressavam os sequestrados, seguida por um pátio interno e duas salas voltadas a ele.

A primeira sala especula-se que tenha sido usada como laboratório. A segunda, originalmente a cozinha da casa, era usada como sala de armas. Mais ao fundo, ficavam as salas de tortura. Ao final do térreo, nas dependências de serviço, um setor com outro pátio, uma sala de armas e uma escada de concreto, pela qual se acessava as celas. Essas celas, por sua vez, dividiam paredes com o edifício vizinho.

Acima da garagem, onde há um mezanino, os guardas vigiavam a rua. Acima dele, no andar superior, há uma sala ampla, e duas outras que não se sabe o uso certo. No último andar, em um terraço, os detidos estendiam as roupas dos militares.

O casarão foi construído em 1909 e, desde então, pertenceu a distintos donos. O primeiro foi Andrés Visca, um comerciante de *Buen Pasar*. Ao morrer, ele deixou 46 propriedades para serem vendidas para a construção da maternidade do *Hospital Policial Churruca*. Segundo o testamento, era um ato de boa fé para que não esquecessem de seu nome, como alguém que fez o bem e a caridade. Em 1938, quando faleceu, as

propriedades ficaram na mão da *PFA*, que fundou o *Legado Visca*, sob a responsabilidade de Florencio Heritier, inspetor da polícia federal¹⁵¹.

Em 1971, a casa foi vendida a Eduardo Ríos, um imigrante espanhol. Ele era proprietário de um café, a algumas quadras dali, na *Av. Rivadavia*, nº 2101, chamado *El Potósi*, e comprou o casarão para servir de depósito. Para adaptá-lo ao uso, os três ambientes da casa foram integrados. A família Ríos, composta por Eduardo Ríos e seus dois filhos, Roberto e Leonardo, configurou-se como proprietária até 1999, incluindo o período que funcionou enquanto centro clandestino¹⁵².

No entanto, as informações sobre os outros usos do imóvel são contraditórias. No marco da causa jurídica, em 2004, Leonardo e Roberto afirmaram que a casa funcionara como depósito até 1977 e, em 1980, haviam alugado para servir como uma oficina de costura. Porém, Gustavo Chavay, vizinho, declarou ter conhecido uma família de sobrenome Llamas, que costumava entrar pela porta do nº 628, e outra família entrava pelo nº 430. Também disse que a partir de 1975 começaram a circular pessoas de um perfil sombrio, com casacos grandes e malas¹⁵³.

Ao fim descobriu-se que, nesse tempo, a casa tinha sido alugada por quartos. Depois, os irmãos haviam alugado a um amigo de Eduardo Ríos e sócio da família: Jose Antonio Nogueira, agente civil auxiliar da sétima Força Aérea Argentina entre 1951 e 1972, na época aposentado há aproximadamente um ano. Além da propriedade na rua *Virrey Cevallos*, a família Ríos alugou outras propriedades para Nogueira, incluindo outro *CCDTyE*, localizado na Rua Franklin, a duas quadras da última casa de Leonardo Ríos, próxima ao último domicílio de Eduardo¹⁵⁴.

O local foi reconhecido enquanto *CCDTyE* ainda em 1977, por Fernando Gurbanov. Caminhando pelas ruas do bairro, certo dia ele se deparou com o sequestrador de seu irmão e decidiu segui-lo, até que viu o sujeito entrando na casona, o que lhe fez suspeitar do local. Antes que o homem entrasse, alguém apareceu na varanda para verificar quem era e só

¹⁵¹ Ex *CCDTyE VIREY CEVALLOS*. Informe “Huelas de una casa”, s/d. Disponível em: <https://virreycevallos.wordpress.com/2013/07/> >. Acesso em: 20 jan. 2019.

¹⁵² *Loc. Cit.*

¹⁵³ *Loc. Cit.*

¹⁵⁴ *Loc. Cit.*

depois abriu a porta. Assim percebeu que era o lugar onde seu irmão, Carlos Gurbanov, estava.

Com a redemocratização, Fernando denunciou o CCDTyE ao *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS). Seu testemunho foi associado ao de dois sobreviventes que, como contaremos adiante, viriam a ser personagens centrais no processo de luta pelo sítio: a jornalista Miriam Lewin e Osvaldo Lopez, que nos anos 70 era cabo das Força Aérea Argentina e militante do *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT).

Alguns anos depois, em 1988, a revista *El Porteño*, nº 73, denunciou publicamente a existência do *Virrey Cevallos*, descrevendo, também, certas coincidências entre os depoimentos de Lewin e Lopez. No entanto, naquele momento, isso não implicou em consequências jurídicas.

O processo de *espacialização* das memórias do local enquanto centro clandestino, começou em 1997. Nesse momento formou-se a agrupação chave para o processo de refuncionalização do *Cevallos*: os *Vecinos de San Cristóbal Contra la Impunidad*. O marco fundante para seu surgimento foi a instalação de uma sede política do repressor Héctor Vergez no bairro – quem havia atuado no CCDTyE *La perla*, em *Córdoba* –, o que impulsionou um *escrache* de parte dos vizinhos em conjunto com os H.I.J.O.S (OLMOS, 2018). Diferente das organizações que impulsionaram os processos do *Ex Atlético* e do *Ex Olimpo*, as quais se formaram majoritariamente voltadas a temas elementares (saúde, educação, moradia, enchentes), a *Vecinos de San Cristóbal* apresentava-se como um grupo “contra a impunidade” e, desde o início, esteve conformada majoritariamente por militantes ou exilados da época da ditadura (Pastorino, em entrevista concedida à autora, 2018).

Em 1999, a casa foi comprada por uma imobiliária do bairro, a *Ericci Propriedades*. Porém, como conta Lopez, ex-detido-desaparecido e atual coordenador do sítio de memória, em 2001, “quando começou a rodar a bola de que ali tinha funcionado um centro clandestino, as pessoas que viviam aqui deixaram de pagar e ocuparam a casa. Estiveram

aproximadamente um ano até que a imobiliária os desalojou e colocaram à venda¹⁵⁵.

A placa de venda colocada pela empresa no portão da casona impulsionou importantes articulações dos vizinhos e sobreviventes para denunciar o local. As primeiras iniciativas buscaram reconhecer o *Cevallos* como *CCDTyE*. Primeiro, a vizinha, Maria del Carmen, ex-militante do *Partido Revolucionário de los Trabajadores (PRT)*, e Osvaldo, tentaram se passar por clientes para entrar no local. Porém Ericci, não convencido, se recusou a mostrar o imóvel. Em 2002, Osvaldo Lopez e outros sobreviventes se articularam com a *Equipo Argentina de Antropología Forense (EAAF)* para visitá-la e fotografá-la com uma câmera escondida, novamente se passando por clientes. Não conseguiram fotografar, mas lograram entrar e confirmar que se tratava do dito centro clandestino (OLMOS, 2018).

Uma vez que o casarão foi reconhecido, Maria del Carmen levou o caso à agrupação *Vecinos de San Cristóbal*. A partir de então, Osvaldo Lopez se incorporou ao grupo. Ele, além de sobrevivente, possui uma longa história de militância, tendo participado da agrupação de San Telmo “*Sur y después*”, mencionada na sessão sobre o *Ex Club Atlético*, e das reivindicações acerca do *Ex Club Atlético*.

Então, em 2002, apareceu um cartaz de venda e, a partir daí, através de outra pessoa que nos avisa [Maria del Carmen], Osvaldo se incorporou porque era amigo de alguns dos integrantes de *Vecinos*. Ele havia sido preso político, e muitas vezes nos centros de militância os militantes iam visitar os presos nas cadeias, por isso se conheciam [...] Nenina, por exemplo, ficou exilada...Osvaldo se junta aí, começa a falar com a minha mãe [Esther Pastorino], com outros e começam a falar desse lugar.... que havia que recuperá-lo e denunciá-lo (PASTORINO, em entrevista concedida à autora, 2018).

¹⁵⁵ “*Cuando se empezó a correr la bolilla que allí funcionó un centro clandestino, los que vivían acá dejaron de pagar y tomaron la casa. Estuvieron un año hasta que la inmobiliaria los desalojó y la puso en venta*”. LOPEZ, Osvaldo. Entrevista concedida a Martín Romero. “*Paredes que hablan*”. *Agencia de Noticias Ciencias de la Comunicación – UBA*, 30 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://anccom.sociales.uba.ar/2015/09/30/paredes-que-hablan/>> Acessado em: 20 jan. 2019.

Nesse momento uma grande dificuldade era a falta de testemunhos. Os únicos depoimentos disponíveis eram o de Miriam Lewin e Osvaldo Lopez. Então, quando foi confirmada a localização do sítio, as primeiras iniciativas dos *Vecinos* voltaram-se a impulsionar novas declarações dos vizinhos do bairro. No entanto, segundo Sara Pastorino, o centro clandestino havia logrado instaurar tamanho terror na região que “as pessoas tinham medo de falar” (PASTORINO, em entrevista concedida à autora, 2018).

Frente à situação, os membros da agrupação passaram a bater de porta em porta. Aos poucos, foram criando uma rede, na qual um indicava outro que poderia lembrar de algo. Além disso, como os vizinhos do *Ex Atlético*, por meio de um intenso trabalho de investigação, elaboram listas das vítimas do bairro e uma pequena biografia de cada um. Analogamente às *Marchas das Antorchas* em *San Telmo*, sentiram a necessidade de marcar o território do bairro, como meio de iluminar essa história e impulsionar a participação de outros vizinhos na luta.

Em 2005, a agrupação levou a cabo o projeto *Jacarandaes de la Memoria*¹⁵⁶. De modo semelhante às *Baldozas por la Memoria*, os componentem plantaram 71 Jacarandás, ao longo da *Av. San Juan*, entre as ruas *Boedo* e *Virrey Cevallos*, com uma placa com o nome e informações sobre os desaparecidos.

¹⁵⁶ Página/12. *Jacarandaes por la Memoria*. Buenos Aires, 21 de março de 2004. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-33089-2004-03-21.html> >. Acesso em: 20 jan. 2019.

Figura 101. *Jacarandas por la Memoria*, implantados pelos Vecinos de San Cristóbal ao longo da Av. San Juan, entre as ruas Boedo e Virrey Cevallos (2015). Fonte: < http://www.sintesiscomuna3.com.ar/amplia-nota.php?id_n=1185 >. Acessado em: 20 jan. 2019.

Figura 102. Placa de venda com as primeiras sinalizações no lugar, por volta do ano 2000. Fonte: Arquivo Ex Virrey Cevallos.

Em 2002 a casa foi vendida a um particular, Petrarca. E ele logo começou a fazer uma grande reforma nas instalações. Colocou tapumes na fachada, começou a arrumar a cobertura e pintar as paredes. Reconhecendo a ameaça de apagamento das provas materiais dos crimes, os *Vecinos* deram início a um segundo momento dos processos de *memorialização* e *espacialização*, voltado à aceleração do reconhecimento legal do local, o que andou concomitantemente às iniciativas de investigação para encontrar mais testemunhos.

No dia 22 de julho de 2003, os *Vecinos de San Cristobal* realizaram um primeiro *escrache* e uma coletiva de imprensa, amplamente divulgado pelas redes sociais, por meio do boca a boca e de folhetos distribuídos pelo bairro. Dado que o sítio está completamente entreamado com seu entorno (e na época não tinha nenhum tipo de sinalização), marcaram um ponto de encontro a duas quadras do local, na esquina da rua *México* e da Av. *Entre Ríos*. Chegando na porta do *Cevallos*, os manifestantes, membros do *Vecinos por la Memoria*, sobreviventes e familiares caminharam até o sítio e, frente a muitas câmeras e jornalistas, cobriram a fachada com cartazes, silhuetas, pichações, faixas com fotos dos desaparecidos. O objetivo era “fazer o bairro conhecer” (PASTORINO, em entrevista concedida à autora, 2018) que ali fora um *CCDTyE*, incentivando, assim, novas declarações.

Então fizemos uma conferência de imprensa, onde convocamos várias mídias. Porque você diz “centro clandestino”, sei lá eu, e todo mundo vai. Então a duas quadras do *Cevallos*, na esquina de *México* e *Entrerios*, marcamos um ponto de encontro. Afinal, é difícil perceber o lugar. Bom, foi impressionante a quantidade de jornalistas que foram. Todos tínhamos contato com alguém.... Desde aí caminhamos ao *Virrey Cevallos*. Chegamos na porta da casa, tinha a placa de venda, e então se denunciou. Estava Osvaldo, a gente, apareceu um irmão de outro sobrevivente, de Carlos Burbanov (Pastorino, em entrevista à autora, 2018).

O episódio foi um ponto de inflexão na história da *memorialização* e *espacialização* do sítio porque, de fato, logrou encorajar novas pessoas a declararem suas experiências. Nesse dia apareceu Fernando Burbanov, irmão de Carlos Burbanov, quem reconheceu o *Cevallos* pela primeira vez

em 1977. Também uma velhinha, que ao ver o movimento desde sua janela, desceu e disse perante a todos: “esta é a primeira vez que olho esta casa do horror”¹⁵⁷ (NENINA, em entrevista concedida à OLMOS, 2018, p. 54, traduzido pela autora). Então começou a contar tudo que escutara e vira durante o funcionamento do centro clandestino, o que não tinha revelado nem a seus filhos. Também foi nesse momento que Miriam Lewin e Osvaldo Lopez, ex detidos-desaparecidos e os principais testemunhos, se conheceram. Como contaremos no último capítulo, eles chegaram a conversar quando presos, mas sem ver um ao outro.

Nos dois anos seguintes, ao mesmo tempo que a associação continuou o “trabalho de formiga” (PASTORINO, em entrevista concedida à autora, 2018) de coletar testemunhos e dados pelo bairro, os *Vecinos de San Cristóbal* passaram a enviar notas ao governo da cidade, procurando amparo judicial para impedir alterações edilícias e impulsionar a desapropriação.

Assim, ao se inteirarem da recém-criada Lei nº 961/2002, que originou o *Instituto Espacio por la Memoria (IEM)* – atribuindo-lhe a responsabilidade pela preservação e administração dos *Ex CCDTyEs*, lugares de memória de *CABA* –, elaboraram um primeiro projeto de refuncionalização do *Virrey Cevallos*. Tomando como base as diretrizes propostas pelo *IEM*, em suma, apresentaram a proposta de transformá-lo em um lugar de transmissão da memória, com atividades, exposições, biblioteca, onde as escolas pudessem ir; bem como, apontaram à necessidade de conservar todos os lugares citados pelos testemunhos dos sobreviventes.

Uma vez concluído o projeto, desencadeou-se um longo e árduo processo de convencer os deputados a aprová-lo. Como conta Sara Pastorino (em entrevista concedida à autora, 2018), isso foi levado principalmente por Esther Pastorino, sua mãe, já falecida:

A maior dificuldade sempre foi o governo. Lutar com os deputados para que desapropriassem. Então você ia falar com um deputado e te diziam “bom... podemos destruí-lo e fazer uma praça”. Não! Ou seja, fazer o cara entender o que você queria era um desgaste. Bom,

¹⁵⁷ “Esta es la primera vez que miro esa casa de horror”.

minha mãe você não sabe o que era... Lili era terrível. Ia bater na porta de cada gabinete. Minha mãe, que já estava aposentada, ia nas salas dos deputados, com as pastas embaixo do braço, uma bengala de velha, batia na porta para entregar o projeto, e fazia eles assinarem que haviam recebido. Você não sabe o que foi... bom, sempre haviam deputados mais afins que outros. Na verdade, há que lutar por aqueles que não querem saber nada. Bom, e depois ir convencendo. Era um trabalho de convencê-los para que votem na desapropriação. E bom... o dia que saiu foi uma festa.

O *Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)* realizou o procedimento perante o tribunal, incorporando a causa contra o corpo do exército. Assim, depois desse processo de convencer cada um dos deputados, a *Legislatura porteña* aprovou a desapropriação do imóvel por 34 votos a favor, 3 contras e 1 abstenção. Criou-se a Lei nº 1454/05, que declarou o *Cevallos* como um imóvel de utilidade pública e sujeito à desapropriação (Art.1). Com isso, “a festa” mencionada por Sara Pastorino aconteceu alguns dias depois. Esther, junto a outros integrantes do *Vecinos de San Cristóbal*, se dirigiram ao *Virrey Cevallos* e colocaram uma nova faixa acima do portão de ferro que dizia: “Ex Centro Clandestino de Detenção da Força Aérea: imóvel sujeito à desapropriação pela lei aprovada em 3 de setembro de 2004¹⁵⁸”.

¹⁵⁸ “Ex centro clandestino de detención de la Fuerza Aérea: Inmuble sujeto a expropiación por la ley aprobada en 3 de septiembre de 2004”.

Figura 103. Esther Pastorino nas comemoração pela aprovação da lei de desapropriação em 2004. Fonte: Arquivo pessoal de Sara Pastorino.

Figura 104. Comemoração da aprovação da lei de desapropriação em 2004. Fonte: Arquivo pessoal de Sara Pastorino.

Figura 105. Comemoração do 24 de março de 2005. Implantação da placa dos *Vecinos de San Cristóbal*. Fonte: Arquivo pessoal da Sara Pastorino.

Depois desse episódio demorou aproximadamente quatro anos para a cidade efetuar o pagamento da indenização à família de Petrarca, o último dono, que faleceu durante esse tempo. Nesse período, o imóvel permaneceu fechado. Em dezembro de 2007, o Governo da Cidade transferiu a responsabilidade do sítio ao *IEM*, que formou uma primeira equipe de trabalho. Ela esteve composta por cinco pessoas, dentre elas Nenina e Osvaldo Lopez, que estiveram envolvidos no processo de reivindicação pelo local, e Marta Carreras, arquiteta que ficou responsável pelos trabalhos de conservação.

Quando receberam o lugar, se depararam com uma casa abandonada. As infiltrações haviam produzido danos irreparáveis nos pisos de madeira, muitas vigas estavam oxidadas, e haviam graves problemas hidráulicos e elétricos (LOPEZ, em entrevista à Olmos, 2018). As primeiras intervenções voltaram-se, então, à adequação mínima, o que caminhou paralelamente aos esforços da equipe de conservação de preservá-lo e reconhecê-lo. Instalou-se um sistema hidráulico e um escritório no térreo, uma administração na segunda sala voltada ao pátio (que, até então, não

tinha testemunhos); bem como começaram as primeiras atividades de levantamento patrimonial.

Figura 106. Interior do sítio por volta de 2007. Fonte: Arquivo *Ex Virrey Cevallos*.

Como detalha Marta, restauradora do *Virrey Cevallos*, para além das condições precárias do edifício, a principal dificuldade ainda era a falta de testemunhos. Isso levou a um exaustivo trabalho nos muros e pisos do *Ex CCDTyE* para encontrar as simultaneidades de usos e de etapas históricas por camadas pictóricas, hoje, expostas nas paredes do local.

A primeira coisa que se fez foi um levantamento do espaço tratando de compreendê-lo. Esse espaço estava muito deteriorado e sujo, o que o tornava incompreensível. E realmente tínhamos muito pouca informação. Temos dois depoimentos, com os quais era difícil compreender o edifício. Não se sabia como e para que os ambientes eram usados, nem os usos que tiveram os outros espaços, além de terem sido parte de um centro clandestino. Era difícil, mas era necessário para compreendê-lo e poder contá-lo, especialmente para poder abordá-lo, para saber até onde podíamos intervir. Havia uma busca por mais informações. Você sabe que, depois de ter sido *CCDTyE*, esteve alugado por quartos, depois deixou de ter um uso de unidades habitacionais,

familiares e passou a ter uma utilização múltipla, e foi uma casa tomada. Por conta disto houve muito descuido, deterioramento, mau uso. A quantidade de gente que passou por esse lugar fez com que a busca pelas marcas fosse muito difícil, porque tinha que ter uma identificação muito clara para poder atribuí-la a uma época específica. Então se fizeram trabalhos nos muros, nos pisos, tratando de encontrar simultaneidade de usos e de etapas pelas camadas pictóricas. Então, se você faz a visita, pode reparar que existem muitos *cateos*, que ajudam a gente a se localizar temporalmente (MARTA, em entrevista à autora, 2017).

Figura 107. Imagem das distintas camadas pictóricas, com placa explicativa sobre as correspondências históricas de cada uma. Registro da autora. Novembro de 2017.

A necessidade de compreendê-lo, poder contá-lo, especialmente, para saber como abordá-lo e onde intervir, levou a que não se tardasse muito para o portão do sítio ser aberto ao público. Logo após a implantação de um escritório e da portaria no térreo, armaram-se as visitas para incentivar os vizinhos e possíveis sobreviventes a conceder depoimentos sobre o lugar. Como acontece até hoje, ficou proposta a visita espontânea com guia (isto

é, sem agendamento prévio) para evitar burocracias capazes de afastar possíveis testemunhos.

No começo, vínhamos com pouca informação sobre o espaço, então nossa fonte de informação foi a vizinhança. Então decidimos: que passem para dentro e anotamos o que dizem. Começamos a fazer um registro muito lindo de tudo que os vizinhos iam dizendo. Assim ficou a visita espontânea, mas sempre com guia. Dissemos bom, que seja visita espontânea, mas que as pessoas não visitem sozinhas, que tenha um guia que vá mostrando os lugares. Mas como nunca tivemos dinheiro para as sinalizações que havíamos idealizado, um folheto que pensávamos para que você vá, pare e diga “eu estou aqui”, que é outra coisa, não se pôde fazer. Não faz falta tanta apelação como na ESMA, mas... (LOPEZ, em entrevista concedida à autora, 2018).

Paralelamente a esse trabalho de coleta de depoimentos, com os recursos e testemunhos que se tinha, para cada ambiente foram elaboradas sinalizações. Tratavam-se de folhas de ofício apoiadas em pequenos suportes metálicos, que mobilizam, apesar da importância dos vizinhos neste caso, especialmente os depoimentos de sobreviventes. A única exceção é no mezanino, onde há um trecho de um depoimento de vizinho. Nelas narra-se, em primeira pessoa, as experiências pessoais vividas pelos sobreviventes em cada ambiente: barulhos, cheiros, conversas, mas nunca as experiências de tortura. Além disso, optou-se por manter o anonimato dos depoimentos. Essa decisão foi fruto de um debate ainda hoje presente, no qual prevaleceu a posição de Lopez (em entrevista concedida à autora, 2018) que defendia o anonimato dos trechos mobilizados; frente a de outras pessoas, como de Miriam Lewin, que defendia que a assinatura propiciaria uma aproximação maior entre o visitante e o espaço.

A partir de um longo e exaustivo trabalho de registro de testemunhos, na medida em que os visitantes colocavam o corpo no lugar, gradualmente os depoimentos se multiplicaram. Enquanto muitos vizinhos referiam-se não apenas ao uso do local como centro clandestino, mas também faziam referência à época que o casarão funcionou como pensão e quando foi ocupado; por outro lado, novas vítimas apareceram. Em

conjunto, eles então cooperaram para o andamento dos trabalhos de conservação.

Nos percursos que fazíamos no começo apareceram outros testemunhos que foram ajudando um pouco mais. Sabíamos desde o princípio quais eram as salas de tortura e quais eram as celas, por meio dos dois testemunhos que tínhamos. Mas, por exemplo, no térreo, há algumas fotos coladas dos desaparecidos do bairro. Isso foi fruto de uma primeira oficina que fizemos porque ninguém havia reconhecido o ambiente, até que apareceu um testemunho que dizia que o haviam levado aí e essa era uma sala de interrogatório. Fomos nos inteirando nessas idas e vindas. Quando soubemos que ali havia sido uma sala de interrogatórios, passamos aqui para cima. Este piso quase não tem testemunhos. Assim fomos trabalhando até chegar à conclusão que todo o edifício havia sido um espaço de concentração, sem nenhuma dúvida, mesmo naqueles lugares onde nenhum sequestrado pisou. Mas o eixo concentracionário do espaço está no térreo e na sala dos guardas. Tentamos registrar tudo que pôde ser reconhecido. Então fizemos um mapeamento dos lugares que estão reconhecidos. Depois temos lugares que não estão reconhecidos, mas sabemos que foram de espaços de passagem. Este é o caso do pátio. Ninguém nos descreve o pátio, nem sequer o piso do pátio, mas todos os que ingressaram aqui tiveram necessariamente que passar pelo pátio. Então para nós torna-se um lugar conservável do jeito que foi encontrado por seu valor testemunhal, para a justiça, e de reconhecimento para aqueles que seguem buscando o lugar onde estiveram. (CARRERAS, entrevista concedida à autora, 2017).

Figura 108. Sala mencionada por Carreras no depoimento acima, onde aconteciam os interrogatórios e onde hoje estão expostas as fotos dos desaparecidos do bairro. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 109. Sinalização na entrada do Virrey Cevallos, com depoimento anônimo: "Los autos estaban aquí dentro. Por eso me lembro do portão. O portão de quando me colocaram pra dentro, o portão de quando me tiraram daqui, o portão de quando voltaram a me trazer, seis vezes, viu?... Entre entrar e sair foram seis vezes. Eu me lembrava do portão e das pedras da rua. E muito barulho de carro, muitos barulho, muito... muito barulho" (depoimento de ex-detido, traduzido por mim). Registro da autora. Julho de 2018.

Como aponta Marta, por um lado os novos depoimentos impulsionaram mudanças na estrutura do lugar de memória. A partir da premissa de que os ambientes neles citados não deviam adquirir um uso utilitário por seu valor jurídico, os setores administrativos e pedagógicos foram instalados nos ambientes não apontados nos testemunhos. A administração mudou para o primeiro andar. Dois anos depois, uma biblioteca foi instalada na primeira sala do primeiro andar, para atender os trabalhos voltados às escolas do bairro. E, ainda, as diversas oficinas e atividades que acontecem periodicamente no *Virrey Cevallos* adquiriram um espaço na sala ao lado da administração, também sem testemunhos; bem como, por vezes, acontecem na rua, porque as instalações disponíveis são insuficientes para receber grandes grupos.

Porém, a coleta de testemunhos levou à conclusão de que todo o edifício fora um espaço de concentração. Isto é, não foram considerados como “espaços de concentração” apenas os ambientes onde os detidos estiveram presos ou os locais de tortura, mas todos que colocaram o corpo.

2.5. O “Ex Automotores Orletti”

O Ex CCDTyE de *Automotores Orletti* localiza-se na rua *Venâncio Flôres* com a *Emilio Lamarca*, no bairro de *Flores*, ao oeste da capital federal. A rua é calma e está conformada por casa baixas de classe média. Encontra-se a algumas quadras do *Ex Olimpo*, em frente aos trilhos da linha de trem *Sarmiento*, que conecta os bairros de *Once* e *Moreno*, em direção centro-oeste da capital, e ao lado de uma escola primária. Está a duas quadras do agitado centro comercial de *Avellaneda*, voltado à venda de roupas e materiais direcionados à indústria têxtil (comparável à região do Brás/Bom Retiro em São Paulo). Andando pela *Venâncio Flores* escuta-se com frequência, desde muitos desses locais, sons de máquinas de costura; bem como, algumas das janelas encontram-se semi-coberta com blocos de concreto, até um ponto onde a vista do pedestre não alcança o interior desses espaços.

O edifício do *Orletti* possui o aspecto de uma antiga garagem, com dois andares e dois acessos: uma porta à esquerda e um amplo portão de ferro de enrolar, com aproximadamente 8 metros de largura. Como no *Cevallos*, a cortina de ferro é mantida aberta pela instituição, propiciando um acesso direto à rua.

Enquanto centro clandestino, o *Orletti* funcionou entre maio e novembro de 1976. Por lá passaram cerca de 300 detidos, dos quais cerca de 70 sobreviveram. Coordenado pelo *Servicio de Información del Estado* argentino (*SIDE*), operou como a principal base da *Operación Cóndor*: um sistema formal de coordenação repressiva entre os países do *Cono Sur* que funcionou desde meados da década de 60 até os anos 80 para perseguir e eliminar militantes políticos, sociais, sindicais, estudantis, de nacionalidades argentina, uruguaia, chilena, paraguaia, boliviana e brasileira¹⁵⁹. Dado que as outras ditaduras latino-americanas começaram antes da argentina, muitos exilados políticos imigraram para o país durante o período democrático. Desse modo, Buenos Aires constituiu-se como um ponto estratégico para sequestrar militantes de distintas origens, especialmente uruguaios.

Figura 110. Fachada do *Automotores Orletti*. Registro da autora. Setembro de 2019.

¹⁵⁹ Para mais informações sobre a Operação Condor, consultar: < <http://www.cels.org.ar/especiales/plancondor/> > Acessado em: 20 jan. 2019.

Figura 111. Note-se do lado esquerdo ao sítio uma escola, cujo o barulho foi frequentemente mencionado pelas vítimas. Na frente do sítio uma praça, ao lado da linha de trem (no dia em que foi tirada a foto o portão estava fechado porque era um domingo). Registro da autora. Agosto de 2018.

Figura 112. Vista da rua *Venâncio Flôres*. Registro da autora. Agosto de 2018.

Figura 113. Interior do Ex Automotores *Orletti*. Registro da autora. Agosto de 2018.

O edifício foi construído na década de 1930 para manter objetos de reparação dos vagões ferroviários, que passavam pela linha de trem *Sarmiento* e paravam na estação *Floresta*, a algumas quadras dali, na Av. *Rivadavia*. Nos anos 60, Domingo Nucifora, o comprou e usou como sede de sua marcenaria.

Uma década mais tarde, Nucifora vendeu a Santiago Cortell. Por anos Cortell usou o térreo como uma oficina mecânica, chamada *Automotores Cortell*, e o primeiro andar como habitação. No entanto, em 1976, quando colocou o local para alugar, por meio de um anúncio do jornal da época, apresentaram-se como inquilinos os empregados do *Servicio de Inteligencia del Estado argentino (SIDE)*: Felipe Salvador Silva, Julio Cesar Cartel e, como financiadores, Eduardo Ruffo e Juan Rodriguez. Estes, a comando de Ruben Vitor Visuara, chefe da base *Billinghurst*¹⁶⁰, ficaram encarregados de encontrar uma “caverna”, onde o grupo poderia atuar. Assim alugaram a oficina de *Cortell* dizendo que serviria como um depósito de importação e exportação de alimentos. Porém, construíram no local a base de *Operaciones Tácticas 18 (OT 18)*, em colaboração com o *Batallón de Inteligencia 601*, que pertencia ao Primeiro Corpo do Exército.

Figura 114. Orletti na década de 70. Fonte: Arquivo Ex Automotores Orletti.

¹⁶⁰ Localizada em uma ampla casa no bairro Norte, em Buenos Aires, funcionou como base de duas áreas centrais de espões argentinos, a Inteligência Interior e a Contrainteligência. Aí nasceu o grupo de Aníbal Gordon.

Chamado pelos militares de *El Jardín* – aludindo ao pátio da escola primária ao lado do edifício –, durante a ditadura militar o portão de ferro era mantido fechado. Os veículos com os sequestrados ingressavam pela garagem e ficavam estacionados no começo dela, onde havia uma guarita. Desde lá os guardas mandavam um sinal de rádio que permitia a abertura da porta: *abrate sésamo!*

O interior era dividido por uma cortina de ferro. Atrás dela, havia um grande salão, de aproximadamente 7x30m, com uma divisão que separava o banheiro, piso de concreto, sujo de terra e graxa. Ali ficavam amontoados chassis de automóveis e haviam tanques cheios de água, onde os presos eram submetidos a uma prática de tortura chamada submarino. Do lado direito do salão, os detidos ficavam no chão. Do lado esquerdo, na parte de trás, ficavam os pertences roubados. Atrás do banheiro, havia uma escada com base de concreto e piso de madeira que levava ao segundo andar (NUNCA MÁS, 1984:2016). Lá os militares construíram com tijolos de cimento uma sala para o interrogatório, onde os presos ficavam pendurados, uma sala dos repressores, de armas, uma sala de tortura, o escritório de Aníbal Gordon, comandante da *Triple A*¹⁶¹ (*Alianza Anticomunista Argentina*) e chefe dos repressores do *Orletti*, o escritório de representantes do *Servicio de Información de Defensa (SID)* uruguaio e da *Central Nacional de Informaciones*

¹⁶¹ Grupo paraestatal que atuou entre 1973-1976, durante o governo peronista e assassinou entre 1500 e 2000 pessoas. Em 1973, quando Perón voltou depois de 18 anos de exílio, logo se apoiou na direita peronista com o objetivo de “colocar o país em ordem”, por meio do controle dos movimentos sindicais e estudantis que reivindicavam por melhores condições de vida para as classes populares. Esses grupos de direita atuaram violentamente pela primeira vez no chamado Massacre de Ezeiza (junho de 1973), perto do aeroporto de Ezeiza, onde peronistas de esquerda e direita aguardavam a chegada do líder, que desviou a rota e pousou em Morón. Ao todo foram 13 mortos, 65 feridos e dezenas de homens e mulheres torturados. Posteriormente, em 1 de outubro do mesmo ano, Perón convocou funcionários do governo, militares e policiais de alto escalão para elaborar um documento reservado que, publicado no dia seguinte, no jornal *La Opinión*, anunciou que o Estado utilizaria todos os meios para eliminar os inimigos. Assim surgiu a *Triple A*, cujo o objetivo era eliminar a esquerda e a ala do peronismo radical. Compunham o grupo policiais, expoliciais, militares, setores da burocracia sindical, que estiveram sob a liderança de López Rega. Depois da morte de Perón, durante o governo de Isabel Perón, a ação do grupo se intensificou. Além das vítimas que já constituíam seu alvo – agrupações de esquerda, especialmente o trotskismo – a *Triple A* passou a atacar trabalhadores da *Villa Constitución* e a atuar em parceria com outros grupos de direita que mantinham conexões com a Operação Condor e que, financiada pela *Central Intelligence Agency (CIA)* estadunidense, coordenava a ação repressiva na América Latina.

(CNI) chilena, um pátio onde se estendiam as roupas e uma sala para abrigar as mulheres grávidas.

Figura 115. Planta do térreo, s/d. Segundo as informações presentes no próprio documento, em amarelo estão demarcadas as áreas que devem ser conservadas estruturalmente e esteticamente por conterem informações relevantes e terem sido citadas por sobreviventes. Em cinza, as áreas que podem ser refuncionalizadas, resguardando os elementos e os aspectos especificados pelo *Instituto Espacio por la Memoria* (IEM). 1) Escada de acesso ao piso superior; 2) Garagem onde ficavam os detidos-desaparecidos; 3) Depósito dos bens roubados; 4) Banheiro; 5) Escada de acesso ao piso superior, por onde eram levados os detidos. Fonte: *Instituto Espacio por la Memoria*.

Figura 116. Planta do piso superior, referente aos usos do local enquanto centro clandestino, s/d. Em amarelo estão demarcados os ambientes com valor testemunhal. 1) Escada de acesso ao térreo; 5) Escada de acesso ao térreo; 7) Corredor; 8) Corredor; 9) Escritório dos repressores uruguaios; 10) Banheiro; 11) Cozinha; 13) Pátio; 14) Sala de tortura; 15) Sala dos repressores; 16) Cella coletiva; 17) Sala de interrogatórios; 18) Solitária; 19) Corredor; 20) Sala de armas; 21) Corredor; 24) Sala dos repressores argentinos. Fonte: Instituto Espacio para la Memoria.

Figura 117. Elevação desde a rua Venâncio Flôres e corte transversal, indicado na planta anterior, s/d. Fonte: *Instituto Espacio para la Memoria*.

O centro clandestino funcionou entre maio e novembro de 1976, quando foi fechado em decorrência da fuga de José Morales e Graciela Vidaillac, militantes das *Fuerzas Armadas de Liberación (FAL)*¹⁶². No dia posterior à fuga, José voltou para tentar soltar os companheiros, mas o grupo já havia desmantelado o local. A partir dessa data não houveram mais depoimentos sobre. Sabe-se que alguns dos detidos foram transferidos dentro de tonéis para os *Vuelos de la Muerte*. Outros, transferidos ao centro clandestino sob o comando da *SID* uruguaia, localizada na sede da instituição em *Montevideo*.

Depois de encerradas as atividades do *CCDTyE*, Santiago Cortell retomou a oficina mecânica e voltou a morar no piso de cima. No entanto, também nesse momento, ainda em 1979, enquanto entre os militantes circulava a história da fuga de José e Graciella, desde o exterior passaram a acontecer as primeiras denúncias acerca da existência do centro clandestino.

A primeira, e mais significativa, aconteceu desde São Paulo, por parte de Enrique Rodríguez Larreta Piera, jornalista uruguaio, ex-detido-desaparecido. Ele elaborou um amplo dossiê sobre o local. Com a lembrança do barulho do trem, do portão de ferro e das crianças da escola ao lado, ainda em 1979, tomou o trem que passa na linha *Sarmiento* e foi parando de estação em estação para identificar onde havia estado. Reconheceu o espaço por esses três elementos, tirou fotos, elaborou croquis e escreveu textos detalhando a então oficina mecânica. No entanto, a placa

¹⁶² Dado que a história da fuga constitui um ponto central das visitas guiadas no *Ex Orletti*, detalharemos isso no último capítulo.

que indicava “*Automotores Cortell*” estava enferrujada, o que o levou a ler *Automotores Orletti*, como hoje é conhecido o local.

Esses registros originaram o *Informe Orletti*, publicado na redemocratização, o qual impulsionou uma série de outras denúncias que proviam especialmente de sobreviventes de países vizinhos. Segundo Ricardo Maggi (atual coordenador do *Orletti*, em entrevista a mim, 2018), trata-se de um “espaço recuperado no marco das denúncias de familiares e das organizações uruguaias, com muita presença dos uruguaios denunciando o lugar como centro concentracionário”.

Figura 118. *Informe Orletti* (1979). À esquerda o croqui elaborado pelo jornalista. À direita os registros fotográficos. Fonte: Arquivo Ex Automotores Orletti.

A marcha *Olimpo-Orletti*, criada em 1995, insere-se enquanto um primeiro movimento de visibilização do local. Como mencionado, ao longo do percurso composto por três pontos (*Olimpo*, *Orletti* e a casa de *Victoria Walsh*), os participantes pediam “*Olimpo e Orletti para o povo*”, colocavam placas nos postes, como viárias, mas com os ícones alterados, que

compunham o percurso apontando a distância de um *CCDTyE* ao outro, e realizavam um ato na porta.

No caso do *Orletti* as reivindicações foram impulsionadas principalmente pelas organizações *Comisión de Derechos Humanos de Uruguayos en Argentina* e *Comisión de Derechos Humanos, Presos Políticos y Desaparecidos de Chile*, que já participavam da marcha *Olimpo-Oletti*, além de paraguaios e as agrupações de vizinhos envolvidos na luta pelo *Olimpo*. Ademais de participarem da marcha *Olimpo-Orletti*, elas levaram a cabo uma série de outros atos e *escraches* na frente do ex-centro clandestino.

Houveram distintos *escraches* das organizações denunciando esse lugar como campo de concentração. As primeiras organizações envolvidas são de familiares de uruguaios, porque aqui a maioria dos companheiros eram uruguaios. Depois foram se somando organizações do bairro, organizações políticas de direitos humanos. E, como o *Olimpo* já estava recuperado faziam dois, três, anos... todos os anos no dia 24 de março se faz uma marcha, mas aqui em Floresta se faz uma marcha do *Orletti* ao *Olimpo*, todos os anos, um ou dois dias antes do dia 24. Então saímos a duas quadras daqui, de *San Nicolas* e *Rivadavia*, e fazemos um ato. Quando esse lugar não estava recuperado se fazia um comunicado, das organizações que participavam da marcha denunciando esse lugar como *CCDTyE*. Participam organizações do bairro, organizações de direitos humanos, sociais. Qualquer um que queria aderir (MAGGI, coordenador do *Ex-Orletti*, em entrevista concedida à autora, 2018, traduzida por mim).

Figuras 119 e 120. Sinalizações na frente do *Ex Orletti*, na grade que divide os trilhos do trem, antes da desapropriação do local, s/d. Fonte: Arquivo *Ex Automotores Orletti*.

Figura 121. Fachada do *Orletti* como oficina mecânica nos anos 90, quando Cortell havia voltado a ocupar o local. Fonte: Arquivo *Ex Automotores Orletti*.

Por meio das ações de *escrache* e denúncia o portão externo foi sendo marcado com frases de luta: *30.000 desaparecidos, Nunca Más, Memoria, Verdad y Justicia*. Frente aos atos, em 2002, houveram duas tentativas de desapropriação. A primeira foi levada a cabo pelo deputado Eduardo Peduto e apresentada perante a *Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*. Depois, em 2004, o mesmo projeto foi reapresentado por Ana María Suppa¹⁶³. No entanto, nenhuma delas teve sucesso. Para Liliana Ferro (em entrevista à autora, 2018), funcionária do sítio, as ações fracassaram porque os julgamentos do caso *Orletti* ainda não tinham começado e, porque, ainda naquela época, se tratava de uma propriedade privada.

Nessa época o imóvel mudou novamente de uso. Cortell alugou o piso superior de sua mecânica ao boliviano Regel, que instalou uma oficina de costura clandestina, como muitas que existem na região de *Flores e Floresta*. Um relatório elaborado pela *Procuradoría de Trata y Explotación de Personas* do *Ministerio Público Fiscal* apontou que, em 2016, existiam 162 oficinas de costuras clandestinas nas 118 quadras inspecionadas nesse ano, entre as avenidas *Nazca, Juan B. Justo, Seguro e Rivadavia*, que abarcam os bairros de *Flores, Floresta e Villa Santa Rita*¹⁶⁴ e conformam as bases produtivas do centro comercial *Avellaneda*, localizado a duas quadras do sítio.

Dialogando intimamente com o entorno do edifício, a infeliz mudança abriu as portas para o enclausuramento e desapropriação do local.

O dono, que estava morando aqui, alugou para uma família da comunidade boliviana e, no setor de cima, instalou uma oficina de costura clandestina. Muitas organizações do bairro começam a denunciar... esse é um bairro com muitas oficinas de costura... e denunciavam a exploração trabalhista, as condições de vida dos bolivianos. Então, em 2000, se armou um movimento muito grande com relação às condições trabalhistas e, no meio disso, esse lugar foi identificado

¹⁶³ INFOBAE. *Expropiación un centro clandestino de detención*. Buenos Aires, 19 out. 2006. Disponível em: < <https://www.infobae.com/2006/10/19/281995-expropiaran-un-centro-clandestino-detencion/> > Acessado em: 20 jan. 2019.

¹⁶⁴ GIABARTOLOMEI, Mauricio. Detectaron 162 talleres en sólo 118 manzanas. *Jornal La Nación*. 29 de abril de 2016. Disponível em: < <https://www.lanacion.com.ar/1893813-detectaron-162-talleres-ilegales-en-solo-118-manzanas> > Acessado em: 20 jan. 2019.

como oficina, e foram feitas essas denúncias. Isso impulsionou a intervenção da justiça, que interveio, investigou e o identificou como oficina de costura clandestina. (MAGGI, em entrevista à autora, traduzida por mim, 2018).

A “grande movida em relação às condições trabalhistas” aconteceu na esteira das assembleias de bairro de 2001. Nesse momento, formaram-se associações como *La Alameda* e a *Unión de Trabajadores Costureros (UTC)*, voltadas à denúncia das más condições trabalhistas enfrentadas principalmente pelos bolivianos que trabalham na indústria têxtil. O movimento ampliou-se em 2006, sob o marco do incêndio da oficina de costura clandestina da rua *Luis Viale*, no bairro de *Caballito*, que resultou na morte de uma adolescente e quatro crianças bolivianos¹⁶⁵.

Em 2007, a oficina de costura clandestina no *Orletti* foi denunciada a *Dirección General de Protección del Trabajo* (que depende da *Subsecretaria de Trabajo del Gobierno porteño*) por uma chamada anônima. Em 30 de março do mesmo ano – um ano depois da tragédia de *Luis Viale* – o subsecretário de trabalho Ariel Lieutier e o ministro de *Producción del Gobierno de la Ciudad*, Enrique Rodríguez, inspecionaram no local. Entrando lá encontraram em três, dos cinco ambientes, mais de dez máquinas de costura, onde trabalhavam 12 bolivianos – que incluíam grupos de famílias e crianças – de segunda a sexta-feira das 7 a.m. às 11 p.m., com uma hora de descanso, ganhando 60 centavos de peso argentino por peça de roupa¹⁶⁶.

Enquanto as autoridades realizavam a inspeção no interior do sítio, na frente do *Orletti*, membros da *UTC*, *Alameda* e imigrantes bolivianos em situação semelhante escrachavam o local. Carregando placas que diziam “*Basta de Trabajo Esclavo*”, “*Luis Viale Nunca Más!*”, “*No más muertes por trabajo esclavo*” – tomando assim como referência frases emblemáticas da luta pela memória da ditadura –, se posicionavam em frente ao portão marcado por

¹⁶⁵ EGAN, Julia. El incendio de Luis Viale, un crimen social. *Agencia Nacional de Noticias Telam*, Argentina, 25 de junho de 2016. Disponível em: < <http://www.telam.com.ar/notas/201606/152819-el-incendio-de-luis-viale-un-crimen-social.html> > Acessado em: 20 jan. 2019.

¹⁶⁶ RODRÍGUEZ, Carlos. Centro clandestino, esta vez de confección. *Página/12*, Buenos Aires, 31 de março de 2007. Disponível em: < <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-82598-2007-03-31.html> > Acessado em: 20 jan. 2019.

frases escritas durante as reivindicações do *Orletti* centro clandestino, como “*Nunca Más!*”, “*30.000 desaparecidos*”, “*Memoria, Verdad y Justicia*”.

Embora sejam histórias de distintas gravidades, como comparou Ariel Lutier (2010), enquanto em *Automotores Orletti* centro clandestino os militantes políticos eram torturados, assassinados e desaparecidos; em *Orletti* oficina de costura, os trabalhadores eram levados a condições de extrema precariedade trabalhista pela pobreza. Enquanto as vítimas de *Automotores Orletti* eram principalmente uruguaios; em têxtil *Orletti* eram também estrangeiros latino-americanos. No *CCDTyE* elas estavam submetidas ao governo ditatorial; em têxtil *Orletti*, eram vítimas de um sistema econômico capaz de destruir qualquer barreira moral e legal em nome do lucro.

Figura 122. *Escrache* realizado pelos grupos UTC e Alameda durante a inspeção em 2007. Fonte: Documentário *Nos/otros* (34'02). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=uoDRjr34DmY&t=2073s> > Acessado em: 20 fev. 2019.

Figuras 123 e 124. Interior do *Orletti* oficina de costura clandestina em 2007 durante a inspeção. Fonte: Documentário *Nos/otros* (34'02). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uoDRjr34DmY&t=2073s>> Acessado em: 20 fev. s2019.

Dias após o enclausuramento, o Juiz Rafecas, responsável pelos julgamentos crimes lesa-humanidade, realizou uma nova inspeção ocular no edifício. Nesse momento, declarou haver encontrado um símbolo da *Triple A* (*Alianza Anticomunismo Argentina*, grupo de extermínio da qual Aníbal Gordon foi chefe e um dos fundadores) em uma das janelas. Embora acredite-se que, na verdade, ela tenha sido implantada pela empresa responsável pela construção dos trilhos em frente ao *Orletti*, a marca foi mobilizada para efetivar a desapropriação do *Ex CCDTyE*.

O que acontece em 2007 é que aqui passou a funcionar como atelier de costura. No entanto, como não haviam começado os julgamentos, não haviam processos, não se podia colocar uma medida de proteção no edifício. Quer dizer, tinha que ser devolvido ao dono, porque o

caso da oficina de costura era um delito penal, mas não um delito de lesa-humanidade. Então, uma vez que se tomaram as provas, que se fotografou o lugar, ele devia ser devolvido a Cortell. Mas, nesse momento, Rafecas disse ver – quando ainda não se havia se realizado a perícia – um símbolo da *Triple A* na parede. Na verdade, foi uma “desculpa” para dizer que aqui funcionou um centro clandestino, conservar o lugar de prova e impedir que Cortell modificasse o edifício. Quer dizer, se o edifício fosse do Estado seria mais fácil, porque aí só com um pedido da justiça não se inovaria. Mas, como era de um civil, foi preciso que o poder judicial emitisse uma ordem ao dono para que não se inovasse (FERRO, entrevista concedida à autora, 2018, traduzida por mim).

O projeto de lei de desapropriação apresentado em 2002 e 2004 foi então reapresentado à *Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires* pela mesma deputada da primeira tentativa, Ana Maria Suppa. Ela destacou à imprensa que não se tratava de uma simples desapropriação, mas de “um aspecto relevante do que se chamou de Operação Condor¹⁶⁷”. Em 2006 foi aprovada a Lei CABA nº 2.112/06, pela qual o imóvel tornou-se sujeito à desapropriação (Art. 1) e pela qual decretou-se sua preservação (Art. 2). Nela também consta um terceiro artigo que, como explicaremos, geraria conflitos acerca da conformação e composição da *Mesa de Trabajo y Consenso* do sítio: “O poder executivo com a participação dos organismos de direitos humanos e das organizações sociais da região urbana onde se encontra o imóvel definirá os usos do lugar¹⁶⁸” (BUENOS AIRES. Lei nº 2.112/06, Art. 3, traduzido por mim).

¹⁶⁷ “Un aspecto relevante de lo que se diera en llamar el Plan Cóndor” (traduzido por mim). SUPPA, Ana Maria. Entrevista concedida ao jornal Infobae. *Expropiarán un centro clandestino de detención*. Infobae, Buenos Aires, 19 de outubro de 2006. Disponível em: < <https://www.infobae.com/2006/10/19/281995-expropiaran-un-centro-clandestino-detencion/> > Acessado em: 20 jan. 2019.

¹⁶⁸ “El Poder Ejecutivo, con la participación de los organismos de derechos humanos y las organizaciones sociales de la región urbana en que se emplaza el inmueble, definirá los usos del lugar”. Disponível em: http://www.ciudadyderechos.org.ar/bg.php?pageNum_Recordset=3&totalRows_Recordset=49&frase=clandestino >. Acesso em: 20 jan. 2019.

Figura 125. *Orletti* em 2009, logo depois da desapropriação do edifício. Fonte: Arquivo do Ex Automotores *Orletti*.

Em 2009, depois dos outros processos de refuncionalização dos sítios da capital, o *Ex Orletti* tornou-se responsabilidade do *IEM*. Com isso armou-se uma primeira equipe de trabalho composta por um coordenador, uma conservadora e uma pessoa responsável pelas investigações, Liliana Ferro, os quais não tiveram uma relação direta com o processo de memorialização do sítio e nem com a ditadura militar.

No *Orletti*, os militares não chegaram a modificar o edifício para apagar as marcas dos crimes. Contudo, como os outros lugares, as suas instalações também estavam deterioradas.

Em um primeiro momento, a equipe se instalou no piso superior do edifício, na sala que funcionou como oficina dos repressores. Desse modo, os primeiros esforços direcionaram-se à adequação mínima do edifício e ao levantamento patrimonial. Diferente do *Cevallos*, por exemplo, marcas importantes relacionadas ao uso do lugar como centro clandestino foram encontradas com certa facilidade pela equipe de conservação. No piso superior, por exemplo, as restauradoras encontraram restos de cordas em vigas, onde os presos ficavam pendurados e marcas de balas de fogo na parede.

No entanto, alegando que o edifício corria riscos de desmoronamento, o *IEM* exigiu que as portas se mantivessem fechadas. As visitas deviam ser realizadas por meio de agendamento prévio no instituto, localizado na *Ex ESMA*. Eles também mandaram seus funcionários que, junto à equipe de trabalho do *Orletti*, levaram a cabo as primeiras atividades pedagógicas, especialmente com as escolas da região. Essa estrutura proposta, contudo, gerou os primeiros conflitos no sítio e no interior do próprio *IEM*.

Assim descreve Alba, ex-funcionária da área pedagógica do *IEM*, que posteriormente tornou-se funcionária do *Orletti* e atualmente trabalha no *Virrey Cevallos*:

Sempre briguei para que as áreas pedagógicas do *IEM* estivessem nos sítios, ou seja, que cada um de nós trabalhássemos nos sítios, porque se não se perde a territorialidade do teu trabalho. Não nos permitiam isso. Tínhamos que estar na nossa sede e aí ir aos sítios. Era uma maneira de controlar o que faziam. Porque também o *Orletti* não estava aberto e para eles nós começaríamos a fazer visitas e outras coisas que não se podia fazer. Havia uma parte de razão nisso, que era o estado do edifício. Mas, por outro lado, não tinham razão, porque eles pensavam que a gente ia colocar as pessoas para dentro. Porque as atividades que a gente fazia começavam de fora, desde a rua. Queríamos fazer um trabalho territorial, visibilizar que em um bairro, onde há comércio, habitação, trens, transporte, onde há muita atividade, houve um *CCDTyE*. Trabalhar como os vizinhos e vizinhas viviam isso, e como a escola ao lado do *Orletti* vivia isso. Esse era nosso objetivo e todas as atividades pedagógicas se davam nesse sentido. (ALBA, em entrevista à autora, 2018, traduzida por mim).

Ainda para Alba isso refletia o modo como o *IEM* se relacionava com os sítios. Ao seu ver, “havia uma estrutura vertical [...] como se o trabalho intelectual estivesse no *IEM* e o prático no *Orletti*” (ALBA, em entrevista concedida à autora, 2018, tradução minha).

Essa “verticalidade” levou, ainda segundo ela, a outro grande debate, relativo ao funcionamento da *Mesa*. Diferente do *Olimpo* e do *Atlético*, o terceiro artigo da lei de desapropriação não previa, explicitamente, a criação de uma *MTyC*, mas algo que os funcionários entendiam como

equivalente: “o poder executivo com a participação dos organismos de direitos humanos e das organizações sociais da região urbana onde se encontra o imóvel definirá os usos do lugar”. Isto é, nenhum dos três setores – nem o poder executivo, nem as organizações de DDHH, nem a comunidade – poderiam tomar decisões sem a participação dos outros.

No entanto, segundo Liliana Ferro (em entrevista concedida à autora, 2018), a não explicitação da formação de uma *Mesa*, associada ao fato da maior parte dos sobreviventes serem estrangeiros – os quais, segundo ela, constituíam “as vozes mais autorizadas” – permitiu que o *IEM* instalasse a *Mesa de Trabajo y Consenso* do *Orletti* na sede do instituto, com pessoas escolhidas por ele, que pertenciam a organismos DDHH sem vinculação direta ao processo de luta pelo sítio e sem membros da comunidade de *Flores/Floresta*. Além disso, ainda segundo a funcionária, os trabalhadores do sítio eram por vezes impedidos de participar das reuniões: “os membros do *IEM* diziam que se reuniram com o embaixador tal, com o secretário tal, para falar sobre *Orletti*, e quando havia uma inspeção no local, os trabalhadores, que eram os que estavam descobrindo os sinais materiais, que tinham coisas para dizer ao juiz, não podiam falar, falavam as autoridades do instituto” (Alba, em entrevista concedida à autora, 2018).

Os trabalhadores então se mobilizaram para que a *MTyC* fosse transferida ao *Ex CCDTyE*. Eles reclamavam da política estrutural do *IEM*, que impedia um maior diálogo entre o sítio e o instituto, mas principalmente que o *IEM* não permitia a abertura do local ao público, sob a justificativa do deterioramento das estruturas edilícias.

Aconteceu que, apesar de existir essa lei, o instituto era quem administrava o espaço, formou uma mesa, que chamavam de *MTyC*, com pessoas escolhidas por eles e que funcionava na sede do instituto, na *Ex ESM4*. Bom, isso fazia com que eles encontrassem um consenso fácil, acordado, para fazer o que queriam. Como, todavia, não tinham dinheiro para arrumar o *Orletti*, mantinham o local fechado. Bom, juntos começamos a ver que, se mantínhamos o portão fechado, esse lugar corria riscos, porque nosso trabalho é visibilizar o espaço pela memória, e assim não se cumpria essa função. Quando havia reunião de *Mesa* no instituto nos diziam para que nos informássemos e nada mais. Um dia

Marco, familiar de um dos exonerados políticos do Chile, Pepe, que participou de uma organização de direitos humanos daqui, de chilenos exonerados, durante a ditadura de Pinochet, começou a entrar em contato com alguns outros chilenos, com a comunidade... e quando nos avisaram que havia uma reunião dessas, fomos todos para lá. Eu levei o livro da lei e explicamos que a mesa não podia funcionar ali. Tinha que funcionar aqui, se não a comunidade não podia participar. Bom, se irritaram bastante comigo, com o chileno e com Carlos, coordenador. Nossa companheira Leticia, da conservação, nem a deixaram entrar dizendo que ela não correspondia à reunião. Bom, se irritaram muito com a gente, mas no fim deixaram que a *Mesa* funcionasse aqui. Este foi um ponto de inflexão para obriga-los a permitir a abertura do portão. Aí a comunidade começou a participar mais. E por isso digo a todos os companheiros que a *Mesa* é fundamental para que os sítios de memória sigam existindo. A mesa é a comunidade. Os sítios de memória não podem existir sem a comunidade, porque foi ela que recuperou nossos espaços. Se você olha a história de cada sítio, todos foram recuperados pelos *escraches* e pela luta da comunidade. E os sítios devem estar atravessados pelas pessoas e pelo poder popular. Se não tira seu significado e tira a reivindicação dos companheiros desaparecidos, os quais tinham suas militâncias embasadas nas militâncias sociais, em diminuir a desigualdade, em socializar a educação e a saúde. Bom, todos esses valores pelos quais eles lutaram e pelos quais foram perseguidos e desaparecidos, têm a ver com que a comunidade se empodere. Se você tira isso do espaço de memória, vai contra seus princípios. (FERRO, entrevista concedida à autora, 2018, traduzida por mim).

A abertura do portão representou “um ponto de inflexão” na história do *Orletti*. Mais que isso, para Ferro, se tratou da “abertura do sítio à comunidade”, “a qual os sítios pertencem”. No âmbito das tomadas de decisões sobre o espaço, a comunidade seria representada pela *Mesa de Trabajo y Consenso*. Isto porque, segundo ela, os sítios foram refuncionalizados graças à luta de grupos de DDHH, os quais, neste caso em que as vítimas diretas encontram-se fora do país, seriam considerados os atores mais autorizados a tomar as decisões.

Porém, mais que isso, na medida em que afirma que só com a abertura à comunidade se faria jus à “reivindicação dos companheiros desaparecidos, os quais tinham suas militâncias embasadas nas militâncias

sociais”, a ação também aparece vinculada à figura dos militantes de esquerda dos anos 70, ex detidos-desaparecidos, que lutaram por uma sociedade mais igualitária.

No *Orletti* “espaço para a memória”, a abertura à comunidade significou a conquista de uma maior autonomia dos trabalhadores do sítio. Em 2012, quando os funcionários lograram que a *Mesa* funcionasse no local, o portão passou a ficar aberto diariamente; bem como isso alterou a composição da *MTyC*: “uma vez que deram o *okay*, eles começaram a vir até aqui... mas vieram a três reuniões e não vieram mais, porque esse lugar era inóspito, era longe, era incômodo, frio” (FERRO, em entrevista à autora, 2018). Assim, alguns dos representantes de organismos de DDHH escolhidos pelo *IEM* deixaram de participar, e somaram-se representantes das organizações de uruguaios (que já participavam da *MTyC* do *Olimpo*), chilenos e organizações do bairro de *Flores* e *Floresta*, que também participaram do processo relativo ao *Ex Olimpo*.

A etapa seguinte de refuncionalização esteve enfocada na sinalização externa e interna do local. No exterior, pichações, desenhos, grafites e outros elementos, que iluminavam o lugar enquanto ex-centro clandestino, já vinham sendo construídas pelas organizações de vizinhos e DDHH, nas ocasiões das marchas *Olimpo-Orletti* e dos diversos *escraches*. Quando o *Orletti* passou ao *IEM*, o instituto implantou sinalizações com o logo do ente que, pela primeira vez, apresentavam oficialmente o sítio à comunidade.

Em seu interior, foram implantadas folhas de ofício com explicações sobre os usos de cada um dos ambientes, enquanto *CCDTyE*. Dado que haviam poucos sobreviventes, e uma dificuldade em contatar aqueles que existiam – porque a maioria se encontrava fora da Argentina –, tais elementos foram elaborados, principalmente, por meio das investigações realizadas pelos funcionários do sítio, cuja responsável era Liliana Ferro.

Na verdade, quem propôs isso fui eu. As sinalizações internas têm a ver com a investigação, porque salvo que tenha um protagonista, um sobrevivente, ou um pesquisador que tenha lido muito, é difícil elaborar, dizer o que passou aqui. Como não tínhamos protagonistas, ou sobreviventes, eu mesma tive que fazer, porque estava fazendo a investigação. Ia aos

julgamentos... então, esses textos se apoiavam no que eu dizia, porque é difícil ter ideia sobre o que um desconhece. Se apoiava um pouco mais no que eu escutava nos julgamentos, lia sobre o tema. Creio que teria saído mais ideias se houvessem mais sobreviventes. (FERRO, em entrevista à autora, 2018, traduzida por mim).

Figura 126. Sinalização interna no Ex Orletti: “Porta lateral e escada: alguns detidos-desaparecidos foram levados e tirados por esta porta. Sobreviventes relataram terem sido levados ao primeiro piso por esta escada” (traduzido por mim). Registro da autora. Novembro de 2018.

Com o andamento das investigações e dos trabalhos de conservação, aos poucos foram surgindo novos depoimentos que auxiliaram na compreensão do sítio e mudaram a configuração do *Orletti* “espaço para a memória”. Se, em um primeiro momento, o setor administrativo foi instalado na sala dos repressores argentinos, no piso superior do edifício; com o andamento das investigações, este foi transferido ao térreo, em uma parte

da garagem não citada pelos testemunhos.

Para Maggi (em entrevista à autora, 2017), atual coordenador do sítio, a presença do setor administrativo onde houveram práticas repressivas "confundia as pessoas, porque uma coisa é você ver o espaço vazio e outra é se você vai lá e encontra um escritório".

Além disso, também nessa época, a instituição recebeu alguns objetos de ex-detidos, que foram expostos também no térreo. Por exemplo, a manta de uma sobrevivente, que a carregara consigo no momento de seu sequestro; e o uniforme de um ex oficial cubano, ainda desaparecido, doada por sua família. Ali também se instalou uma linha do tempo, relativa às ditaduras latino-americanas, e um mural com as fotos dos detidos, mais afastado do local onde ficavam sentados.

Dessa forma, devemos notar que o *Ex Orletti* é o lugar onde a setorização entre os espaços utilizados para fins de encarceramento e tortura, e os que não, é a mais tênue entre os sítios. Embora, também, como veremos no último capítulo, o piso superior, onde estavam as celas, salas de tortura e salas dos repressores, adquira uma ênfase maior nas visitas em relação aos demais ambientes do local.

Além disso, ao mesmo tempo que seus esforços atuais se voltam ao bairro, como no *Ex Olimpo*, enquanto lugar de memória ele é marcado por movimentos transnacionais, que buscam lançá-lo como “emblema latino-americano da Operação Condor” (MAGGI, em entrevista concedida à autora, 2018). Exemplo disso foi o estabelecimento de um convênio de cooperação – todavia não formalizado – para a construção de um sítio de memória, na ex-sede da *SID* uruguaia, em Montevideo, onde funciona, há alguns anos, a *Institución Nacional de Derechos Humanos y Defensoría del Pueblo*. Como mencionado, o local funcionou como centro de tortura e abrigou alguns dos detidos quando o *Orletti* foi fechado.

Diferente do processo argentino, encabeçado principalmente por grupos da sociedade civil, no Uruguai a iniciativa partiu dos funcionários do governo, que há muito trabalhavam nesse edifício. Como contou Manuela Mazzolenni (em entrevista concedida à autora, 2018) eles convocaram os sobreviventes, e contataram os funcionários do *Orletti*. Seja para poder contar a história da antiga *SID*; seja para elaborar o projeto do lugar de

memória. Inaugurado em 2018, trata-se do primeiro espaço de memória do Uruguai.

2.6. A modo de conclusão

Ao longo das páginas anteriores, buscamos mapear as histórias de cada um dos sítios. A ideia foi apontar às diferentes camadas, compreendendo seus vazios e incongruências, os debates e tensões, que construíram os espaços específicos. Buscamos olhar, assim, os processos de *memorialização*, *espacialização* e *ativação patrimonial*, que os construíram enquanto lugares de memória.

A partir disso, torna-se possível e importante destacar algumas similaridades e distinções entre eles.

De modo geral, ao longo desses movimentos que, em grande medida, tiveram ponto central e estimulante as discussões sobre o museu na *Ex ESMA*, decidiu-se por mantê-los tal qual encontrados ao fim da ditadura, enfatizando o valor do “vazio”. Esta posição prevaleceu frente às ideias de reconstrução, destruição, etc., sob o argumento central, defendido pelos atores sociais que adquiriram maior peso político nas negociações, da qualidade dos lugares como provas materiais dos depoimentos. A partir dos anos 2000, isso foi reforçado, fundamentado e oficializado, pelas distintas leis de patrimonialização e pelas desapropriações realizadas pelo Estado. Desse modo, por meio de ferramentas e procedimentos legais, ficou expressa a impossibilidade de “inovar” nos edifícios.

Também por meio disso, determinou-se os responsáveis pelas tomadas de decisões em cada sítio. Como mencionado no primeiro capítulo, montaram-se as estruturas institucionais, seguindo as diretrizes elaboradas pelo *Instituto Espacio por la Memoria* (uma vez que os sítios estiveram, em um primeiro momento, sob a responsabilidade do *IEM*). Armaram-se equipes de conservação, administração, coordenação, comunicação, pedagógicas e de manutenção; bem como configuraram-se as *Mesas de Trabajo y Consenso* (ou *Comisiones de Trabajo y Consejo*). As *Mesas*, compostas por familiares, ex-detidos, organizações de DDHH, entre outros personagens envolvidos nas distintas lutas, ficaram como as principais responsáveis pela tomada de

decisões nos lugares, exercendo suas atividades com “autonomia” política em relação ao Estado¹⁶⁹.

No entanto, o perfil dos atores envolvidos nas distintas lutas e que, posteriormente, viriam a compor as *MTyCs*, também variaram. Enquanto na *Ex ESMa* participaram, de forma mais incidente, organizações de DDHH de maior peso político – como as *Madres de Plaza de Mayo*; no *Ex Olimpo*, no *Ex Club Atlético*, no *Ex Virrey Cevallos* e no *Ex Orletti*, os processos foram impulsionados principalmente por organizações de bairro (GUGLIELMUCCI, 2011), formadas, em grande parte, nos anos 90, para suprir carências sociais básicas, ou derivadas de organizações direcionadas a esse propósito.

No *Ex Orletti*, acrescenta-se a participação fundamental de agrupações de ex-detidos-desaparecidos de outros países latino-americanos, dos quais alguns, como parte dos uruguais, já estavam envolvidos com o *Ex Olimpo*, por conta da proximidade geográfica dos dois sítios.

Com relação ao modo como foram construídos os sítios de memória, embora se considere a área total dos sítios como espaços de repressão, os ambientes onde os presos encarcerados, enquanto lugares onde as pessoas foram vistas com vida pela última vez, adquirem um peso maior em relação aos demais. Tornam-se os pontos de partida para a estruturação dos lugares de memória, estimulando uma divisão simbólica – mais ou menos evidente dependendo do caso –, entre os “espaços de morte” (de encarceramento e tortura) e os “espaços de vida”.

Desse modo, os lugares, especialmente a partir dos debates desenrolados em finais dos anos 90 sobre a *ESMA*, passaram a ser pensados, como sistematicamente referem-se os atores sociais, como ferramentas para manter “a memória viva” de “todos os argentinos” (GUGLIELMUCCI, 2011).

Nesse sentido, embora todos os sítios atuem por vias museológicas (com iniciativas de investigação, conservação e atividades pedagógicas), há uma recusa de chamá-los de museus. De modo geral, entende-se o museu

¹⁶⁹ Usamos aspas porque muitas vezes as propostas elaboradas pela *Mesa* requerem o apoio institucional e financeiro do Estado.

como uma instituição que imobilizaria os trabalhos de memória e seu caráter “vivo”, apesar das diversas possibilidades de atuações que os museus contemporâneos oferecem.

A ideia desses lugares não é pensá-los como museus. Em um dado momento houve toda uma discussão sobre o que fazer com os sítios, se armar um museu, se deixar um sítio de memória, que não é memória. Se você faz um museu, o que mostra? Porque na verdade um museu é algo estático. Então a ideia não é nem contar o horror nem que seja algo estático. Tem que ser um espaço de reflexão, para pensar em sociedade com o outro. (MAGGI, entrevista concedida à autora, 2018, traduzida por mim).

Outra questão a ser destacada, recai sobre o fato de que a divisão do espaço e a identificação das funções dos ambientes tornou-se possível por meio do entrecruzamento dos testemunhos das vítimas com as materialidades dos lugares. Desde as atividades do *CONADEP* os sobreviventes foram mobilizados para auxiliar na compreensão da configuração dos espaços de detenção e tortura (que em grande medida encontravam-se já nessa época modificados e/ou destruídos) e, assim, tornaram-se, nos lugares de memória, as “vozes mais autorizadas para falar dos espaços” (Ferro, em entrevista concedida à autora, 2018).

No entanto, se em um primeiro momento os atores sociais envolvidos nesses processos apresentavam a relação entre materialidade e memória como algo direto, que apenas reforçaria e validaria os depoimentos dos sobreviventes, isso acabou sendo revisto com o andamento dos trabalhos de conservação. A descoberta das distintas marcas e camadas pictóricas, a própria materialidade levou à relativização, ampliação e discussão dos depoimentos (GUGLIELMUCCI, 2019).

Portanto, o entrecruzamento das materialidades com os testemunhos, tornaram-se o meio de compreender os sítios e poder explicá-los. Extrapolando o objetivo inicial, levaram à compreensão das outras camadas, para além de seus usos como centros clandestinos. Os atores entrevistados sistematicamente reforçaram que as histórias desses lugares não devem ser compreendidas como definidas ou fechadas. Os trabalhos de conservação, os novos depoimentos que surgem, vêm permitindo a

descoberta de outras camadas históricas e a revisão daquilo que se sabe sobre eles.

Retomemos, agora, alguns dos contrastes entre os lugares, os quais foram traçados ao longo do capítulo.

A *Ex ESMA* configura-se como um arquipélago de 32 edifícios, inserido em um bairro nobre da cidade. Trata-se do sítio mais emblemático, pela monumentalidade de suas edificações, pela complexidade das atividades repressivas ali desenvolvidas e pela grandeza do processo de refuncionalização. Não por acaso, no *Casino de Oficiales*, cerne da repressão, foi instalado um museu de memória.

O *Ex Atlético* é marcado por sua condição de sítio arqueológico. Mas, além disso, tal condição e os debates atuais que permeiam esse espaço relacionam-se de forma direta com sua localização em uma zona que, desde a ditadura, é permeada por disputas mais amplas acerca do território.

O *Ex Olimpo*, criado para abrigar os presos do *Atlético*, foi estação de bondes e depois de ter sido centro clandestino foi um lugar onde todos da cidade iam verificar seus carros. Dessa forma, o edifício ocupa um papel particular no imaginário do bairro, o qual foi essencial para sua patrimonialização.

Como o *Ex Olimpo*, o *Ex Virrey Cevallos* também se insere na trama normal do bairro de *Montserrat*. Neste caso, trata-se de um casarão, como tantos da região, que divide paredes com outras residências e confunde-se em meio a trama urbana. Os vizinhos, que participavam da vida cotidiana do centro clandestino, tornaram-se essenciais para seu processo de refuncionalização. Se uma parte deles impulsionou esse movimento; outros se tornaram testemunhas centrais para *re-construir* a história do *Cevallos* enquanto *Ex CCDTyE*.

O *Ex Orletti* foi um sítio voltado à Operação Condor e recebeu especialmente presos políticos de outros países latino-americanos. Porém, suas conexões continentais ultrapassam o uso do local enquanto *CCDTyE*, relacionando-se a sua localização em um bairro marcado pela presença de imigrantes que trabalham majoritariamente na indústria têxtil, em função do centro comercial *Avellaneda*, sistematicamente submetidos às condições de

precarização trabalhista. O uso do *Orletti* como oficina de costura clandestina, tal qual tantas outras existentes na região, e os movimentos sociais relacionados a isso impulsionaram sua refuncionalização como sítio de memória da ditadura militar.

Seria difícil dizer, portanto, que esses lugares de memória se tratam apenas de ex-centros clandestinos. Mas, como buscamos evidenciar, seus usos ilegais constituem uma das diversas camadas históricas que os compõem. Se, por um lado, estas definem suas especialidades no presente; por outro, determinam, suas especificidades, seus processos de *memorialização, espacialização e ativação patrimonial*.

Tais camadas e processos, por sua vez, são delimitados por condicionantes mais amplos: os contextos urbanos específicos, as condições físicas dos edifícios, e os atores sociais que lá habitaram e/ou participaram dos movimentos de refuncionalização, o que passa, muitas vezes de modo bastante evidente, pela história da cidade. Conforme apresentado no começo do capítulo, isso nos leva a crer que os sítios não podem ser pensados como pontos isolados. Tais multiplicidades, constelações, evidentes nas paredes, nos tetos, chãos e muros dos espaços, são fruto e constroem outras geografias para além dos locais específicos.

CÁP. 3. A RED FEDERAL DE SITIOS DE MEMORIA (REFESIM): DEBATES E INTERVENÇÕES

Assim como os sítios, as instituições estatais também possuem uma história e foram construídas pelas disputas entre atores sociais envolvidos em suas constituições. O presente capítulo toma como objeto de análise mais amplo a *Red Federal de Sítios de Memória* (REFESIM) que, a partir de 2014, tornou-se uma coordenação da *Dirección Nacional de Sítios de Memória* (DNSM). A rede constituiu um dos principais marcadores do processo de *estatização da memória* desenrolado no período kirchnerista. Por meio dela buscou-se articular iniciativas de investigação, marcação territorial e gestão, levadas a cabo por distintos organismos de DDHH e autoridades locais, incorporando-as na agenda nacional.

Formada em 2007, por meio da Resolução n° 14 do *Ministério da Justicia y Derechos Humanos*, como um organismo desconcentrado¹⁷⁰, foi criada no âmbito do *Archivo Nacional de la Memoria* e na órbita da *Secretaria de Derechos Humanos de la Nación* (SDHN) do *Ministerio de Justicia y Derechos Humanos* (atual *Ministerio de Justicia y Pluralismo Cultural*). Dentre suas funções estão a promoção de intercâmbio entre experiências de lugares de memória no país; o monitoramento de suas gestões; e a sinalização de “lugares de memória” emblemáticos do terrorismo de Estado até 1983. Atualmente a DNSM é responsável pela gestão de cinco sítios de CABA, pelo *Ex Escuela de Suboficiales de Infanteria de la Marina* (ESIM), em *Mar del Plata*, e pela *Ex Escuelita de Famaillá*, localizada na província de *Buenos Aires*.

Aqui focamos nas duas atividades mais visíveis e incisivas nos espaços físicos dos *Ex CCDTyE*: as sinalizações, placas, cartazes e pilares, dispositivos que *re-apresentam* oficialmente os sítios; e os mapas, que representam os sítios em conjunto, localizando-os no território nacional.

Entendendo que esses elementos, como os sítios, não são apenas produtos das relações sociais, mas agentes, os compreendemos como *textos culturais* (HARLEY, 2005). Afinal, um texto não se define pela presença de

¹⁷⁰ Considera-se um organismo “desconcentrado” todo aquele órgão público que carece de autonomia política e jurídica.

elementos linguísticos, mas pelo próprio ato de construção. Dessa forma, deve-se ter em perspectiva que foram criados em um contexto cultural específico, bem como constroem discursos e promovem práticas que alteram as relações e os modos de apreensão sobre os sítios.

Ao longo das próximas páginas mapearemos, portanto, abordaremos a constituição histórica da rede, apontando aos debates e atores que a construíram; adentraremos a política de sinalização, olhando aos elementos que a constituem (placas, mapas e pilares); depois entraremos no processo de construção dos mapas relacionados aos lugares emblemáticos do terrorismo de Estado no âmbito da instituição. Discutiremos, aqui, o papel desses objetos na etapa de *estatização da memória* (CATELA, 2014), apresentada no primeiro capítulo, que foi central para a construção de lugares de memória na capital e no resto do país.

3.1. A constituição histórica

A formulação da *REFESIM* insere-se, portanto, como parte central do processo de *estatização da memória* (CATELA, 2014) desenvolvido por Néstor Kirchner e continuado por Cristina Kirchner. Retomemos alguns aspectos antes expostos: a partir de 2003, e sob o marco simbólico da “entrega” da *Ex ESMA* em 2004 às organizações de direitos humanos, o Estado passou a apresentar-se como um interlocutor central para as reivindicações dos organismos de direitos humanos. Isto incluiu, principalmente (mas não apenas), a criação de programas públicos voltados à transmissão da memória do passado recente. Eles respondiam às demandas, reconheciam os esforços dos organismos de DDHH e incorporaram diversos atores sociais que levaram a cabo os processos de luta, formando instituições de caráter misto, compostas por agentes estatais, membros de organismos de DDHH, afetados diretos, familiares e especialistas.

A política de *estatização da memória* (CATELA, 2014) se deu em resposta a um longo percurso de reivindicação de grupos de DDHH e vizinhos, que adquiriram força política para serem incorporados ao Estado e/ou se tornaram os atores autorizados para decidir o que fazer com cada

lugar. Como parte disso, desenrolou-se um processo de criação de “memoriais monumentais” – arquivos, centros culturais, memoriais e de sítios de memória em *Ex CCDTyEs*. Esses elementos demonstraram uma ambição *fundacional* por parte dos governos Kirchner, em que as *memórias subalternas* (POLLACK, 1989) da ditadura passaram a disputar com a *memória dominante* (CATELA, 2014).

Uma das principais atividades dos grupos de DDHH desde os anos 80, e das agrupações de bairro a partir dos anos 90, foi a elaboração de arquivos informais, com testemunhos, denúncias, fotos, recortes de jornais, documentos que vítimas e familiares foram guardando para localizar os desaparecidos e os culpados (JELIN, 2017). A princípio não se tratava de construir arquivos para preservar a história e sim de constituir a verdade e eventualmente a justiça (JELIN, 2017). Em paralelo, e também nessa direção, se configuraram, em meio a atos e *esrachas*, as primeiras sinalizações, que ocuparam distintos pontos da cidade, inclusive os muros dos centros clandestinos, como um modo de reivindicá-los como provas materiais dos crimes.

Uma das respostas às reivindicações, e emblemática desses “memoriais monumentais”, foi a criação, em 2003, do *Archivo Nacional de la Memoria* (ANM) no âmbito da *Secretaría de Derechos Humanos de la Nación* (SDHN), por meio do Decreto n° 1259/2003. Previa-se enquanto atividades fundamentais do ANM “obter, analisar, classificar, duplicar, digitalizar e arquivar informações, testemunhos e documentos sobre a violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em que esteja comprometida a responsabilidade do Estado Argentino e sobre a resposta social frente a essas violações”¹⁷¹ (Art. 3, traduzido por mim).

O arquivo inseriu-se como um meio de centralizar no âmbito nacional os documentos relativos ao terrorismo de Estado, incluindo os da CONADEP, da *Secretaría de Derechos Humanos de la Nación* (SDHN) e das Leis

¹⁷¹ “Obtener, analizar, clasificar, duplicar, digitalizar y archivar informaciones, testimonios y documentos sobre el quebramiento de los derechos humanos y las libertades fundamentales en que esté comprometida la responsabilidad del Estado Argentino y sobre la respuesta social e institucional ante esas violaciones”. Disponível em: < <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/95000-99999/99104/norma.htm> > Acessado em: 20 jan. 2019.

reparatórias n° 24.043¹⁷² (1991), n° 24.411¹⁷³ (1994) e n° 25.192¹⁷⁴ da *SDHN*; bem como um meio de oferecer aos Estados provinciais, municipais e à *CABA*, a coordenação dos arquivos locais. Como também mencionado, muitos desses documentos incluíam informações sobre os *CCDTyE*, já que foram os lugares onde as vítimas estiveram, formando uma ampla base de informações que diziam respeito às vítimas, ao acionar das forças militares e aos *CCDTyE*.

Em 2006, Judith Said, ex-militante, ex-perseguida política, e na época coordenadora geral do *ANM*, teve a ideia de criar a *Red Federal*. Tratava-se, segundo ela, de um meio de desenvolver os trabalhos do *ANM*, respondendo “as demandas de diferentes províncias e lugares”, com o objetivo maior de “confluir com os organismos, as gestões nacionais, provinciais e municipais” e de reconhecer os esforços dos grupos que levavam a cabo os processos de *memorialização* e *espacialização* (SAID, em entrevista concedida à autora, 2017).

A “entrega” da *Ex ESMa* às organizações de direitos humanos em 2004 havia provocado um movimento maior de reivindicação pela “recuperação” dos ex-centros clandestinos da capital e em todo o país. Com isso, como afirma Gonzalo Vásquez (em entrevista à autora, 2018), ex-funcionário do *ANM* e um dos primeiros funcionários da *REFESIM*, organismos de direitos humanos de distintas províncias e municípios começaram a procurar os trabalhadores da *SDHN* para auxiliá-los a armar projetos de memória em lugares que haviam funcionado como centros clandestinos e/ou sinalizar espaços emblemáticos do terrorismo de Estado.

¹⁷² Lei Nacional de 23 de novembro de 1991, em que se outorgou benefícios, na forma de indenização, às pessoas que estiveram sob o controle de Poder Executivo Nacional durante a vigência do estado de sítio, ou civis que foram detidos durante o dito período. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/442/texact.htm>> Acessado em: 10 jan. 2019

¹⁷³ Lei Nacional de 7 de dezembro de 1994, em que se indeniza aquelas pessoas que estavam desaparecidas no momento em que a lei foi outorgada por meio de seus cessionários. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/793/texact.htm> > Acessado em: 10 jan. 2019.

¹⁷⁴ Lei Nacional de 3 de novembro de 1999, que permite a indenização dos cessionários das pessoas mortas em função do terrorismo de Estado argentino. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/60000-64999/61179/norma.htm> > Acesso em: 10 jan. 2019.

No começo, esses pedidos eram pouco precisos, incipientes. Porém, demonstravam que a partir da “entrega” da *Ex ESMA*, os organismos de DDHH que levavam a cabo luta política, e haviam sido marginalizados ou até controvertidos, passaram a reconhecer o Estado enquanto um interlocutor fundamental para desenvolver projetos de memória. Embora a *Ex ESMA* fosse o “projeto mais relevante nesse momento” (VASQUÉZ, entrevista a mim, 2018), criou-se a necessidade de expandi-lo para o resto do país. E isso levou à construção gradual da rede, a partir dos esforços de diálogos com os distintos organismos.

A recuperação da *ESMA* gerou um movimento muito poderoso em todo o país. De cara, te digo: as organizações de direitos humanos que haviam sido marginalizadas das políticas de Estado por anos, e também maltratadas, questionadas, passaram a ter uma interlocução com o governo. Quando viram que o processo da *ESMA* avançava, que se recuperava o espaço, que ali começava a ter atividades, que se convocavam distintas organizações que vinham trabalhando com o tema da memória, começaram a nos procurar, demonstrando o desejo de armar outros lugares.

O início da *REFESIM* são reuniões com distintos coletivos de organizações que empreendiam as primeiras iniciativas em níveis locais, municipais, sobre os *CCDTyEs*. E, bom, juntar-nos e começar um plano de articulação nacional. Então a *ESMA* era o emblema, o projeto mais relevante nesse momento, mas havia que se construir uma política de Estado em todo o país. Há que pensar que esse projeto foi criado para desenvolver as próprias políticas. Não haviam antecedentes. Ninguém veio e disse “tem que criar uma direção de sítios e temos que levar adiante uma política de sítios”. Não. Fomos descobrindo com o desenrolar das coisas. Na medida em que começamos a trabalhar com a *ESMA*, começaram a surgir outras iniciativas e demandas. E todos os projetos que chegaram nesse momento, nós começávamos a trabalhar. Depois começaram a surgir projetos nossos, ideias nossas, que foram conformando uma política de Estado (VASQUÉZ, em entrevista concedida à autora, 2018).

A *REFESIM* começou apenas com dois funcionários, Said e Vasquéz, a partir de reuniões com distintos coletivos e organizações, que empreendiam as primeiras iniciativas provinciais e municipais. Formou-se então, principalmente como um meio de articular tais iniciativas em nível

nacional.

Impulsionada pelo contato com esses atores sociais, em 2006, Said redigiu a Resolução nº 14 de criação da *REFESIM* (VASQUÉZ, em entrevista à autora, 2018). Aprovada em 2007, nela apontou-se como função fundamental do organismo “a gestão, administração, guarda, conservação, digitalização, informação, interpretação e investigação da informação documental que possa fazer parte dos fundos do *Archivo Nacional de la Memoria* em toda a sua extensão, dentro do território nacional¹⁷⁵” (ARGENTINA. Art.1, traduzido pela autora).

A função de sinalizar esses lugares de memória se deu ainda a luz da Resolução nº 172 de 20 de fevereiro de 2006, que estabeleceu a intangibilidade de lugares onde funcionaram centros clandestinos; da Resolução nº 1309, de 30 de novembro de 2006, que autorizou a sinalização externa das dependências das forças armadas utilizadas para fins ilegais. Mas, ainda, foram garantidas pela Lei nº 26.691 de 2011¹⁷⁶. Por meio desta última declarou-se como “Sítios de Memória do Terrorismo de Estado” todos os lugares que funcionaram como centros clandestinos ou foram palco de ações ilegais durante o terrorismo de Estado até 1983 (Art. 1); como responsabilidade do Poder Executivo (PE) garantir a preservação desses lugares a fim de facilitar a investigação jurídica e promover a memória (Art. 3); e como responsabilidade da *SDHN* (atual Secretaria de Direitos Humanos e Pluralismo Cultural) disponibilizar para cada um dos sítios uma marca, acompanhada de uma legenda alusiva ao repúdio dos acontecimentos que ali se sucederam (Art. 6)

Previa-se, portanto, enquanto vias de atuação da *REFESIM*, o auxílio à criação de Lugares de Memória, definidos pela *SDHN*, como espaços que “levam adiante de modo permanente atividades de memória, investigação, educação e promoção dos direitos humanos”¹⁷⁷; e a sinalização

¹⁷⁵ “*La gestión, administración, guarda, conservación, digitalización, información, interpretación e investigación de la información documental que forme o pueda formar parte de los fondos del Archivo Nacional de la Memoria (ANM) en toda su extensión, dentro del territorio nacional*”.

¹⁷⁶ Disponível em: < <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/235000-239999/237268/norma.htm> > Acesso em: 20 jan. 2019.

¹⁷⁷ “*Llevar adelante de modo permanente actividades de memoria, investigación, educación y promoción de derechos*”. (traduzido pela autora). Disponível em: <

dos lugares “emblemáticos do terrorismo de Estado” até 1983, abrangendo além do período da última ditadura militar. Além disso, a promoção de outras atividades, como formação de convênios, iniciativas de educação, investigação, comunicação e a promoção de encontros nacionais e internacionais relacionados à temática dos sítios de memória.

Atendendo aos movimentos que já vinham sendo levadas a cabo pelos organismos, optou-se não apenas por sinalizar os centros clandestinos construídos entre 1976-1983, mas lugares “emblemáticos do terrorismo de Estado”. Pretendia-se assim incorporar as marcações que já “davam conta das distintas situações de terrorismo de Estado” para “dar um marco institucional a uma política que em alguns lugares já se vinha fazendo” (SAID, em entrevista a mim, 2018). Isso alcançava não só *CCDTyEs*, mas sepulturas, monumentos, delegacias, que foram palco de crimes e massacres e que os grupos de DDHH desejassem marcar.

A exigência, como consta na Lei nº 26.691/2011, era que houvessem provas suficientes sobre seus funcionamentos ilegais, considerando, para tanto, o relatório produzido pela *CONADEP*, os depoimentos inseridos em processos judiciais e os registros do *ANM*.

Uma das principais bases para as sinalizações seria, oficialmente a partir de 2014, o *Registro Unico de Víctimas del Terrorismo de Estado (RUVTE)*, sob responsabilidade da *SDHN*. Criado pela Resolução nº 1261/14 em chave de continuidade com o *CONADEP*, nele se levantam e analisam fontes da *SDHN* e do *ANM*, que incluem a *CONADEP*, as causas judiciais por lesa-humanidade, arquivos policiais, arquivos de cemitérios, entre outras fontes que foram conformando uma plataforma de informações digital. Para tanto, se utiliza um *software*, que permite a busca de informações em grande volume, relativa à documentação. Os dados resultantes são estruturados em uma base, que permite relacionar e consultar massivamente os dados. Por meio do *RUVTE* elaborou-se uma lista nacional com os nomes e informações sobre cada desaparecido que se tem conhecimento, os lugares onde estiveram, bem como os mapas, que iremos abordar adiante.

<http://eurug.mrecic.gov.ar/es/content/derechos-humanos-en-la-rep%C3%BAblica-argentina-pol%C3%ADtica-de-estado> > Acessado em: 20 jan. 2019.

Até 2014 os esforços recaíam principalmente nos lugares do interior do país. Quando a rede foi criada, apesar da maioria dos sítios da capital já estarem transformados em lugares de memória, suas gestões encontravam-se sob a coordenação do *Instituto Espacio por la Memoria (IEM)*, um ente autárquico composto por representantes de organismos de direitos humanos e agentes estatais. Desse modo, eles não constituíam o foco das atividades da rede, mas atuaram mais como os motores para sua criação e a ampliação dos trabalhos em âmbito nacional.

Como antes mencionado, o *Instituto* foi criado em 2002 no âmbito do *Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (GCABA)* – quando Gabriela Alegre, uma das personagens-chaves na criação do *IEM*, estava a cargo da secretaria de direitos humanos –, voltado à promoção da memória sobre o terrorismo de Estado. Retomando a Lei nº 961/02, a ele correspondente, o objetivo era “o resguardo e transmissão da memória dos anos 70 e início dos 80 até a recuperação do Estado de Direito”¹⁷⁸ (BUENOS AIRES. Art. 2, traduzido por mim). Dentre suas principais funções estavam a promoção de projetos educativos, de debates públicos sobre a memória no âmbito de Buenos Aires e a coordenação dos processos de institucionalização dos *Ex CCDTyEs* da cidade (Art. 3). Em 2003, pelo Decreto nº 835/03, o *IEM* foi colocado na mais alta hierarquia relativa ao tema de DDHH no nível da cidade. Em 2004, com a mudança de governo, a coordenação geral dos sítios da capital foi deslocada desde a *Unidad Ejecutora de Protectos sobre Sítios de Memoria* ao *IEM*.

A partir do início do processo de refuncionalização da *Ex ESMA*, as discussões giravam principalmente em torno do que fazer no *Casino de Oficiales*. Isso desencadeou amplas tensões entre os integrantes do *IEM*, representantes de organizações de DDHH, os membros da *SDHN* e os integrantes do ente *Instituto Espacio para la Memoria y Defensa de los Derechos Humanos*, criado com a “entrega” da *Ex ESMA* às organizações de DDHH.

¹⁷⁸ “El resguardo y transmisión de la memoria de los 70 e inicio de los 80 hasta la recuperación del Estado de Derecho”.

Tais disputas se acirraram principalmente a partir da apresentação do primeiro projeto de um museu às organizações de DDHH em 2013. Nesse momento, distintos atores sociais se colocaram contra a ideia de construir um museu. Inclusive, a diretoria do *IEM*. Em geral, reclamaram da demasia de elementos “teatralizantes” em um lugar que funcionou como espaço concentracionário, afirmando que isso levaria a uma banalização da memória e a uma representação acrítica do passado. Por outro lado, os membros da *SDHN*, e outros atores do poder executivo – como a própria presidenta Cristina Kirchner (NAFTAL, em entrevista concedida à autora, 2018) – demonstravam o desejo de fazê-lo o mais rápido possível, para garantir sua realização antes da troca de poderes do governo nacional.

Também como demonstrado, a partir de alguns dos debates mencionados no capítulo anterior – como no caso da discussão sobre o local de funcionamento da *Mesa* no *Orletti* –, muitos atores envolvidos na efetivação dos sítios entendiam que a direção do *IEM* assumia uma posição autoritária, por meio de uma estrutura política “vertical”. Isso, associado às diferentes opiniões acerca do que fazer com o *Casino de Oficiales*, parece ter levado a um progressivo esvaziamento do instituto. Retomemos o depoimento de Gabriela Alegre:

O *CELS* vai embora, *Abuelas*, *Hijos*, por diferenças na condução do *IEM*. Isso vai acontecendo ao mesmo tempo que o *IEM* discordava com o que o governo nacional e com ao que muitas organizações de direitos humanos estavam propondo como museu, como sítio de memória, com o que hoje existe enquanto museu de sítio... porque haviam muitas opiniões, de gente que dizia “ponha uma bomba e o destrua”, como foi o caso de um ex-detido, até deixe-o como está, porque assim se fez na Alemanha. (ALEGRE, em entrevista concedida à autora, 2018).

Porém, nesse momento, os debates sobre o museu entravam no campo legal. Como mencionado na seção sobre a *Ex ESMA* no segundo capítulo: em 2013, a *SDHN* entrou com um pedido na justiça para começar uma intervenção no lugar. Este foi autorizado, mas os organismos de DDHH e sobreviventes reagiram. Eles entraram com um recurso na Sala II da *Cámara Criminal y Correccional*, que revogou o pedido da *SDHN*, alegando

que o projeto poderia alterar os meios de prova. Por fim, a secretaria entrou com um novo recurso na *Cámara Federal de Casación* que emitiu uma autorização para modificar o lugar (GUGLIELMUCCI, 2019).

Como um meio, também, de definir essas tensões que impediam a execução do museu em 2014, os cinco sítios foram transferidos ao poder nacional e o *IEM* foi dissolvido. Isto se deu por meio do convênio de 22 de janeiro entre a *Legislatura de Buenos Aires* e o Estado Nacional (Lei nº 26.930 e Lei *CABA* nº 4929). Nele outorgou-se ao poder executivo o usufruto por 30 anos da *Ex ESMA* e dos cinco sítios de *CABA*. Para tanto, criou-se a *Dirección Nacional de Sítios de Memoria (DNSM)*, a qual dependia diretamente da *Secretaría de Derechos Humanos* do *Ministerio de Justicia y Derechos Humanos*. Na mesma ocasião votou-se, em um expediente complementário, a dissolução do *Instituto Espacio por la Memoria*. A partir de então, a *REFESIM* tornou-se uma coordenação na *DNSM*, que ficou responsável pela coordenação das gestões dos cinco sítios de *CABA*.

Assim, uma das impulsionadoras da lei que desmanchou o *IEM* foi a própria Gabriela Alegre, personagem chave na criação do *IEM*. Para ela, a transferência dos sítios à nação era a medida necessária para fazer “uma política que vai transcender” e “estabelecer garantias para os trabalhadores de acordo com seus tempos de trabalho, condições e contribuições, ao mesmo tempo que asseguram que o governo *porteño* pague os salários até que se efetive o ingresso no Estado Nacional¹⁷⁹”. Diferente de Alegre, a diretoria do *IEM*, sob o comando de Ana María Careaga, entendia o fim do instituto como “uma agressão à luta por memória, verdade e justiça [...] entre a falta de interesse do governo local e a falta de visão estratégica do governo nacional, estão dissolvendo o *IEM* mais por seus acertos do que pelo que não teve tempo de realizar¹⁸⁰”.

¹⁷⁹ “Una política de Estado que va a transcender” e “establecer garantías para los trabajadores en cuanto a su antigüedad, condiciones y retribución, a la vez que aseguran que el gobierno porteño tenga las partidas presupuestarias para pagar los salarios hasta que se haga efectivo el ingreso al Estado nacional”. ALEGRE, Gabriela. Entrevista concedida ao *Página/12*, traduzida pela autora desta pesquisa. El transpaso de los espacios de memoria. *Página/12*, Buenos Aires, 9 de maio de 2014. Disponível em: < <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-245843-2014-05-09.html> > Acesso em: 3 out. 2018.

¹⁸⁰ “Una agresión a la lucha por la memoria, la verdad y la justicia [...] Entre la falta de interés del gobierno local y la falta de visión estratégica del gobierno nacional, al IEM lo disuelven más por sus aciertos que por lo que no tuvo tiempo de realizar”. CARIAGA, Ana María. Entrevista concedida ao

Na cidade criou-se então o *Consejo Asesor en Políticas Públicas de la Memoria* (Lei CABA n° 4929), em grande medida, para coordenar a transferência dos sítios à nação. Diferente do *IEM*, um instituto autárquico e autônomo, composto por organismos de direitos humanos, o conselho foi formado como uma área desconcentrada no âmbito da *Subsecretaría de Derechos Humanos y Pluralismo Cultural* do *Ministerio Jefatura de Gabinete de Ministros del Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*. Esteve também composto por representantes do poder executivo e das organizações de direitos humanos.

Nesse âmbito, ocorreu a transferência, processo que ficou sob a responsabilidade de Delia Bisutti, coordenadora do *Consejo*. Segundo ela, tardou cerca de um ano e voltou-se principalmente à regularização dos trabalhadores para que se tornassem funcionários do Estado Nacional:

Houve todo um tema sobre a transferência dos trabalhadores para a nação, já que alguns eram de responsabilidade da cidade. Então foi toda uma disputa entre os trabalhadores, os sindicatos e as políticas de Estado. Foi quase um ano tratando de respaldar as políticas dos trabalhadores e tratar esse tema da transferência, que não é uma coisa que acontece do dia para noite. Depois tinham os trabalhadores do *IEM*, onde mais de 60% estavam precarizados. Todos os trabalhadores que eram mono-produtivistas passaram à nação sob a condição de cargo transitório com um aumento de salário. Então o primeiro ano foi muito turbulento, porque haviam as verbas que a nação devia liberar, mas não liberava. Foi um ano para garantir os direitos dos trabalhadores, garantir o cargo permanente, seus direitos, as verbas, em um esforço de integrá-los à rede federal (BISUTTI, em entrevista concedida à autora, 2017).

A passagem desses locais à órbita nacional marcou uma nova fase para os sítios de *CABA*. Por um lado, caracterizou-se pela perda de autonomia dos cinco espaços em relação aos outros do país, e dos grupos de direitos humanos que os levavam a cabo. Se, antes, os grupos envolvidos

Página/12, traduzida por mim. El transpaso de los espacios de memoria. *Página/12*, Buenos Aires, 9 de maio de 2014. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-245843-2014-05-09.html>> Acessado em: 3 out. 2018.

com os sítios tinham que responder aos grupos de DDHH que compunham o IEM; a partir de então, passaram a responder e a fazer parte do Governo Nacional. Por outro lado, implicou na aquisição de uma importante retaguarda jurídica e administrativa pelos trabalhadores, que incluiu a regularização daqueles que se encontravam precarizados.

Em 2016, Mauricio Macri assumiu como presidente, mudando a conjuntura das políticas de direitos humanos e introduzindo novos/velhos debates. Referindo-se aos processos de *memorialização* e *especialização* levados a termo pelos organismos de DDHH como “o roubo dos direitos humanos”¹⁸¹ (ainda durante as eleições), e impulsionando uma série de outras medidas polêmicas, quando eleito, criou uma esfera de incerteza acerca do futuro dos lugares.

Está claro que o novo governo não se identifica com a causa de direitos humanos na sua demanda por “memória, verdade e justiça”. Seus funcionários falam de uma “mudança de paradigma” e também de terminar com o “roubo dos direitos humanos” [...] reaparecem questões que pareciam resolvidas: de onde surge a cifra dos 30.000 desaparecidos? A ditadura foi militar ou cívica militar? Nomear as organizações armadas dos anos 70 constitui uma defesa e uma reivindicação da luta armada hoje? O que significa falar dos 400 LGBTIQ desaparecidxs, que ficaram fora dos registros existentes? Se podem justificar as tentativas de outorgar benefícios – como a prisão domiciliar – a repressores convictos judicialmente? Qual será o alcance da decisão do 2x1 (que reduz o tempo da prisão dos condenados) da Corte Suprema?¹⁸² (JELIN, 2017, Edição Kindle, posição 2131, traduzido pela autora).

¹⁸¹ ROSEMBERG, Jaime. Mauricio Macri: “conmigo se acaban los curros en derechos humanos”. *La Nación*, 8 de dezembro de 2015. Disponível em: < <https://www.lanacion.com.ar/1750419-mauricio-macri-conmigo-se-acaban-los-curros-en-derechos-humanos> > Acessado em: 25 fev. 2019.

¹⁸² “*Está claro que el nuevo gobierno no se identifica con la causa de derechos humanos en su demanda por “memoria, verdad y justicia”. Sus funcionarios hablan de un “cambio de paradigma” y también de terminar con el “curro de los derechos humanos” [...] Reaparecen cuestiones que parecían resueltas: de dónde surge la cifra 30.000 desaparecidos?; la dictadura fue militar o cívica militar? Nombrar públicamente las organizaciones armadas de los años setenta constituye una defensa y una reivindicación de la lucha armada, entonces y hoy?; que significa hablar de lxs 400 LGBTIQ desaparecidxs, que quedaron fuera de los registros existentes?; se pueden justificar los intentos de otorgar beneficios – como la detención domiciliaria – a represores convictos judicialmente?; cual será el alcance de la decisión del 2x1 (que reduce el tiempo en prisión de condenados) de la Corte Suprema?*”

Nesse contexto, em 2016, a *DNSM*, que desde 2014 dependia diretamente da *SDHN* (e não mais do *ANM*, como a *REFESIM*), foi rebaixada ao *ANM*. Os sítios de *CABA*, com exceção da *Ex ESMA*, que dependiam diretamente da *SDHN*, foram novamente rebaixados ao *Archivo Nacional de la Memoria*, um dos braços da *SDHN* (atual *Secretaria de Derechos Humanos y Pluralismo Cultural*).

As características dos atores sociais que realizam a *DNSM* também mudaram. Antes a coordenadora da *REFESIM* e da *DNSM* era Judith Said, ex-militante e ex-perseguida política, pois uma das características chave do processo de estatização da memória foi a incorporação de atores envolvidos nos movimentos de reivindicação relacionados à ditadura. A partir de 2016, assumiu Ariel Gomplewicz, a convite de Sergio Kuchevasky, presidente do *ANM*, quem não possui vinculação direta com a luta política pela memória da ditadura. Segundo ele, a escolha se deu pela demonstração um interesse, de sua parte, com o tema dos direitos humanos, o que advém origem judaica e envolvimento com trabalhos dessa comunidade na Argentina.

A grande maioria dos atores sociais que levam a termo os sítios afirmaram ter boas relações com o novo diretor. Alguns disseram questionar se haveria um mesmo comprometimento de alguém que possui vinculação direta com a luta por memória (como Judith Said). Outros afirmaram desconfiar de qualquer pessoa que trabalhe com o governo Macri. E, também, há aqueles que, embora sejam funcionários da nação, não se reconhecem como parte do Estado. Com relação a este último ponto, em geral apontou-se as *Mesas de Trabajo y Consenso* (compostas por atores sociais que levaram a cabo os movimentos de memorialização e independentes do Estado), como o meio de resistência frente às políticas de governo de Mauricio Macri, pois elas ainda são as responsáveis por decidir acerca das atividades e conteúdos mobilizados dos sítios. Segundo o atual coordenador, optou-se por respeitar essa estrutura, também porque há uma resistência, por parte dos envolvidos nos sítios, com as políticas vindas “de cima”¹⁸³.

¹⁸³ Notas do trabalho de campo em Buenos Aires, 2018.

A gestão desde a *DNSM* depende, assim, sempre do diálogo com as comissões. Atualmente o Estado tem duas formas de se relacionar com os imóveis sob sua responsabilidade (cinco sítios de *CABA*, *Ex ESIM*, *Ex Escuelita de Famaillá*). A primeira é a contratação, remuneração de funcionários, aporte financeiro e manutenção para que os sítios existam. A segunda se dá por convênios (como no caso das obras em desenvolvimento do *Ex Atlético* ou do *Ex Olimpo*), pela qual repassa parte de uma determinada função a uma empresa.

Ainda segundo o coordenador, a nível nacional, os esforços recaem, em grande medida, no desenvolvimento da política de sinalizações. Ademais, note-se um esforço de lançá-los internacionalmente, como ocorreu com o *Fondo Documental de la Comision Nacional sobre la Desaparicion de Personas* (CONADEP), alçado à categoria de patrimônio documental da UNESCO; com o *Museo de Sítio Esma*, candidato a patrimônio cultural mundial da UNESCO.

3.2. As sinalizações: placas, cartazes, pilares

Desde 2004, os sítios da capital já vinham sendo sinalizados pela *IEM*, por meio de placas vermelhas e pretas com o logotipo da instituição que os identificavam como sítios de memória. No entanto, a iniciativa em escala federal buscava expandir essas iniciativas que começaram na capital. Para Judith Said (em entrevista concedida à autora, 2017), representava uma garantia de “que os espaços não poderiam ser tocados, que deviam ser sinalizados, uma tomada de posição nacional com relação a isso”.

No cenário onde os sítios de *CABA*, todavia, passavam pelos processos de refuncionalização, as relações dos organismos de DDHH com o Estado eram marcadas por uma desconfiança por parte dos atores civis. Dessa fora, as sinalizações eram um instrumento para reforçar “o compromisso de um governo” (SAID, entrevista concedida à autora, 2017), legitimando os esforços levados a cabo pelos grupos de direitos humanos.

Ainda em 2005 e 2006 foram realizadas as primeiras marcações na forma de pequenas placas. Estas foram implantadas respectivamente no *Ex CCDTyE El Chalet*, em *Posadas, Morón*, junto ao município de mesmo nome, e à *Comisión de Derechos Humanos, por la Memoria, la Verdad y la Justicia do Hospital Posadas*; e na *Base Aeronaval Almirante Zar*, onde aconteceu o *Massacre de Trelew*, junto à *Subsecretaria de Derechos Humanos de Chabut*.

Todavia, esses elementos não tinham um desenho uniforme. Porém, desde então, as implantações eram acompanhadas de um ato público, que contava com a presença dos funcionários da *REFESIM*. Neles se reconhecia a culpa do Estado; bem como autoridades locais, sobreviventes e membros de direitos humanos discursavam sobre o lugar, suas experiências e a importância de conservá-los.

Vinham organizações que apresentavam o que era importante visibilizar, que começavam a levar adiante um projeto de memória, às vezes de maneira pouco clara. Não havia muita claridade. Queriam fazer algo. A princípio não se sabia bem, agora existe todo um protocolo, tem a lei, há toda uma forma de solicitar uma sinalização mais estandardizada, inclusive o protocolo de trabalho está mais estandardizado. Nesse momento, era tudo mais aberto, mais novo, mais incipiente. Então nos reuníamos com as organizações, se discutia, trabalhava e pensava. Em um primeiro momento não havia uma marca única, uma marca que se repetisse em todos os lugares. Além disso, os textos, a maneira que se sinaliza varia em cada lugar, apesar de que há uma identidade que se repete em todos eles. (VASQUÉZ, em entrevista concedida à autora, 2018).

Figura 127. Primeira placa implantada pela REFESIM no EX CCTyE “El Chalet”, localizado no Hospital Nacional Prof. Alejandro Posadas em Palomar, Morón, no lugar onde foi a casa do Prof. Posadas, localizada nos fundos do hospital. A implantação da placa foi realizada junto ao município de Morón e à *Comisión de Derechos Humanos, por la Memoria, la Verdad y la Justicia* do Hospital Posadas. Data de implantação: 29/11/05. Fonte: Secretaria de Direitos Humanos y Pluralismo Cultural, 2016.

Esses primeiros movimentos, associados ao desenvolvimento do processo de refuncionalização da *Ex ESMA*, levaram ao rápido aumento das demandas. Segundo Vasquéz (em entrevista concedida à autora, 2018), tornou-se então necessário criar uma marca capaz de identificar os lugares “emblemáticos do terrorismo de Estado” como sítios de memória oficiais. Para tanto, fazia-se necessário estandardizar as sinalizações e os processos de solicitação.

Em 2007, com a criação da REFESIM, a função do desenho dos elementos ficou a cargo do arquiteto Marcelo Castillo, quem trabalhava no governo da cidade. Ele propôs três formatos: os pilares, com as palavras “*memoria, verdad y justicia*”, os cartazes e as placas com textos explicativos sobre os lugares.

Os elementos deviam ser expostos “nos acessos das unidades militares, em zonas altamente visíveis, tanto para os militares que ali trabalham, como para todas as pessoas que transitam o lugar para criar uma

linguagem visual [...] a efeitos de facilitar seu reconhecimento em qualquer lugar da República Argentina onde se localizem, o que permite dar conta da magnitude do plano repressivo”¹⁸⁴ (2008, traduzido por mim). Dessa forma, retomemos que, pelo Artigo 6 da Lei nº 26. 691/ 2011, estabeleceu-se oficialmente como responsabilidade da SHDN a marcação dos sítios emblemáticos do terrorismo de Estado com uma legenda alusiva ao repúdio dos acontecimentos que ali se sucederam.

Figura 128. Protocolo de sinalização: pilares. Fonte: Secretaria de Derechos Humanos y Pluralismo Cultural, 2016.

¹⁸⁴ “En el acceso a las unidades militares, en zonas altamente visibles tanto para los militares que allí se desempeñan, como para todas aquellas personas que transitan por el lugar [...] a efectos de facilitar su reconocimiento en cualquier lugar de la República Argentina donde se ubiquen, lo que a la vez permite dar cuenta de la magnitud del plan represivo”. Disponível em: < http://www.infoleg.gob.ar/basehome/actos_gobierno/actosdegobierno16-2-2009-1.htm > Acessado em: 20 jan. 2019.

Figura 129. Pilares no Ex CCDTyC Campo de Mayo em San Miguel, província de Buenos Aires. Implantado em 2008. Fonte: Secretaría de Derechos Humanos y Pluralismo Cultural, 2016.

Figura 130. Inauguração dos pilares da Ex ESMA em 24 de março de 2014. Fonte: Secretaría de Derechos Humanos y Pluralismo Cultural, 2016.

Os pilares são implantados em lugares com área suficiente para recebê-los. Eles possuem algumas variações de desenho e tamanho (como consta nas imagens), que permitem sua adaptação aos espaços dos sítios onde são colocados.

Para constituí-los enquanto elementos *standards*, estabeleceram-se regras centrais para seu desenho e implantação. Além de serem instalados sempre nas zonas centrais dos sítios, encontram-se normalmente sobre uma pequena área envoltória e dentro dos limites do terreno. O objeto é composto por três pilares verticais de concreto cravados no chão, de 3 e 7 metros de altura, dependendo do tamanho do lugar. Em cada um deles há uma palavra, que juntas formam a frase “*Memoria, Verdad y Justicia*”. Abaixo, um quarto elemento horizontal especifica o lugar: “aqui funcionou o centro clandestino conhecido como...”. No processo de elaboração desse desenho, ainda se pensou a implantação de um *Grincko* junto a ele, uma árvore, conhecida por ser o único tipo de vida que sobreviveu ao bombardeio de Hiroshima na Segunda Guerra, que foi plantada em parte dos lugares.

Assim, enquanto a frase “*Memoria, Verdad y Justicia*” identifica o objeto e o edifício como parte da luta relacionada à ditadura militar; o elemento horizontal cumpre o papel da legenda mencionada pela lei, que alude ao lugar específico. Por sua vez, o *Grincko* insere-se como um objeto simbólico nessa composição.

Apesar dos pilares poderem ser compreendidos como monumentos, segundo Said (em entrevista concedida à autora, 2018): “mais que um monumento, pensamos em pilares. E os pilares quais são? Memória, verdade e justiça”. Assim, as palavras “*Memoria, Verdad y Justicia*” aludem, de forma quase literal, aos termos constituintes da ideia de *justiça de transição*.

Como sintetiza Browyn Leebaw (*apud* MEZAROBBA, 2009, p. 112), “a justiça de transição tornou-se um modo popular de caracterizar respostas a abusos do passado que ocorreram no contexto de mudança política, como esforços para distanciar um novo regime das práticas do regime anterior”. E isso inclui uma combinação de estratégias judiciais e não judiciais, no sentido da justiça (como o processo de julgamento e encarceramento de criminosos),

verdade (comissões da verdade e iniciativas de investigação dos crimes) e da memória (livros, estratégias pedagógicas e também memoriais e monumentos que transmitam conhecimentos sobre o passado).

Esse termo, consolidado como “extraordinário e internacional” no pós-Segunda Guerra Mundial, possui uma especial importância no caso argentino. Ele expandiu-se globalmente com o lançamento do relatório *Nunca Más* em 1984, elaborado a partir do CONADEP¹⁸⁵. Além disso, na redemocratização, essa frase, e outras, foram adquirindo usos para além do jurídico. As reivindicações que clamavam por “*Nunca Más*”, “*Recordar para no repetir*”, “*Memoria, Verdad y Justicia*”, ao apontar a uma relação direta entre memória e democracia, foram se transformando em um *slogan*: uma frase expressiva, fácil de recordar e amplamente reproduzível, que se tornou parte de uma gramática que identifica essa luta (e pela gramática nos comunicamos). Nos pilares, ao mesmo tempo que foi incorporada ao objeto, seu caráter reproduzível dialoga com o próprio modo *standard* do monumento. Como um carimbo – e talvez esta seja a analogia certa frente a sua oficialidade –, pode ser implantado em qualquer lugar com tamanho suficiente para recebê-lo.

As marcas e o marketing não se limitam aos produtos e serviços, mas cobrem temas individuais, ideias, fenômenos, lugares e países, no sentido de promover, divulgar e legitimar ideias (ZEYBECK, 2016). Nesse sentido, além da frase “memória, verdade e justiça”, insere-se a própria condição grandiosa e ereta do objeto. Podemos dizer que, em certa medida, ele remete às funções dos monumentos do séc. XIX, “destinados a serem protegidos e administrados para a construção do público, e como representações físicas da identidade nacional¹⁸⁶” (SMITH, 2006, p. 18, traduzido pela autora).

¹⁸⁵ Afinal, inaugurava-se assim um processo inédito na América Latina, onde pela primeira vez um país elaborava um documento público apoiando-se nos discursos de direitos humanos e os culpados pelos crimes que afetaram os distintos países iam a julgamento. Lembremos que, em meio à alta visibilidade dessas ações de verdade e justiça – afinal note-se que o *Nunca Más* se tornou um *best seller*, vendendo mais de meio milhão de cópias –, mas também das reivindicações, nas mídias locais e internacionais, a Argentina foi se tornando uma referência para os processos de justiça transicional em outros países afetados por histórias de violações aos direitos humanos.

¹⁸⁶ “[The sense of the new Modern Europe] was to be expressed in the monuments that were to be protected and manages for edification of the public, and as physical representations of national identity”.

Conforme trabalhado no capítulo, diferente das meta-narrativas nacionais do séc. XIX, focada nos feitos e glórias dos grandes heróis, desta vez se está falando de *memórias subalternas*. Porém, tanto o caráter de *slogan* da frase “memória, verdade e justiça”, quanto a condição monumental do objeto, tornam-se componentes emblemáticos do caráter fundacional do processo de estatização da memória, que se utiliza, em alguns momentos, de antigos mecanismos para transformar essa *memória subalterna* em *memória oficial*.

Nos sítios (refuncionalizados), os pilares tendem a operar como uma porta de entrada. No entanto, adquirem outros usos para além disso, quando interagem (mesmo enquanto ideia) com diferentes grupos e espaços.

No *Ex Orletti*, por exemplo, eles foram solicitados como uma ferramenta de ocupação do território. Em 2017, a prefeitura propôs a construção de um *Corredor Yermal*, um passeio de compras ao longo dos terrenos da linha de trem *Sarmiento* que ocuparia a praça na frente do sítio utilizada para a realização de atividades. Os funcionários solicitaram à *DNSM* os pilares para impedir a construção de lojas no local. No entanto, uma vez que não lograram construí-lo, decidiram realizar por conta própria um mural, o qual se pretende encaminhar para tombamento.

Nas placas e cartazes, os pilares foram transformados em um logotipo. Implantadas nos muros ou grades dos lugares, elas medem respectivamente 2x2m e 1,6x1,4m e seguem a mesma estrutura do monumento. À direita, nas placas, e na parte superior dos cartazes, há uma menção ao sítio específico (“Aqui funcionou o Centro Clandestino...”). À esquerda uma imagem, três retângulos, com os termos “*Memoria, Verdad y Justicia*”. Na parte inferior, os pilares aparecem de novo enquanto logotipo da *Dirección Nacional de Sítios de Memoria*.

Diferente dos pilares, elas contêm um texto sobre a história do espaço onde são implantadas, aprofundando as intenções pedagógicas dos primeiros. Este deve ser elaborado a partir das informações contidas nos relatórios de investigação elaborados pelo *Registro Único de Víctimas del Terrorismo de Estado (RTUVE)*. Porém, são construídos por processos de

idas e vindas entre a equipe de investigação da *REFESIM* e as comissões de cada lugar.

O processo era alucinante. Às vezes não podíamos ir no lugar antes..., mas geralmente tratávamos de ir ao lugar primeiro, ver, reconstruir primeiro a história de cada sítio, de cada circuito repressivo, de cada província, com relatórios de investigação que trabalhamos desde essa área, o *RUVTE*, ou de outra área que está no arquivo, de investigação histórica. Sempre a partir das informações que estão nessa base de dados, do acervo digital, que tem toda a documentação.

Então nossos relatórios de investigação se baseiam nos documentos e, portanto, estão todas as informações que surgem desses relatórios e nos permitem dizer o que aconteceu em cada lugar. Com base nessas informações de investigação se trabalham os textos. Os textos das sinalizações são muito mais curtos, são uma síntese, um relato, que dá conta do que passou em cada lugar, sempre trabalhando a especificidade de cada lugar. Havia um corpo de texto que estava estandardizado para dar conta do funcionamento do *CCDTyE*, mas depois sempre buscávamos dar conta da especificidade de cada lugar. Esse processo era trabalhado com os atores locais. Às vezes eles solicitavam a sinalização, outras convocávamos os atores locais, os organismos de direitos humanos de cada lugar, que são muito diferentes em cada lugar do país. Nos últimos anos essas organizações já se envolviam muito mais, não só os grupos de de direitos humanos, mas sindicatos, escolas, entre outras. As secretarias de direitos humanos de distintas províncias e municípios com o tempo também começaram a ter suas próprias áreas estatais que começaram a tratar esses temas conosco. (VASQUÉZ, em entrevista concedida à autora, 2019).

Figura 131 e 132. Protocolo de sinalização: cartazes (2016). Fonte: Secretaria de Derechos Humanos y Pluralismo Cultural, 2016.

Figura 134. Cartaz no Ex Automotores Orletti. Fonte: Secretaria de Derechos Humanos y Pluralismo Cultural, 2016.

Segundo Said (em entrevista concedida à autora, 2018), esse mecanismo de diálogo com os agentes locais, visava evitar disputas acerca das informações ali expostas; bem como reconhecer os esforços dos atores sociais envolvidos na luta política. Criou-se, assim, uma equipe de investigação, responsável por elaborar os textos junto às instituições, e uma equipe responsável por adaptar os formatos das sinalizações. A partir das demandas, por parte de agentes provinciais, municipais ou organizações de DDHH, a investigação era, e é, delegada ao setor de investigações, que passa a realizá-la junto com a *Coordinación de Investigaciones Históricas* do *Archivo Nacional de la Memoria*, outra área de pesquisa que atua em paralelo ao *Registro Unico de las Víctimas del Terrorismo de Estado*.

Criaram-se então dois eixos estruturadores da narrativa do texto: o repúdio ao terrorismo de Estado e a homenagem às vítimas. No conteúdo, trabalha-se a história do funcionamento do sítio como centro clandestino, especificando as forças operativas às quais pertenceu, as etapas de luta, o momento em que se tornou conhecido, quais foram os sobreviventes, os testemunhos e como foi o processo de reivindicação e refuncionalização.

Assim, quando expostas em lugares de memória, as placas e cartazes são mobilizados como um resumo da história antecedente ao percurso ao longo da visita, voltando-se especialmente às escolas. Em outros locais, como delegacias, objetivam, principalmente, conceder informações aos pedestres que passam por ali (VALÉRIA, em entrevista à autora, 2018).

Segundo o atual coordenador da DNSM, tais elementos constituem a principal forma de sinalização atualmente. Isto porque, além do menor custo e da maior facilidade de implantação, são consideradas, por ele, mais efetivas pedagogicamente, especialmente no caso dos lugares não transformados em sítios de memória. A partir desse entendimento, o *layout* dos objetos vem sendo desenvolvido e flexibilizado. Em certos casos incorporaram-se mapas e fotos, que desenvolvem as informações ali expostas, visando atender, cada vez mais, às especificidades dos lugares e oferecer explicações mais amplas ao público.

Os pilares são sempre implantados em espaços já refuncionalizados e operam prioritariamente como uma porta de entrada. E, por seu valor material e imponente, adquirem uma importância como meio de reconhecimento dos esforços das organizações de DDHH. As placas e cartazes, por possuírem um maior peso pedagógico, em função dos textos explicativos, e serem mais baratas, inserem-se como os principais dispositivos atuais na ampliação dessa política de memória. Nos sítios, as placas e cartazes operam convidando o visitante a entrar e complementam a visita guiada. Em outros espaços “emblemáticos do terrorismo do Estado” tratam de iluminá-los, especialmente para os pedestres. Em 2016, a *DNSM* havia realizado mais de 160 sinalizações, das quais cerca de 24 são pilares e 136 placas e cartazes.

Rebeca: Qual é o principal desafio hoje?

Como fazer a promoção e difusão desses sítios, para que cada vez mais pessoas possam conhecê-los, conhecer as suas histórias. Esses sítios não são apenas espaços de memória, mas espaços de memória e promoção de direitos humanos. Eles têm atividades de promoção de direitos humanos. Então o grande desafio é que cada vez mais pessoas visitem esses espaços. Hoje estamos quase superando as 30.000 pessoas nos espaços. Nós queremos mais. Queremos falar com um público cada vez mais amplo, com um público jovem, que não está interessado especificamente no tema dos direitos humanos. Queremos que eles se aproximem (GOMPLEWICZ, em entrevista concedida à autora, 2018).

3.3. Mapas

O contato com as organizações de distintos lugares no país e seus documentos levou ao aprofundamento dos trabalhos desenvolvidos pelo *ANM* e ao enriquecimento das informações ali contidas. Segundo Delia Bisutti (em entrevista à autora, 2017), a *REFESIM* foi fortificando “a equipe de investigação junto a nação, pois antes os sítios tinham informações que deixavam de colocar no conjunto de sítios do país” (BISUTTI, em entrevista

à autora, 2017). Muitos grupos de DDHH, por exemplo, vinham elaborando mapas próprios sobre o terrorismo de Estado, a partir de seus respectivos arquivos.

Nesse sentido, outra atividade importante foi a criação de mapas que buscavam localizar e mostrar os sítios no território nacional. Para tanto, assim como nas sinalizações, partia-se dos dados do *Registro Unico de Víctimas del Terrorismo de Estado (RUVTE)*, cruzando os dados sobre as vítimas e os lugares onde estiveram. Como antes mencionado, o *RUVTE*, trata-se de uma plataforma virtual inserida na *SDHN*, que contém a lista de desaparecidos identificados em todo o país, com as informações sobre cada um e, assim, sobre os lugares onde estiveram. A instituição opera em chave de continuidade com o *CONADEP*.

Depois, em função desse trabalho que fizemos de cruzamento de dados, colocamos na base, que também é uma ferramenta de cruzamento de dados, porque permite tirar listas de vítimas vinculadas a um feito, uma data, uma organização. Esse material, que vem sendo coletado desde 1984, é mapeado depois. Mas a articulação entre a área de sítios e o *RUVTE* vem desde o começo. Todo o trabalho de sinalização, não só dos mapas, e também boa parte dos trabalhos de investigação, são construídos cotidianamente. Para sinalizar um sítio, ele tem que estar registrado na lista oficial da *SDHN*, conforme a lei de sítios. Então aí está o procedimento, quem determina que lugares são sítios denunciados. Devem estar denunciados e devem estar nos registros oficiais. A área que se dedica a ter essa lista oficial é o *RUVTE* (VASQUÉZ, entrevista concedida à autora, 2018).

Em 2007, esse trabalho ampliou-se, a partir do convênio estabelecido entre a *SDHN* e o *Ministerio de Educación (ME)*. Desde 2004, este ministério vinha desenvolvendo um amplo projeto de *Sistema de Información Geográfica (SIG)* para conformar uma base urbana e rural de todo o território nacional. Por meio dele se desenvolveram mapas referentes, por exemplo, às escolas de todo o país, mapas para o ministério da saúde, do planejamento, mapas históricos, mapas das viagens de Darwin, entre outros.

O *ME* utilizava uma tecnologia (chamada *software livre*) que possibilita o cruzamento de bases de dados com mapas e oferece aos usuários uma maior liberdade de controlar suas funções. Isto é, a partir de uma mesma base cartográfica virtual e das distintas camadas de informações agregadas a ela, o usuário poderia ir acionando grupos de informações disponíveis, que permitiam a sobreposição de mapas, de camadas de informação, em uma mesma base cartográfica.

A coordenadora desse projeto desde o *ME* era Cristina Aldine, sobrevivente da *Ex ESMA*, quem vislumbrou a possibilidade de criar um convênio entre o *ME* e a *SNDH*, para elaborar mapas sobre o terrorismo de Estado a partir da plataforma. A proposta agradou os funcionários da *REFESIM*.

Em determinado momento, quando conhecemos essa área do Ministério de Educação, que se chama Mapa Educativo Nacional, descobrimos algo que não conhecíamos até esse momento: esse sistema de informação geográfica que dava a possibilidade de associar bases de dados com mapas. Aí dissemos: “Uau! Isso é a glória!”. Podíamos pegar o trabalho de investigação e sistematização já inserido na base de dados e mapeá-lo. E mapeá-lo massivamente, fazer buscas com combinações. Quer dizer, sempre foi um trabalho que nos impactou desde a investigação e não tanto desde a difusão e desde a memória. (VASQUÉZ, em entrevista concedida à autora, 2018).

A possibilidade de alterá-lo, expandi-lo e multiplicá-lo era então especialmente útil para as investigações relacionadas ao terrorismo de Estado e aos *CCDTyEs*, desenvolvidas no âmbito do *RUVTE*. Este arquivo, como afirmou Vasquéz, possui um caráter aberto. Isto porque a condição dos desaparecidos e a clandestinidade dos centros impedem precisar a quantidade de espaços implantados no país. Desse modo, os dados sobre os lugares e a lista de desaparecidos estão em constante atualização. Note-se que, em 2011, estimavam-se 500 em todo o país. Em 2018 contabilizaram-se 762, representando um acréscimo de mais de 50% das unidades antes estimadas.

No projeto do *ME* com a *REFESIM*, o desenvolvimento das ferramentas tecnológicas ficou a cargo da equipe de trabalho do *Ministerio de Educación*, sob coordenação de Cristina Aldine. As informações iam, portanto, sendo agregadas a partir dos dados do *RUVTE*. Isso durou aproximadamente um ano de sistemáticos encontros entre a equipe que coordenava as investigações do *ANM* e a equipe de cartógrafos do *ME*, que iam “juntando informações” e “somando ferramentas” (SAID, em entrevista concedida à autora, 2018).

A partir de então, traçou-se como ideia elaborar um mapa com os mais de 500 centros clandestinos (número levantado em 2008) com toda a informação associada a cada um dos pontos. Os objetivos centrais eram: “expor os alcances territoriais e institucionais do terrorismo de Estado em imagens que consideramos mais relevantes”; definir, desenhar mapas que “fazem a reconstrução da memória coletiva”; e “comunicar a informação recolhida e sistematizada em todos os organismos governamentais de direitos humanos com fins educativos, divulgativos, de análise, entre outros”¹⁸⁷.

Dessa forma, partindo da base cartográfica do *ME*, elaborou-se o mapa virtual, onde conviviam camadas de informações relativas ao zoneamento militar, aos centros clandestinos, às escolas do país e aos estabelecimentos de saúde. Como parte do projeto foram realizados ainda outros, como o do *Juicio por delitos de lesa Humanidad*, pelo qual se poderia obter informações sobre o encaminhamento dos processos; o *Mapa de las Abuelas de Plaza de Mayo*, referente à desapareição forçada de crianças; e o *Mapa de las Malvinas*, referente à Guerra das Malvinas.

¹⁸⁷ “A fin de plasmar los alcances territoriales e institucionales del Terrorismo de Estado en imágenes que consideramos más que reveladoras”; “que hacen a la reconstrucción de la memoria colectiva”; “hacer comunicable la información acopiada y organizada en todos los organismos gubernamentales de derechos humanos con fines educativos, de divulgación y análisis, entre muchos otros” (s/d, traduzido pela autora). Disponível em: < <http://mapa.educacion.gob.ar/mapas-de-la-memoria> > Acessado em: 15 jul. 2018.

Figura 135. Layout do mapa "Memória e Educação". Nele, à direita, o usuário podia selecionar as camadas de informações que desejasse, visualizando-as separadamente ou sobrepostas. Sejam elas relativas às escolas de todo o país; sejam sobre o zoneamento dos militares ou sobre os centros clandestinos. Fonte: < <http://mapa.educacion.gob.ar/mapas-de-la-memoria> > Acessado em: 2 ago. 2018.

Porém, mais que isso, o projeto configurou as bases para mobilizar os mapas de centros clandestinos como ferramentas de comunicação nos sítios.

Como consequência desse trabalho, verificamos algo que estava muito bom, um trabalho para fazer muito importante de transmissão dos acontecimentos pelos mapas. É muito impactante ver os 762 CCDTyEs em um mapa. Dizer “ah, ok, era isso...”. Quando alguém diz “plano sistemático”, “30.000 desaparecidos” é vago. Você vê qualquer lista, vai ao *Parque de la Memoria* e começa a caminhar, caminhar, ver os nomes que não terminam nunca...

Então em determinado momento começamos a pensar que uma boa maneira de comunicar os acontecimentos do terrorismo de Estado era pensar materiais comunicacionais que tivessem mais elementos visuais, além dos textos [das placas e cartazes], porque também os textos sempre estiveram muito bem trabalhados e isso afortunadamente segue sendo bem trabalhado na grande maioria dos espaços. Então começamos a incorporar os mapas em alguns cartazes de sinalizações e, quando se fez o relatório da investigação do RUVTE de 2015, incluímos pela primeira vez aí. (VASQUÉZ, entrevista concedida à autora, 2018).

Confeccionou-se, assim, um cartaz com um mapa, que expunha a localização dos centros clandestinos na escala do país, os quais foram concedidos aos lugares de memória para serem utilizados como ferramenta didática. Com o andamento das investigações, eles foram adquirindo diversas versões, nas quais a quantidade de centros clandestinos se multiplicava.

A ideia central de utilizar o mapa como ferramenta comunicativa foi, segundo Vásquez, impactar o visitante com uma imagem que representa o arquipélago de centros no país, possibilitando uma identificação das pessoas com a territorialização desses lugares. O observador poderia reparar que perto da sua casa, do seu trabalho, da sua escola, havia um centro clandestino, e logo se tornaria mais nítida a magnitude do projeto militar na escala do país. Assim, eles passaram a ser utilizados pelos sítios como ferramenta didática para explicá-los no contexto de seu conjunto. Ajudam à explorar a característica fundamental desses lugares, enquanto tecnológicas centrais do *genocídio social* argentino: sua implantação em zonas urbanas, normalmente em bairros de classe média, para aterrorizar a população.

Atualmente, o mapa exposto nos lugares de memória trata-se de uma placa de aproximadamente 1mx70cm cujo foco, segundo seu enunciado, são os *CCDTyEs* e hospitais públicos militares construídos entre 1976-1983. Nele, o território argentino está organizado por cores segundo as zonas militares. Como antes mencionado, o terrorismo de Estado teve como base a sistematização da repressão, o que implicou na divisão do território, organizando a Argentina em 5 zonas, 19 subzonas e 117 áreas.

número delas. Ainda ao lado esquerdo deste esquema, um outro texto sintetiza o plano de zoneamento militar.

Como propõe John B. Harley (2005), pela perspectiva da geografia crítica, apesar dos mapas serem comumente entendidos como elementos puramente objetivos e científicos, deve-se ter em vista que eles se tratam de uma representação do território. Isto é, são uma ferramenta política, uma construção realizada por agentes específicos e capazes de alterar as relações sociais e as práticas espaciais.

Como os monumentos e os museus, seguindo a reflexão de Benedict Anderson (2008), os mapas foram uma ferramenta de comunicação fundamental no séc. XIX nas políticas de construção dos Estados-nação europeus, inserindo-se como meio de propagar uma ideologia nacionalista. Conforme o autor desenvolve no capítulo X de “Comunidades Imaginadas” (2008), por meio deles criou-se uma gramática utilizada para legitimar o poder frente aos povos colonizados, mudando o modo como o Estado colonial imaginou seus domínios, a natureza dos seres humanos dominados, sua legitimidade e as geografias dos territórios. Assim, foram, ao longo do tempo, sistematicamente utilizados como mecanismos de dominação.

Na ditadura militar argentina, a divisão do território por zonas e subzonas tornou-se essencial para o sucesso do sistema de centros clandestinos, em seu intuito de romper com os laços sociais da sociedade e criar uma atmosfera de terror. Dado que a prática da desapareição forçada era uma realidade negada/sabida, essa representação do território ficou conhecida apenas depois da ditadura. Porém, no interior do sistema militar sabe-se que levou à constante competição de efetividade dos poderes militares de cada zona, constituindo-se como um dos fatores fundamentais para o sucesso dos centros clandestinos.

No processo de estatização da memória, o território nacional foi então *re-apresentado* pelo Estado, incorporando esses elementos escondidos, parte da *memória subalterna*. Por outro lado, enquanto optou-se por manter os sítios como encontrados ao fim da ditadura, essa nova imagem do território nacional – construída em meio a um processo que buscou incorporar as vontades e os discursos dos atores políticos envolvidos na luta

da ditadura – também parte da territorialização militar¹⁸⁸ para “reconstruir a memória coletiva”.

3.4. A modo de conclusão

A trajetória de construção da *REFESIM*, enquanto instituição, e de suas intervenções, segue as duas etapas básicas do processo de consagração de marcações territoriais (JELIN, 2014): a primeira marcada pela resposta às demandas e esforços de grupos de DDHH; e a segunda, que nesse caso coincide com o momento de instalação, refere-se à intenção pedagógica, ao que se quer transmitir às outras gerações.

A estandardização das sinalizações tratou de constituí-las enquanto elementos que concedem um caráter “oficial” aos sítios, contribuindo para a difusão da história mobilizada nos lugares. Estes locais foram assim incorporados a uma rede, em escala nacional. Para isso, foi necessário constituir elementos sinalizadores, estatizados e burocratizados, que conferissem uma homogeneidade a lugares tão distintos e complexos.

Os dispositivos buscam, mais que nada, reconstruir uma memória coletiva sobre o terrorismo de Estado. Desde aí, vislumbra-se emblematicamente o caráter fundacional e monumental da *estatização da memória*. Para reconstituir essa memória coletiva em escala nacional o Estado operou em escalas grandiosas, que responderam à magnitude do plano repressivo, e se expressaram nos elementos produzidos pela rede e no alcance da política de sinalização.

Para tanto, essa política não foi imposta pelo Estado aos setores que já vinham desenvolvendo trabalhos de memorialização e espacialização. Ao contrário, houveram constantes esforços de incorporação, em seu processo de construção e nos objetos em si, dos discursos e desejos de determinados atores sociais (os que adquiriram força política para isso) envolvidos com a luta por memória, verdade e justiça.

Se, por um lado, isso foi um meio de constituir essa nova memória oficial para a cidadania argentina como um todo; por outro e ao mesmo

¹⁸⁸ Problematicaremos essa questão nas considerações finais deste trabalho.

tempo, trata-se de uma forma de reparação e reconhecimento de grupos sociais específicos.

No entanto, não podemos perder de vista que a memória predominante entre a maioria dos grupos de DDHH é apenas uma face da memória sobre o passado recente. A memória sobre o terrorismo de Estado adquiriu e adquire distintas formações no tempo e espaço que, como demonstraram os novos/velhos debates retomados por Macri, ainda convivem na esfera pública. A questão é pensar até que ponto essa política de Estado torna-se capaz de dialogar com versões da história que se contrapõem aos esforços de *memorialização* e *espacialização* dessa memória subalterna, agora em disputa com a memória oficial.

CÁP. 4. VISITAS GUIADAS, NARRAÇÕES E MODOS DE ESPACIALIZAR: OS SÍTIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Como a *REFESIM*, e conforme trabalhado no segundo capítulo, o processo de refuncionalização dos sítios seguiu as duas etapas básicas de consagração da memória e das marcas territoriais apontadas por Jelin (2014). A primeira, a desapropriação e marcação oficial dos espaços, aconteceu em resposta às demandas e ações de *memorialização* e *espacialização* de organizações de DDHH, vizinhos, sobreviventes e familiares. Posteriormente, se desenvolveram as práticas pedagógicas, como meio de transmitir conhecimentos para as gerações que não viveram a ditadura. Esta última trata-se de uma função fundamental dos lugares de memória. Afinal, enquanto marcas do passado, eles inevitavelmente demonstram a vontade de intervir no presente e se direcionam ao futuro, à construção de sociedades mais justas, o que demanda tal transmissão.

O presente capítulo se propõe a pensar os sítios na contemporaneidade, momento em que se encontram estruturados a partir da ideia da educação e pensados como equipamentos de formação. Para tanto, problematizaremos as visitas guiadas oferecidas pelas cinco instituições, que constituem a principal atividade no âmbito pedagógico dos *Ex CCDTyE*.

Entendemos que existe uma diferença entre as camadas histórias que perpassam cada lugar, mapeadas no segundo capítulo, e a história que se conta a partir deles. Como mencionado no primeiro capítulo, tomando como base a reflexão de Aleida Assmann (2016) há sempre um salto da memória viva para a *memória cultural* – a memória encarnada no cinema, na música, nos livros e também na arquitetura –, que traz consigo o risco da redução. Por outro lado, [a memória cultural] é essencial para transmitir conhecimentos entre as gerações (ASSMANN, 2016).

Nesse sentido, repetimos: nenhum espaço fala por si só, se não que o fazem falar, e, assim, o acesso a um lugar sempre se dá por meio da construção de uma narrativa (COLOMBO, 2017). As visitas guiadas criam, portanto, narrativas e discursos que oferecem modos de acesso aos sítios. Em comum, partem e mobilizam as materialidades do local para transmitir

conhecimento. No entanto, mais que a apresentação de um espaço de memória, os constroem e propiciam a constituição de novos espaços por parte de quem se propõe a fazer um desses percursos.

Os trabalhos acadêmicos sobre os lugares de memória raramente abordam essa questão¹⁸⁹. Contudo, para pensar os sítios no momento histórico onde se insere essa dissertação, consideramos importante analisar as visitas enquanto meio de entender como nossos objetos se articulam na cidade, como parte do conjunto de políticas públicas de memória da Argentina. O objetivo é discutir, a partir dessa atividade, os modos pelos quais eles estabelecem diálogos com um público mais amplo (não apenas com quem viveu a ditadura ou possui uma relação indireta com essa história) e, assim, se constroem enquanto lugares de memórias.

Para tanto, abordaremos caso a caso, descrevendo as visitas e, depois, a modo de conclusão, pensaremos como, a partir delas, nossos objetos de análise se articulam em conjunto na cidade.

4.1. O "Museo de Sitio ESMA"

Lembremos que a primeira intervenção museológica no *Casino de Oficiales* aconteceu em 2005 e, em 2007, ele foi aberto ao público. Desde então, quando disponível ao público pela primeira vez, o percurso oferecido aos visitantes era organizado em um sistema de estações, que seguiam os usos dados aos ambientes quando o local era um centro clandestino.

Em 2007, quando, todavia, não possuía dispositivos museológicos tão complexos como o do atual *Museo de Sitio ESMA*, estruturava-se por três elementos centrais: os depoimentos homologados pela justiça, as plantas realizadas a partir desses depoimentos e placas explicativas. Estes inseriam-se em chave de complementariedade com a narrativa apresentada pelo guia (FELD, 2012).

¹⁸⁹ Aleida Assmann (2016), por exemplo, como trabalhamos no primeiro capítulo, explora as funções, os meios e os armazenadores da *memória cultural* – encarnada nos livros, filmes, música e também nos lugares. Porém, não alcança analisar os modos como as pessoas acessam tais recordações. Recentemente Belen Olmos (2018), em sua dissertação de mestrado abordou a visita guiada do *Virrey Cevallos*.

Enquanto naquele momento a visita só podia ser realizada com um guia, pouco tempo depois da inauguração do *Museo de Sítio ESMA*, em 2015, a instituição passou a oferecer percursos guiados cinco vezes por semana e quatro vezes por dia, bem como permite a visita espontânea.

O percurso guiado tem a duração de aproximadamente uma hora e meia e segue as estações que, todavia, estruturam o sítio de memória. São elas: "Hall de entrada", "Contexto histórico", "De escola a centro clandestino", "Capuz", "Capuzinho", "Depósito", "Aquário", "A casa do almirante", "Os Jorges", "Porão", "Traslados", "Salão dourado". Nesses ambientes, encontram-se intervenções do tipo "contemporânea" e "tradicional", como proposto no projeto de museu em 2013.

A visita segue a seguinte sequência: (1) térreo, onde estão as estações "Hall de entrada" (a), "Contexto histórico" (b), "De escola a centro clandestino" (c); (2) terceiro andar, onde estão "Capuz" (d), "Capuzinho" (e), "Depósito" (f); (3) por uma escada localizada no depósito, somos dirigidos novamente ao térreo, onde, do lado ao local de início, estão "A casa do almirante" (g) e "Os Jorges" (h); (4) subsolo, onde encontram-se as estações "Porão" (i) e "Traslado" (j); (5) e, por último, "Salão dourado" (k).

O museu trata-se do maior espaço dentre os trabalhados. Assim, a efeitos de promover uma maior compreensão do percurso, olhemos para cada uma dessas estações:

- a) "Hall de Entrada": trata-se do espaço pelo qual adentramos ao museu. Para tanto, passamos por um cubo de vidro. Nele estão implantados decalques com as fotos dos desaparecidos. Afinal, lembremos que uma das exigências, que surgiram nos debates de 2013, por parte de uma das *Madres de Plaza de Mayo*, era que sua filha não estivesse representada no lugar onde foi torturada. Desse modo, os retratos dos detidos-desaparecidos (ou pelo menos a grande maioria), foram colocados no exterior do edifício.

No interior há um balcão de informações e agendamentos de percursos. Uma sala de espera para a visita guiada. Um telão, onde passa repetidamente um vídeo com uma linha do tempo

do lugar. Este abarca os primeiros usos da *ESMA* como escola naval, passando pelo seu uso como centro clandestino, processo de luta, a “entrega” às organizações de DDHH, até a inauguração do museu. Funciona como uma síntese da história do lugar e do museu. Nesse momento, o guia se apresenta e nos encaminha à estação “Contexto Histórico”.

Figura 137. Fotos dos desaparecidos na entrada do museu. Fonte: Arquivo Museo de Sitio ESMA, s/d.

Figura 138. Interior do “Hall de Entrada”. Registro da autora. Julho de 2018.

- b) “Contexto histórico”: entrando à direita do “Hall de Entrada”, encontra-se esta estação. Ficamos sabendo que ali funcionou o refeitório dos militares. Somos convidados a sentar e assistir um vídeo projetado na parede frontal e nas laterais do espaço.

Diferente do primeiro vídeo, trata-se de uma projeção de impacto: em alto som, repleta de imagens históricas e gráficas, com cenas curtas, imagens e desenhos que vão sendo sobrepostos ao longo do vídeo.

Utilizando-se, portanto, de efeitos, imagens e sons impactantes, localiza a *Ex ESM4* em um contexto histórico mais amplo em comparação ao primeiro vídeo. Começa com o golpe de Estado, mobilizando imagens históricas dos militares, passa pelas lutas políticas (*Madres de Plaza de Mayo* e denúncias desde o exterior) e explica o sítio como parte do arquipélago de centros clandestinos instalados por todo o país.

Figura 139-141. Cena do video do video de “Contexto Histórico”.
 Fonte: Arquivo Museo de Sitio Esma, s/d; **Figuras 123 e 124.** Cenas do mesmo video. Registro da autora. Outubro de 2018.

- c) “De escola a centro clandestino”: uma porta localizada no salão do “Contexto Histórico” dá acesso à estação “De escola a centro clandestino”. Lá funcionava o segundo refeitório dos militares. Por meio dos painéis de vidro, dispostos de modo a criar um corredor que conduz o visitante, estão expostos textos e fotos que abarcam a história da *Ex ESMA*. Esses elementos vão desde sua construção, passando por seu uso enquanto escola naval até o uso enquanto centro clandestino.

Diferente do ambiente anterior, ali preponderam as intervenções museológicas tradicionais, as quais possuem, mais que nada, um caráter informativo. O guia quase não fala, nos dando tempo para ler os extensos textos e as imagens.

Somos novamente direcionados ao “Hall de Entrada”. Desde lá, conduzidos, por uma escada, aos andares superiores.

Figura 142. Estação “De escola a centro clandestino”. Registro da autora. Julho de 2018.

- d) “Capuz”: localiza-se no terceiro andar. Nesse ambiente tomamos conhecimento que, na ditadura, ali era o principal local de encarceramento. Assim é também ao qual os sobreviventes mais se referiram em seus depoimentos. Ficamos sabendo que, uma vez que os detidos-desaparecidos entravam pelo porão do *Casino*, onde aconteciam as torturas, eram encaminhados ao ambiente chamado de “Capuz”. Lá permaneciam presos por tempo indeterminado.

O guia aponta às estruturas de ferro originais, com intervalo de 2 metros entre cada uma. Conta que, quando funcionava para fins de detenção, haviam, entre as estruturas de ferro, estruturas de madeira a cada 70 centímetros, medida exata para caber um colchonete, onde ficavam os presos.

Para entendermos como era, auxiliam os depoimentos de ex-detidos, expostos nos vídeos do *CONADEP* e em painéis. No chão, um elemento de madeira reconstitui o tamanho das celas. Ao longo do solo da “Capuz”, uma passarela, também de madeira, conecta as distintas estações do andar e nos obriga a ir e voltar por um percurso determinado por esse elemento. Este, em alguns momentos se alarga, para favorecer uma pausa ou o encontro das pessoas.

Enquanto um dos lugares de maior apresso sentimental para os afetados diretos e familiares, pois foi onde grande parte dos detidos foram vistos pela última vez e permaneceram mais tempo encarcerados, recebeu menos intervenções. Desse modo, a voz do guia adquire uma importância central.

Figura 143. “Capuz”, s/d. Fonte: < https://www.tripadvisor.com.ar/LocationPhotoDirectLink-g312741-d3596706-i168048578-Espacio_Memoria_y_Derechos_Humanos_ex_Esma-Buenos_Aires_Capital_Federal_.html > Acessado em: 25 fev. 2019.

Figura 144. Representação em escala de 1:1 da “Cucha” lugar onde ficavam os detidos em “Capuz”. Registro da autora. Julho de 2018.

- e) “Capuzinho”: seguindo pela estrutura de madeira apoiada no chão, encontramos a estação “Capuzinho”. Trata-se da área do corredor, que conecta a “Capuz” à estação “Depósito”. Do lado direito, o caminho de madeira estende-se até a sala onde ficavam as grávidas. Do lado esquerdo, está a sala onde ficavam os bebês nascidos em cativeiro. Ali encontra-se um dos núcleos centrais do percurso.

Ficamos sabendo que naquela sala nasceram várias crianças, as quais foram tiradas de suas mães e, na maior parte, seguem desaparecidas. O guia conta que quando um bebê nascia no *Casino de Oficiales*, os militares obrigavam as mulheres a escrever uma carta às famílias descrevendo as características do recém-nascido, para despistar a real condição de encarceradas das mulheres. Logo após parir, normalmente, as mães eram

assassinadas. Os recém-nascidos, sequestrados pelos militares e levados para adoção.

Uma dessas cartas foi mais ampliada que as demais e o guia trata de explicá-la. Ela diz respeito a Sebastian, filho de Patricia Marcuzzo, o único bebê devolvido à avó. Segundo Alejandra Naftal (em entrevista concedida à autora, 2018), a carta foi pensada como um dos núcleos de maior impacto emocional do percurso.

Dentro da sala, onde está a carta de Marcuzzo, somos conduzidos ao sótão. Lá recebemos a informação de que era o espaço onde ficavam encarcerados os presos considerados mais ameaçadores. No local encontramos instalada uma caixa de som que amplifica o ruído do exterior, mencionado nos testemunhos. Nas paredes somos levados a observar as camadas de pictóricas, descobertas pelos trabalhos de restauração. Dessa forma, insere-se como o local com menos intervenções museológicas.

Figura 145. Sala onde nasciam as crianças. No chão a inscrição: *"Cómo era posible que en este lugar nacieron chicos?"*. Registro da autora. Julho de 2018.

Figura 146. Cartas enviadas das mães às famílias. As cartas com selos das Abuelas de Plaza de Mayo referem-se aos netos que foram recuperados por elas. Note-se que, a agrupação, teve um importante peso político para a refuncionalização da Ex ESMA e nos debates que envolveram a construção do museu. Registro da autora. Julho de 2019.

Figuras 147 e 148. Carta de Patricia Marcuzzo.
Fonte: Museu de Sítio ESMA, s/d.

- f) “Depósito”: descendo pelas escadas e passando pela sala onde as grávidas pariam, somos levados ao depósito, simetricamente oposto e idêntico à estação “Capuz”. Os marinheiros chamavam o local de butim de guerra. Guardavam ali os pertences roubados dos detidos (roupas, eletrodoméstico, móveis). Ficamos sabendo que os militares, quando sequestravam as pessoas, muitas vezes levavam também seus pertences. Eles eram em parte distribuídos entre os repressores, em parte vendidos para financiar a repressão. Nesse lugar, que se encontra entre duas das estruturas de ferro idênticas às da “Capuz”, há apenas uma projeção de uma imagem de um conjunto de objetos.

Figura 148. Depósito. Registro da autora. Julho de 2018.

g) “Aquário”: encontra-se ao fim do terceiro andar e também é considerado um lugar de encarceramento. Lá os detidos realizavam trabalho escravo, em uma espécie de redação jornalística, analisando a imagem da Argentina na mídia internacional.

O guia aponta à particularidade do local. Diferente da “Capuz” e “Capuzinho”, onde os detidos ficavam encapuzados e não podiam interagir; em “Aquário”, embora poucas vezes, logravam se comunicar, bem como ver os rostos dos companheiros. Isto é apontado pelo condutor como parte dos “pequenos atos de resistência”.

Ali foram implantados painéis de vidro que reconstituem os tamanhos dos ambientes e estão expostas reproduções das

imagens analisadas. Neles, cadeiras, cujo os acentos se encaixam, simbolizam esses momentos de comunicação. Ambientando tal momento, há um barulho que simula uma máquina de escrever.

Figura 149. "Aquário". Registro da autora. Julho de 2018.

Figura 150. Detalhe do móvel em "Aquário". Registro da autora. Julho de 2018.

- g) “A casa do almirante”: a partir da “Aquário”, somos conduzidos ao térreo por uma escada secundária que, ficamos sabendo, não era usada pelos militares. Chegamos na casa onde viveu o almirante Eduardo Massera. Somos convidados a assistir um trecho do depoimento que, ficamos sabendo, foi central para o reconhecimento dos crimes que aconteceram na *Ex ESMA*, do *Juicio a las Juntas*, de 1984. Apenas um ano depois do fim da ditadura, nele, uma mulher, virada de costas para a câmera, diz que, quando criança, brincava com a filha do almirante naquele espaço e chegou a observar pela janela os detidos encapuzados entrando no edifício. Esta é a única intervenção.

Figura 151. “A casa do almirante”. Registro da autora. Julho de 2018.

- i) “Os Jorges”: passando pelo espaço usado como sala de estar na estação “A casa do almirante”, chegamos a “Os Jorges”. Ficamos sabendo que era o espaço usado entre 1976-1979 como escritório dos três membros do grupo de tarefas de nome Jorge: Jorge Vildoza, Jorge Acosta e Jorge Rádice. Depois adquiriu usos variados, como área de inteligência, de comunicação, laboratório fotográfico e, inclusive, detenção. Neste caso as intervenções são apenas painéis, onde se explica a função do lugar, como meio de abordar as características e dinâmicas repressivas.

Figura 152. Intervenção na estação “Os Jorges”. Para uma comparação entre a intervenção atual, a primeira intervenção em 2007, e a proposta em 2013, ver fotos no segundo capítulo. Registro da autora. Julho de 2018.

- j) “Traslado”: somos direcionados ao porão do edifício. Explica-se que ali, um grande salão, aconteciam principalmente as torturas e os traslados aos *Vuelos de la Muerte*. Esta última atividade demandava a aplicação de uma injeção para sedar o detido. Ficamos sabendo que o ambiente contava com uma enfermaria. Depois de passar por lá, as vítimas eram colocadas em carros que as levavam aos *Vuelos de la Muerte*, desde onde eram atiradas, ainda vivas, ao *Mar del Plata*.

Também tomamos conhecimento que era o primeiro lugar ao qual chegavam, e o último lugar onde muitos provavelmente estiveram. Além disso, foi utilizado como lugar de trabalho escravo e reclusão.

Ao fundo, expostos em painéis de vidro, encontram-se outros documentos pensados, segundo Naftal (em entrevista concedida à autora, 2018), como um outro “ponto alto do percurso”. Lá encontram-se as imagens do chamado “Relatório Besterra”: Vitor Besterra, um dos detidos, fora incumbido de falsificar documentos, fotografar os militares e as vítimas que chegavam pelo porão.

Em certo momento, começou a fazer cópias e guardar numa caixa fotossensível, que os militares não abriam por medo de queimar os negativos. Quando ganhou confiança dos repressores, Besterra logrou um regime de liberdade vigiada. Nesse período ia e voltava ao centro clandestino. Começou então a levar os negativos e guardar na sua casa. Em 1984, os apresentou os registros ao *CONADEP*. Estes foram uma prova essencial dos crimes e um meio de identificar alguns dos desaparecidos e repressores.

Note-se ainda que, na proposta de 2013, esse era um dos lugares que mais recebia intervenções museológicas contemporâneas e onde ficariam os retratos dos desaparecidos. No entanto, como mencionado, já que era o ambiente onde

muitos foram vistos pela última vez, foi um dos que mais recebeu críticas por parte dos atores sociais envolvidos nos debates do museu. Assim, optou-se por implantar apenas os painéis de vidro e algumas poucas placas explicativas.

Figura 153. Estação "Traslados", s/d. Fonte: <
<http://www.unsam.edu.ar/margenes/esma-militantes/>> Acessado em:
25 fev. 2019.

Figura 154. Fotos do relatório Besterra: retratos dos desaparecidos feitos por Vitor Besterra. Registro da autora. Julho de 2019.

- k) “Salão Dourado”: por fim somos conduzidos novamente ao térreo, ao Salão Dourado. Lá o guia quase não fala. Trata-se do local de maior investimento museológico. Os visitantes são convidados a sentar, as janelas se fecham, e começa uma nova projeção. São exibidos trechos dos julgamentos, fotos dos criminosos e a situação jurídica atual de cada um deles: “condenado”, “não condenado”, “na prisão”. Ao final as janelas nas laterais se abre. Dessa vez, a intervenção é, mais que nada, teatral.

Figura 155. Intervenção no “Salão Dourado”, s.d. Fonte: Arquivo *Museo de Sitio ESMA*.

Diferente da intervenção de 2007 e do projeto de museu apresentado às organizações de DDHH em 2013, o percurso oferecido pela instituição apoia-se em alguns dispositivos centrais. São eles: os painéis de vidro, com documentos, fotos, textos e depoimentos homologados pela justiça; placas, que explicam os ambientes, vídeos e projeções. Esses elementos diferenciam-se e não tocam nas paredes originais, escolha que se deu pela condição de prova jurídica do edifício. Também diferente de 2007, eles não funcionam apenas como um complemento da visita guiada, mas permitem que o visitante realize o percurso sozinho.

A partir da descrição da visita observa-se então a estrutura narrativa do percurso proposto pela instituição. Segundo Naftal (em entrevista concedida à autora, 2018), esta foi pensada para estar apoiada em quatro núcleos centrais que operariam como “pontos altos” – para ela, momentos de maior intensidade emocional. São eles: “Contexto histórico”, onde há o vídeo que busca trazer o visitante ao percurso; a carta de Marcuzzo, na sala das grávidas; o relatório Besterra, na estação “Porão”; e o “Salão Dourado”, local de maior investimento museológico, onde enfatiza-se os modos como a justiça argentina agiu.

Tanto o informe Besterra quanto a carta de Marcuzzo tratam-se de duas histórias de exceções. Distinguem-se, dessa forma, do que se sabe sobre a vivência da maioria dos detidos no *Casino de Oficiales*.

Por sua vez, na primeira sala, o vídeo parece ser mobilizado como um meio de fazer o visitante “entrar no clima”, de modo que o espaço é apresentado por seus recursos audiovisuais. No entanto, cabe questionar: será que isso não cria um certo distanciamento entre o guia e o público, quando, esse momento crucial, poderia ser utilizado para o aprofundamento da confiança e empatia entre os dois? Por outro lado, no “Salão dourado”, onde são abordados os processos de justiça argentinos que levaram à condenação dos militares, torna-se difícil não os comparar com a pouca eficácia da justiça brasileira com relação ao tema. Porém, desse modo, ilumina-se, em certa medida, a possibilidade de se fazer diferente.

Alejandra Naftal (em entrevista concedida à autora, 2018) afirmou que o museu busca atingir um grande público, “ser incômodo para o cômodo, cômodo para o incômodo”. Nesse sentido inserem-se os diversos dispositivos audiovisuais e tecnológicos que, utilizando-se da linguagem midiática, parecem ser mobilizados como uma ferramenta central para alcançar um maior número de visitantes.

De fato, a *Ex ESMA* já recebeu mais de 200.000 visitantes, sendo alçada – por exemplo, por meio da candidatura do *Casino de Oficiales* a patrimônio mundial da *UNESCO*, mas também por sua inserção no circuito turístico da cidade – como parte de uma rede internacional de museus de memórias traumáticas que são sucesso de público. Mas, como antes levantado, devemos problematizar até que ponto essas intervenções não atrapalham uma aproximação do público, não apenas com o guia, mas com a materialidade e experiências capazes de serem proporcionadas pelo sítio, conservado tal qual encontrado.

4.2. O “Ex Club Atlético”

No *Ex Atlético* as visitas acontecem por agendamento e com guia. Como antes mencionamos, o lugar de memória encontra-se dividido em três setores. Do lado esquerdo da *Av. Paseo Colón*, encontra-se o sítio

arqueológico. No lado oposto, uma praça chamada *30.000 Companheiros*. A duas quadras dali, em um prédio emprestado pela prefeitura, encontra-se um laboratório arqueológico – onde funciona também o setor administrativo. No térreo deste, uma sala de exibição.

Seguindo essa estrutura espacial, a visita organiza-se em três momentos: o primeiro no térreo do edifício laboratório; o segundo no sítio arqueológico; e o terceiro novamente no laboratório. A praça é usada ocasionalmente para atividades culturais ou para atender grupos maiores de visitantes, como escolas.

Na sala de exibição do “edifício-laboratório” acontece a primeira parte do percurso. Antes de adentrar ao sítio arqueológico, o guia propõe uma conversa – principalmente quando se trata de um grupo escolar, frequentemente atendido pela instituição. Nela, ele se apresenta, fala o que vamos ver, introduz a história do sítio. Começa explicando o conjunto dos centros clandestinos instalados no país; a história do *Ex Atlético* enquanto *CCDTyE*, com ênfase no circuito repressivo ao qual pertenceu o local (*Atlético-Banco-Olimpo*); passa pela história da construção do edifício original; sua destruição para a construção do viaduto *25 de Mayo* em 1978; e a história do começo das escavações.

Ganhamos folhetos. Neles há uma síntese da história do guia, plantas baixas e uma maquete virtual que reconstrói a organização espacial daquilo que se imagina ser o centro clandestino.

Somos conduzidos ao sítio arqueológico, onde ficava o *CCDTyE*, que acontecia principalmente no subsolo do edifício da Polícia Federal. Nas grades que dividem o setor das escavações da rua, encontram-se distintas sinalizações. Dentre elas, uma imagem ampliada da planta baixa disponível no folheto, que está associada a uma pequena explicação sobre o centro clandestino. Outra, repete a planta baixa e também explica o local como tal. mas, dessa vez, os ambientes estão associados a trechos de depoimentos de ex-detidos-desaparecidos. Em uma terceira, há uma imagem de uma maquete virtual, algumas fotos de objetos encontrados por meio dos trabalhos arqueológicos, um outro texto, que explica o que era o lugar, mas inclui informações sobre o processo de “recuperação”.

Esses elementos estão visualmente sobrepostos aos escombros do ex *CCDTyE*. O visitante é convidado a observá-los, antes de entrar no sítio, para facilitar a compreensão da configuração original do edifício da *PFA*.

Entrando por esse portão, o guia nos conduz por uma escada de 1, 20m de largura. Esta leva a uma plataforma na altura de onde seria, aproximadamente, o teto do subsolo. Desde ali, com os folhetos na mão, onde está a maquete virtual, somos convidados a observar os escombros, ao mesmo tempo que o guia explica o uso de cada lugar. À direita encontra-se um par de celas. À esquerda, o fosso de um elevador. Na frente da plataforma de metal, um corredor que levava à enfermaria. A alternância entre as informações do folheto e a narração do guia opera para que possamos reconstruir mentalmente uma possível configuração do espaço concentracionário a partir das ruínas.

Contudo, ficamos sabendo que, apesar da condição de ruína, é um dos locais que mais conservou suas características como centro clandestino. Os militares não mudaram sua configuração para esconder os crimes que ali ocorriam, mas destruíram apenas destruíram os pisos superiores.

Voltando ao lugar onde era o térreo, somos convidados a subir por uma rampa, que leva ao talude, apoio do viaduto. Desde ali, o guia aponta às distintas marcações construídas ao longo das *Jornadas por la Memoria* (1996-2002): uma grande silhueta rodeada de placas cravadas no chão com os nomes dos desaparecidos; o pilar com bonecos de metal; um painel com as fotos dos desaparecidos; uma grande figura de um homem com um machado.

Desta vez, o guia conta sobre as transformações desses elementos que, como vimos, foram acontecendo no decorrer das *Jornadas por la Memoria* (1996-2002) para se tornarem mais resistentes aos vandalismos. Nesse momento, portanto, o foco do discurso volta-se à luta política que deu origem ao sítio de memória.

Figuras 156 e 157. Imagens da visita ao sítio arqueológico. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 158. Intervenções realizadas no talude durante as jornadas, passarela por onde somos levados para observá-las. Registro da autora. Agosto de 2018.

Figura 159. Detalhe das placas cravadas no talude, com os nomes dos desaparecidos. Registro da autora. Agosto de 2018.

Por fim, vamos à sala de exposições, no térreo do edifício-laboratório. Como antes mencionado, ali estão expostos alguns dos objetos encontrados nas escavações, de uso cotidiano – uma corrente, roupas dos civis, uma caneca, um sapato – ou não. O guia aponta aos elementos que adquiriram maior importância para compreender a configuração do centro clandestino a partir dos restos encontrados.

São eles: uma bolinha de ping-pong, usada pelos militares no térreo, sistematicamente mencionada nos depoimentos; um fragmento de parede com inscrições como “*Ayúdame Señor*”; e a lápide de Victor Fernandez Palmeiras. Ficamos sabendo que Palmeiras era um militante de esquerda que, em 1973, querendo vingar o *Masacre de Trelew*¹⁹⁰, matou o vice-almirante do Estado Major Conjunto Hermes Quijada. Nessa batalha, que aconteceu na divisa das cidades de *Junin* e *Cangallo*, foi também atingido por uma bala e faleceu. Um mês depois desse episódio, realizou-se uma homenagem ao seu corpo no cemitério de *Chacarita*. Em julho de 1983, uma bomba explodiu no local. A lápide desapareceu. Em 2002, os destroços da sepultura foram encontrados durante a escavação do *Club Atlético*.

Figura 160. Fachada do edifício laboratório. Registro da autora. Novembro de 2018.

¹⁹⁰ Em 1972, os militares da marinha fuzilaram 19 militantes de diferentes organizações de esquerda na base aeronaval Almirante Zar, perto da cidade de Trelew. Eles haviam se rendido sob a condição de continuarem vivos.

Figura 161. Interior do térreo do edifício laboratório, onde estão expostos os objetos encontrados nas escavações. Registro da autora. julho de 2018.

Figura 162. Detalhe dos objetos encontrados. Registro da autora. Julho de 2018.

Figura 163. Detalhe dos objetos encontrados nas escavações. Dentre eles a bolinha de *ping-pong*. Registro da autora. Agosto de 2018.

Figura 164. Fragmento de parede com a inscrição "*Ayudáme señor*". Registro da autora. Agosto de 2018.

Figura 165. Lápide de Victor Fernandez encontrada nas escavações. Registro da autora. Agosto de 2018.

4.3. O “Ex Olimpo”

Conforme trabalhado no segundo capítulo, a área total do *Ex Olimpo* – equivalente a um quarteirão no bairro de *Floresta* – encontra-se declarada como sítio histórico. Porém, como o *Ex Atlético*, o espaço está organizado em três setores, com usos e valores simbólicos distintos: o *Pozo*, núcleo central das práticas de detenção, tortura e extermínio; um parque chamado *30.000 Compañeros*; e um edifício de três andares, composto por um salão de atividades, uma sala expositiva pelo setor administrativo.

Esta configuração também forma as bases para as visitas guiadas. Enquanto o *pozo* é aberto apenas para visitas guiadas e marcadas com antecedência; o parque e o setor administrativo são de acesso moderado. Isto é, encontram-se abertos ao público, mas estão divididos por um portão, onde há uma guarita. Assim como na *Ex ESMA*, onde o *Ex Casino de Oficiales* é apenas um dos distintos edifícios que a compõe, o visitante pode entrar no lugar sem adentrar no *pozo*; ou, ainda, observá-lo desde a rua, sem enxergar seu interior.

As visitas possuem uma estrutura semelhante as do *Ex Atlético*: começam na sala de atividades, dirigem-se ao *Pozo* e voltam à sala de atividades.

Na sala de atividades acontece uma *charla-taller* (em português conversa oficina):

Se trabalham distintos eixos como a militância dos anos sessenta e setenta, o terrorismo de Estado dentro de um contexto histórico e não como um feito isolado, problematizando suas causas, objetivos e consequências, tanto no passado como no presente, as complicitades e o consenso de certos setores com o acionar repressivo, a trama social na qual se instalaram os centros clandestinos como dispositivos repressivos ao bairro circundante. E sobre as potencialidades do lugar para transformar um lugar que foi paradigma da repressão estatal em um sítio ativo na transformação social¹⁹¹. (MTYC EX OLIMPO, 2012, p. 59, traduzido pela autora).

De forma geral, nessa *charla-taller* se introduz o que foram os centros clandestinos instalados no país, a história do *Olimpo* enquanto CCDDyE, com ênfase no circuito repressivo ABO e no processo de luta que levou à sua “recuperação” pelas organizações de DDHH. Porém, diferente do *Ex Atlético*, enfatiza-se os efeitos do centro na vizinhança.

¹⁹¹ “[...] se trabajan distintos ejes como la militancia de los años sesenta e setenta, el terrorismo de Estado dentro de un contexto histórico y no como hecho aislado problematizando sus causas, objetivos y consecuencias tanto en el pasado como en el presente, las complicitades y el consenso de ciertos sectores con el accionar represivo, el entramado social en el cual se instalaron los Centros Clandestinos de Detención como dispositivos represivos hacia el barrio circundante. Y sobre las potencialidades del lugar para transformar un lugar que fue paradigma de la represión estatal en un sitio activo en la transformación social.”

Figura 166. Local onde acontece a *charla-taller*. Registro da autora. Novembro de 2017.

Posteriormente somos conduzidos ao *Pozo*. Em um corredor adjacente, entre o muro que rodeia o espaço de detenção e o parque, encontram-se painéis com fotos históricas do edifício, dispostas cronologicamente. Tratam-se de fotografias do lugar enquanto estação de bondes, espaço para a revisão de automóveis da polícia federal e centro clandestino. No entanto, ao menos nas quatro visitas acompanhadas para essa pesquisa, elas não foram mobilizadas no decorrer do percurso.

Ao lado da entrada do *Pozo*, há um mapa da *Dirección Nacional de Sitios de Memoria*, com os centros clandestinos de todo o país. A partir dele reforça-se a construção de um sistema repressivo, por meio da implantação de uma série de centros clandestinos, que se voltava aos bairros e à destruição dos laços sociais dos vizinhos. A área do *Pozo* está dividida por uma espécie de portal de vidro. Nele anuncia-se “*Aquí funcionou o Centro Clandestino Ex Olimpo entre agosto de 1978 y fines de enero de 1979*”.

Figura 167. Vista desde a área externa do Pozo. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 168. Detalhe do mapa. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 169. Cartazes com fotos e informações históricas do Ex Olimpo. Registro da autora. Agosto de 2018.

Entrando no *Pozo*, passamos (sem adentrar) por um edifício localizado à esquerda, usado pelos repressores. Somos conduzidos a um painel entre esse edifício e as demais instalações. Lá está uma maquete virtual do centro clandestino. Desde aí, podemos observar a área hoje vazia, onde ficava o setor de celas. Neste ponto o guia nos lembra que o setor foi destruído em 1979 em decorrência da visita da *Comisión Interamericana de Derechos Humanos*, como meio de esconder os crimes.

Como no *Ex Club Atlético*, essa reconstrução virtual dialoga visualmente com os espaços que não existem mais, direcionando o visitante à construção de um espaço imaginário específico. Segundo a instituição, permitiria-se, por meio dela, “o reconhecimento do prédio dentro da trama do bairro” (MTYC EX OLIMPO, 2012).

Seguimos ao setor de celas. Os ambientes que o compunham encontram-se demarcados por linhas pontilhadas nos pisos, formando uma planta baixa. No muro que divide o *pozo* do resto do espaço do ex-centro

clandestino, estão expostas as marcas das paredes das celas que ali se apoiavam. O guia aponta que, tanto o pontilhado, quanto as marcas nas paredes, foram realizadas pelas conservadoras do local para reconhecer o espaço vazio (MTYC EX OLIMPO, 2012).

Assim, enquanto por meio da maquete optou-se por uma reconstrução tridimensional, no setor de celas ela é bidimensional e associada a pequenas placas com depoimentos de ex detidos, que narram as experiências vividas ali onde pisamos. O trabalho do guia volta-se a contar como estruturava-se espacialmente o setor. Explica que estava organizado por duas sessões: o setor de “incomunicáveis”, composto por 5 celas onde alguns presos ficavam isolados; e o “população”, composto por 4 fileiras de 10 celas, separadas por um corredor, cada qual com 1,5m de largura, 1,9m de comprimento e 2,5m de altura, onde ficavam a maioria dos presos.

Figuras 170 e 171. Respectivamente a área utilizada como garagem dos repressores e edifício utilizado pelos repressores e como depósito de bens roubados. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 172. Vista desde onde ficavam os setores de celas. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 173. Interior da garagem onde ficavam os detidos. Fonte: < http://3.bp.blogspot.com/-l2RUgLLZHNQ/TZCl1i9-pEI/AAAAAAAAABGw/ZC2i_AQ8zKs/s1600/101_0096.JPG > Acessado em 10 out. 2018.

Continuando em direção à R. Rafaela, ao fundo do *poço*, adentramos a um espaço que foi modificado pelos militares apenas internamente – para, também, despistar a visita da *Comisión Interamericana de Derechos Humanos* em 1979. Nesse ambiente, como afirma o guia, comumente caracterizado pelos sobreviventes como um espaço labiríntico, funcionavam salas de administração, cozinha, lugares onde os presos realizavam trabalho escravo, uma sala de tortura física e um conjunto de latrinas.

O guia vai apontando às reorganizações espaciais que aconteceram ainda durante a ditadura militar. Além disso, nos convida a ler um compilado de poemas. Este se chama “*Eso no está muerto, no me lo mataron*” e foi escrito por um sobrevivente. Neles o autor alude aos “pequenos atos de resistência” que aconteciam durante o encarceramento.

Figura 174. Poema "Elias-Horacio" lido durante a visita. Registro da autora. Novembro de 2017.

Isabel Cerutti, coordenadora e sobrevivente, referindo-se às políticas de direitos humanos do governo Macri, afirmou que a ênfase nos “pequenos atos de resistência” se insere como uma forma de “mobilizar o outro”, iluminar e impulsionar possibilidades de resistência frente a um “negacionismo do Estado”.

Na visita buscamos focar menos no terror e mais na resistência dos companheiros que estiveram em cativeiro. A solidariedade entre eles, a resistência para sobreviver, para ajudar o companheiro que estava ao lado, etc. Hoje há um negacionismo do Estado e do governo, de retomar a teoria dos dois demônios, etc. Frente a isso acreditamos na possibilidade de mobilizar o outro. Nos damos conta, lamentavelmente, que temos que voltar, não à palavra tortura, mas começar a falar de algumas coisas que nunca tivemos que falar de forma literal. Frente a esse governo que, de alguma maneira, busca negar ou atenuar o que aconteceu, colocando em dúvida a cifra dos desaparecidos e dizendo coisas como que os desaparecidos encarcerados cometeram crimes e delitos, que foram terroristas, nos vemos na obrigação de mostrar o terrorismo de estado desde outro lugar. Comover o outro para gerar empatia com o que aconteceu. (CERUTTI, em entrevista concedida à autora, 2018).

Continuando pelo espaço do fundo, à esquerda, chegamos a outro ambiente localizado na lateral do *Pozo*, que divide paredes com a R. *Fernandez*. Ali ficava outro setor de celas de “incomunicáveis”, uma cela coletiva e uma sala de tortura. Composto por grandes janelas, parcialmente cobertas com tijolos, nesse momento a narrativa do guia volta-se à relação do espaço de detenção com os vizinhos. Como conta o guia, muitas pessoas que costumavam passar pela calçada do sítio, durante seu funcionamento como centro clandestino, concederam depoimentos afirmando que estranhavam a janela semicoberta, bem como escutavam sons de música em alto volume. Elas eram colocadas pelos militares para “esconder” os gritos dos detidos durante as torturas. Nesse sentido, Isabel Cerutti ressalta a importância de mencionar a questão dos vizinhos nas visitas guiadas como meio de explicar o terrorismo de Estado:

Outra coisa que estamos falando muito é o tema dos vizinhos. O vizinho que sabia e que não sabia. O vizinho também foi vítima, vivia ao lado de um centro clandestino. Então esse saber e não saber, tentar manter uma imagem, mas escutar o que acontecia. Quer dizer, como fazer na sua mente para dissociar o que escuta e o que vê, com o que não quero escutar e o que não quer ver? Essa é uma das partes do sofrimento, porque os vizinhos não tinham um lugar para denunciar. Era terrorismo de Estado. Muitas vezes os vizinhos nos dizem que se sentiam culpados porque não podiam fazer nada. Então há que explicar o que é um terrorismo de Estado. Terrorismo de Estado é toda uma burocracia estatal, envolveu todas as forças repressivas do Estado e há toda uma mudança social envolvida num país militarizado, em guerra. Então todos nós sabíamos que não podíamos ir à delegacia denunciar. Era impossível, todo mundo sabia que corria perigo. (CERUTTI, entrevista concedida à autora, 2018).

Por fim retornamos ao edifício onde está a biblioteca pública e popular “Carlos Fuentealba”. Trata-se do espaço onde estão representados os desaparecidos. Note-se que, como no *Museo de Sitio ESMA*, essas representações encontram-se fora do setor utilizado para a detenção e tortura. Contudo, nas janelas, desde onde se pode ver o *Pozo*, foram instalados decalques transparentes, com seus retratos, que se sobrepõem visualmente ao local de encarceramento.

Ali somos convidados a ver pastas onde estão fotos, cartas, relacionadas a cada um dos desaparecidos. Esses elementos foram fruto do projeto *Historias de Vida*. Este começou a ser armado em 2006, quando os membros de organizações de DDHH e vizinhos, ao mesmo tempo que pensavam em armar uma biblioteca pública, realizavam investigações e contactavam os parentes das vítimas para obter mais informações sobre os desaparecidos. A partir desse contato, convidaram os familiares a elaborar pastas com elementos que, em conjunto, dessem conta de narrar a biografia de cada um. Era um modo não só de homenagear os desaparecidos, mas apresentá-los como pessoas comuns, propiciando uma identificação entre os visitantes e os detidos que ali estiveram (MTYC EX OLIMPO, 2012).

Figura 175. Biblioteca do *Ex Olimpo*. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 176. Imagens dos desaparecidos implantadas nas janelas da biblioteca, sobrepostas ao *Pozo*. Registro da autora. Agosto de 2018.

4.4. Ex "Virrey Cevallos"

Assim como o *Orletti*, o *Cevallos* não possui uma setorização tão explícita como na *Ex ESMA*, no *Ex Club Atlético* ou no *Ex Olimpo*. Isto porque trata-se de um casarão. Neste caso, como trabalhado no segundo capítulo, as visitas configuraram-se como uma atividade central desde o início. Não apenas para transmitir a história do lugar ao público em geral, mas para incentivar novos testemunhos a concederem depoimentos, especialmente os vizinhos. Também como mencionado, era um meio de entender o espaço e poder explicá-lo.

Desde então optou-se pela modalidade de visita espontânea com guia e instalou-se uma mesa de recepção no local que funcionava como garagem. Como no *Ex Orletti*, o portão é mantido aberto, favorecendo uma conexão direta com a rua. Há também um atendente na entrada, que recebe qualquer um que deseje percorrer o local.

Dessa vez o percurso começa desde o exterior. Somos, primeiro, convidados a observar a implantação da casona. Ela divide paredes com outros edifícios habitacionais. Isso permite ao guia explicar a importância

dos vizinhos para a construção do lugar de memória. Além disso, como no *Ex Olimpo*, possibilita também explicar a função da implantação dos centros clandestinos em meio a trama normal da cidade.

Fala-se da situação dos vizinhos frente ao centro clandestino. O vizinho que sabia e não sabia. O vizinho aterrorizado. O vizinho que se paralisava com o medo. O vizinho que não tinha meios de denunciar. O vizinho que convivia e participava, do outro lado da parede, da vida daquele lugar, ouvindo os ruídos e barulhos. O vizinho que passava na calçada e estranhava o movimento da casona.

Também são apontadas as características físicas da casa, que é estreita, longa e possui um pátio interno, como tantas outras da região, de arquitetura francesa, construídas no séc. XIX.

O *Cevallos* pode ser adentrado de duas formas: pelo térreo ou pela estreita porta de acesso lateral (OLMOS, 2018). Todos os ambientes que funcionaram para a repressão estão sinalizados com testemunhos anônimos de sobreviventes. Além disso, inserem-se como sinalizações internas plantas que localizam o visitante; aquelas cuja função é explicar o uso de cada ambiente; e as intervenções realizadas pela equipe de conservação, que permitem ao guia as explicar e pelas quais expõem-se as distintas camadas pictóricas que compõem o interior do sítio.

Começando pelo térreo, portanto, passamos pela garagem, onde estacionavam os carros dos militares, e adentramos ao pátio interno. Este configura-se como um eixo de ligação entre três salas: a primeira, sem testemunho, é utilizada como a biblioteca do lugar de memória. Na segunda, onde aconteciam os interrogatórios, está uma espécie de memorial. O guia explica que se tratam de retratos de desaparecidos do bairro de *Montserrat*.

Continuando em direção ao fundo da casa, somos conduzidos à sala de tortura. Desde ali, vamos ao núcleo concentracionário central. Este espaço, como apresenta o guia, foi construído como a área de serviço da antiga casona. Trata-se do menor núcleo concentracionário dentre os cinco *Ex CCDTyEs*. Ele é composto por outro pátio interno. Ali, o guia aponta aos depoimentos anônimos de ex-detidos-desaparecidos, que falam da vida no centro clandestino.

Figura 177. Sala usada para torturas. Registro da autora. Novembro de 2017.

Uma estreita escada lateral leva para duas celas, localizadas em lados opostos do pátio. Em uma delas ficou preso Osvaldo Lopez. Em outra Miriam Lewin. Eles são apresentados como as principais fontes que permitiram à instituição interpretar o espaço.

O guia conta a história que conforma o ápice da narrativa do percurso: a fuga de Osvaldo Lopez. Em uma noite, Lopez, quando percebeu que uma das algemas que amarrava seu tornozelo encontrava-se mal fechada, logrou escapar e arrombou a porta de sua cela. Tentou também abrir a cela oposta, onde estava Miriam Lewin, que só reconhecia enquanto a voz de uma mulher. Não conseguindo liberar Lewin, ele pulou o muro de 9 metros, que divide a casona com o edifício vizinho. Pelo telhado desta

construção chegou à rua e fugiu. Lembremos que, como abordado no segundo capítulo e como conta o guia, eles se conheceram anos depois, no marco das reivindicações pela recuperação do centro.

Figura 178. Setor de celas. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 180. À esquerda, muro por onde pulou Osvaldo. Registro da autora. Novembro de 2017.

No segundo percurso proposto, começamos pela escada lateral da casona, a partir do mezanino, desde onde os militares vigiavam a rua, sistematicamente apontando armas pelas grades da janela. Ali está exposto o único depoimento de um vizinho em todo o percurso. Seguindo pela escada lateral, chegamos à duas salas, que, sem testemunhos, são utilizadas como sede do setor administrativo da instituição e como sala de atividades. Continuando, ao terraço. Desde lá o visitante pode ter a dimensão da relação

da casona com os vizinhos: o entorno olha para ela. Nesta segunda opção, o percurso acaba no térreo.

Figura 181. Mezanino. Trecho de um depoimento de vizinho. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 182. Vista desde o terraço do *Ex Cevallos*. Registro da autora. Novembro de 2017.

Figura 183. Vista desde o terraço do *Ex Cevallos*. Registro da autora. Novembro de 2017.

4.5. O “ExAutomotores Orletti”

Diferente do *Ex Club Atlético* e do *Ex Olimpo*, praticamente todos os ambientes da antiga oficina mecânica do *Ex Orletti* foram usados para as práticas ilegais do terrorismo de Estado; bem como ele não sofreu mudanças substanciais ao fim da ditadura. Também diferente desses outros sítios, o portão de ferro que separa o lugar da rua é mantido aberto diariamente. Assim, as visitas podem acontecer espontaneamente ou por meio de agendamento prévio, mas sempre com a presença de um guia.

O percurso começa no térreo, em um grande salão, utilizado também para a realização de atividades com grupos maiores. Ali somos convidados a assistir a um vídeo institucional de quatro minutos, síntese da história do lugar: contextualiza-se a história da Operação Condor, enfatiza-se que os ex detidos do sítio eram vinham de distintos países latino-americanos, mencionam-se seus usos como oficina mecânica e atelier de costura clandestina, indo até o processo de luta política e sua transformação em lugar de memória.

Recorremos a metade direita da garagem. Do lado esquerdo está o setor administrativo, dividido por paredes de *dry-wall*; do lado direito da garagem, ficamos sabendo que ali permaneciam os detidos recém sequestrados no chão sujo de graxa.

Lá, há uma escada, todavia em manutenção, por onde eles eram levados ao piso superior. Do lado oposto, em uma das paredes, foi instalada uma linha do tempo. Esta auxilia o guia a explicar o *Orletti* como peça fundamental da Operação Condor e concede um panorama dos períodos das ditaduras nos outros países latino-americanos. O objetivo é mostrar que as disparidades entre os períodos de terrorismos de Estado nos distintos países (Bolívia 1971-1978; Paraguai 1954-1989; Chile 1973-1990; Brasil 1964-1985; Uruguai 1973-1985; e Argentina 1976-1983) levou a muitos militantes de esquerda, especialmente uruguaios, imigrarem à Argentina entre 1973-1976, período em que o país encontrava-se na democracia. Esses, quando sequestrados na Argentina, na maioria das vezes eram encarcerados no *Orletti*.

Nesse andar, são ainda mostrados outros dois objetos expostos em vitrines: uma manta, levada junto com uma sobrevivente no momento de seu sequestro, encontrada no momento da inspeção da *CONADEP*, devolvida a ela e doada à instituição; e o uniforme de um oficial cubano, encontrado também no momento da inspeção da *CONADEP*.

Portanto, de maneira geral, no primeiro momento da visita, no térreo, o guia contextualiza o *Ex Orletti* como dispositivo repressivo da Operação Condor.

Figura 184. Início do percurso. Ao fundo setor administrativo. Registro da autora. Novembro de 2018.

Figura 184. Linha do tempo dos golpes de Estado e ditaduras na América do Sul. Registro da autora. Novembro de 2018.

Figura 185. Objetos expostos no térreo. À esquerda o uniforme de um oficial cubano, à direita, a manta doada por uma sobrevivente. Registro da autora. Novembro de 2018.

Figura 186. Mural com fotos de desaparecidos exposto no térreo, na parte não mencionada pelos sobreviventes. Registro da autora. Novembro de 2018.

No segundo momento, o percurso desenrola-se no andar superior. Somos conduzidos à entrada do sítio, à garagem onde estacionavam os carros dos militares, passamos por onde funcionava a cabine de controle de entrada, e sobimos por uma escada lateral, localizada em um corredor com acesso à rua. Lá, como aponta o guia, concentraram-se as práticas repressivas e funcionaram os escritórios das forças que atuaram no local: os serviços de inteligência argentino, uruguaio e chileno.

Subindo, passamos pela sala utilizada como o escritório dos repressores argentinos, voltamos pelo corredor, passamos, sem entrar, na sala dos repressores uruguaio e chilenos. Esses espaços estão sinalizados com folhas de ofício, onde estão expostos textos que explicam seus usos como centros clandestinos; bem como existem distintas marcações decorrentes dos trabalhos de conservação. Novamente enfatiza-se a particularidade do *Ex Orletti*, que abrigava a sede de forças de inteligência de diferentes países latino-americanos.

É possível notar, ainda, na parede que conecta essas duas salas, uma conta a lápis que diz “rolos”. Provavelmente é do tempo em que o espaço funcionou como oficina clandestina de costura. No entanto, a anotação não é apontada pelo guia.

Adentrando pela cozinha, chegamos ao setor que concentrou as práticas repressivas. Primeiro passamos, sem adentrar por uma sala de armas, por uma sala de isolamento, outra de interrogatórios, e pelas celas coletivas. Nas celas coletivas, localizadas aos fundos do edifício, o guia aponta as marcas de balas nas paredes, encobertas pelo antigo dono, Cortell. Ele afirmou ao Juiz Refecas (responsável pelo processo do sítio) não haver identificado que se tratavam de marcas de balas de fogo e por isso cobriu com cimento.

Figura 187. Marcas de balas cobertas com cimento, na parede do local que funcionou como cela coletiva. Registro da autora. Novembro de 2018.

Voltando pela sala de interrogatório, somos conduzidos a uma sala que, ficamos sabendo, era utilizada pelos repressores. Ali, na última parede, o guia indica as perfurações. Nelas foram encontrados fragmentos de documentos, os quais presume-se que foram escondidos ali no momento de uma inspeção ocular em 2006. Eles continham informações sobre as tarefas de inteligências levadas a cabo antes do golpe militar. Ainda nesse ambiente, em uma das janelas, o guia aponta um objeto de ferro na janela. Um “A” que, embora construído no tempo que o local fora um depósito de materiais utilizados na construção da ferrovia, fora utilizado pelo juiz Daniel Rafecas, como prova do uso do lugar como centro clandestino. Na ocasião da inspeção ocular, como mencionado no segundo capítulo, o juiz afirmou se tratar de um símbolo da *Triple A* (*Alianza Anticomunista Argentina*).

Figura 188. Sala dos repressores. Registro da autora. Novembro de 2018.

Figura 189. Letra "A" na janela da sala utilizada pelos repressores. Registro da autora. Novembro de 2018.

Adentramos na sala de interrogatório, onde nos é apontada uma viga de ferro com restos de cordas. Lá ficou pendurada Graciela Vidaillac, quem logrou escapar junto ao seu marido José Morales, enquanto os guardas dormiam na sala ao lado. Para contar essa história, nas palavras do guia, quase *hollywoodiana*, somos convidados a percorrer o mesmo caminho feito pelo casal para ir embora.

Graciela estava amarrada no teto. Enquanto os militares dormiam, conseguiu soltar as ataduras. Ela pegou a chave, pendurada na parede, buscou seu marido e soltou-o. Eles pegaram um fuzil e uma metralhadora, que os guardas deixaram encostados em uma coluna. Deram um primeiro tiro. O fuzil parou de funcionar. Os guardas acordaram. Eles seguiram com a metralhadora. Costas a costas, armados, nus, tentaram soltar o pai de José, que também estava preso, mas não conseguiram. Trocando tiros com os

guardas, desceram a escada lateral, saíram pela porta lateral do *Orletti*. Cruzaram a linha de trem. Justo nesse momento passou um vagão que deteve os repressores. O casal dobrou na R. *Emilio de Lamarca*, entraram em um caminhão, arrancaram a chave do motorista e foram embora.

Assim, o percurso termina na garagem, desde onde podemos ver os trilhos do trem por onde cruzaram Graciela e José. Nesse momento, o guia fecha o portão de ferro, cujo barulho foi sistematicamente mencionado pelos sobreviventes em seus testemunhos. Nele, aponta às marcas dos tiros da batalha entre o casal e os militares durante a fuga.

Figura 190. Escada lateral de acesso ao primeiro andar, por onde desceram Graciela e José. Registro da autora. Novembro de 2018.

Figura 191. Marcas de balas do combate de Graciela e José com os repressores no momento da fuga. Registro da autora. Novembro de 2018.

Figura 192. Vista desde o portão, em direção ao caminho percorrido por Graciela e José para fugir. Registro da autora. Novembro de 2018.

4.6. A modo de conclusão

A partir das visitas de cada um dos cinco *Ex CCDTyEs* estudados, buscamos analisar como eles são apresentados ao público, bem como as visitas operam na construção dos lugares de memória, como se constituem a partir deles e constroem novos espaços. Porém, além disso, essas atividades, analisadas em conjunto, são capazes de iluminar algumas das semelhanças e especificidades relativas aos modos como os sítios se articulam em conjunto na cidade.

Em maior ou menor grau de evidência, os lugares de memória encontram-se estruturados por três eixos:

- 1) Os eixos concentracionários, onde aconteceram as práticas de repressão, que possui um valor simbólico, enquanto lugar onde as pessoas foram vistas pela última vez, e jurídico, enquanto prova dos crimes, maior que os demais.
- 2) Os eixos pedagógicos, onde estão salas de atividades, bibliotecas, salas de exposição, normalmente instalados nos espaços não mencionados pelos testemunhos.
- 3) O eixo administrativo e político, também instalados nos espaços não mencionados nos testemunhos, onde se encontram os escritórios e espaços de reunião direcionados à tomada de decisões sobre os lugares de memória.

No caso do *Ex Olimpo* e do *Ex Atlético*, acrescenta-se um eixo de espaço público, pelo qual se busca intensificar o diálogo dos sítios com a cidade. No caso da *Ex ESM4*, os eixos pedagógicos e políticos encontram-se fora do *Ex Casino de Oficiales*, em outros edifícios do conjunto.

Essa divisão conforma as bases da estrutura das visitas. Elas acontecem nas áreas pedagógicas e nos eixos concentracionários. Com exceção da *Ex ESM4*, o eixo pedagógico é usado para contextualizar historicamente o lugar, antes e/ou depois da visita. No concentracionário, são abordadas as especificidades dos edifícios enquanto centros

clandestinos. Neste último, na maioria dos casos, mobilizam-se textos com depoimentos de sobreviventes.

Podemos dizer que eixo concentracionário é o mais complexo e disputado. Enquanto lugar onde pessoas foram vistas pela última vez, possui, especialmente para parentes de vítimas, uma conotação sagrada, um valor afetivo e sentimental. Neles não há, por exemplo, imagens ou homenagens aos desaparecidos, mas sim testemunhos daqueles que sobreviveram.

A ênfase nas vítimas durante todo o processo de justiça desenrolado desde o fim da ditadura – como desenvolvemos no primeiro capítulo – permitiu que suas vozes se tornassem “as mais autorizadas para falar sobre o tema” (FERRO, funcionária do *Ex Orletti*, em entrevista à autora, 2018).

Como também desenvolvido no primeiro capítulo, os depoimentos dos sobreviventes se tornaram as principais fontes para as ações de justiça desenvolvidas na Argentina: o CONADEP, o relatório *Nunca Más*, o *Juicio a las Juntas Militares*. No CONADEP, os sobreviventes foram levados aos lugares onde estiveram, junto aos membros da comissão, arquitetos e fotógrafos, para reconhecê-los e auxiliar na construção de desenhos e plantas que reconstituíssem suas espacialidades e mecanismos de repressão.

Nos lugares de memória, os depoimentos dos ex-detidos, ao serem cruzados com os espaços físicos, inseriram-se como pontos de partida fundamentais para a construção de uma história sobre os centros clandestinos. Associados ao espaço, tornam-se as bases para a constituição das visitas guiadas. Os trechos de depoimentos expostos na maioria das sinalizações internas inserem-se como meio de reconstruir os sítios como centros clandestino, conferindo-lhes a força da “verdade” (GUGLIELMUCCI, 2011). Para tanto, trazem ao lugar corpos, sensações e afetos, tornando-se, também, as bases para a construção de plantas, placas explicativas, maquetes eletrônicas, que auxiliam na narração do guia.

Em conjunto, portanto, esses dispositivos operam como um complemento das visitas guiadas nos centros menores. Entretanto, na *Ex ESMA*, a quantidade de pessoas que ali passaram, maior que nos demais sítios, e, assim, de depoimentos, associada ao conjunto de outros dispositivos museológicos, possibilita a visita sem guia.

No entanto, devemos ter em vista que as narrativas elaboradas pelas visitas guiadas, ao partir dos espaços físicos, se constroem em meio a um jogo complexo. Tendo em vista a tríada lefebvriana apresentada na introdução do segundo capítulo – o espaço concebido, o percebido e o vivido – partem do espaço concebido, o edifício em si, e do espaço vivido, narrado pelos ex-detidos. Porém, alteram e guiam o modo como cada sítio é percebido por quem visita. Quem se propõe a fazer um percurso, inevitavelmente constrói novas espacialidades como um meio de acessar os lugares.

Também é possível notar algumas frentes comuns que estruturam a narrativa das visitas oferecidas pelos cinco sítios: a história dos lugares como espaços concentracionários e as forças ali atuantes; a estrutura do aparato repressivo; e as histórias consideradas de resistência dos ex-detidos e dos setores da sociedade civil, que levaram a cabo a luta pela refuncionalização dos *Ex CCDTyEs* em lugares de memória.

No *Orletti* e no *Cevallos*, os ápices dos percursos apoiam-se em duas histórias de conotação heroica, fugas “quase *hollywoodianas*”, como disse o guia do *Orletti*. Na *Ex ESMA*, os “pontos altos” (NAFTAL, em entrevista concedida à autora, 2018), pensados pelo projeto expográfico, são as histórias do bebê de Marcuzzo, o único caso que foi devolvido à família, e as fotos do relatório Besterra, quem, mesmo correndo um grande risco de vida, logrou coletar provas essenciais para a posterior comprovação dos crimes. No *Ex Olimpo* enfatizam-se as “pequenas resistências”. No *Ex Atlético*, um dos momentos centrais do percurso consiste em mostrar os elementos construídos no âmbito das *Jornadas por la Memoria*, criadas para reivindicá-lo como prova dos crimes.

A não representação dos desaparecidos nos eixos concentracionários parece pretender desvincular as vítimas de um espaço de repressão e morte, como defendia uma das *Madres de Plaza de Mayo* nas discussões sobre o *Museo de Sítio ESMA* em 2013. Essa estrutura narrativa das visitas, por sua vez, tende a deslocá-los desde o papel de vítimas ao de heróis.

Lembremos que, nos anos 90, frente ao agravamento da desigualdade social no país e às ações de absolvição dos militares julgados, as vítimas passaram a ser representados como heróis revolucionários: homens e mulheres capazes de morrer em prol da busca por uma sociedade mais igualitária (VEZZETTI, 2009). Se, naquela época, tratava-se de um meio de impulsionar a formação de uma resistência, frente às políticas do menemismo; atualmente os atores sociais entrevistados ressaltaram, nesse mesmo sentido, a importância dessa ênfase como uma forma de resistência às posições e ações desfavoráveis ao tema dos direitos humanos no âmbito do governo de Mauricio Macri.

No entanto, compartilhando das inquietações de Vezzetti (2010), até que ponto o deslocamento das vítimas ao papel de heróis permitiria a identificação das novas gerações com elas? Será que isso não criaria um afastamento com o público jovem? Afinal, os detidos eram pessoas comuns, trabalhadores, estudantes, filhos, irmãos, pais, mães, como aqueles que visitam o lugar.

O projeto *Historias de Vida do Ex Olimpo* demonstra que essa questão está sendo discutida no âmbito das instituições. Por outro lado, em decorrência desse deslocamento, ao menos nas visitas guiadas, os sítios não se apresentam como lugares de discussão de alguns temas centrais. Por exemplo, a responsabilidade da sociedade civil ou os efeitos do acionar da guerrilha armada de esquerda nos anos 70, que também causou mortes, mesmo que não sejam equiparáveis com os assassinatos cometidos pelos militares (GUGLIELMUCCI, 2011).

Além disso, as visitas falam quase exclusivamente dos usos dos espaços enquanto centros clandestinos. Porém, como abordamos no segundo capítulo, eles são compostos de distintas camadas históricas, adquiriram diversos usos e significados distintos para os diferentes setores da população que conviviam com esses espaços. Essas camadas históricas foram determinantes para a construção dos lugares de memória, também como visto no segundo capítulo. Desse modo, não deixam de cobrar visibilidade nas paredes descascadas, nas marcas dos trabalhos de conservação, em um ou outro detalhe dos lugares de memória.

Devemos ressaltar, por fim, outra questão fundamental levantada pelas visitas: o fato dos lugares serem apresentados como propositalmente complementares, de maneira que cada qual conta uma história distinta sobre a ditadura militar. Poderíamos arriscar dizer que isso ocorre, em grande medida, porque essas narrativas são armadas a partir de locais específicos, marcados por outras camadas históricas, determinados por suas condições físicas, contextos urbanos e atores sociais particulares.

O *Ex Casino de Oficiales*, atual *Museo de Sitio ESMA*, é uma instituição voltada a um grande público. Foi escolhido como um dos meios centrais para a construção de uma nova memória oficial da ditadura – que incorporou a memória, antes subalterna – durante o kirchnerismo e lançou-a ao mundo. Isso se deu pelo peso simbólico do espaço, considerado o cérebro das ações repressivas, por onde passaram cerca de 5000 vítimas, e pela importância central que adquiriu na esfera pública ao longo das reivindicações desenroladas nos anos 90 e 2000¹⁹².

Enquanto meio de apresentá-lo a um grande público, como parte de uma nova memória oficial, a visita abarca um período histórico mais amplo, com uma ênfase considerável no contexto da ditadura e nos processos de memorialização da sociedade civil. O percurso começa com um vídeo de grande impacto que localiza a *ESMA* na história do terrorismo de Estado. É perpassado por vídeos de depoimentos concedidos e homologados pela justiça. Termina com uma instalação, que aponta à efetividade do poder judiciário com relação ao tema da ditadura. Desse modo, utiliza-se, como ferramenta central, dispositivos audiovisuais de alto impacto – sons, ruídos, efeitos, projeções – que dialogam com a cultura de massa.

¹⁹² Além disso, não podemos deixar de notar que a *Ex ESMA*, monumental, repleta de espaços verdes, localizada em uma área nobre da cidade, apesar de sua história tenebrosa, é esteticamente agradável, o que coopera para atrair o público. Como afirma Laurajane Smith (2010), o monumental, o esteticamente agradável, ainda guia nossas escolhas e forma o discurso autorizado do patrimônio. Nesse sentido, também como os monumentos e os mapas, os museus foram uma instituição fundamental para a conformação de um sentimento nacionalista durante a construção dos Estados-Nação europeus no séc. XIX (ANDERSON, 2012). Isto é, trata-se de um dispositivo clássico para a construção de uma memória oficial.

No *Ex Atlético*, a ênfase está na sua condição de sítio arqueológico, decorrente da destruição do edifício da polícia federal para a construção do viaduto *25 de Mayo* durante a ditadura – parte de um projeto desenvolvimentista maior que implicou em outros atos de violência. Sua condição de ruína, sítio arqueológico, o torna mais difícil de ler que os demais. No entanto, a estrutura do centro clandestino, localizada no porão, foi mantida praticamente intacta (diferente do *Ex Olimpo* e da *Ex ESMA* que foram alterados para esconder as provas dos crimes) e permitiu encontrar objetos também intactos, o que se deu graças aos trabalhos arqueológicos, cujo os produtos, formam parte fundamental das visitas guiadas.

Além disso, ele encontra-se dividido apenas por uma grade na *Av. Paseo Colón*, uma das artérias de Buenos Aires, extremamente movimentada, com alto fluxo de caminhões, uma condição que, como trabalhamos no primeiro capítulo, teve suas origens nas obras urbanas da ditadura. Os guias reclamam da dificuldade de desenvolver seus trabalhos por isso. No entanto, os movimentos de seu entorno, crucial para sua condição de ruína, invadem as visitas guiadas.

O *Ex Olimpo* é apresentado como sítio emblemático do sistema ABO (*Atlético-Banco-Olimpo*), porque o *pozo* foi construído especialmente para receber os presos do *Ex Atlético* (alguns dizem que com restos do *Ex Atlético*), provisoriamente instalados no *Ex Banco*. Outro ponto chave é a relação do local, na época da ditadura, com a vizinhança, já que está implantado em meio à trama normal da cidade, em um bairro de classe média, com casas, comércios, edifícios.

No *Ex Virrey Cevallos*, que divide paredes com outras residências, ganha destaque a questão da convivência dos vizinhos com esse lugar de horror. Trata-se do único percurso que começa do exterior, apontando para a situação urbana da casona; bem como acaba no terraço, desde onde se tem um panorama desse entorno e de sua relação com o edifício.

O *Ex Orletti* é apresentado como um espaço emblemático da Operação Condor. Lá operaram as forças de inteligência uruguaias e chilenas, além da argentina; bem como estiveram vítimas de diferentes

origens. Nessa medida, apresenta a história da ditadura militar argentina como parte de um contexto latino-americano mais amplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA NARRATIVA COMPLEXA E NÃO REDUNDANTE NA CIDADE?

Ao longo desta dissertação, analisamos os cinco *Ex CCDTyE* de *CABA*, hoje lugares de memória, em rede, buscando compreender como eles formam ou não uma narrativa complexa na cidade.

Entendendo-os, simultaneamente, como produtos e produtores das relações sociais estabelecidas a partir e através deles, os analisamos por meio das relações dinâmicas entre as tensões que os constroem: o modo como as memórias são representadas no espaço, e também as disputas entre grupos, grupos dentro de grupos e agentes do Estado que levam a cabo esses lugares.

Voltamos a repetir: um espaço nunca fala por si, se não que o fazem falar (COLOMBO, 2017). A memória não apenas “se dá” no tempo e espaço. Ela é sempre trabalho, pressupõe um sujeito e acontece no plural. Assim, as relações entre memórias e os espaços, construídas por atores vivos, que se movimentam de lá para cá, estão sujeitas à sistemáticas mudanças.

Ressaltamos, portanto, que o presente trabalho dá conta de um momento histórico específico. Enfocamos nos movimentos de *memorialização* e *espacialização*, que reivindicavam os *Ex CCDTyEs* como provas materiais dos testemunhos em meados das décadas de 90; passando pela *estatização da memória*, desenvolvida a partir de 2003; e chegamos em análise dos lugares na atualidade, enfatizando o modo como eles se constituem enquanto espaços de formação e transmissão de conhecimentos.

Por conhecer os sítios e ter realizado as visitas guiadas antes do início da pesquisa, sabíamos que eles possuíam diferenças espaciais cruciais; bem como contavam histórias distintas a partir da condição comum de ex centros clandestinos.

Algumas tornavam-se evidentes ao visitar os lugares. Afinal, a *Ex ESMA* é um arquipélago monumental de edifícios, dentre eles um museu, localizada em uma zona nobre da capital, sendo apresentada como o cérebro das ações repressivas. O *Ex Club Atlético* é um sítio arqueológico, e nas

visitas reforçava-se essa condição, decorrente da destruição do edifício. O *Ex Olimpo*, um grande galpão, que ocupa uma quadra de um bairro de classe média e é apresentado como exemplo emblemático do sistema *ABO*. O *Ex Automotores Orletti*, uma antiga garagem mecânica, era apresentado como sítio emblemático da Operação Condor. O *Ex Virrey Cevallos*, um casarão no bairro residencial de *Montserrat*, ressalta como os centros clandestinos aterrorizavam a vizinhança.

Também em uma dessas visitas, ao *Ex Automotores Orletti*, um dos funcionários ressaltou a importância da criação da *REFESIM* para a integração dos sítios de *CABA*. Isto nos levou a pensar que essa iniciativa estatal havia mudado as relações entre os sítios. Assim, incorporamos a *REFESIM* à proposta, iluminando essa tentativa institucional de articulá-los em rede.

No projeto de pesquisa nos propusemos analisar como cada um se complementa (ou não) com os demais, construindo (ou não) uma narrativa complexa e não redundante na cidade. O objetivo mais amplo era iluminar possibilidades críticas de trabalho sobre a mesma questão no Brasil, construindo, também, uma abordagem inovadora para o caso argentino – onde a ideia de rede havia sido pensada no âmbito das instituições, mas não na literatura. Contudo, implícita no projeto, estava a hipótese de que as escolhas representativas de cada um estabeleciam uma estreita relação com suas funções específicas enquanto centros clandestinos. Isso levaria a uma inevitável articulação desses lugares de memória na chave da complementariedade.

As histórias dos lugares como centros clandestinos possuem uma importância crucial e evidente para seus processos de *memorialização*, *espacialização* e *ativação patrimonial*, constituindo a principal camada mobilizada para apresentá-los ao público. Porém, como buscamos demonstrar no segundo capítulo, suas construções como sítios de memória conectam-se a determinantes mais amplos e complexos: dependem de atores específicos de cada um; das condicionantes físicas; mas também dos outros usos que tiveram para além de *CCDTyEs* e dos diferentes contextos sócio-urbanos.

Os lugares de memória não são só ex centros clandestinos, mas isso constituiu uma das camadas históricas que os compõem. A *Ex Esma* é ao mesmo tempo centro clandestino e liceu naval. O *Ex Club Atlético*, *CCDTyE*, fábrica de fósforos, sede do setor administrativo da polícia federal, lugar de memória. O *Ex Olimpo* é *CCDTyE*, estação de bondes, *Planta Verificadora de Automóviles*, lugar de memória. O *Ex Virrey Cevallos* é *CCDTyE*, residência, depósito, lugar de memória. O *Ex Orletti* é *CCDTyE*, lugar de apoio à construção de trilhos de trem, residência, oficina de costura clandestina, lugar de memória.

Esses usos passam diretamente pela história da cidade. E, em maior ou menor medida, tal relação cobra visibilidade nos debates que os perpassam (ou perpassaram) enquanto sítios de memória.

Exemplos emblemáticos: o *Ex Club Atlético*, cuja condição de sítio arqueológico adveio de um projeto urbano maior empreendido no governo ditatorial, por estar em uma zona central, veio sofrendo ameaças de apagamento, decorrentes das distintas obras urbanas empreendidas no seu entorno. Algo análogo ocorre com o *Ex Orletti*, cuja refuncionalização adveio de sua condição de oficina de costura clandestina, como tantas outras que caracterizam a região onde encontra-se o centro comercial *Avellaneda*. O *Ex Olimpo*, que adquire outros tipos de apreciação simbólica para os seus vizinhos, por seu uso enquanto estação de bondes, emblema de uma cidade moderna no começo do século XX, foi patrimonializado também por esse uso. Ou ainda o *Virrey Cevallos*, o sítio mais emaranhado na trama normal da cidade, que é uma das tantas casonas construídas no séc. XIX em *Montserrat*.

No caso do *Ex Atlético* e do *Ex Orletti*, essa relação se torna ainda mais intrigante porque, em um mesmo espaço, se sobrepõem distintas camadas de violência: o viaduto do *Ex Club Atlético* veio junto com a expulsão violenta dos pobres para a periferia. No *Ex Orletti*, os trabalhadores da oficina de costura clandestina, bolivianos que imigraram para Buenos Aires à procura de melhores condições de vida, eram submetidos a condições de extrema precariedade laboral. Talvez um dos principais desafios na contemporaneidade seja ent pensar a convivência (também conflituosa) entre as distintas histórias de violência na cidade, nas quais os trabalhos de memória acrescentem uns aos outros e se apoiem mutuamente

(ROTHBERG, 2009). Essa questão, embora perpassasse essa dissertação, abre um outro caminho de pesquisa e merece ser aprofundada¹⁹³.

Como aponta Lefebvre (2013:1974), nem todas as camadas históricas que constituem um lugar se especializam. Ou, por vezes, se espacializam por um intervalo de tempo e desaparecem em seguida. Isso porque as memórias e os espaços dependem das relações dinâmicas dos atores sociais que constroem e desconstroem os lugares em um constante *devenir*.

Desse modo, entender como os cinco sítios de memória se articulam em rede demandou ir além de suas materialidades e das narrativas construídas pelas instituições, mapeando suas histórias, repletas de lacunas e incongruências. Eles não podiam ser entendidos como exatamente complementares, mas se obteria melhor rendimento analítico olhando-os pela perspectiva de *constelação*: pontos onde essas distintas camadas históricas, por vezes dissonantes, sujeitas a distintas interpretações, se encontram.

Analisando esses pontos, essa constelação, ou constelações, que são os sítios, verificamos um momento chave no qual a construção da rede foi central: a *estatização da memória* do terrorismo de Estado. Os atores envolvidos com os processos de memorialização e espacialização ganharam tamanha força política que suas memórias, antes subalternas, passaram a disputar com a oficial. Isso foi possível por uma série de medidas governamentais de memória, verdade e justiça que surgiram em resposta às demandas da sociedade civil, reconheceram os esforços dessas pessoas, os erros do Estado e, posteriormente, passaram a focar na transmissão de conhecimentos às outras gerações.

Emblemático nesse sentido é a política de sinalização desenvolvida pela REFESIM e atualmente pela DNSM. Ao mesmo tempo que a implantação

¹⁹³ Os sítios, enquanto instituições estatais, apresentam-se como “Espaços de Memória, Promoção dos Direitos Humanos”. Implícita nela, está a intenção de agir no presente, em um espectro mais amplo de situações de violência respaldadas pelos discursos dos direitos humanos. Desse modo, uma outra possibilidade de pesquisa seria pensar a fundo o modo como eles mobilizam os discursos de direitos humanos para se conectarem (ou não) com outras histórias de violência que convivem na cidade. Ou ainda, como outros grupos mobilizam seus referenciais representativos, simbólicos e discursivos, para trabalhar com essas distintas memórias.

das placas, cartazes e monumentos possuem um valor simbólico de reconhecimento, conferem aos sítios uma força de “verdade” oficial.

Enquanto meio de pensá-los na contemporaneidade, abordamos no quarto capítulo as visitas guiadas, principal atividade pedagógica dos sítios atualmente. Tal abordagem se deu porque percebemos tanto a centralidade das visitas nas instituições, quanto uma diferença entre as histórias contadas a partir de cada lugar e as que seriam possíveis de se contar.

Retomando, umas das principais conclusões foi que havia um esforço de construir os lugares como complementares e não redundantes na cidade, onde cada um contasse algo distinto sobre a história da ditadura e dos *CCDTyEs*. E isto é, em grande medida, determinado pelo caráter particular dos sítios de memória, que tomam as materialidades dos edifícios como ponto central para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Por outro lado, os cinco lugares também se unem por diversos aspectos, além de seus passados comuns. A partir dos movimentos de intercâmbio entre os atores sociais envolvidos nos processos de luta, estabeleceram-se alguns consensos.

Dentre eles optou-se por um caráter conservacionista de intervenção, mantendo os lugares tal qual encontrados quando “recuperados”. Essa escolha vincula-se de forma direta ao processo de transição na Argentina. Diferente do Brasil, lá a ênfase esteve na justiça. Os processos inéditos como o *CONADEP*, o *Juicio a las Juntas*, garantiram a construção de uma verdade acerca dos crimes cometidos; cooperaram para a refuncionalização dos *Ex CCDTyEs*; e, em certa medida, garantiram sua sobrevivência (ao menos até agora) mediante a comprovação de seus usos ilegais, o que levou à criação de leis e programas em prol da conservação e manutenção desses lugares.

No centro das medidas de transição estiveram as vozes das vítimas, que se tornaram as bases para as escolhas representativas dos lugares. Os sítios foram reivindicados como “prova material dos testemunhos” e mobilizam, principalmente, os depoimentos de ex detidos-desaparecidos para transmitir

conhecimentos sobre os centros clandestinos; bem como os sobreviventes tornaram-se os atores mais autorizados para falar sobre eles.

Como afirma Ana Guglielmucci (2011), essa escolha insere-se como uma ferramenta para construí-los como lugares de memória “autêntica” e documentada. Assim, embora os julgamentos relativos a grande parte dos sítios já tenham sido concluídos, tal posição continua sendo sustentada pelas instituições, impedindo, inclusive por lei, a inovação desses espaços.

Como parte disso, nota-se uma tendência dessas instituições em focar em um período histórico específico, enquanto, também, meio de afirmá-los como lugares de memória autêntica e documentada. Atenuam-se, assim, as múltiplas condicionantes e camadas históricas que delineiam o modo como esses lugares se construíram como centros clandestinos e como lugares de memória – infinitamente mais vastas e complexas. Mas seria necessário “esquecer” as outras camadas para construir um lugar de memória sobre a ditadura militar? Ou será que iluminá-las permitiria ao público intensificar as conexões com as distintas histórias de violência que afetam o presente?

No processo de *estatização da memória*, essas escolhas refletiram nas políticas estatais. Um dos principais mecanismos adotados para responder às demandas de grupos da sociedade civil foi a incorporação desses consensos e dos atores sociais às práticas e às instituições voltadas à promoção da memória sobre o terrorismo de Estado.

As sinalizações da *REFESIM*, por exemplo, partem de uma estrutura narrativa análoga ao dos sítios de memória. Enquanto o monumento incorporou a consigna “memória, verdade e justiça”, emblemática da luta política; os textos das placas e cartazes, como nas visitas guiadas, falam das forças que ali agiram, dos seus usos como centro clandestino, do processo de recuperação.

De fato, isso foi essencial para reconhecer os esforços das organizações de DDHH. Mas, por outro, incorporaram-se alguns “vícios”, que a impediram de propor formas criativas de interpelar o presente e a cidade. Dentre eles, o de simplificar as histórias dos lugares, negando o caráter dissonante e múltiplo da memória. Isso torna-se evidente quando, por exemplo, as placas e cartazes, implantadas nos muros, contrastam com as

paredes grafitadas, descascadas e repletas de outros tipos de marcações construídas ao longo do processo de luta.

No movimento de luta por memória, alguns atores tornaram-se os autorizados a tomar decisões acerca daquilo que deveria ser memorializado e como fazer isso. Este grupo específico, que adquiriu maior peso político, passou a entender e reivindicar os sítios como lugares “próprios” que deviam ser recuperados de um “outro” e dedicados para a sociedade argentina como um todo (GUGLIELMUCCI, 2019).

Essa vontade [de dirigi-los à sociedade argentina como um todo] torna-se evidente nas distintas atividades pedagógicas empreendidas por essas instituições. Por outro lado, como afirmam diversos autores, há uma dificuldade de constituir esses lugares como espaços públicos, onde a sociedade faça parte das tomadas de decisões e se transmitam conhecimentos mais profundos sobre a memória recente (GUGLIELMUCCI, 2011).

Hugo Vezzetti (2009) afirma que um dos principais tabus diz respeito à “violência revolucionária”, às ações violentas das guerrilhas de esquerda nos anos 70. Conforme abordamos no último capítulo, embora nem de longe sejam equiparáveis à violência militar, os sítios não se apresentam como lugares de discussão sobre o tema.

Na medida em que, desde a década de 90, as vítimas foram reivindicadas como combatentes, há uma tendência de apresentá-la sob a forma de uma “violência justa”, o que impediria a formação de uma sociedade mais democrática e menos violenta. Isso pode ser pensado como um dos motivos pelo qual a Argentina, mesmo sendo um emblema internacional quando se fala de justiça de transição, ainda é repleta de violências.

O entendimento dos lugares como “próprios” que deviam ser recuperados de um “outro” para a sociedade argentina como um todo, seguindo a reflexão de Ana Guglielmucci (2011), representa tanto um risco como uma oportunidade. Uma ameaça, porque o patrimônio, frente a uma ameaça interna, tende a fechar-se em si mesmo, excluindo a comunidade; e

uma oportunidade, porque a partir desse entendimento os sítios impulsionaram uma série de atividades culturais e programas educativos com escolas, universidades, pesquisadores e grupos de turistas, que buscam dialogar com setores mais amplos da sociedade.

Assim, enquanto para Andreas Huyssen (2014, p. 196) a vinculação entre memória e justiça tende a impedir que “sobretudo a memória traumática se torne um exercício vazio, que se alimente de si mesmo, de forma paradisíaca e estreita”; Guglielmucci (2011) atenta que a busca por definir os sítios argentinos como provas materiais e testemunhos para a justiça pode forjar uma ideia deles como “fetiche do mal”. Para ela, se os depoimentos dos sobreviventes se inserem como epígrafes desses lugares, dificilmente se poderá transmitir conhecimentos acerca da função desses espaços na trama normal da cidade; bem como o deslocamento desses testemunhos do seu contexto sócio-histórico pode levar a uma apreensão desses espaços como “lugares malditos”:

Como os objetos patrimoniais de muitos museus, esta coleção de marcas pode tender a validar certas imagens estereotipadas sobre o passado, em vez de promover a compreensão de processos históricos complexos.¹⁹⁴ (GUGLIELMUCCI, 2011, p. 336, traduzido pela autora).

As questões levantadas a partir do caso argentino remetem à problemáticas mais amplas sobre as políticas de memória contemporâneas e, portanto, nos ajudam a pensar possibilidades críticas e desafios para a mesma questão no Brasil. Embora, em nenhum momento, nossa intenção tenha sido fazer um estudo comparativo, acreditamos que esse trabalho pode ser mobilizado, por gestores e pesquisadores, para pensar os lugares de memória que já existem e vem se formando em nosso país.

Segundo Ricard Vinyes (2009), diversos governos e instituições vêm promovendo um modelo canônico fundado no imperativo “dever de

¹⁹⁴ “*Al igual que los objetos patrimoniales de muchos museos, esta colección de marcas puede tender a validar ciertas imágenes estereotipadas sobre el pasado en vez de promover la comprensión de complejos procesos históricos.*”

memória”. Como defende o autor, isso tem ao menos duas consequências: a primeira é o “estabelecimento de um relato transmissível único, impermeável em sua lógica interna, cartesiano, que o cidadão tem o suposto dever moral de saber e transmitir de maneira idêntica a como o recebeu¹⁹⁵”. A segunda é o embasamento desse dever de memória no sofrimento das vítimas. Ou seja, atribuir às vítimas, por seu maior grau de sofrimento, mais autoridade frente à memória.

Seguindo essas reflexões, defendemos que a memória não pode ser pensada como um dever, mas, obtemos maior rendimento, encarando-a como um direito. Os esforços da sociedade civil para lograr a democracia frente a um Estado ditatorial, os valores dessa democracia, e as ações de impedir as violências de Estado constituem um patrimônio ético da sociedade democrática.

Ainda compartilhando dos posicionamentos de Vinyes (2009), o reconhecimento e transmissão desse patrimônio devem ser garantidos pelas instituições do Estado, por meio de políticas de memória que garantam e estimulem o exercício desse direito. Como buscamos demonstrar ao longo da dissertação, a memória pública é produzida por debates políticos e culturais em uma determinada sociedade e conjuntura histórica, política, social. Assim, uma das funções centrais das políticas de memória é (ou devia ser, no nosso entendimento) garantir o acesso dos cidadãos à construção de uma memória pública.

Há, então, uma questão central para se ter em perspectiva: a quem se destinam as políticas de memória nacionais, estatais e municipais? Ao nosso ver, elas não deveriam estar voltadas às vítimas – cujo sofrimento sem dúvida deve ser reparado –, mas para a cidadania como um todo.

Para tanto, há de se assumir que as memórias são sempre conflitivas e que os conflitos não se liquidam por decretos. Só podem ser atenuados e cooperar para a formação de uma sociedade mais democrática se forem

¹⁹⁵ “*establecimiento de un relato transmisible único, impermeable en su lógica interna, cartesiano, que el ciudadano tiene el supuesto deber moral de saber y transmitir de manera idéntica a como lo ha recibido*”. VINYES, Ricard. La Memoria como política pública. *El País*, Madrid, 7 de janeiro de 2009. Disponível em: https://elpais.com/diario/2009/01/07/opinion/1231282813_850215.html > Acessado em: 25 fev. 2019.

expostos e trabalhados. Assim, as pessoas, ao tomarem consciência dos acontecimentos, adquirem a oportunidade de assumir uma posição e refletir sobre suas ações no presente¹⁹⁶.

¹⁹⁶ VINYES, Ricard. Entrevista concedida à Fabiana Freyssinet. CLACSO TV. *La Memoria no es un deber, es un derecho civil*. 2017. (19'43). Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=_BQuh16YcSo > Acessado em: 20 fev. 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAM, Ruth. *A coat of many colors: Immigration, Globalization, and Reform in New York City's Garment Industry*. New York: Fordham University Press, 2005.

ADORNO, Theodor. La crítica de la cultura y sociedad. In: *Prismas: La Crítica de la Cultura y la Sociedad*. Barcelona: Ariel, 1962. Trad. Manuel Sacristán.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção: Homo Sacer I, II*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGUERREBERRY *et al.* Las Siluetas. In: BRUZZONE, Gustavo; LONGONI, Ana (Orgs.). *El Siluetazo*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2008.

AGUERREBERRY *et al.* Propuesta presentada a las Madres de Plaza de Mayo (1983). In: BRUZZONE, Gustavo; LONGONI, Ana (Orgs.). *El Siluetazo*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2008.

AMIGO, Roberto. Aparición con vida: las siluetas de los detenidos-desaparecidos In: BRUZZONE, Gustavo; LONGONI, Ana (Orgs.). *El Siluetazo*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2008.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hanna. *Origens Do Totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARFUCH, Leonor. El presente del pasado: ética y responsabilidad. In: HUFFSCHIMID, Anne; DURÁN, Valeria. (Orgs.). *Topografías Conflictivas: Memorias, Espacios y Ciudades en Disputa*. Buenos Aires: Trilce, 2012.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

ASSUMPÇÃO, San R.; KOERNER, Andrei. A lei de Anistia e o Estado Democrático de Direito no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 69, pp. 194-197, fev. 2009.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus, 2005.

BARRIENTOS, Manuel. Veinte años de un amparo histórico. *El País*, 9 jan. 2018. Disponível em: < <https://www.pagina12.com.ar/87911-veinte-anos-de-un-amparo-historico> > Acessado em: 20 jan. 2019.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: *Obras Escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. pp. 114-119. Trad. Sergio Paulo Rouanet.

_____. Hacia la crítica de la violencia. In: *Obras Completas II*. Madrid: ABADA, 2007.

_____. Imagens do pensamento. In: _____. *Obras Escolhidas II: rua de mão única*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. pp. 143-277. Trad. Sérgio Paulo Rouanet.

_____. Rua de mão única. In: _____. *Obras Escolhidas II: Rua de Mão Única*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. pp. 9-70. Trad. Sérgio Paulo Rouanet.

_____. Sobre o conceito de história. In: _____. *Obras Escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Trad. Sergio Paulo Rouanet.

BARRIOS X MEMORIA Y JUSTICIA. *Baldozas x la Memoria II*. Buenos Aires: Instituto Espacio por la Memoria, 2010.

BASUALDO, Eduardo M. *Sistema político y modelo de acumulación en la Argentina: notas sobre el transformismo argentino durante la valorización financiera*. Quilmes: Universidad de Quilmes Editorial, 2002.

BIRLE, P. *et al* (org.). *Memorias urbanas en diálogo: Berlín y Buenos Aires*. Buenos Aires: Buenos Libros Editorial / Heinrich Böll Stiftung, 2010.

BONFORTI, Emanuel *et al*. Relevamiento de las memorias de los vecinos del ex Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio "Olimpo". In: *Ex CCDTyE "OLIMPO"*. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2008.

BOSCO, Estevão. *Por uma teoria cosmopolita: modernização, mundialização/globalização e entendimento cultural*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2017.

BRODSKY, Marcelo. *Memoria en construcción: el debate sobre la ESMA*. Buenos Aires: La Marca Editora, 2005.

CABRAL, Rebeca L. Auschwitz-Birkenau: Entre a Barbárie e a Cultura. *Revista M*. Vol.1, n.1, pp. 232-250. Rio de Janeiro, jan.- jun., 2016.

CABRAL, Rebeca L. Memórias de dor na paisagem urbana de Buenos Aires: o Siluetazo. *VII Congresso Imagens da Morte*. Goethe Institut e Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

CABRAL, Rebeca L. Traumatic memories in the urban landscape of Buenos Aires: The Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado. In: ETHIER, Guillaume. *Le Spectacle du Patrimoine*. Montreal: Presses de l'Université du Québec, 2016.

CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COLEGIO DE ARQUITECTOS DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES DISTRITO II. *Concurso nacional de ideas, croquis preliminares y anteproyecto para el "Parque de la memoria"*. Buenos Aires: Eudeba, 2000.

_____. *Concurso de Esculturas*. Buenos Aires: Eudeba, 2007.

COMISIÓN PRO MONUMENTOS A LAS VÍCTIMAS DEL TERRORISMO DE ESTADO. *Escultura y memoria, 665 proyectos presentados al concurso en homenaje a los detenidos desaparecidos y asesinados por el terrorismo de Estado en Argentina*. Buenos Aires: Eudeba, 2000.

CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: Los Campos de Concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: Estratégias Para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2015.

_____. *A sociedade sem relato: Antropologia e Estética da iminência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2012.

CARNOVALE, Vera (2006). Memorias, Espacio Público y Estado: La Construcción del Museo de la Memoria en Argentina. In: *Revista Estudios AHILÁ de Historia Latinoamericana*, Verveurt, No. 2., 2006.

CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COLOMBO, Pamela. *Espacios de desaparición: Vivir e Imaginar los Lugares de la Violencia Estatal (Tucumán, 1975)*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017.

COLOMBO, Pamela. *Espacios de desaparición: Vivir e Imaginar los Lugares de la Violencia Estatal (Tucumán, 1975)*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017.

CONNERTON, Paul. *How Societies Remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CONTE, Gonzalo. Densidad y Fragmentación en la Ciudad de Buenos Aires. In: HUFFSCHIMID, Anne; DURÁN, Valeria. (Orgs.). *Topografías Conflictivas: Memorias, Espacios y Ciudades en Disputa*. Buenos Aires: Trilce, 2012.

COOMBES, Annie E. *History After Apartheid: Public Memory and Visual Culture in Democratic Africa*. Londres, Duke University Press, 2003.

CRENZEL, Emilio. La CONADEP treinta años después: la investigación sobre las desapariciones forzadas en la Argentina. *Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, Derechos Humanos*, Buenos Aires, Vol. 2, No. 4, pp. 3-25, Nov. 2013.

_____. *La Historia Política del Nunca Más*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Ediciones, 2008.

CROCCIA, M. *et al.* Patrimonio Hostil: Reflexiones sobre los Proyectos de Recuperación de Ex Centros Clandestinos de Detención en la Ciudad de Buenos Aires. *IX Congreso Argentino de Antropología Social*, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales – Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2008.

CYMBALISTA, R. *et al* (Orgs.). *Patrimônio Cultural: Memória e Intervenções Urbanas*. São Paulo: Annablume, 2016.

CYMBALISTA, Renato. *Projeto em políticas públicas*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2016.

D'AGOSTINO, Miguel Ángel. Ex Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio “Club Atlético”: Supervivencia y Memoria. In: BIRLE, Peter *et al* (Orgs.). *Memorias urbanas en diálogo: Berlín y Buenos Aires*. Buenos Aires: Buenos Libros Editorial / Heinrich Böll Stiftung, 2010.

DA SILVA CATELA, Ludmila y JELIN, Elizabeth (Orgs.) *Los archivos de la represión: Documentos, Memoria y Verdad*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

DA SILVA CATELA, Ludmila. Lo que Merece ser Recordado... Conflictos y Tensiones en Torno a los proyectos públicos sobre los usos del pasado en los sitios de memoria. *Clepsidra: Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, Buenos Aires, No. 2, pp. 28-47, out. 2014.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DERRIDA, Jacques. *O mal de arquivo: uma Impressão Freudiana*. São Paulo: Relume Dumará, 2001.

DI CORI, Paloma. La Memoria Pública del Terrorismo de Estado. Parques, Museos y Monumentos en Buenos Aires. In: ARFUCH, Leonor. *Identidades, sujetos y subjetividades*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2005.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cortezas*. Santander: Shangrila, 2014.

_____. *Imágenes pese a todo*. Barcelona: Paidós, 2004.

DIÉGUEZ, Ileana. *Cuerpos sin duelo*. Córdoba: Ediciones Documenta/ Escénicas, 2012.

DIRECCIÓN NACIONAL DE SITIOS DE MEMORIA. *Política Nacional de Sitios de Memoria*: Presentación marzo 2016. Buenos Aires, março 2016.

_____. *Señalización de ex centros clandestinos de detención y otros espacios vinculados con el accionar del terrorismo de Estado*. Buenos Aires, 2016.

_____. *Señalización de ex centros clandestinos de detención y otros espacios vinculados con el accionar del terrorismo de Estado*. Buenos Aires, 2017.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi. Caminhando pelo passado dos outros. In: CYMBALISTA *et al.* (Orgs.). *Patrimônio Cultural: memória e intervenções urbanas*. São Paulo: Annablume, 2016.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi. Sites of Hurtful Memory. In: *Conservation, The Getty Conservation Institute Newsletter*, n.17, 2002. Disponível em: < http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/newsletters/17_2/feature.html > Acessado em: 20 jan. 2019.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi. Topografías del recuerdo y colectivos de memoria. In: BIRLE, Peter *et al.* *Memorias urbanas en diálogo: Berlín y Buenos Aires*. Buenos Aires: Buenos Aires Libros Editorial / Heinrich Böll Stiftung, 2010.

DURÁN, Valeria. La vecindad del horror. Pasado y presente en el entorno de los (ex) centros clandestinos de detención. In: HUFFSCHIMID, Anne; DURÁN, Valeria. (Orgs.). *Topografías Conflictivas: memorias, espacios y ciudades en disputa*. Buenos Aires: Trilce, 2012.

FABBRINI, Ricardo. *A arte depois das vanguardas*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

FELD, Clara. Las capas memoriales del testimonio: Un análisis sobre los vínculos entre espacio y relatos testimoniales en el Casino de Oficiales de la ESMA. In: HUFFSCHIMID, Anne; DURÁN, Valeria. (Orgs.). *Topografías Conflictivas: memorias, espacios y ciudades en disputa*. Buenos Aires: Trilce, 2012.

FELDMAN, Allen. *Formation of Violence: The Narrative of the Body and Political Terror in Northern Ireland*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

FELMAN, Shoshana. *In the era of testimony: Claude Lanzmann's Shoah*. Yale French Studies, No. 79, Literature and the Ethical Question, pp. 39-81, 1991.

_____. *The Juridical Unconscious: Trials and Traumas in the Twentieth Century*. Cambridge: Harvard UP, 2002.

FEIERSTEIN, Daniel. *Genocide as social practice: Reorganizing society under the Nazis and Argentinas Social Juntas*. New Jersey: Rutgers University Press, 2014.

FERNANDÉZ, Laura. La Silueteada: el signo y la acción. In: BRUZZONE, Gustavo; LONGONI, Ana (Orgs.). *El Siluetaço*. Buenos Aires, Adriana Hidalgo, 2008.

FREHSE, Fraya. Memória e espaço. In: CYMBALISTA, R. *et al.* (Orgs.). *Patrimônio Cultural: Memória e Intervenções Urbanas*. São Paulo: Annablume, 2016.

GRUPO DE ARTE CALLEJERO (GAC). *Pensamientos, prácticas, acciones*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2009.

GATTI, Gabriel. *El detenido-desaparecido: narrativas posibles para una catástrofe de la identidad*. Montevideo: Trilce, 2008.

GONZALO, Conte. Densidad y fragmentación de la memoria en la ciudad de Buenos Aires. In: ARFUCH, Leonor; DURÁN, Valéria (Orgs.). *Topografías Conflictivas: memorias, espacios y ciudades en disputa*. Buenos Aires, Nueva Trilce, 2012.

GORDILLO, Gastón. *Los escombros del progreso: ciudades perdidas, estaciones abandonadas y deforestación sojera en el norte argentino*. Buenos Aires:

Siglo XXI, 2018.

_____. *Lugares de diablos: tensiones del espacio y la memoria*. Buenos Aires: Prometeo, 2011.

GORELİK, Adrian; PEIXOTO, Fernanda (Orgs.). *Ciudades sudamericanas como Arenas Culturales*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.

GORELİK, Adrian.; SILVESTRI, Graciela. Paseo de compras: un recorrido por la decadencia urbana de Buenos Aires. *Punto de Vista*. Buenos Aires, No. 37, pp. 23-28, jul. 1990.

GORELİK, Adrián. Intelectuales en la ciudad: interrogantes sobre la crítica y la reforma. *Punto de Vista*. Buenos Aires, No. 44, pp. 27-31, nov. 1992.

_____. La memoria material: ciudad e historia. *Bol. Inst. Hist. Argent. Am. Dr. Emilio Ravignani*. Buenos Aires, n. 33, p. 181-187, dez. 2011. Disponible en: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S052497672011000100026&lng=es&nrm=iso>. Acessado em: 28 fev. 2019.

_____. Miradas sobre Buenos Aires: itinerários. *Punto de Vista*, Buenos Aires, n. 41, p. 21-28, dez. 1991.

GREGORY, D. *The colonial present: Afghanistan. Palestine. Iraq*. Cornwall: Blackwell Publishing, 2004.

GRÜNER, Eduardo La Invisibilidad Estratégica, o la Redención Política de los Vivos. In: BRUZZONE, Gustavo et LONGONI, Ana (Orgs.). *El Siluetazo*. Buenos Aires, Adriana Hidalgo, 2008.

GUGLIELMUCCI, Ana. De Centro Clandestino de Detención “Olimpo” a “sitio de memoria”: Reflexiones Sobre Gestión Política y Trabajo Simbólico. In: BIRLE, Peter et al. (Orgs.). *Memorias urbanas en diálogo: Berlín y Buenos Aires*. Buenos Aires: Buenos Libros Editorial / Heinrich Böll Stiftung.

_____. *El Proceso Social de Consagración de la “Memoria sobre el Terrorismo de Estado” como Política Pública Estatal de Derechos Humanos en Argentina*. Tese de doutorado. Facultad de Filosofía y Letras –Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

_____. Entre el Deber y el Querer: Los Problemas de Hacer Memoria de la Dictadura. *V Reunión de Antropología del MERCOSUR*,

"*Antropología en perspectivas*". Florianópolis, 30 nov. - 3 dez., 2003.

_____. La Objetivación de las Memorias Públicas sobre la Última Dictadura Militar Argentina (1976-1983): el 24 de Marzo en el Ex Centro Clandestino de Detención E.S.M.A. *Antípoda: Revista de Antropología y Arqueología*. Bogotá, Universidad de los Andes, No. 4, pp. 243-265, jan. 2007.

_____. La Producción Social de la ESMA Como Espacio para la Memoria Sobre el Terrorismo de Estado en Argentina: Espacialización de la Memoria y Participación Política. In: MÁRQUEZ, Francisca (Org.). *Patrimonio: Contranarrativas Urbanas*. Santiago: Uah Ediciones, 2019.

_____. Pensar y Actuar en Red: Los Lugares de Memoria en Colombia. *Alathea*, La Plata, Vol. 8, No. 16, jul. 2018. Disponible em: < <http://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero-16/dossier/pensar-y-actuar-en-red-los-lugares-de-memoria-en-colombia> > Acessado em: 28 fev. 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARLEY, J. Brian. Hacia una Deconstrucción del Mapa. In: LAXTON, P. (Org.) *La Nueva Naturaleza de los Mapas: Ensayos Sobre la Historia de la Cartografía*. México: FCE, 2005, p. 185-207. Trad. Leticia García Cortés e Juan Carlos Rodríguez.

HARVEY, David. *Justice, Nature & the Geography of Difference*. Cambridge: Blackwell, 1996.

_____. *The Condition of Postmodernity: An Enquire into the Originis of Cultural Change*. Oxford: Blackwell, 1990.

_____. Space as a Keyword. In: CASTREE, N.; GREGORY, D. (Orgs.). *A critical reader David Harvey*. Oxford: Blackwell, 2006.

HAYNER, Priscilla. *Verdades Innombrables*. El Reto de las Comisiones de la Verdad. Cidade do México: FCE, 2008.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e terra, 2012.

HUFFSCHIMID, Anne; DURÁN, Valeria. (Orgs.). *Topografías Conflictivas: Memorias, Espacios y Ciudades en Disputa*. Buenos Aires: Trilce, 2012.

HUFFSCHIMID, Anne. ¿De quién es la memoria? Tensiones, Preguntas, Conflictos. Notas de un diálogo. In: BIRLE, Peter. *et al* (Orgs.). *Memorias Urbanas en Diálogo: Berlín y Buenos Aires*. Buenos Aires: Buenos Libros Editorial/ Heinrich Böll Stiftung, 2010.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado presente: Modernismos, Artes Visuais, Políticas da Memória*. Rio de Janeiro: Contraponto – Museu de Arte do Rio, 2014.

_____. Monuments and Memory in a Postmodern Age. In: YOUNG, James. *Holocaust memorials in History: The Art of Memory*. Munich; Nova York: Prestel Verlag, 1994.

_____. *Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

_____. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

_____. Mapeando o Pós-Moderno. In: *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991

_____. *Memorias crepusculares: la marcación del tiempo en una cultura de amnesia*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2014.

JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e Sociedade de Consumo. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, No.12, pp. 17-26, jun. 1985.

JELIN, Elizabeth; LORENZ, Federico (Orgs.) *Educación y Memoria: La Escuela Elabora el Pasado*. Madrid: Siglo XXI, 2004.

JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria (Orgs.) *Monumentos, Memoriales y Marcas Territoriales*. Madrid: Siglo XXI, 2003.

JELIN, Elizabeth. *La Lucha por el Pasado: Cómo Construimos la Memoria Social*. Buenos Aires: SigloXXI, 2017. Edição do Kindle.

_____. *Los Trabajos de la Memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

_____. Memoria y Democracia: Una Relación Incerta. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*. Cidade do México, Vol. 59, No. 221, maio 2014. Disponível em: <
<http://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/47707/42897> > Acessado em: 28 fev. 2019.

LE GOFF, Jacques y NORA, Pierre (Orgs.) *Hacer la Historia*. Barcelona: Laia, 1978.

LE GOFF, Jacques. *El Orden de la Memoria: El Tiempo Como Imaginario*. Barcelona: Paidós, 1991.

_____. *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LEFEBVRE, Henri. *La Producción Social del Espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEVI, Primo. *Trilogía de Auschwitz: Si Esto es un Hombre. La Tregua. Los Hundidos y los Salvados*. Barcelona: Océano/El Aleph, 2005.

LEVY, Daniel. *Human Rights and Memory: Essays on Human Rights*. Pennsylvania: Penn State University Press, 2010. Edição do Kindle.

LIEUTIER, Ariel. *Esclavos: Los Trabajadores Costureros de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Retórica, 2009.

LIVINGSTON, R. *Arquitectura y Autoritarismo*. Buenos Aires: De la Flor, 1991.

LONGONI, Ana. *Traiciones: La Figura del Traidor en los Relatos Acerca de los Sobrevivientes de la Represión*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2007.

LORENZ, Federico. De Quién es el 24 de Marzo? Las Luchas por la Memoria del Golpe de 1976. In: JELIN, Elizabeth. (Org.) *Las Conmemoraciones: Las Disputas en las Fechas Infelices*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

_____. La ESMA, un Espacio en Construcción: Estado y Actores Sociales en un Sitio de Memoria. In: BIRLE, P. *et al* (Orgs.). *Memorias Urbanas en Diálogo: Berlín y Buenos Aires*. Buenos Aires: Buenos Libros Editorial / Heinrich Böll Stiftung, 2010.

LOREA, Ion. Henri Lefebvre y los Espacios de lo Posible. In: LEFEBVRE, Henri. *La Producción Social del Espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LOWY, Michael. "A Contrapelo": A Concepção Dialética da Cultura nas Teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, São Paulo, No. 25/26, pp. 20-28, 2º sem. 2010 e 1º sem. 2011.

MASSEY, Doreen. *For space*. Londres: Sage, 2005.

MEMORIA ABIERTA. *Coloquio El Museo que Queremos: La Transmisión de la Memoria A Través de los Sitios*. Buenos Aires, Jun. 2007.

_____. *Memórias en La ciudad: Señales del terrorismo de Estado en Buenos Aires*. Buenos Aires: Memoria Abierta/EUDEBA, 2009.

MESA DE TRABAJO Y CONSENSO EX CCDTyE OLIMPO. Buenos Aires: Instituto Espacio por la memoria, 2012.

MESSINA, Luciana. El Ex Centro Clandestino de Detención "Olimpo" como Dispositivo de Memoria: Reflexiones Sobre las Marcas Territoriales y sus Usos. *Aletheia*. Buenos Aires, v. 2, n. 3 Disponível em: < http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4988/pr.4988.pdf > Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. *Políticas de la Memoria y Construcción de la Memoria Social: Acontecimientos, Actores y Marcas de Lugar. El Caso del Ex Centro Clandestino de Detención "Olimpo"*. Tese de doutorado. Universidad de Buenos Aires – Faculdade de Filosofia y Letras, Buenos Aires, 2010.

MEZAROBBA, Glenda. *O Preço do Esquecimento: As Reparações Pagas às Vítimas do Regime Militar (uma Comparação entre Brasil, Argentina e Chile)*. Tese de doutorado. Curso de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. *Um acerto de contas com o futuro a anistia e suas consequências: um estudo sobre o caso brasileiro*. Dissertação de mestrado. Curso de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. De que se fala quando se diz, Justiça de Transição?. *BIB*, São Paulo, No. 67, pp. 111-122, 1º sem. 2009.

MENDIZÁBAL *et al.* El Afuera de un Centro Clandestino de Detención: Las Memorias de los Vecinos el "Olimpo". In: HUFFSCHIMID, Anne; DURÁN, Valeria. (Orgs.). *Topografías Conflictivas: Memorias, Espacios y Ciudades en disputa*. Buenos Aires: Trilce, 2012.

MOYN, Samuel. *The last utopia: Human Rights in History*. Harvard: Harvard University press, 2012.

MUSEO DE SITIO ESMA. *La Visita de las Cinco (2016-2017)*. Buenos Aires: Museo de Sítio ESMA, 2018.

NAVARRO-YASHIN, Yael. *The Make-Believe Space: Affective Geography in a Post-War Polity*. Durham e Londres: Duke university press, 2012.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Catástrofe e*

Representação. São Paulo: Escuta, 2000.

NEVES, Deborah. *A Persistência do Passado: Patrimônio e Memoriais da Ditadura em São Paulo e Buenos Aires*. Dissertação de mestrado. Curso de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NORA, P. *Les Lieux de Mémoire*. 3 volumes. Paris: Gallimard, 1984 (vol. 1); 1987 (vol. 2); 1992 (vol. 3).

OLMOS, Belen. *La Construcción de la Memoria en un 'Ex' Centro Clandestino de Detención: El Caso del Espacio para la Memoria Virrey Cevallos en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*. Dissertação de mestrado. Faculdade de sociologia, Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, 2018.

OSZLAK, Oscar. *Proceso, Crisis y Transición Democrática*. Buenos Aires: CEAL, 1984.

_____. *Merecer la ciudad: los pobres y el derecho al espacio urbano*. Buenos Aires: EDUNTREF, 2017.

OUVIÑA, Hernán. *Las Asambleas Barriales y la Construcción de lo Público en el Estatal: La Experiencia en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*. Relatório final do concurso: Movimientos Sociales y Nuevos Conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO, Buenos Aires, 2008

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

RED FEDERAL DE SITIOS DE MEMORIA. *Primer Encuentro Público la Perla: Cuaderno I*. Buenos Aires, 2007.

_____. *Segun Encuentro Nacional de la Red Federal de Sitios de Memoria*. Buenos Aires, 2008.

_____. *Sitios de Memoria: Experiencias y Desafíos*. Buenos Aires, 2011.

RICHARD, Nelly. *Políticas y Estéticas de la Memoria*. Santiago: Cuarto Propio, 2006.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROTHBERG, Michael. *Between Memory and Memory: from Lieux de*

Mémoire to Noeuds de mémoire. *Yale French Studies*, New Heaven, p. 118-119, 2010.

_____. *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization Cultural Memory in the Present*. Stanford: Stanford University Press, 2009. Edição do Kindle.

SAID, Edward. *Orientalismo*. Barcelona: De Bolsillo, 2008.

SARLO, Beatriz. El dilema del monumento. *La Nación*, 15 de agosto de 2009. Disponível em: < <https://www.lanacion.com.ar/1160972-el-dilema-del-monumento> > Acessado em: 20 jan. 2019.

_____. *Tiempo pasado: Cultura da la Memoria y Giro Subjetivo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

SCHINDEL, Estela; COLOMBO, Pamela (Orgs.). *Space and Memories of Violence: Landscapes of Erasure, Disappearance and Exception*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

SCHINDEL, Estela. Ahora los Vecinos Van Perdiendo el Temor. La Apertura de los Ex Centros de Detención y la Restruturación del Tejido Social en Argentina. *Bifurcaciones*, Santiago, No. 14, Primavera de 2013. Disponível em: < <http://www.bifurcaciones.cl/2013/10/ahora-los-vecinos-van-perdiendo-el-temor/> > Acessado em: 20 de jan. de 2019.

_____. Inscribir el Pasado en el Presente: Memoria y Espacio Urbano. Cidade do México: Política y Cultura, Primavera de 2009, No. 31, pp. 65-87.

_____. Memoria y Olvido: Los Ríos Como Topografía Conflictiva. In: HUFFSCHIMID, Anne et DURÁN, Valeria. (Orgs.). *Topografías Conflictivas: Memorias, Espacios y Ciudades en Disputa*. Buenos Aires: Trilce, 2012.

_____. Pedras, Plazas y Performances: Modos Activos de la Memoria en Buenos Aires In: BIRLE, Peter. et al (Orgs.). *Memorias Urbanas en Diálogo: Berlín y Buenos Aires*. Buenos Aires: Buenos Libros Editorial / Heinrich Böll Stiftung, 2010.

SECRETARIA DE DERECHOS HUMANOS Y PLURALISMO CULTURAL. *Programa Registro Unificado de Víctimas del Terrorismo de Estado (Runte)*: Presentación. Buenos Aires, maio, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org). *História, Memória e Literatura: O Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

_____. Auschwitz: História e Memória. Campinas, *Pro-Posições*, Vol.1, No.5, pp. 78-87, 2000.

_____. Estética e Política, Memória e Esquecimento: Novos Desafios na Era do Esquecimento. *Remate de Males*, Campinas, Vol. 29, No. 2, 2009, p. 271-281.

_____. Ficção e Imagem, Poética e História: Sobre a Política dos Rastros. *Dimensões*, Campinas, v. 30, p. 17-51, 2013.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. São Paulo: Best bolso, 2008.

SILVESTRE, Graciela. El Arte en los Límites de Representación. *Bifurcaciones – Revista de Estudios Culturales Urbanos*, No. 10, 2013. Disponível em: < <http://www.bifurcaciones.cl/2013/10/el-arte-en-los-limites-de-la-representacion/> > Acessado em: 20 jan. 2019.

_____. *El Color del Río*. Historia Cultural del Paisaje del Riachuelo. Quilmes: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes/Prometeo, 2003.

SMITH, LauraJane. *Uses of Heritage*. Nova Iorque: Routledge, 2006.

SOJA, Edward. *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space and Critical Theory*. Londres: Verso, 1989.

TAVANI, Eduardo (Org.). *Leyes: Principales Instrumentos Legales Sobre Derechos Humanos y Memoria*. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2012.

TAVELA, Gabriela. Las Autopistas No Tienen Ideología: Analises del Proyecto de Red de Autopistas Urbanas para la Ciudad de Buenos Aires Durante la Última Dictadura Militar Argentina (1976-1983). *Papeles de Trabajo*, Buenos Aires, Vol. 10, No. 17, pp. 104-125, 2016.

TAYLOR, Diana. *O Arquivo e o Repertório: Performance e Memória Cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____. O Trauma como Performance de Longa Duração. *O Percevejo*, Rio de Janeiro, Vol. 1, No. 1, Jan.-Jun., 2009. Disponível em: < <http://www.seer.unirio.br/index.php/opercevejoonline/article/view/512/436> > Acessado em: 20 jan. 2019.

TODOROV, Tzvetan. *Los Abusos de la Memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.

VALDEZ, Patricia. Memoria Abierta: Diez Años de Construcción y Desafíos. In: PETER *et al* (Orgs.). *Memorias Urbanas en Diálogo*: Berlín y

Buenos Aires. Buenos Aires: Buenos Libros Editorial / Heinrich Böll Stiftung, 2010.

VECCHIOLI, Virginia. Expertise Jurídica y Capital Militante: Reconversiones de Recursos Escolares, Morales y Políticos entre los Abogados de Derechos Humanos en la Argentina. *Revista Pro-Posições*, Campinas, Vol. 20, No. 2, pp. 41-57, Maio-Ago, 2009.

_____. La Monumentalización de la Ciudad: Los Sitios de Memoria como Espacios de Intervención Experta de los Hacedores de la Ciudad. *Estudios Sociales Contemporáneos*, Buenos Aires, No. 10, pp. 34-44, Jul. 2014.

VEZZETTI, Hugo. La Memoria Justa: Política e Historia en la Argentina del Presente. Coloquio Internacional *Problemas de historia reciente en el Cono Sur*. Los Polvorines, 24-26 out. 2007.

_____. *Pasado y Presente: Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

_____. *Sobre la violencia revolucionaria: Memorias y Olvidos*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2009.

_____. Un mapa por trazar. *Revista Puentes*, Buenos Aires, No.1, 2000.

VINYES, Ricard (Org.). *El Estado y la Memoria: Gobiernos y Ciudadanos Frente a los Traumas de la Historia*. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, RBA, 2009.

_____. Entrevista concedida à Fabiana Freyssinet. CLACSO TV. *La Memoria no es un Deber, es un Derecho Civil*. 2017. (19'43). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_BQuh16YcSo> Acessado em: 20 fev. 2019.

_____. La Memoria como política pública. *El País*, Madrid, 7 de Jan. 2009. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2009/01/07/opinion/1231282813_850215.html> Acessado em: 25 fev. 2019.

VIRILIO, Paul. *La Estética de la Desaparición*. Barcelona: Anagrama, 1988.

WAJCAN, Gérard. *El Objeto del Siglo*. Buenos Aires: Amorrortu, 2001.

WEIZMAN, Eyal. *Caminar Atravesando los Muros*. Instituto Europeu por Políticas Culturais Progressivas (EIPC), 2007. Disponível em: <<http://eipcp.net/transversal/0507/weizman/es>> Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. *Hollow Land: Israel's Architecture of occupation*. Londres: Verso, 2007.

_____. The Politics of Verticality. *Open Democracy*, 2012. Disponível em: < http://www.opendemocracy.net/ecology-politics/verticality/article_801.jsp > Acessado em: 20 jan. 2019.

_____. Forensic Architecture: How to Investigate Human Rights Abuses, Military Conflicts and Destruction Through the Unique Lens of Architecture. *Strelka Magazine*, Moscou, 13 mar. 2017. Disponível em: < <https://strelkamag.com/en/article/forensicarchitecture> > Acessado em: 20 jan. 2019.

WILLIAMS, Paul. *Memorial Museums: The Global Rush to Commemorate Atrocities*. Oxford: Berg, 2007.

YATES, Frances A. *A Arte da Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

YOUNG, James E. *The Texture of Memory: Holocaust Memorials and Meaning*. New Haven: Yale University Press, 1995.

_____. Memory and Counter-memory. *Harvard Design Magazine*, Harvard, No. 9, outono de 2009. Disponível em: < <http://www.harvarddesignmagazine.org/issues/9> > Acessado em: 15 ago. 2018.

WEIGEL, Sigrid. On the 'Topographical Turn': Concepts of Space in Cultural Studies Kulturwissenschaften. A Cartographic Feud. *European Review*, Vol. 17, No. 1, pp. 187–201.

ZEYBECK, Burcu. A View on Countries' Tourism Logos, Slogans, Contents and Figural Characteristics Within the Concept of Country Identity. *Informacijos mokslai*, Turquia, No. 76, 2016. Disponível em: < <http://www.journals.vu.lt/informacijos-mokslai/article/view/10380> > Acessado em: 20 jan. 2019.

Entrevistas

ALBA. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, junho de 2018.

ALDINI, Cristina. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, setembro de 2018.

ALEGRE, Gabriela. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, novembro de 2018.

BARBUTO, Valéria. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, novembro de 2017.

BATTISTI, Florencia. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, maio de 2016.

BELZUNCE, Ignacio. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, maio de 2016.

BISUTTI, Delia. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, novembro de 2017.

CONTE, Gonzalo. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, julho de 2018.

DILON, Armando. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, junho de 2018.

DURAN, Silvina. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, novembro de 2017.

FERRO, Liliana. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, junho de 2018.

FLORES, Oscar. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, junho de 2018.

GOMPLEWICZ, Ariel. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, novembro de 2017.

GOMPLEWICZ, Ariel. *Entrevista concedida à autora a Renato Cymbalista*. Buenos Aires, junho de 2018.

LOPEZ, Oswaldo. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, julho de 2018.

LOPEZ, Oswaldo. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, novembro de 2017.

LOPEZ, Pablo. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, setembro de 2018.

MAGGI, Ricardo. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, agosto de 2018.

MAGGI, Ricardo. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, novembro de 2017.

MAZZONELLI, Manuela. *Entrevista concedida à autora*. Montevideo, agosto de 2018.

NAFTAL, Alejandra. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, junho de 2018.

NISEMBAUM, Cecilia. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, maio de 2016

PASTORINO, Sara. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, junho de 2018.

RICE, Amy. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, novembro de 2017.

SAID, Judith. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, novembro de 2017.

SAID, Judith. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, setembro de 2018.

VALÉRIA. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, setembro de 2018.

VÁSQUEZ, Gonzalo. *Entrevista concedida à autora*. Buenos Aires, setembro de 2018.